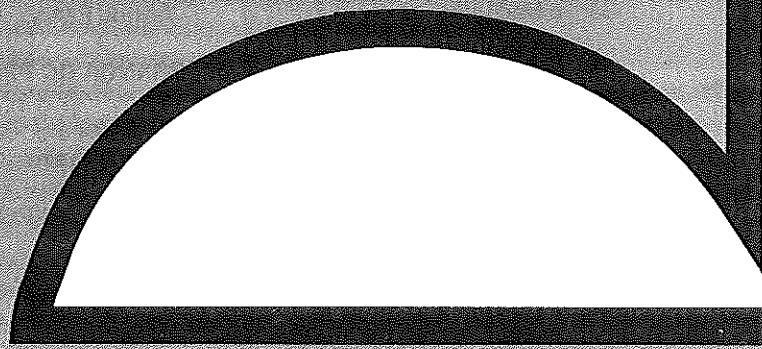


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO



EXEMPLAR ÚNICO
DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO L - N° 011

QUARTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPR – MS</p> <p>4º Secretário Emandes Amorim – RO</p> <p>Suplentes de Secretário Antonio Carlos Valadares – PP – SE José Eduardo Dutra – PT – SE Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR Ney Suassuna – PMDB – PB</p> <p>CORREGEDOR (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – SP</p> <p>CORREGEDORES SUBSTITUTOS (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holland – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p>	<p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB-DF Vilson Kleinübing – PFL-SC Ramez Tebet – PMDB-MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p> <p>LIDERANÇA DO PPR</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p>	<p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>LIDERANÇA DO PP</p> <p>Líder Bernardo Cabral</p> <p>Vice-Líder João França</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder Eduardo Suplicy</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líderes Arlindo Porto</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p>
---	---	--

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>
--	--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 170ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE OUTUBRO DE 1995	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Aviso de Ministro de Estado	
– Nº 506/95, de 4 do corrente, do Ministro dos Transportes, referente ao Requerimento nº 1.096, de 1995, de informações, do Senador José Bianco.	01043
1.2.2 – Pareceres	
Referentes às seguintes matérias:	
Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Radialista e dá outras providências.	01044
Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre a instituição do Vale-Cultura e dá outras providências.	01044
1.2.3 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 284, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que regulamenta o uso das embarcações do tipo motoaquática em faixas litorâneas de praias, rios, lagos, lagoas e reservatórios de represas e dá outras providências.	01045
1.2.4 – Requerimento	
Nº 1.332, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, solicitando ao Procurador-Geral da República, Sr. Geraldo Brindeiro, informações que menciona.	01047
1.2.5 – Ofícios	
Nº 18, de 1995, do Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, comunicando a rejeição, por aquela Comissão, em reunião de 24 de agosto de 1995, do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1995, que dispõe sobre a instituição do Vale-Cultura e dá outras providências.	01047
Nº 19, de 1995, do Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação, comunicando a aprovação, por aquela Comissão, do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1995, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Radialista e dá outras providências.	01047
1.2.6 – Comunicação da Presidência	
Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 59 e 151, de 1995, sejam apreciados pelo Plenário.	01048
1.2.7 – Requerimentos	
Nº 1.333, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando a Comissão Diretora, informações que menciona. Deferido	01048
Nº 1.334, de 1995, de autoria do Senador Artur da Távola e outros Srs. Senadores, solicitando que a Hora do Expediente da sessão do dia 21 de novembro próximo seja destinada à comemoração do centenário de fundação do Clube de Regatas Flamengo, que transcorrerá no dia 15 daquele mês.	01048
1.2.8 – Ofícios	
Nº 773, de 1995, do Deputado Michel Temer, Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membros na Comissão Mista, destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.145, de 10 de outubro de 1995.	01048
Nº 834-A, de 1995, do Deputado Odemir Leão, Líder do PPB na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membros na Comissão Especial Mista, destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.145, de 10 de outubro de 1995.	01048
Nº 494, de 1995, da Senadora Júnia Marise, Líder do PDT no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão de Assuntos Econômicos.	01048
1.2.9 – Apreciação de matérias	
Requerimentos nºs 1.327 e 1.329, dos Senadores Eduardo Suplicy e Edison Lobão, respectivamente, lidos em sessão anterior. Aprovados	01049
1.2.10 – Discursos do Expediente	
SENADOR GILVAN BORGES – Repúdio à proposta do governo de implantação da Contribuição sobre Movimentação Financeira – CMF, como forma de eliminar o quadro caótico da saúde pública no País.	01049
SENADOR JOEL DE HOLLANDA – A importância das pequenas e microempresas no País.	01050
SENADOR NABOR JÚNIOR – 3ª Reunião das Bancadas Parlamentares dos Estados que integram a Amazônia Legal, realizada na cidade de Macapá, no Estado do Amapá.	01052
SENADOR OSMAR DIAS – Deságio do título de reforma agrária – TDA. Proposta de criação do fundo agrário para viabilizar o processo de reforma agrária no Brasil.	01054
1.2.11 – Requerimentos	
Nº 1.335, de 1995, de autoria do Senador Roberto Freire, solicitando a tramitação conjunta	

dos Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 187, ambos de 1995, por versarem sobre a mesma matéria.....

Nº 1.336, de 1995, de autoria do Senador Ermândes Amorim, solicitando ao Ministro da Fazenda informações que menciona.....

Nº 1.337, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que a Mensagem nº 284, de 1995 (nº 858/95, na origem), passe a tramitar em conjunto com o Projeto de Resolução nº 53, de 1995.....

1.2.12 – Comunicações da Presidência

Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.146, de 11 de outubro de 1995, que acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....

Término do prazo, ontem, para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1995 (nº 3.811/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas.....

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 1995, de autoria do Senador Hugo Napoleão, que dispõe sobre o Depósito Legal de publicações na Biblioteca Nacional, aprovado em apreciação conclusivamente pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados.....

Término do prazo, ontem, para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 108, de 1995, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que altera o parágrafo único do art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas....

1.2.13 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 285, de 1995, de autoria da Senadora Marina Silva, que torna obrigatória a inserção da expressão: "O Ministério da Saúde adverte: o consumo excessivo de bebidas alcoólicas é prejudicial à saúde" nas embalagens e recipientes de bebidas alcoólicas, e dá outras providências.....

1.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Repúdio à atitude arrogante francesa de continuar realizando testes nucleares no Atol de Mururoa. Sugestão de boicote à França por ocasião da parte final da próxima Copa do Mundo.....

SENADORA JÚNIA MARISE, como Líder – Posição de sua S. Exa. contrária à Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995, constante

da Ordem do Dia da presente sessão, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo.....

01064

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder – Solidarizando-se com a Nota Oficial da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, em protesto ao ato desrespeitoso de Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus.....

01067

SENADOR EDUARDO SUPPLICY, como Líder – Importância da visita do líder palestino Yasser Arafat ao Brasil. Liberação da brasileira Lamia Maruf Hassan, presa em Israel. Regozijo pela decisão formal dos países-membros da Conferência de Cúpula Ibero-Americana de condenar o embargo norte-americano a Cuba.....

01068

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Registrando o falecimento do Deputado Federal Amaral Netto.....

01069

SR. PRESIDENTE – Associando-se às homenagens prestadas ao Deputado Amaral Netto pelo Sr. Esperidião Amin.....

01069

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Comentando artigo do Prefeito de Joaçaba – SC, Sr. Afonso Dresch, publicado no jornal Diário Catarinense, do dia 25 de agosto último, sobre a situação de calamidade das estradas brasileiras.....

01069

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Regozijo pelo transcurso do primeiro aniversário de funcionamento da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa – FUNCAP.....

01071

SENADOR ODACIR SOARES – Manifestação de apoio aos esforços da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa visando ao desenvolvimento do sistema produtivo, consequentemente da economia brasileira.....

01072

SENADOR MAURO MIRANDA – Dificuldades financeiras do Estado e dos municípios de Goiás. Crise na agricultura goiana.....

01101

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Requerimento

Nº 1.338, de 1995, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros Srs. Líderes, de homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Amaral Netto, inclusive o levantamento da presente sessão. Aprovado, após usarem da palavra os Srs. Antônio Carlos Magalhães, Júlio Campos, Epitácio Cafeteira, a Sra. Benedita da Silva, e os Srs. Valmir Campelo, Edison Lobão, Sebastião Rocha, Ademir Andrade, Eduardo Suplicy, Artur da Távola, Francelino Pereira e Humberto Lucena, tendo o Sr. Presidente, em nome da Mesa, se associado às manifestações de pesar.....

01103

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Designação do Senador Edison Lobão e da Senadora Benedita da Silva para representarem o Senado Federal nos funerais do Sr. Amaral Netto, no Rio de Janeiro.....

01109

1.3.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.	
1.4 – ENCERRAMENTO	
2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSÃO ANTERIOR	
Do Sr. Joel de Hollanda, proferido na sessão de 16-10-95.	01110
3 – ATAS DE COMISSÕES	
2 ^a e 3 ^a Reuniões da Comissão Temporária Interna, criada através do Requerimento nº 518/95, destinada a estudar a reforma político-partidária, realizadas em 9 de agosto e 1º de setembro de 1995.....	01113
1 ^a e 2 ^a Reuniões da Comissão Especial Temporária, criada através do Diversos nº 100/95, destinada a implementar atividades relativas ao tricentenário de Zumbi, realizadas em 20 e 26-9-95.	01121

14 ^a Reunião da Comissão Especial Temporária destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades, visando ao desenvolvimento do vale do São Francisco, realizada em 3-10-95.	01167
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
– Nós 745 a 760, de 1995.	01178
5 – MESA DIRETORA	
6 – CORREGEDOR E CORREGEDORES SUBSTITUTOS	
7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 170^a Sessão deliberativa ordinária em 17 de outubro de 1995

1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 50^a LEGISLATURA
Presidência dos Srs. José Sarney, Júlio Campos, Levy Dias e Júnia Marise

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, COMPARECERAM OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valladares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Élcio Álvares – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Íris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Alberto de Oliveira – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero

Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 506/95, de 4 do corrente, do Ministro dos Transportes, referente ao Requerimento nº 1.096, de 1995, de informações, do Senador José Bianco.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 665, DE 1995

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin, que "dispõe sobre a criação do "Dia Nacional do Radialista" e dá outras provisões."

Relator: Senador João França

O Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1995, abre espaço, no calendário brasileiro, para a comemoração do "Dia Nacional do Radialista", a ser anualmente comemorado no dia 21 de setembro.

Em exame na Comissão de Educação, o projeto em tela não recebeu emendas no prazo regimental.

É oportuno e meritório o Projeto de Lei nº 59, de 1995, e a sua maior virtude reside no fato de criar condições para a comemoração oficial, amparada por força de lei, da data comemorativa de uma das mais representativas categorias profissionais do nosso País: o radialista.

Não há nenhuma dúvida que o radialista, no plantel das profissões que contribuem de forma definitiva para a consolidação do nosso perfil enquanto nação, ocupa papel de preponderante importância.

É sabida a inquestionável relevância dos meios de comunicação de massa no que se refere ao nosso desenvolvimento. Por suas características muito peculiares, o rádio cumpre com raros méritos esse papel. Isso se deve precipuamente ao seu imenso poder de penetração, atingindo as mais distantes regiões do nosso País continental e contribuindo de forma decisiva para sanar o isolamento sofrido por algumas localidades que têm no rádio seu mais eficiente meio de informação e de lazer.

A própria justificação do projeto em tela já chama atenção para a importância da radiodifusão no processo de desenvolvimento do País.

Ora, o grande protagonista dessa missão é exatamente o radialista que, informando e divertindo, tem ampliado de forma expressiva os nossos recursos culturais e trabalhado em favor da manutenção da unidade nacional. Quantas comunidades elegem o radialista como seu interlocutor privilegiado, no sentido de fazer ecoar, por intermédio de sua atuação, suas aspirações e carências.

É, pois, legítimo e oportuno que o reconhecimento de todo cidadão brasileiro pelo caráter missionário de que se reveste a atividade do radialista seja referendado pela comemoração de um dia dedicado à sua particular homenagem.

Criando condições, portanto, por via legislativa, para se reverenciar uma classe digna do reconhecimento nacional, ao mesmo tempo em que oferece boa técnica legislativa e estrito cumprimento dos ditames constitucionais, o Projeto de Lei nº 59, de 1995, preenche os requisitos necessários à sua aprovação.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 1995.

— Roberto Requião, Presidente — João França, Relator — Emilia Fernandes — Coutinho Jorge — Gerson Camata — Jader Barbalho — Waldeck Ornelas (Abstenção) — Hugo Napoleão — João Rocha — Marina Silva — Lauro Campos — Bello Parga — Beni Veras — Lúcio Alcântara — Osmar Dias.

PARECER Nº 666, DE 1995

Da Comissão de Educação sobre o PLS nº 151, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que "dispõe sobre a Instituição do Vale-Cultura e dá outras providências".

Relator: Senador José Bianco

I – Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Senador Júlio Campos, objetiva conceder aos trabalhadores, indistintamente, mas facultativamente, o ingresso, a baixo custo, em espetáculos culturais e esportivos, mediante a utilização do Vale-Cultura, a ser fornecido pelo empregador, sujeitando-se tal concessão, no entanto, ao interesse e à habilitação prévia dos promotores dos referidos eventos.

A iniciativa protege os salários, as contribuições sociais e as obrigações tributárias de qualquer vínculo em relação ao benefício, ao mesmo tempo que institui a renúncia fiscal, em proveito da empresa, calculada sobre um máximo de 10% do imposto devido, concorrentes, no conjunto, com a parte incentivada pela legislação relativa à instituição do Vale-Transporte e aos programas de alimentação do trabalhador e de desenvolvimento tecnológico industrial, de que tratam, respectivamente, as Leis nºs 7.418, de 1985, e 6.321, de 1976, e o Decreto-Lei nº 2.433, de 1988.

Ao empregado, cabe arcar com um limite de 2,5% de seu salário básico, responsabilizando-se o empregador pela parcela excedente ao custo global do Vale-Cultura.

II – Voto

É sem questão que a instituição do Vale-Transporte (Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976) e do programa de alimentação do trabalhador (Lei nº 7.418,

de 16 de dezembro de 1985) se deveu ao atendimento de uma necessidade de natureza social, na sua razão mais precisa, de amparo do trabalhador naquilo que diz de perto à essencialidade de sua existência.

Há, também, um forte componente econômico naquelas iniciativas, pois que transporte e alimentação refletem no acesso ao local de trabalho e na produtividade do trabalhador, circunstâncias básicas ao desempenho empresarial.

Ao lado das questões de saúde e de educação, transporte e alimentação afiguram-se como pontos cruciais, de que um Estado responsável e cioso de suas atribuições complementares, num País onde impera uma perversa concentração de renda, não poderia afastar-se.

O texto da Constituição é absolutamente claro quanto a isso.

O artigo 6º é incisivo ao relacionar como direitos sociais, dentre outros, a educação e a saúde. Não se trata do transporte, mas refere-se ao trabalho; não alude à alimentação, mas à saúde. Assim, a concessão do Vale-Transporte e do Vale-Alimentação subordina-se a esse direito fundamental correlato.

No entanto, pode-se argumentar que o lazer está também contemplado no dispositivo, reunindo, em seu conceito, o esporte e a cultura, objeto da iniciativa do Senador Júlio Campos.

Em essência, a argumentação não procede.

Em primeiro lugar, porque, enquanto compete ao estado assegurar, como direito a todos e como seu dever, a proteção da saúde (art. 196) e a promoção da educação (art. 205), tal ênfase não se estendeu, sob a forma de direito, à cultura e ao esporte.

O § 3º do art. 216, o mais expressivo quanto à matéria, se refere apenas ao estabelecimento de "incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais", tal como se concretizou no texto da Lei nº 7.505, de 1986 hoje inviabilizada pela edição da Lei nº 8.034, de 1990.

Da mesma forma, o art. 217 indica, como "dever do Estado", "fomentar práticas esportivas".

Em segundo lugar, porque o direito ao lazer (subentendendo-se aí o acesso à cultura e à prática esportiva), conforme disposto no referido artigo 6º, não significa obrigatoriamente que o Estado deva financiar suas múltiplas manifestações, mas sim fomentá-las, proporcionando meios para que elas se efetivem. A construção e a administração de casas de espetáculos e de estádios poliesportivos são um bom exemplo da participação do organismo público nesse setor da atividade humana.

Tal deveria ser o caminho adotado para o atendimento da intenção constitucional: estimula a cultura e os esportes, pelo apolamento efetivo à produção de espetáculos e ao acesso a eles, e não mediante incentivos sob a forma de renúncias fiscais vinculadas à assistência a apresentações.

No caso da cultura, além do mais, seria de todo impossível restringir-se o benefício a exibições de fato relevantes ao aprimoramento das pessoas, tendo em vista as únicas ressalvas se restringirem à habilitação do promotor, ao interesse do empregador e a aquiescência do trabalhador.

No caso do esporte, seria mais produtivo o Estado ocupar-se da democratização da prática esportiva, como forma de lazer, dentro do princípio da promoção social.

Finalmente, cumpre salientar que a desvirtuação de finalidades teria tudo para acontecer com Vale-Cultura, à semelhança do que hoje ocorre com a comercialização do Vale-Alimentação e do Vale-Transporte, essenciais, como se disse, ao dia-a-dia do trabalhador mas hoje transformados em moeda de troca a poder de deságio em variadas transações comerciais e até mesmo financeiras.

Ressalte-se, assim que a matéria, considerada sob seu ângulo específico, merece toda a consideração do poder público, mas de modo diverso de como está tratada pela proposição.

Por todo o exposto, o parecer é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1995.

Sala das Reuniões 21 de setembro de 1995.
Roberto Requião, Presidente – **José Bianco**, Relator – **Lauro Campos** – **Emilia Fernandes** – **Coutinho Jorge** – **Gerson Camata** – **Jader Barbalho** – **Waldeck Ornelas** – **Hugo Napoleão** – **João Rocha** – **Marina Silva** – **Bello Parga** – **Beni Veras** – **Lúcio Alcântara** – **José Roberto Amuda** – **Jefferson Peres**.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 1995

Regulamenta o uso das embarcações do tipo moto-aquática em faixas litorâneas de praias, rios, lagos, lagoas e reservatórios de represas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A utilização da moto-aquática, considerada embarcação nos termos do Regulamento para

o Tráfego Marítimo, obedecerá a todas as normas e prescrições estabelecidas nesta lei e em portarias aplicáveis da autoridade portuária.

Art. 2º As embarcações do tipo moto-aguática só poderão navegar paralelamente à costa ou margem, a partir de 200 metros da linha de base, assim considerada a linha de arrebentação das ondas ou, quando não houver, do início do espelho d'água.

§ 1º O disposto nesta lei aplica-se às faixas litorâneas de praias, rios, lagos, lagoas e reservatórios de represas.

§ 2º As áreas restritas ou proibidas à operação, bem como os limites para os rios, lagos, lagoas ou represas, poderão ser estabelecidas pelos órgãos estaduais ou municipais competentes.

Art. 3º As embarcações de que trata esta lei somente poderão permanecer na água entre o nascer e o pôr do sol, proibindo-se a navegação noturna.

Art. 4º Toda embarcação do tipo moto-aguática deverá:

a) ser conduzida por pessoa com idade mínima de 18 anos e habilitada como motonauta de acordo com as instruções específicas estabelecidas pela Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha.

b) ser inscrita na Capitania dos Portos da unidade da Federação respectiva;

c) possuir identificação visual com grupos alfanuméricos pintados na metade de vante em ambos os bordos, em cor que contraste com o da embarcação e com dimensões não menores que dez centímetros de altura para as letras e números.

d) possuir, obrigatoriamente, colete salva-vidas e chave de segurança atada a qualquer parte do corpo do condutor que permita o automático desligamento ou a redução do sistema de propulsão quando ocorrer o afastamento físico da embarcação.

e) ser manobrada por condutor utilizando, preferencialmente, capacete, óculos protetores e luvas.

Art. 5º É obrigação das empresas e entidades que alugam embarcações do tipo moto-aquática:

a) manter um registro das embarcações sob sua guarda e responsabilidade;

b) manter, na área explorada, uma embarcação de apoio e segurança devidamente guarnecidida;

c) manter as embarcações em perfeitas condições de manutenção e segurança;

d) dispor de coletes salva-vidas que deverão ser obrigatoriamente fornecidos aos usuários e sobre os quais não poderão cobrar qualquer taxa adicional ou aluguel;

Art. 6º O descumprimento de qualquer dispositivo desta lei sujeitará o infrator, alternativa ou cumulativamente, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) apreensão da embarcação;
- d) interdição do estabelecimento;
- e) cancelamento de autorização para funcionamento da empresa ou de seu alvará de licenciamento.

Art. 7º O infrator do disposto nesta lei incorrerá nas penas previstas no art. 132 do Código Penal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 8º A fiscalização do cumprimento do disposto nesta lei compete lei à Diretoria de Portos e Costas e sua rede funcional de Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências, em conjunto com órgãos competentes das Administrações Estaduais e Municipais.

Art. 9º O Poder Executivo regulamentará esta lei em 180 dias, a contar da data de sua promulgação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua promulgação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A prática da moto-aquática ou jet-ski como atividade náutica de lazer tem sido cada vez mais frequente em faixas litorâneas de praias, rios, lagos e represas do País. Definida como uma embarcação miúda, movida a propulsão de jato d'água, que chega a desenvolver velocidade de 30 a 40 nós, ou aproximadamente 60 a 80 km/h, sua utilização tem sido objeto de regulamentação por parte da Diretoria de Portos e Costas da Marinha Brasileira como forma de evitar a ocorrência de acidentes envolvendo seus condutores, banhistas e outras embarcações.

Embora possa ser enquadrada como embarcação de recreio e lazer, como o caiaque, o pedalinho, as pranchas de surf e de windsurf, suas condições de manobrabilidade, pois movida a motor de propulsão, exigem a adoção de medidas preventivas específicas, quer com relação a seu uso particular, quanto à locação desses equipamentos por empresas especializadas. Sua utilização inadequada, sem normas mínimas de segurança, pode representar, como já ocorreu em diversas oportunidades, perigo iminente aos freqüentadores de balneários, praias e clubes.

Conquanto reconheçamos a autoridade do Ministério da Marinha, por meio de sua Diretoria de Portos e Costas, na regulamentação e fiscalização das atividades náuticas de lazer conduzidas em águas costeiras e interiores, com relação aos aspectos de segurança da navegação e da salvaguarda

da vida humana nas águas, consideramos fundamental que essas normas tenham força de lei federal e abrangência nacional, ensejando, além disso, o estabelecimento de responsabilidade, aos infratores, no campo do direito penal.

Estas as razões que nos movem a apresentar o presente projeto de lei, crendo em sua melhor acolhida pelos ilustres pares.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1995. – Senador Júlio Campos.

LEGISLAÇÃO CITADA
CÓDIGO PENAL

.....
Perigo para a vida ou saúde de outrem

Art. 132. Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, se o fato não constitui crime mais grave.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.332, DE 1995

Senhor Presidente,

Na forma regimental, do art. 215, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Procurador Geral da República GERALDO BRINDEIRO, a respeito do tráfico, comercialização ou doação de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano, as seguintes informações:

1. Existe procedimento apuratório (inquérito) concluído ou em andamento nessa Procuradoria?

2. Se existir, quais são e em que fase se encontram?

Justificação

No Congresso Nacional tramitam vários Projetos que tratam de doação de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano. As notícias veiculadas na imprensa sobre procedimentos ilegais envolvendo transplante e doação de órgãos, têm causado uma certa inquietação na população, muitas vezes pela desinformação a respeito do assunto. Entendemos ser normal a ansiedade popular, pois a matéria é por demais complexa e atinge tanto o necessitado –

aquele que está aguardando um transplante para vencer a doença e conquistar a vida –, como o doador – o cidadão que num gesto humanitário e de amor ao próximo coloca-se à disposição para salvar um irmão que sequer conhece.

É importante que tenhamos informações oficiais a respeito do mau uso desse procedimento, do uso criminoso, muitas vezes envolvendo até outros países, de forma que possamos discutir a matéria deixando a sociedade tranquila e esperançosa por uma legislação justa e eficiente.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

LEGISLAÇÃO CITADA

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

.....
Art. 215. São escritos os requerimentos não referidos no artigo anterior e dependem de votação por maioria simples, presente a maioria da composição do Senado, salvo os abaixo especificados:

.....
(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 18/95-CE

Brasília, 21 de setembro de 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 151, de 1995, que "Dispõe sobre a instituição do Vale-Cultura e dá outras providências", em reunião de 24 de agosto de 1995.

Atenciosamente, Senador Roberto Requião, Presidente.

OFÍCIO Nº 19/95-CE

Brasília, 21 de setembro de 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1995, que "Dispõe sobre a criação do 'dia nacional do Radialista' e dá outras providências".

Atenciosamente, Senador Roberto Requião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Com referência aos expedientes que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 59 e 151, de 1995, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.333, DE 1995

À Douta Comissão Diretora,

Considerando o disposto no artigo 25 da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1995, que veda a destinação de subvenção social para entidades que não atendem os requisitos ali listados.

Considerando despacho do Sr. Primeiro Secretário, em 18 de maio de 1995, sustando o pagamento a título de subvenções sociais a entidades ligadas a partidos políticos até o pronunciamento Tribunal de Contas da União sobre a matéria; e

Considerando que o Senado Federal depositou R\$142.881,04 à título de subvenção social na conta Fundação Pedroso Horta,

Solicito encaminhar-me cópia da decisão do T.C.U ou de legislação correlata que tenha autorizado tais subvenções.

Certo de sua atenção,

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1995. – Senador **Eduardo Suplicy**.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - O requerimento lido é deferido pela Presidência, nos termos do art. 215, II, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.334, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do artigo 199, do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 21 de novembro próximo, seja destinado à comemoração do Centenário de fundação do Clube de Regatas Flamengo, que transcorrerá no dia 15 daquele mês.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1995. – Artur da Távola – Teotônio Vilela Filho – José Roberto Arruda – José Ignácio Ferreira – Lúcio Alcântara – Sérgio Machado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - O requerimento lido será submetido à deliberação do Plenário, após a Ordem do Dia, nos termos do art. 255, I, b, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

São lidos os seguintes:

OF./GAB/Nº 773

Brasília, 17 de outubro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Luís Roberto Ponte Udon Bandeirá para integrar, respectivamente na qualidade de Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.145, de 10 de outubro de 1995, em minha substituição e do Deputado Geddel Vieira Lima.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Michel Temer**, Líder do PMDB.

OF. Nº 834-A/95

Brasília, 16 de outubro de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência pelo Partido Progressista Brasileiro – PPB, os Deputados Sérgio Naya e José Janene para integrarem, respectivamente como titular e suplente, a Comissão Especial Mista destinada a precisar a Medida Provisória nº 1.145, de 10 de outubro de 1995, que "dispõe sobre normas relativas aos contratos para produção de bens móveis, e dá outras providências." Em substituição aos Deputados Francisco Dornelles e Gerson Peres.

Atenciosamente, – Deputado **Odelmo Leão**, Líder do PPB.

OF. Nº 494/95 GLPDT

Brasília, 17 de outubro de 1995.

Senhor Presidente,

Cumpre-me informar a V. Exª, em substituição, a indicação dos Senadores Júnia Marise e Sebastião Rocha, para integrarem, como titular e suplente, respectivamente, a Comissão Permanente de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Atenciosamente, Senadora Júnia Marise, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Em sessão anterior, foram lidos os Requerimentos nºs 1.327 e 1.329, de 1995, dos Senadores Eduardo Suplicy e Edison Lobão, solicitando, nos termos regimentais, a remessa, pelo Tribunal de Contas da União, de documentação que mencionam.

Os requerimentos deixaram de ser votados naquela oportunidade por falta de **quorum**.

Em votação o Requerimento nº 1.327, de 1995, do Senador Eduardo Suplicy.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 1.329, de 1995, do Senador Edison Lobão.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os requerimentos serão encaminhados ao Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, antes do início do meu pronunciamento, quero agradecer a gentileza do Senador Bernardo Cabral pela oportunidade que me concede, através de uma permuta, de falar nesta ocasião, já que tenho outros compromissos. Bernardo Cabral, Relator da Constituinte, é um Senador que todos conhecem pela educação e pela sabedoria política e jurídica.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, é fato notório, confirmado recentemente pelos principais órgãos de aferição da opinião pública, que hoje a principal reivindicação do povo brasileiro, superando até mesmo os protestos por maior segurança pública, é a melhoria das condições de atendimento à saúde prestada pela rede oficial.

E, realmente, o quadro que se observa na saúde pública brasileira chega a horrorizar até os menos sensíveis às questões sociais, constituindo-se em uma sinistra combinação de mau gerenciamento, omissão, apropriação indébita de recursos públicos e, sobretudo, flagrante injustiça social praticada contra as camadas menos favorecidas da população.

O acesso à saúde é pouco mais que uma miragem para a grande maioria de nosso povo, incapaz

de custear o luxo da medicina particular ou de filiar-se a onerosos planos de seguro-saúde privados.

Assim, à massa dos desprovidos de atenção à saúde, dos que não têm outro recurso na doença senão o de procurar o sistema público, é a maioria qualificada dos brasileiros - nada menos do que três quartos de nossa população, vale dizer, cerca de 10 milhões de almas.

Apenas 32 milhões de afortunados conterrâneos podem arcar com o custeio da manutenção de seu corpo por seus próprios meios financeiros, o que faz do direito sagrado e princípio constitucional do respeito à vida quase um escárnio, uma piada de mau gosto lançada à face da Nação, tendo em vista o sucateamento da rede sanitária pública em acelerado processo de desativação de seus leitos hospitalares, que hoje não respondem sequer a 10% das intenções anuais, contra 90% da rede hospitalar privada.

Quanto às atividades de prevenção e promoção da saúde, não é menos perversa a realidade, nem menos desanimadoras as perspectivas denunciadas pelos milhões de flagelados por moléstias praticamente erradicadas no mundo desenvolvido, como a doença de Chagas, esquistosose, hanseíase, malária, tuberculose, entre outras.

Sem falar da ameaça de reintrodução nos grandes centros urbanos de verdadeiras pestes medievais, como a dengue, a cólera, a meningite e outras epidemias inadmissíveis fora dos compêndios de história ou pré-história da Medicina.

Tudo isso, convenhamos, não recomenda nem enriquece o currículo dos responsáveis pela administração do interesse público no setor.

Ainda mais que, a essa conjuntura caótica, têm-se agregado notícias alarmantes, dando conta do elevadíssimo número de fraudes e manipulações de contas hospitalares dos hospitais contratados pelo "Sistema Único de Saúde" (SUS), sob a gerência do Ministério da Saúde.

Nem bem refeita a opinião pública do choque provocado pela informação de que o Ministério da Saúde, ao comprovar cerca de cem mil operações irregulares em tais contas, disposse, não obstante, a saldar pontualmente seus débitos com tais estelionatários, a pretexto de poupar-lhos do mal maior da insolvência iminente, vem o Ministro da Saúde propor a criação de mais um tributo especialmente destinado ao seu setor.

Deixa-nos perplexos verificar que, em meio a esta situação ruinosa do setor público de saúde, ouse o Ministro vir a público pedir mais recursos

compulsoriamente extraídos da economia popular sob forma de imposto direto, disfarçado sob a capa de contribuição social.

Quer S. Ex^a ressuscitar o Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), de infasta memória, reencarnando-o na Contribuição sobre Movimentações Financeiras (CMF), modo mais ágil de confiscar a poupança popular, já que, não sendo esta nova espécie tributária batizada de imposto, não tem contra si as vedações constitucionais da anualidade fiscal e da não-vinculação à despesa predeterminada.

Assim, tem a vantagem para os cofres públicos de poder ser exigida apenas noventa dias após sua instituição, para escarmento do infeliz contribuinte.

Nada justifica a imposição de mais esse ônus ao cidadão, que não pode ser compelido a sustentar, com o resultado de seu trabalho honesto, as filantropias dos administradores do SUS para com a ineficiência e a improbidade de numerosos prestadores privados de serviços, que tem sob contrato, e que lhe compete, constatados os comportamentos ilícitos, punir os responsáveis administrativa, civil e criminalmente e não recompensá-los pelos malfeitos apurados.

Ao invés de sangrar o contribuinte, para tapar mais esse ralo da República, esse sumidouro de recursos que é a saúde, deveria a auto-administração do SUS passar, isso sim, a cobrar, como já sugerido pelas mais responsáveis entidades de profissionais de saúde, das empresas de seguro-saúde, os gastos realizados em favor de seus clientes atendidos gratuitamente na rede pública.

Enquanto não souber aplicar com eficiência as receitas disponíveis, demonstrando sua capacidade de gasto, não se credencia o administrador a pleitear mais numerário.

Por tudo isso, deve a tal CMF, que já tramita no Congresso Nacional, merecer o repúdio de todos os que, na qualidade de representantes do povo, têm o dever de proteger o patrimônio contra a voracidade fiscal de administradores imprevidentes, ainda mais que veiculada por um tributo essencialmente injusto, por desrespeitar o princípio da capacidade contributiva tratando igualmente os desiguais, ou seja, tributando igualmente entre pobres e ricos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Continua a lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Holland, que dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE) - Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, as palavras são enganosas. Incapazes de traduzir toda a idéia, restringem-se a significados particulares, pálida imagem da realidade total.

As micro e pequenas empresas são exemplo expressivo do que afirmo. Ao chamá-las assim, não temos a dimensão exata do universo que as abrangem.

Os números falam alto. No Brasil, as micro e pequenas empresas representam nada menos que quatro milhões de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Respondem por 42% da renda nacional; 42% dos salários pagos; 60% da demanda de mão-de-obra e 20% do Produto Interno Bruto.

Há mais. No segmento do comércio e serviços, 98% do total das empresas brasileiras englobam-se nesse segmento. Na área industrial, os números não ficam atrás: são 95,7% dos estabelecimentos existentes.

Esses valores, assustadoramente expressivos, abrangem só a economia formal. Computados os da economia informal, volta-se para um terço do Produto Interno Bruto. A mão-de-obra atinge a nada desprezível cifra de 80 milhões de pessoas.

Traduzindo: as micro e pequenas empresas empregam mais do que a metade dos brasileiros, dez vezes a população de Portugal e mais de duas vezes e meia a da Argentina.

É com esse cacife que os empresários do setor se mobilizam para aprovar cinco emendas à Constituição. Elas resumem as principais reivindicações do segmento. O que querem eles? Alterar o art. 7 em quatro pontos é o primeiro passo. Parte-se do princípio de que se tem de estabelecer critérios diferentes para coisas diferentes. Em outras palavras: "tratar desigualmente os desiguais, de acordo com suas desigualdades".

Micro e pequena empresa difere de média e grande empresa. É economicamente mais frágil e, claro, não pode arcar com as mesmas despesas da grande. Por isso, uma emenda acrescenta ao inciso V, do art. 7 a expressão "dele excluídos os trabalhadores da micro empresa e da empresa de pequeno porte."

Alterado, o artigo ficará com a seguinte redação: "Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, dele excluídos os trabalhadores da microempresa e da empresa de pequeno porte."

O alcance dessa emenda é inestimável. Aprovada, ficam as micros e pequenas empresas libera-

das de pagar os mesmos pisos salariais das médias e grandes empresas. Empregador e empregado poderão fixar salários em livre negociação.

A emenda trará prejuízos ao empregado? Claro que não. Ele continua protegido pelo salário mínimo. E terá a grande chance de sair da informalidade e integrar o mercado formal de trabalho, sob a cobertura dos direitos trabalhistas.

Para a empresa a emenda é muito importante. Ela protege os pequenos, hoje obrigados a suportar valores salariais injustos, superiores à sua capacidade de estrutura simplificada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a repetir: é importante tratar desigualmente os desiguais. Esse princípio norteia outra modificação do art. 7. Dessa vez é o inciso XIII, que deve sofrer acréscimo do seguinte texto: "e acordo individual quando o empregador for microempresa ou empresa de pequeno porte."

A redação do inciso XIII do art. 7 passa a ser: "duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho e acordo individual quando o empregador for microempresa ou empresa de pequeno porte."

O que se quer com a emenda? Desvincular as pequenas e médias empresas das convenções coletivas de trabalho. Não é difícil explicar a razão do divórcio, Sr. Presidente.

Nas convenções coletivas de trabalho, o critério das decisões tem por base a estrutura e a natureza do trabalho nas médias e grandes empresas. Depois, transplanta-se o mesmo critério para os pequenos. O que, convenhamos, não é justo nem viável.

Peço permissão a V. Ex^{as}s para usar um verbo da moda: flexibilizar. Ele traduz bem o objetivo da emenda, que dá flexibilidade ao empregador de negociar com os empregados a distribuição da jornada de quarenta e quatro horas semanais.

Por que essa diferenciação? Ora, Sr. Presidente, a jornada de trabalho varia de acordo com o volume da demanda e os prazos, porque uma empresa de fundo de quintal, por exemplo, não dispõe de mão de obra numerosa, nem carga horária estável.

Outra proposta, Sr. Presidente, altera o inciso XXVI do mesmo art. 7. Ela acrescenta ao texto atual a passagem "salvo para microempresa e a empresa de pequeno porte."

Alterado, o inciso passa a ter a seguinte redação: "reconhecimento das convenções e acordos co-

letivos de trabalho salvo para microempresa e a empresa de pequeno porte."

O trabalhador da microempresa Sr. Presidente, Srs. Senadores, vive realidade sócio-econômico diferente da das grandes empresas. Impõe-se, por isso, poupar o micro e pequeno empresário de exigências oriundas das grandes.

Essa é uma saída desejável para as duas partes. Contribui para tirar o trabalhador da informalidade, onde se refugiam hoje 57% da população economicamente ativa do país. E a empresa da ilegalidade, passando ela a pagar os encargos que tanta falta fazem aos cofres do Governo. Um tripé de benefícios; bom para o trabalhador, bom para o empresário e bom para o País.

De todas as propostas, Sr. Presidente, a que mais bem expressa a natureza e o feitio da micro e pequena empresa é a que acrescenta um parágrafo ao inciso XXXIV do art. 7. Diz ele:

"Equiparam-se à categoria dos trabalhadores domésticos os trabalhadores de microempresa com até cinco empregados, assegurados a estes também o direito previsto no inciso III."

No fundo, no fundo, as pequenas e micro empresas são uma família. Têm caráter familiar, o que torna o relacionamento entre patrão-empregado pessoal, íntimo, marcado por grande dose de informalidade. Outra vez, ganham todos. O governo, com o acréscimo da receita de impostos. O empregado, por desfrutar de proteção da legislação trabalhista. O empresário, por adquirir acesso a créditos, a novas tecnologias e ampliar os próprios horizontes de expansão dos negócios.

A última emenda, Sr. Presidente, mas não menos importante, altera o art. 179. A mudança é pequena, uma palavra apenas é acrescida: trabalhador. Mas o alcance é inestimável.

Leio o texto já alterado:

"A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias, trabalhistas e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei."

Outro salto, Sr. Presidente, será o fim do peso-delo. A contratação de empregados de pequenas e grandes empresas não pode reger-se pelos mesmos

regulamentos. A emenda propõe que se estabeleça em lei a diferença.

Em síntese: as cinco propostas de emenda à Constituição de interesse direto da pequena e micro-empresa insistem numa única tecla. É preciso tratar desigualmente os desiguais de acordo com suas desigualdades.

Os pequenos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, contam com nosso apoio. Como esta Casa nunca se furtou a atender reivindicações justas e de extenso alcance social, afirmo que podem ficar sossegados. Nós estamos com eles.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, que disporá de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, realizou-se nos dias 29 e 30 de setembro último, em Macapá, Capital do Estado do Amapá, a Terceira Reunião das Bancadas Parlamentares dos Estados que integram a Amazônia Legal. Simultaneamente a esse evento, a SU-DAM reuniu, na mesma cidade, o seu Conselho Deliberativo, que, na oportunidade, cumpriu importante agenda, para debater e aprovar vários projetos de incentivos fiscais para empresas que atuam na Região.

E, tornando ainda mais importante a rodada de debates e conclusões, reuniram-se também, em Macapá, os Superintendentes do INCRA nos Estados da região, que, ao final, promoveram a divulgação da Carta da Amazônia. É um documento que, por sua atualidade, passo a ler, na íntegra, a fim de dar conhecimento à Casa, passando a constar nos seus Anais.

"CARTA DA AMAZÔNIA

A Reforma Agrária Brasileira vive um momento extremamente importante, carecendo, portanto, do envolvimento e comprometimento efetivo da sociedade em todo o seu processo.

O programa representa um forte e eficaz instrumento no processo de transformação da estrutura econômica, política e social das regiões e de seus beneficiários.

Reducir o êxodo rural, aumentar a oferta de alimentos, incorporar trabalhadores rurais ao processo produtivo, gerar emprego e renda no campo a custos inferiores aos ge-

rados nas cidades, difundir tecnologias que possibilitem a elevação dos índices de produtividade são objetivos básicos da Reforma Agrária.

A busca da articulação institucional no campo da pesquisa, da assistência técnica, da implantação de infra-estrutura a custos reduzidos, da capacitação e do crédito rural se constitui num processo cada vez mais importante e necessário ao alcance dos objetivos da Reforma Agrária.

Na Amazônia, a Reforma Agrária não se diferencia das demais regiões em seus aspectos fundamentais; no entanto, levando-se em consideração suas peculiaridades, requer particular atenção do Poder Público em suas diversas esferas de competência, ou seja, Executivo, Legislativo e Judiciário.

As especificidades da Região, aliadas a políticas equivocadas e desconexas, proporcionaram uma estrutura agrária deformada e concentradora.

Esse quadro revela a firme convicção da necessidade do fortalecimento do Incra como organismo gestor da Reforma Agrária. Para tanto, torna-se necessário que alguns pontos sejam destacados como indispensáveis para a melhoria do desempenho do órgão, tais como:

1- Orçamento:

Sendo o orçamento instrumento norteador do fluxo de recursos para execução das diversas ações de governo, faz-se necessário que o montante atenda às atividades planejadas e que o cronograma de liberação seja compatível com o ano agrícola da região.

A transferência das atividades programadas, de um exercício para outro, ocasionada por insuficiência e tardia liberação de recursos financeiros, vem provocando grande insatisfação junto aos trabalhadores rurais e comprometendo o futuro da Reforma Agrária.

Em face da extensão territorial da Amazônia e o estoque de terra existente, é necessário apoio efetivo dos parlamentares na alocação de recursos que possibilitem o desenvolvimento da Região, contribuindo com a redução das desigualdades, garantindo respostas positivas para a melhoria das condições de vida de milhares de trabalha-

dores rurais, levando em conta que a agricultura familiar responde por 90% do volume da produção de alimentos básicos na Região.

2 - Créditos para reforma agrária:

O crédito tem-se constituído como instrumento fundamental para o desenvolvimento da pequena produção familiar nos Projetos de Assentamento do Incra.

2.1 - Crédito de implantação

O crédito de implantação (Fomento, Habitação e Alimentação), oriundo do orçamento do Incra, atua como vetor inicial para a sustentabilidade dos assentamentos. Com esses créditos, o Incra viabiliza uma série de benefícios aos assentados, tais como: implantação de agro-indústrias; aquisição de matrizes para pecuária (leite/corte); avicultura; abastecimento de água; construção de habitação rural; e compra de alimentos que permitam aos recém-assentados condições dignas no início de suas ações.

É necessário, portanto, que toda a Bancada amazônica garanta ao Incra recursos orçamentários suficientes para atender às demandas das famílias que estão sendo assentadas no ano de 95 e que, no exercício de 96, necessitarão desses créditos. Referida proposta destina-se a um público assentado de aproximadamente 25 mil famílias.

2.2 - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA

O Procerá tem representado um importante veículo na estruturação da produção. Com caráter social e subsídio do FNO e do Orçamento da União, proporcionou nos últimos anos uma grande inversão de recursos na produção, e um maior grau de eficiência e satisfação junto aos trabalhadores rurais, que reconhecem no programa uma grande saída para a solução de suas necessidades.

Através do voto do Conselho Monetário Nacional nº 101, de 22 de agosto de 1995, o teto de recursos financiados pelo Procerá para investimentos é de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), por família, enquanto que o FNO Especial estabelece um teto de cerca de R\$12.000,00 (doze mil reais), com a desvantagem de maior dificuldade do pequeno trabalhador ter acesso a essa linha de crédito, em relação ao Procerá.

Devem ser implementados esforços para fortalecer os trabalhos de assistência técnica, haja vista o compromisso de atender, no exercício de 1995, a cerca de 25 mil famílias em 100 Projetos de Assentamentos, o que, no entanto, dependerá de reforço de recursos, especialmente para aquisição de viaturas, contratação de pessoal e manutenção dos escritórios.

Da mesma forma, o Basa necessita de ampliação no seu quadro funcional para fazer frente à demanda do Procerá e FNO Especial, fato que tem restringido a atuação desses programas, além das poucas agências distribuídas no interior dos Estados da Amazônia.

Portanto, solicitamos dos Srs. Parlamentares ampliação dos recursos do FNO para o Procerá, de 10% para 30%, para que tenhamos condições de atender a todos os assentados e desenvolver a pequena produção familiar, contribuindo com a geração de emprego e renda.

3 - Aperfeiçoamento da lei

A legislação agrária vigente, sobremodo a Lei Complementar nº 76/95 e a Lei nº 8.629/93, necessitam adequar-se à realidade, propiciando ao Incra condições de implementar o programa de Reforma Agrária, com referência a ações expropriatórias. A legislação citada vem permitindo que no curso do processo expropriatório existam burlas por parte dos futuros expropriados, o que em algumas regiões do País tende a inviabilizar as ações para a obtenção de terras públicas via desapropriação. Sugerimos que já no ato da notificação do Incra ao detentor do imóvel seja iniciado o processo vinculativo, e aquele imóvel objeto da vistoria não possa mais ser desmembrado ou "maquiado" com novas benfeitorias, salvo se comprovado tratar-se de propriedade produtiva.

A notificação do Incra ao proprietário seria extensiva aos cartórios de imóveis, que também sobrestariam qualquer alienação até a conclusão do processo expropriatório.

Ao ensejo da conclusão desse importante evento, no qual parlamentares da Amazônia discutiram com profundidade assuntos da maior relevância para o desenvolvimento da Região, os Superintendentes do

Incra têm a honra de apresentar suas contribuições para o equacionamento das questões fundiárias.

Esperando contar com o efetivo apoio dos Parlamentares para que as propostas sejam viabilizadas, renovamos nosso compromisso com o desenvolvimento da Região.

Macapá, 29 de setembro de 1995.

Ronaldo Fernandes Costa Lima, Superintendente do Incra no Amapá; Maria José Almeida Gusmão, Superintendente do Incra no Amazonas; Walter Cardoso, Superintendente do Incra no Pará; Raimundo de Araújo Lima, Superintendente do Incra no Acre; Francisco Orlando Consta Muniz, Superintendente do Incra no Maranhão; e Manoel Andrade Freitas, Superintendente Adjunto do Incra em Roraima."

A leitura do importante documento que acabo de fazer, emitido pelos Superintendentes do Incra da Região Amazônica, representa uma valiosa contribuição para o processo de reforma agrária em nosso País - contribuição que se destaca neste momento grave, quando estamos tomando conhecimento, pelo noticiário da imprensa, do clima explosivo que já leva a diversas invasões de terra e à formação de milícias particulares pelos fazendeiros, seus proprietários.

No momento em que o Governo está preocupado com esse problema, capaz de realmenteoccasionar uma convulsão social no campo, a contribuição dos superintendentes do Incra, aprovada no Encontro de Macapá, merece todo o nosso acolhimento, inclusive em termos de apoio às providências que estão sendo solicitadas no documento por eles emitido e que acabo de apresentar à Casa.

Este, Sr. Presidente, é o registro que me trouxe à tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias. S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, S^{rs}s e S^{rs}s. Senadores, acompanho com atenção os pronunciamentos feitos nesta Casa a respeito da reforma agrária e vejo que esse tema voltou não apenas a ser notícia, mas também a fazer parte dos discursos, tanto do Legislativo quanto do Executivo.

Infelizmente, não vi ainda ser apontado o principal entrave para a consecução de um plano sério de reforma agrária, que respeite efetivamente o direito de propriedade, como está na Constituição, de que foi Relator o Senador Bernardo Cabral, e, de outro lado, que respeite também os direitos daqueles que efetivamente são trabalhadores rurais e merecem o acesso à terra.

Em primeiro lugar, não há, por parte do Governo, até agora, uma seleção daqueles que pleiteiam a terra, de quais são efetivamente as famílias que, originárias da terra, teriam condições de ocupando um lote, torná-lo produtivo. Esse é o primeiro ponto.

Mas o ponto mais nevrágico, mais grave, que entrava o desenvolvimento da reforma agrária no País é que as TDA que o Governo lança para indenizar as desapropriações são os chamados títulos pôndres e, portanto, não atraem o proprietário a permitir que a desapropriação de uma área, até mesmo improductiva, ocorra de forma pacífica.

As TDA, para que os Srs. Senadores tenham idéia, estão sendo resgatadas hoje no mercado, se vencidas, por 58% do seu valor de face, em média; se a vencer, por 30% do valor de face.

O mais grave ainda, S^{rs}s e S^{rs}s. Senadores, é que o Governo, que permite que os títulos sejam comercializados com esse deságio - 58%, se vencidos; 30%, se a vencer -, os recebe como pagamento de impostos, de tributos a que a União tem direito, pelo valor de face. Ou seja, o Governo vende o título e permite o seu recebimento por apenas 30% do seu valor, mas depois recebe os mesmos títulos pelo seu valor de face, ou seja, por 100% do seu valor.

Já se formou, neste País, um grupo de profissionais das TDA, que ganha muito dinheiro nas costas de um governo que, por ainda não ter apresentado uma solução viável para o problema do deságio das TDA, não pode também apresentar uma solução viável para a reforma agrária.

Quero não apenas criticar, mas apresentar aqui uma proposta: a criação do fundo agrário, que poderia permitir a valorização e dar mais credibilidade às TDA. Aí, sim, teríamos uma reforma agrária mais célere, efetiva. Proprietários de terras improdutivas seriam os primeiros a se interessar em oferecer as suas terras para a reforma agrária, porque eles receberiam o valor justo pela terra que não está produzindo.

Perguntam qual seria a origem dos recursos que comporiam esse fundo agrário. Fiz um levantamento minucioso de todos os fundos que compõem, hoje, o FIF, que reúne todos os fundos antigos, in-

clusive o Fundo de **Commodities**, e cheguei à conclusão de que, normalmente, esses fundos atingem R\$60 bilhões, em média.

Pois bem, o Governo não mexeria em um centavo do Tesouro da União se obrigasse os bancos a comprarem 10% do valor do FIF para aplicar no fundo agrário, ou no fundo do crédito rural. Não haveria nenhum custo para a União, nenhum custo para o Erário, nenhum custo para o Tesouro. Esse fundo poderia atrair, inclusive, recursos externos, que, compondo-o, financiariam não apenas a desapropriação e a indenização das terras, mas, muito mais do que isso, financiariam a viabilização das novas propriedades rurais, transformando os sem-terra em proprietários produtivos das novas áreas.

Da forma que está não adianta discursar, porque sequer os proprietários assentados há anos, proprietários antigos, pequenos, médios e grandes, estão viabilizados em suas propriedades, por falta de crédito, por falta de preço para os seus produtos e por excesso de impostos.

O Governo, ao não resolver o problema da credibilidade das TDAs, está desautorizado a estabelecer metas para a reforma agrária, porque ao fazer isso cria uma expectativa que não pode cumprir. A expectativa não cumprida é ainda acalentada por uma entrevista, dada talvez em um dia infeliz do Presidente da República, que disse: Vou assentar todos aqueles que estiverem debaixo de lona neste País. Ora, aqueles que não estavam debaixo de lona ficaram animados para ir para debaixo da lona, porque viram na entrevista do Presidente Fernando Henrique a possibilidade de serem assentados, expectativa que se cria todas as vezes que se muda o dirigente do órgão, todas as vezes que são estabelecidas metas que jamais são cumpridas.

É bom que se diga aqui que o período em que mais se assentaram famílias, através da reforma agrária, foi o do Governo do Ex-Presidente José Sarney, quando uma média de 20 mil famílias por ano foram assentadas. E não havia um discurso tão agressivo em relação à reforma agrária como existe hoje, o que é prova de que não resolve nada o discurso agressivo se não for instrumentalizado o programa, a partir exatamente desse ponto que estou levantando, da criação do fundo agrário. Esse dinheiro seria resgatado com títulos dos bancos, sem nenhum custo para o Erário, repito, compondo um volume de recursos que, no primeiro ano, chegaria a R\$6 bilhões e que poderia, portanto, proporcionar o financiamento não apenas das terras, mas a viabilização delas.

Talvez o Partido dos Trabalhadores interprete até como direitista a minha proposta para a reforma agrária. Mas não é. É uma proposta prática. Se uma família, na cidade, precisa de uma casa, tem que pagar por ela em prestações, em um prazo de 15 a 20 anos. Por que, então, a terra, na reforma agrária, tem que ser distribuída de graça? Por que os Títulos da Dívida Agrária não pagam, por exemplo, apenas 50% do valor da terra, e os outros 50% não são pagos pelo assentado naquela terra? Ao pagar a primeira prestação, ele estará também desautorizado a abandonar a propriedade. E falo aqui de cadeira, como ex-Secretário da Agricultura do Paraná por oito anos, caro Presidente. Vi cerca de 40% das famílias assentadas abandonando os seus lotes, cedendo-os a outros, inclusive de forma irregular. dessa forma, a reforma agrária não caminha.

Estou oferecendo uma proposta que é prática. Podem considerá-la de direita, de esquerda ou de centro; não me interessa. É uma proposta que caminha olhando para o horizonte futuro. Se as famílias que estão recebendo os lotes ficarem obrigadas a pagar 50% dessa terra com o financiamento desse fundo agrário que estou propondo, jamais abandonarão a propriedade. Quem pagar uma ou duas prestações não deixará a propriedade de forma nenhuma. Ao contrário, sentir-se-á, afi sim, dono da mesma, mais responsável; e, sendo assim, cuidará de torná-la produtiva.

Estou elaborando essa proposta e vou entregá-la ao Presidente da República. Quero o apoio de todos os partidos. Se for preciso, posso transformá-la em lei, porque estou oferecendo uma proposta que traz o fundo de financiamento e a estratégia de execução da reforma agrária sem conflitos. Não acredito que um proprietário de terras, ao receber a indenização de sua terra, que estava improdutiva, pelo valor justo, vá brigar na Justiça para não receber esse valor e cedê-la à reforma agrária. Por outro lado, não acredito que as famílias dos verdadeiros agricultores que estão se candidatando a ter um pedaço de terra negar-se-ão a pagar 50% do valor da mesma.

O Sr. Júlio Campos - Senador Osmar Dias, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS - Pois não, Senador Júlio Campos.

O Sr. Júlio Campos - Deixei a Presidência deste Plenário a fim de apartear o seu importante pronunciamento com relação ao polêmico assunto que hoje abrange todo o Brasil, que é a reforma agrária. V. Ex^a está indo ao âmago da questão quando menciona a criação desse fundo, que é realmen-

te importante para o Brasil. Hoje, a desmoralização dos TDAs é muito grande. A indústria de compra e venda de TDAs neste País é visível a olho nu e não só para pagar impostos como também para a política de privatização das nossas estatais. O TDA, que é podre lá fora, na hora da compra de uma estatal vale ouro, dólar, real. No entanto, para efeito de uma política de reforma agrária, é desmoralizado. Com relação ao segundo item que V. Ex^a aborda, de que a reforma agrária poderia ter duas mãos - além do Governo, a iniciativa privada; ou seja, o cidadão beneficiado com a terra daria a sua contribuição -, considero-o válido. Como engenheiro agrônomo e ex-Diretor de Colonização do Governo do Estado de Mato Grosso, na gestão dos Governadores Pedro Pedrossian e José Fragelli, convivi muito com a política de reforma agrária e colonização e fizemos um grande programa em Mato Grosso com essa experiência. O Governo do Estado participava com o recurso para a compra da terra e, através da Codemat, cobrava um percentual do assentado. Durante um prazo de cinco anos, ele pagava a sua prestação, a sua contribuição e isso evitava a indústria de venda dos títulos, porque, no levantamento que fizemos na então colônia agrícola do Rio Branco, na região de Cáceres, na fronteira com a Bolívia, verificamos que os cidadãos que estavam chegando lá já haviam passado pela colônia agrícola de Dourados, que foi feita por Getúlio Vargas - hoje Mato Grosso do Sul -, e já haviam passado pela colônia agrícola de Rondonópolis, feita na gestão do Governador Arnaldo Estevam de Figueiredo e Pontes de Arruda, sendo que muitos deles já caminhavam para Rondônia. Eles ouviam falar que haveria colonização em Rondônia, que estavam fazendo reforma agrária naquele Estado, vendiam a sua terra a preço de nada - em troca de bicicleta, de rádio de pilha ou de qualquer coisa - e iam correndo para Rondônia. Isso ocorria no tempo em que eu era engenheiro agrônomo da Codemat, há mais de 20 anos. Hoje, eles já devem ter passado pelo Acre, devem estar no Peru ou chegando na América Central, porque era uma indústria de andanças permanentes. Os mais抗igos técnicos da colonização de Mato Grosso já conheciam muitos deles como colonizadores profissionais, ou seja, reformadores agrários profissionais. A sugestão de V. Ex^a, no sentido de que o cidadão pague uma parte do seu título para colaborar com os benefícios da infra-estrutura necessária para um programa de reforma agrária - estradas vicinais, postos de saúde, escolas, armazenamento, fornecimento de equipamentos -, vem impedir fatos como

os que ocorrem no Brasil, ou seja, a indústria daqueles que vivem a caçar terra onde o Governo a está concedendo. No instante em que ele tirar dinheiro do seu bolso - porque essa é a maior dor do brasileiro -, aí, sim, ele valorizará o seu patrimônio. Portanto, Senador Osmar Dias, receba os meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, que é de vital importância para tentarmos resolver a situação fundiária do nosso País, que é muito grave neste instante.

O SR. OSMAR DIAS - Senador Júlio Campos, acolho, com muita satisfação, o seu aparte e o incorpo ao meu pronunciamento. Cito, inclusive, uma preocupação que tem tomado conta do Senado, do Executivo e do País inteiro, com relação às invasões, quando surgem propostas que preocupam ainda mais aqueles que estão interessados em resolver o problema.

Outro dia, ouvi aqui uma proposta - e vou citá-la, embora esteja ausente o seu autor - que temi ser transformada em lei ou em realidade. Alguém sugeriu que os proprietários de áreas superiores a 200 hectares fossem obrigados a ceder 3% de suas áreas para a reforma agrária. Ora, isso seria o mesmo que propor a quem tem um apartamento de mais de 100m² na cidade que cedesse 3% do seu imóvel, ou a quem tem uma rede de escolas que cedesse 3% da mesma aos professores. Propostas irrealizáveis não resolvem o problema, assim como o discurso emocionado e demagógico.

Creio que precisamos, Senador Júlio Campos, de propostas concretas. E o que estou trazendo é uma proposta concreta, que depende da vontade política do Governo em adotá-la para resolver esse problema grave.

Por um lado, está o direito de propriedade. Inclusive, quero chamar a atenção do Relator da Constituição, Senador Bernardo Cabral, para uma tese que quero levantar. Dizem que a desapropriação é uma agressão ao direito de propriedade, mas entendo que é uma defesa do direito de propriedade, porque ela se refere apenas aos proprietários relapsos, àqueles que não atendem ao objetivo social de transformar a propriedade em produtiva. Ou seja, será desapropriado apenas o imóvel que estiver com alguma irregularidade legal.

Então, na verdade, a Constituição defende a desapropriação no caso em que a propriedade não estiver cumprindo os seus objetivos sociais.

O Sr. Lúdio Coelho - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS - Com satisfação, ouço o aparte do nobre Senador Lúdio Coelho.

O Sr. Lúdio Coelho - Senador Osmar Dias, o pronunciamento de V. Ex^a é muito importante. Porém, gostaria de lembrá-lo que a terra está sendo citada de maneira emocional. A terra, como é do conhecimento de V. Ex^a, representa, no máximo, 10% ou 12% do custo de uma reforma agrária. Quer dizer, ela não é o problema. O problema é a viabilidade, a subsistência de quem vai habitá-la. Portanto, a criação desse fundo é muito adequada. Cheguei do meu Estado hoje e verifiquei que a agricultura brasileira está passando por um período extremamente difícil. conversei com muitas pessoas que estão preocupadas, porque a agricultura está sendo arrebatada. Os seus produtos estão sendo vendidos por preços menores do que no período da implantação do Plano Real. Agora, assistimos à inércia do Governo ante as invasões - e estão querendo mudar o nome para "ocupação". Assistimos pela televisão o camarada chegar com um alicate, cortar a cerca do proprietário, atear fogo nas invernadas e fechar o gado no mangueiro. Um oficial de justiça entregou uma intimação ao líder dos ditos sem-terra, e este disse não ser o Rainha. O oficial de justiça pediu, então, o documento. Ele se retirou e não aconteceu nada. Quero ver até aonde vai essa questão. Creio, portanto, que é muito adequado o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS - Obrigado. Incorpo também o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

O Sr. Bernardo Cabral - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS - Com muita honra, nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral - Senador Osmar Dias, peço o aparte não só pela forma honrosa de ter sido citado no seu discurso, mas para trazer à lembrança dos eminentes colegas que, por duas vezes, me ocuparam deste tema, na tribuna do Senado. Na última, até pedi aos eminentes Senadores que não me tomassem como repetitivo, até como inconveniente. Lembro-me de que alertei os Senadores que estavam presentes, Senadores Júlio Campos e Nabor Júnior, para o problema que encerra uma gravidade imensa. Depois, na quarta-feira que antecedeu ao feriado do dia 12, voltei à tribuna e demonstrei que essa matéria não pode ser abordada sob a ótica do viés ideológico. Recordo-me que o eminentíssimo Senador Eduardo Suplicy apoiou o meu pronunciamento, porque nele viu a preocupação de quem analisa a reforma agrária do ponto de vista racional, e não emocional. Àquela época, eu dizia que o Governo precisava ter cuidado porque, de um lado, poderia

gerar o líder, ou causar o mártir. E, de outro, poderia levar os proprietários a criarem a sua milícia particular para a defesa. Como eu fazia esse diagnóstico, eu apresentava a terapêutica, no sentido de que todos compartilhássemos - foi o termo que usei - para a solução desse problema. Vejo hoje que V. Ex^a - o que aliás tem sido uma característica, destaque-se - aborda o tema dentro da seriedade que ele requer. Não podemos, de uma hora para outra, dizer que o proprietário perde a razão ou que os sem-terra não devem ser ouvidos, quaisquer que sejam os termos: ou ocupação, ou invasão. Repito: o problema agrário não é problema de polícia; é social. Ainda há pouco, conversando com o Senador Antonio Carlos Magalhães, lembrávamo-nos o que desembocou no País há alguns anos, em função de reforma agrária. Aceite V. Ex^a meus cumprimentos. Quero que acople às suas palavras estas minhas deslustradas, que pretendem mostrar que o Senado tem a responsabilidade de analisar essa questão; não se deve pensar que o Governo sozinho vai resolver o problema.

O SR. OSMAR DIAS - Agradeço a V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a tem sido um grande mestre para mim, nesta Casa.

Senador Bernardo Cabral, enquanto se discute a questão no campo ideológico ou meramente demográfico, a bola de neve está crescendo. Quando o Governo fala que assentou 17 ou 20 mil famílias, a fila dos desassentados está crescendo.

Já citei várias vezes que a CNA - Confederação Nacional da Agricultura, baseada em dados de um levantamento, acusa que quase 600 mil produtores rurais perderão suas propriedades neste ano e, desta forma, se transformarão em sem-terra. Ora, assentar 20 mil e desassentear 600 mil é - parece-me - o cumprimento da reforma agrária às avessas.

Trago uma solução prática. Fui desafiado por um Senador gaúcho, há dias, que me pediu para apontar a fonte dos recursos. Estou trazendo não apenas a fonte do dinheiro, mas o valor que poderia ser conquistado.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) - A Mesa informa ao nobre Senador Osmar Dias que o tempo de V. Ex^a já está esgotado e ultrapassado em três minutos. Peço que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS - Peço mais um minuto para encerrar, Sr^a Presidente. Muito obrigado.

Como eu dizia, trago a fonte do dinheiro, o volume de recursos, a estratégia de execução da reforma agrária. Vou escrever a proposta - ainda não o fiz; vou escrevê-la, apresentá-la ao Presidente da

República. Para tanto, peço apoio ao Senado. Suscito, no entanto, a questão a respeito da definição de propriedade produtiva. Propriedade produtiva, como todos sabem, é aquela que produz. Como o Incra vai agir, Senador Júlio Campos, Senador Pedro Simon, no caso de um agricultor que não vai plantar este ano por falta de dinheiro, de crédito? Se ele deve, não é porque quer; deve porque não conseguiu pagar a conta. Isso é o que ocorre na maioria dos casos. Não plantando este ano, o agricultor pode ter sua propriedade considerada improdutiva e, por consequência, desapropriada.

Portanto, é preciso muito cuidado ao se discutir o conceito de propriedade produtiva. Esse é um tema que deve ser debatido por pessoas que entendem do assunto e não por pessoas que querem apenas fazer média e demagogia.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice- Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Júnia Marise.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) - Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.335, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos PLS nºs 115 e 187, ambos de 1995, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1995. – Senador Roberto Freire.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – O requerimento será incluído em Ordem do Dia oportunamente, consoante o disposto no art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.336, DE 1995

Senhor Presidente,

Com fulcro no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda informações sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro obrigatório é coercitivamente imposto aos cidadãos para se prevenirem contra danos futuros, pelos quais são responsáveis em decorrência do tráfego de seus automóveis ou veículos automotores. O seu caráter compulsório fica evidenciado pela exigência de sua comprovação para o licenciamento do veículo pelo poder público.

Com relação ao seguro supramencionado, desejo solicitar ao Sr. Ministro:

a) o total arrecadado anualmente, nos últimos cinco anos;

b) qual o montante destinado ao Governo, em igual período;

c) relação das seguradoras credenciadas, com o montante arrecadado individualmente pelas mesmas, no período considerado;

d) qual o montante de prêmios pagos anualmente, nos últimos cinco anos, por seguradora.

Justificação

Compete privativamente à União legislar sobre política de seguros, conforme o art. 22 da Constituição Federal. O seguro compulsório sobre veículos foi instituído pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e regulamentado pelo Decreto nº 61.867, de 7 de dezembro de 1967, sob a forma de seguro de responsabilidade civil. De acordo com a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, regulamentada pela Resolução nº 1/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados-CNSP, o referido seguro assumiu a nítida característica dos seguros de acidentes pessoais, enfatizando-se o seu sentido social, no amparo às vítimas de danos físicos, não materiais.

A fiscalização do Sistema Nacional de Seguros Privados é exercida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, entidade vinculada ao Ministério da Fazenda. O caráter eminentemente social do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou' por carga, a pessoas transportadas ou não, bem como a sua compulsoriedade, conferem legitimidade ao Senado Federal para se informar a respeito do mesmo.

O crescente número de vítimas de trânsito, em nosso País, e o papel da atividade securitária como fonte de recursos financeiros, nas economias modernas, justificam o presente requerimento, em razão da necessidade de serem fornecidas informações que possibilitem uma eventual proposição legislativa que reduza a incidência dos acidentes com veículos e que minore o sofrimento das pessoas atingidas, possibilitando-lhes melhor atendimento e mais rápida recuperação.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1995. – Senador **Ernandes Amorim**, Quarto Secretário do Senado Federal.

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
 Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II – desapropriação;

III – requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV – águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V – serviço postal;

VI – sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferências de valores;

VIII – comércio exterior e interestadual;

IX – diretrizes da política nacional de transportes;

X – regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI – trânsito e transporte;

XII – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII – nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV – populações indígenas;

XV – emigração e imigração, entrada, extração e expulsão de estrangeiros;

XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII – organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVIII – sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX – sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX – sistemas de consórcios e sorteios;

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII – competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII – seguridade social;

XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

XXV – registros públicos;

XXVI – atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração

pública, direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, nas diversas esferas de governo, e empresas sob seu controle;

XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX – propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

.....
 *Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no *caput* deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Regimento Interno do Senado Federal

.....
 Art. 215. São escritos os requerimentos não referidos no artigo anterior e dependem de votação por maioria simples, presente a maioria da composição do Senado, salvo os abaixo especificados:

I – dependente de decisão da Mesa, requerimento de informação a Ministro de Estado (Const., art. 50, § 2º);

II – dependentes de despacho do Presidente:

a) de publicação de informações oficiais no Diário do Congresso Nacional;

b) de esclarecimentos sobre atos da administração interna do Senado;

c) de retirada de indicação ou requerimento;

d) de reconstituição de proposição;

III – dependentes de votação com a presença, no mínimo, de um décimo da composição do Senado:

a) de licença para tratamento de saúde;

b) de prorrogação do tempo da sessão;

c) de homenagem de pesar, inclusive levantamento da sessão.

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

IV – se deferidos, serão solicitadas, ao Ministro de estado competente, as informações requeridas, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. Se indeferido, irá ao arquivo, feita comunicação ao Plenário;

V – as informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de setenta e duas horas, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto na Constituição, art. 50, § 2º.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, as disposições do parágrafo anterior ao caso de fornecimento de informações falsas.

(À Mesa, para decisão)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.337, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro que a Mensagem nº 284, de 1995, (Mensagem nº 858, na origem) passe a tramitar conjuntamente com o Projeto de Resolução nº 53, de 1995.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1995. – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Júnia Marise) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, consoante o disposto no art. 255, inciso II, alínea c, item 08, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.146, de 11 de outubro de 1995, que "acrescenta parágrafo ao art. 75 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
José Fogaça	Coutinho Jorge
Fernando Bezerra	Flaviano Melo
PFL	
Carlos Patrocínio	Odacir Soares
Bello Parga	Jonas Pinheiro
PSDB	
Pedro Piva	Jefferson Péres
PPS	
Roberto Freire	PP
Antonio Carlos Valadares	João França

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco (PFL-PTB)	
Régis de Oliveira	Darci Coelho
Jair Siqueira	Cláudio Cajado
PMDB	
Geddel Vieira Lima	Ubaldo Corrêa
PSDB	
Silvio Torres	Zulaiê Cobra
PPR	
Ibrahim Abi-Ackel	Jarbas Lima
PPS	
Augusto Carvalho	Sérgio Arouca
PV	
Fernando Gabeira	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

– Dia 17-10-95 - designação da Comissão Mista.

– Dia 18-10-95 - instalação da Comissão Mista.

Até 18-10-95 - prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 27-10-95 - prazo final da Comissão Mista.

Até 11-11-95 - prazo no Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) - Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1995 (nº 3.811/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera dispositivos do Código de Processo Civil, relativos ao procedimento sumaríssimo.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) - Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 1995, de autoria do Senador Hugo Napoleão, que dispõe sobre o Depósito Legal de publicações na Biblioteca Nacional.

A matéria foi aprovada em apreciação conclusiva pela Comissão de Educação.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) - Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 108, de 1995, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que altera o parágrafo único do art. 107, do Regimento Interno do Senado Federal.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição e Justiça e Cidadania; e Diretora.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) - Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 285, DE 1995

Torna obrigatória a inserção da expressão: "O Ministério da Saúde adverte: o consumo excessivo de bebidas alcoólicas é prejudicial à saúde" nas embalagens e recipientes de bebidas alcoólicas, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas produtoras, distribuidoras e importadoras de bebidas alcoólicas destinadas ao consumo em território nacional, ficam obrigadas a inserir nos rótulos das embalagens e recipientes, a expressão: "O Ministério da Saúde adverte: o consumo excessivo de bebidas alcoólicas é prejudicial à saúde".

Art. 2º A infração aos dispositivos desta lei configura crime sujeito às penalidades da legislação sanitária federal e à imediata apreensão do produto, independentemente das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O alcoolismo configura-se, sem dúvidas um dos maiores desafios colocados perante a sociedade nesse final de século. No Brasil, particularmente, as cifras reveladas de estudos e pesquisas de especialistas constituem por si, só motivos de extrema preocupação para as autoridades responsáveis da área de saúde pública bem como de todo cidadão minimamente consciente dos graves riscos que tal situação representa para o futuro da Nação, caso, as providências necessárias e adequadas não sejam levadas a efeito em turno hábil.

Dados colhidos junto ao Programa Nacional de alcoolismo, do Ministério da Saúde, revelam que 3,3 bilhões de dólares são gastos anualmente, em virtude do consumo excessivo de bebidas alcoólicas, a par de 428.000 internações hospitalares efetuadas em decorrência direta desse mal.

Trágicamente, o índice de acometimento da população juvenil tem-se mostrado alarmante, chegando a 66,9% dos jovens entre 10 e 19 anos de idade, segundo pesquisa tornada pública em maio de 1995. O Estudo Multicêntrico de Morbidade Psiquiátrica em Áreas Urbanas Brasileiras, de 1992, constatou que, na cidade de São Paulo, 7,2% dos menores do sexo masculino entre 15 e 18 anos de idade são dependentes de bebidas alcoólicas, número que alcança 7,5% e 14,1% em Brasília e Porto Alegre respectivamente.

A moderna doutrina psiquiátrica aponta a prevenção como o caminho mais adequado a ser trilhado no combate a esse mal, motivo que nos levou à apresentação do presente Projeto de Lei, com o que esperamos contribuir decisivamente, para o controle do grave quadro a que hoje lamentavelmente assistimos.

Assim, em vista das razões expostas, contamos com a compreensão e apoio dos senhores parlamentares no sentido da aprovação do Projeto de Lei ora posto à consideração desta Casa.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1995. Senadora Marina Silva.

(À Comissão de Assuntos Sociais-decisão terminativa)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) - O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos, que disporá de 20 minutos para proferir o seu discurso.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, mais uma vez vem a França afrontar, com seus testes nucleares, a opinião pública mundial. Quando ordenou a explosão no atol polinésio de Mururoa, mês passado, o Governo francês provocou indignação generalizada nos mais diversos setores da comunidade internacional.

Não foi, desta vez, somente daquelas Organizações Não-Governamentais ativas e barulhentas, cujo radicalismo sempre se pode suspeitar, que partiram os protestos contra esses ensaios extemporâneos, essas demonstrações descabidas de poder. Ao contrário, as chancelarias de vários países, algumas até caracterizadas pela discrição e pragmatismo com que costumam pautar sua atuação, emitiram comunicados lamentando a decisão unilateral do recém-empossado Presidente Jacques Chirac.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) - (Fazendo soar a campainha) - A Presidência prorroga, de ofício, o tempo destinado ao Expediente para que S. Ex^a, o Senador Júlio Campos, conclua o seu pronunciamento.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Obrigado, Excelência.

Por se sentirem mais diretamente atingidos, dada sua proximidade geográfica à área dos testes franceses, alguns países banhados pelo Pacífico como Japão, Austrália e Nova Zelândia, nações ricas e de população conscientizada, reagiram com grande veemência. O Ministro das Finanças japonês Masayoshi Takemura, por exemplo, anunciou que estuda uma "resposta a essa agressão"; o sindicato australiano de transportes ameaçou não carregar nem descarregar os aviões da companhia aérea francesa Air France que pousassem em Sidney.

De nada adiantaram todos esses protestos internacionais; tampouco valeram de algo as ameaças de boicote aos produtos de exportação tradicionais dos franceses, como vinhos e conservas, feitas por povos tão adiantados quanto o holandês e o sueco: o Presidente Chirac fez ouvidos moucos. Mandou explodir, agora no atol de Fangataufa, ao sul de Mururoa, uma segunda bomba. Esta, para agravo do mal, cinco vezes mais potente que a primeira. Mais ainda: prossegue em seu intento de fazer explodir outros "cinco ou seis" artefatos nucleares nos próximos meses.

Quem conhece a história recente - quer dizer, dos últimos cinqüenta anos - sabe que essa arrogância francesa nada tem de novidade. Ao tempo em que o mundo, e em particular a Europa, se dividia entre Ocidente capitalista e Oriente socialista, o presidente Charles de Gaulle se obstinou em manter uma política de defesa independente. Enquanto os outros países do Oeste empilhavam mísseis voltados somente para o Leste, a França adotou a estratégia que o General denominou *tous azimuts* - todas as direções. Isso significa, SRA.s e Srs. Senadores, que a França tinha, o tempo todo, ogivas nucleares apontando para seus aliados ingleses, italianos, alemães ocidentais etc.

Esse mesmo General teria afirmado, segundo versão que, fato ou intriga, ficou valendo em nossa memória, não ser nosso Brasil um país sério. Não vejo seriedade é num país que, numa fase de aperto econômico e financeiro, em que todos os países da Europa se vêem às voltas com taxas elevadas de desemprego, decide "torrar" milhões de dólares em bombas atômicas. Pior ainda: decide fazê-lo exatamente em torno dos dias em que o mundo relembraria a tragédia de Hiroxima e de Nagasaki, cidades imoladas aos deuses do experimentalismo armamentista.

Sr. Presidente, estamos diante, a meu ver, de excelente oportunidade de nos apresentarmos sérios aos franceses e ao mundo. É chegado o momento de tomarmos a iniciativa e a liderança de um boicote à França: levemos à Federação International de Futebol - FIFA, por intermédio de nossa Secretaria de Esportes, a proposta de mudança da sede da fase final da próxima Copa do Mundo, programada para se realizar em 1998 naquele país.

Se a idéia pode, à primeira vista, parecer descabida, gostaria de relembrar aos senhores o ocorrido quando dos Jogos Olímpicos de Montreal, em 1976, de Moscou, em 1980, e de Los Angeles, em 1984.

O Sr. Lauro Campos - Senador Júlio Campos, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS - Com a palavra o eminente Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos - Nobre Senador Júlio Campos, quero me congratular com V. Ex^a pela importância do tema que está tratando e pelo protesto contra o que se passa na França em matéria de explosões e de experiências atômicas realizadas bem longe do solo francês, nos atóis de Mururoa e outros. Gostaria de reforçar os argumentos dispendidos por V. Ex^a, lembrando que a agressividade capitalista não se encontra centrada apenas na França.

Agora, esses heróis do presente, os integrantes do Greenpeace e as ONGs se rebelam contra esses traços anticivilizatórios e destruidores que dirigem a tecnologia moderna nos Estados Unidos. O Pentágono já gastara US\$ 12 milhões desenvolvendo uma arma baseada no raio laser, cujo objetivo não era matar, mas cegar o exército adversário; e US\$17 milhões já estavam a caminho para terminar com essa pesquisa e colocar essa arma perversa em ação. Foi graças justamente a essas minorias organizadas, que ainda acreditam na sobrevivência do mundo, tão massacrado pela agressividade organizada, que se conseguiu com que o Pentágono suspendesse essas pesquisas, interrompendo-as assim como também os gastos dessas fortunas na elaboração de uma arma a laser, cujo objetivo era o de cegar a tropa adversária. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Muito obrigado, Senador Lauro Campos. Incorporo com muita honra o aparte de V. Exa.

Continuando, Sr. Presidente, no primeiro desses eventos, a presença da Nova Zelândia nos Jogos levou a maioria dos países da África Negra a abandonar as competições por haver aquele país quebrado o isolamento que a comunidade esportiva internacional impunha ao regime racista então vigente na República Sul-Africana. Quatro anos mais tarde, diversos países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, boicotaram os Jogos da URSS em protesto à sua ocupação do Afeganistão. Em seguida, a maioria dos países do Leste Europeu devolveria o boicote, ausentando-se da Olimpíada americana.

Eventos como os Jogos Olímpicos ou as Copas Mundiais de Futebol sempre se prestaram a fins políticos, não nos iludamos com romantismos do tipo de "defesa de ideais esportivos". Em nosso tempo, o esporte não tem o sentido sagrado de que se revestia na antiga Grécia, ao ponto de serem interrompidas as guerras quando chegava o tempo dos jogos em Olímpia.

Quem ainda duvide deve lembrar o propósito hitlerista de provar a suposta supremacia ariana nos Jogos de Berlim, em 1936, tendo sido desmoralizado pelas vitórias do grande atleta negro norte-americano Jesse Owens. Lembre, ainda, o clima de coação sobre os árbitros vigente na Copa do Mundo de 1978, na Argentina, quando os militares governantes da nação vizinha nossa, em seu afã de desviar dos problemas com a truculência do regime, por meio da vitória de seu selecionado, a atenção de seus cidadãos, tornaram qualquer traço de normalidade impossível.

Mais importante ainda, Sr. Presidente, Copas do Mundo e Jogos Olímpicos são eventos completamente inseridos hoje na esfera comercial do capitalismo globalizado. A cada quatro anos um país recebe, além do afluxo de turistas que viajam para acompanhar o desempenho dos atletas de seus países, os direitos de transmissão das imagens por satélite para os televisores do mundo todo. Se a isso juntamos a parafernália de lembrancinhas, *souvenirs*, camisetas, bandeiras, flâmulas etc., temos ainda uma idéia pálida do que se fatura em torno desses eventos. Deixemos, repito, de romantismo: Olimpíadas, Copas do Mundo de Futebol são negócios.

Tendo demonstrado não ser o boicote idéia disparatada ou inédita, gostaria de avançar uma proposta alternativa para a disputa da fase final das Copas do Mundo, sobretudo quando sediadas na Europa. Ora, o que se tem ali são países diversos, concentrados em uma área menor que a de nosso País, países que, mais ainda, se encontram em avançado processo de unificação. Por que não se fazer, nesses casos, os jogos em mais de um desses países, reservando para o país sede somente os jogos semifinais, a decisão de terceiro lugar e a finalíssima, por exemplo?

Haveria, sem sombra de dúvida, um ganho para os que aproveitam os jogos para fazer turismo, que passariam a poder visitar vários países e cidades diferentes durante as competições. Haveria igualmente um ganho mais equilibrado por parte da infra-estrutura turística daqueles países, por se tornar melhor distribuído o fluxo de viajantes.

Sr. Presidente, como único país a haver vencido em quatro oportunidades a Copa do Mundo de Futebol, o Brasil possui a necessária autoridade para comandar o boicote ao mundial da França. Se considerarmos, adicionalmente, que nosso Ministro Chefe da Secretaria dos Esportes é nada menos que o "atleta do século", Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, personalidade brasileira mais conhecida no mundo, teremos a certeza do impacto resultante de tal proposição.

Poderíamos, pelo menos, liderar uma ameaça de boicote. A ameaça, dizem os enxadristas, é mais importante que sua consecução, pois faz perder a concentração ao oponente; a consecução da ameaça faz terminar a partida.

Por tudo isso, Sr. Presidente, proponho ao Ministro Pelé a sugestão a ser levada à Fifa de um boicote à Copa do Mundo de 1998, a ser feito por todos os países que se encontrarem insatisfeitos com os tes-

tes franceses na Polinésia, em especial os testes atômicos neste final do Século XX.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Júlio Campos, a Sra. Júnia Marise deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Solicito aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou nas demais dependências do Senado que compareçam ao plenário, já que daremos início à Ordem do Dia com votação nominal.

A SRA. JÚNIA MARISE - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra a V. Ex^a, por cinco minutos, dentro da prorrogação aprovada pelo Plenário.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, sou de uma geração que nasceu com o privilégio de assistir à memorável campanha do "Petróleo é Nossa" e de ter aprendido o que é soberania com um dos maiores símbolos desta campanha, o escritor Monteiro Lobato. Quando li seu livro "O Poço do Visconde", aprendi o que era o petróleo e o que essa matéria-prima significava para a economia de um país. A campanha apoiada pelo Presidente Getúlio Vargas resgatou o orgulho do nosso povo. Por isso, descobri mais tarde que não é apenas com riquezas que se constroem nações; elas nascem, sobretudo, do orgulho e do amor de um povo para com aquilo que ele julga lhe pertencer.

O orgulho nacional não está restrito às nossas conquistas esportivas. É fruto principalmente das conquistas da inteligência brasileira. Aquela inteligência capaz de produzir a melhor tecnologia do mundo em extração de petróleo em alto-mar. Algo que nos iguala em **status** aos países mais desenvolvidos. Estão aí nossas plataformas petrolíferas espalhadas pelo mundo que me dão razão. Não há um brasileiro sequer que deixe de se orgulhar do fato de sua companhia de petróleo ter-se transformado em uma das maiores e mais eficientes do planeta.

Os 500 anos de história do Brasil nos mostram ser esta uma terra onde sempre prevaleceu a idéia de que daqui se podia levar tudo, sem nada dar em troca. Foi assim com o pau-brasil, com o ouro e as pedras preciosas. Mas deixou de ser com o petróleo. Há 43 anos o povo ia às urnas para dizer sim a um monopólio que significava soberania. Agora, sob os

mais diversos pretextos e argumentos, as mesmas forças que contra ele lutaram na década de 50 se preparam para quebrá-lo.

Quebrar esse monopólio, significa mais que uma simples mudança no capítulo da Ordem Econômica da nossa Constituição. Significa subtrair parcela substancial da nossa soberania. Para os neoliberais isso não tem a menor importância. Julgam eles que o petróleo é uma **commodity** como outra qualquer. Certamente com peso igual ao dos minérios beneficiados pela nossa Vale do Rio Doce ou dos alimentos que exportamos.

Esquecem que o investimento feito na Petrobrás pelo povo brasileiro durante quase meio século, e que chegou a 80 bilhões de dólares, se traduziu em produção de conhecimento. No mundo da economia globalizada vale mais quem é capaz de produzir conhecimento, **know-how**. É assim que as civilizações modernas são erguidas e perpetuadas. E neste aspecto a Petrobrás teve e continua tendo um papel fundamental.

Nossa grande crítica às reformas neoliberais do capítulo da Ordem Econômica da Constituição é que elas estão privando o Brasil da produção de tecnologia própria. Impõem ao País uma marcha à ré no que diz respeito à consolidação da nossa soberania, num tempo em que soberania é sinônimo de liberdade, de autonomia. O exemplo mais claro de que hós do PDT estaremos certos em insistir nesse caminho está bem aqui ao lado, mais precisamente nos países que nos cercam.

O Brasil, com todas as dificuldades de exploração de suas jazidas petrolíferas e com todo o esforço desenvolvido para atender ao consumo interno, jamais extraiu do seu subsolo petróleo suficiente para credenciá-lo como grande produtor. A Venezuela sempre teve enorme fatura de petróleo, a ponto de passar a integrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Entretanto, jamais os venezuelanos, ou mesmo os árabes, que são donos das maiores jazidas do mundo, conseguiram produzir tecnologias sofisticadas de prospecção como aconteceu com a Petrobrás. O mesmo ocorre com o Chile, a Argentina, o Uruguai, a Bolívia, o Peru, o Equador, a Colômbia, o Suriname, o Paraguai e até o México, que é grande produtor.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, hoje, às custas do investimento do povo brasileiro, temos em mãos uma enorme gama de conhecimento e tecnologia, a qual nos permite negociar parcerias em condições extremamente favoráveis em várias regiões do Planeta. Se o povo, que foi sábio,

não tivesse optado pelo monopólio há 43 anos nós teríamos atingido esse grau de desenvolvimento tecnológico? A bacia de Campos teria a importância econômica e estratégica que possui hoje? Nossas universidades formariam técnicos com a qualificação dos que atualmente são diplomados?

Não há dinheiro que pague essa conquista, porque um povo que produz conhecimento, tecnologia, informação é um povo soberano, é um povo livre para decidir os seus destinos. Se não houvesse monopólio do petróleo, se não houvesse a Vale do Rio Doce estariamos nós, brasileiros, na mesma situação de 500 anos atrás: colonizados e subjugados.

Se hoje temos uma posição de liderança no continente sul-americano, se hoje somos o único país, entre nossos vizinhos, capaz de construir satélites de comunicações, como o nosso Brasilsat, plataformas sofisticadas de prospecção de petróleo e se temos a maior companhia de mineração do mundo, é graças à proteção que criamos através dos monopólios estratégicos.

Nossa soberania é filha daquilo que os neoliberais chamam pejorativamente de dinossauros da economia. Demonstram assim seu desprezo pelo esforço do povo brasileiro, porque foram esses dinossauros que tiraram o País da idade da pedra e o transformaram numa potência emergente.

Esta Casa começa a escrever, hoje, o último capítulo de um dos episódios mais tristes da nossa História: a reforma do capítulo da Ordem Econômica da Constituição de 1988, batizada pelo Deputado Ulysses Guimarães de "Constituição Cidadã".

Dela está sendo retirado o sentido de cidadania para serem privilegiados os fundamentos da economia neoliberal. Nesses últimos seis meses foram abertas aos países hegemônicos as nossas telecomunicações, nossas reservas minerais, avaliadas em U\$10 trilhões, a navegação de cabotagem e alterado o conceito de empresa nacional.

Estão querendo entregar a preço de banana ao capital estrangeiro nosso setor elétrico e nossa Vale do Rio Doce. Agora se preparam para dar o tiro de misericórdia, quebrando o monopólio do petróleo, implantado a partir de uma decisão soberana de todo o povo brasileiro. E o que é pior: o governo justifica a quebra desse monopólio afirmando que o faz em nome deste mesmo povo. Se isso é verdade, então por que não se convoca um plebiscito para que o povo se manifeste e diga se aceita ou não?

No Congresso das reformas tem valido mais a mordaça do rolo compressor do que a democracia do debate das idéias. O governo agiu no melhor estilo dos que governam pela força. Proibiu o diálogo, impediu que a sociedade participasse dos debates. O Presidente da República chegou a ordenar a demissão de um diretor da Petrobrás por ele ter come-

tido o crime de emitir opinião contrária a do governo. Os presidentes e diretores das estatais envolvidas na reforma econômica da Constituição foram proibidos de prestar qualquer tipo de informação aos parlamentares, sob pena de demissão. A mesma punição seria aplicada para quem escrevesse artigos ou oferecesse à imprensa qualquer informação, numa atitude que viola o artigo quinto da Constituição Federal, o qual assegura o direito da livre manifestação de opinião.

Daqui a alguns anos, quando as novas gerações buscarem respostas para os atos que o Congresso está adotando hoje, certamente a História condenará os verdugos do monopólio do petróleo.

Dentro desse quadro de subtração do debate, o maior sofisma apresentado ao povo e ao parlamento foi o de que a Petrobrás não tinha dinheiro para investir e, portanto, seria necessária a abertura do mercado ao capital externo para que o País atingisse a auto-suficiência na produção de combustíveis.

A falta de debate, que por consequência gerou falta de informação à população, não deixou que emergissem argumentos que derrubam com facilidade esses sofismas neoliberais. O primeiro deles, é que o maior responsável pelo esvaziamento do cofre da Petrobrás é o próprio Estado. Tenho em mãos um documento elaborado pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás. Nele está escrito que o endividamento do governo federal para com a Petrobrás cresceu de 528 milhões de dólares, em fevereiro de 1990, para 5,4 bilhões de dólares em 31 de março deste ano. Ou seja: decuplicou em cinco anos. Esse valor é mais que o dobro dos investimentos anuais realizados pela companhia que, no ano passado, foram de 2,3 bilhões de dólares.

Nos últimos 45 anos, a Petrobrás sozinha investiu 80 bilhões de dólares, mais que os 72,5 bilhões de dólares colocados aqui por 6.311 multinacionais nos últimos cem anos. Nos 13 anos em que duraram os contratos de risco instituídos no governo Geisel, as 35 multinacionais, que não acharam uma gota sequer de óleo ou um metro cúbico sequer de gás, gastaram aqui menos de 5 por cento do investimento da Petrobrás em prospecção. Também não geraram nem uma ínfima fração dos empregos diretos e indiretos que nossa companhia gerou nesse período.

Depois de o Governo Federal ter exaurido os cofres da Petrobrás com uma dívida que decuplicou em cinco anos, colaborando de forma inquestionável para abalar sua saúde financeira, o presidente da Shell, senhor Goebel, declarou na edição do dia 25 de julho deste ano do jornal o Globo que não via motivos para as empresas estrangeiras não atuarem nas áreas de prospecção já descobertas pela Petro-

brás, uma vez que a empresa brasileira não dispunha de dinheiro. E encerrou dizendo que se alguém exportar petróleo, o Brasil vai ganhar dinheiro para comprar lá fora aquilo que precisa.

Vejam só, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente de uma empresa multinacional vislumbrando a possibilidade de dar ao nosso País condição de se abastecer de produtos no mercado internacional. Ele não afirmou que a Shell estava preocupada em transferir tecnologia para nossas universidades ou gerar empregos. Também não demonstrou qualquer preocupação em abrir postos de combustíveis em regiões longínquas do País, como faz a BR Distribuidora, ao contrário das demais concorrentes que concentram suas atividades nas regiões Sudeste e Sul. Sua preocupação se resumia a como nós iríamos gastar lá fora os dólares obtidos com nosso petróleo. No fim da entrevista o Sr. Goebel defendeu o aumento dos preços dos combustíveis, lembrando que o setor é o único do País que continua controlado pelo governo.

Este mesmo senhor, numa evidente campanha contra a Petrobrás, chegou a argumentar que para manter a produção em 50% do total do consumo brasileiro, a estatal necessitaria investir 28 bilhões de dólares nos próximos cinco anos. Ao apresentar esse número, não tinha este senhor outro objetivo que não enganar a opinião pública, uma vez que a Petrobrás acaba de aprovar seu plano quinquenal onde está previsto um investimento de 15 bilhões de dólares para este período. Ou seja: quase a metade do previsto pela Shell. E isto, segundo a Petrobrás num comunicado oficial publicado na imprensa, elevará a produção a 90% do consumo.

Outro fato que ajuda a desmontar os argumentos neo-liberais foi protagonizado pelo ministro da Justiça, Nelson Jobin, que, então deputado federal, enviou em 28 de abril do ano passado carta ao presidente da Petrobrás onde diz:

"Quero afirmar a V. Exa que o Brasil tem os recursos suficientes e necessários para explorar seu petróleo. Esses recursos advêm da mesma fonte que as empresas estrangeiras buscariam: preço internacional e fontes de financiamentos - super oferecidas ao Brasil e à Petrobrás".

O Ministro mencionou ainda, em sua carta, que os projetos geram recursos para os demais, já que a rentabilidade é superior a 30% ao ano.

Entretanto, o fato que causou maior preocupação aconteceu no último mês de agosto. O senhor Motoki, diretor do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), órgão que fixa o preço dos combustíveis e que vem, nos últimos anos, transferindo dinheiro da Petrobrás para as distribuidoras através

da manipulação da estrutura de preços, caiu após depor na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O então Diretor do DNC confessou publicamente que estava sendo assessorado "informalmente" por um certo Sr. Fernando Grandinetti, funcionário aposentado da Shell, e que estava em Brasília a serviço desta multinacional. O Sr. Grandinetti atuava informalmente.

O DNC, um órgão fiscalizador e regulamentador do mercado de combustíveis, seria reestruturado por influência de um preposto da Shell, conforme publicou a *Folha de S. Paulo* na sua edição do dia 26 de agosto.

Fica evidente, mais uma vez, a quem interessa a quebra do monopólio do petróleo. É por conta desse tipo de manobra que a Petrobrás, a qual recebia 30 centavos de dólar por litro de gasolina vendido pelas refinarias em 1986, recebe hoje menos de oito centavos de dólar. Diante desses fatos tão graves, o Congresso Nacional não deveria estar votando a quebra do monopólio do petróleo, mas sim convocando uma CPI para apurar essas e outras irregularidades.

Há uma frase do imperador francês, Napoleão Bonaparte, contida no livro "Máximas e Pensamentos do Imperador", organizado pelo escritor Honoré de Balzac, a qual define com precisão o motivo que inspira todas as manobras contra a Petrobrás que acabo de relatar: "As oligarquias não mudam nunca de opinião, pois seu interesse é sempre o mesmo".

Ferir esse interesse é uma batalha que envolve persistência e determinação. E foi com esse espírito que nós do PDT apresentamos quatro emendas à proposta de emenda constitucional que trata da quebra do monopólio do petróleo.

Duas delas previam a adoção de lei complementar para regulamentar a matéria, uma vez que entendemos que assunto de tal relevância para o País não poderia ser regido por uma simples lei ordinária, que não exige quorum qualificado para ser votada. Lembro que este é um compromisso assumido pelo Senhor Presidente da República em carta dirigida ao Presidente do Congresso Nacional.

Outra emenda proposta por nosso Partido previa a convocação de referendo para que a quebra do monopólio do petróleo fosse adotada. Entendemos que isso seria necessário, uma vez que o monopólio foi instituído através de um plebiscito. Tambémcreditamos que o artigo 1º da Constituição Federal, o qual diz que todo o poder emana do povo, deve prevalecer nesses casos em que as mudanças propostas pelo Governo vão implicar alterações sociais e econômicas profundas.

A última emenda propunha que a Petrobrás realizasse o gerenciamento dos contratos de parceria que venham a ser celebrados entre a União e empresas estatais ou privadas. Entendemos que,

dada a importância estratégica da questão, a qual transcende às questões empresariais suscetíveis ao sabor dos momentos vividos, cabe ao Estado regular e fiscalizar a correta execução das atividades relativas à exploração dos recursos energéticos do nosso subsolo.

Acreditamos ainda que o Congresso deve atentar para o necessário cuidado na fixação dos limites e transformações decorrentes das mudanças a serem imprimidas na ordem econômica e política da sociedade, a partir do novo regime jurídico para execução do monopólio da União sobre a indústria do petróleo. Não podemos permitir que a pretendida flexibilização do monopólio estatal resulte na prática de dumping contra a Petrobrás e o consequente estrangulamento econômico desta empresa. Por isso, entendemos que a Petrobrás deve ter o papel de gerenciar os contratos de parceria que vierem a ser celebrados a partir do novo ordenamento constitucional.

Estas são nossas propostas. Elas deixam claro que nós da Oposição estamos preocupados em contribuir de forma a manter intacta uma soberania conquistada com suor, sangue e luta pelo povo brasileiro. Durante todo este processo de reformas, lamentamos profundamente que o Senado da República, do qual tanto se orgulharam nossos compatriotas em episódios recentes, tenha sido oprimido e amordaçado pelo rolo compressor empreendido pelo Governo. O Senado, que é uma casa que representa a Federação, até aqui foi um mero homologador das decisões votadas pela Câmara dos Deputados. E todos nós sabemos que nesta Casa sobra competência para contribuir em assuntos dessa natureza, uma vez que contamos com brasileiros patriotas e de elevado nível intelectual, muitos dos quais detentores de notável saber jurídico.

Mas nada disso teve importância. Durante as votações aqui ocorridas, a tática de colocar o Senado de joelhos foi a única que prevaleceu.

Apesar de todas essas manobras, nós da Oposição não nos sentimos derrotados. Enfrentamos durante muitos anos a opressão das armas do regime militar e aprendemos que a derrota só se abate sobre aqueles que acreditam que a luta chegou ao fim. E nós cremos que ela está apenas começando. No segundo round das reformas, que será o da regulamentação das matérias até aqui votadas, continuaremos resistindo ao clima de obscurantismo que até então prevaleceu, onde o convencimento, a argumentação, o diálogo e a persuasão foram substituídos pelo preconceito que não permitiu que a oposição contribuísse para salvaguardar os interesses nacionais.

O que chamamos a atenção é pelo caráter servil e cartorial que o Congresso experimentou nos tempos em que as votações do Parlamento eram comandadas dos quartéis.

Estes fatos felizmente estão nos Anais desta Casa e estarão à disposição das futuras gerações. Vão, inexoravelmente, ser julgados pela História. Muitos dos que aqui hoje se encontram terão de explicar aos seus filhos e netos porque colocaram-se contra a soberania nacional, porque abriram mão do compromisso com o desenvolvimento de um povo, num tempo em que a inteligência e a capacidade de produzir tecnologias significavam garantir liberdade no presente e independência no futuro.

Finalizando, quero dizer que certamente este dia, em que o Plenário do Senado Federal vota a Proposta de Emenda à Constituição que altera o art. 177 da Constituição Federal, passará, como outros, à história de nosso País, que cobrará, no futuro, uma decisão que atinge diretamente todo o povo brasileiro, o qual, apesar de há 43 anos ter sido ouvido por um plebiscito popular sobre os destinos da Petrobrás, se vê hoje sem condições de dar a mesma opinião, porque não obtemos êxito em nossa emenda que fixaria o ad referendum popular para a quebra do monopólio da Petrobrás. E é lamentável que esta Casa do Congresso Nacional tenha feito essa concessão ao Governo Federal, de não permitir que o povo seja ouvido, democraticamente, sobre os destinos da Petrobrás.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa alerta os Srs. Senadores que estão nos seus gabinetes ou nas demais dependências do Senado para que venham ao plenário, pois teremos votação nominal.

Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena, em nome da Liderança do PMDB, por 5 minutos.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, cerca de 100 milhões de brasileiros católicos apostólicos romanos foram atingidos pela postura insólita do Bispo da Igreja Universal Sérgio von Helder, de grande repercussão nacional e, por que não dizer, internacional.

Estou nesta tribuna para, em meu nome pessoal e em nome do PMDB, solidarizar-me com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que emitiu nota cujo texto passo a ler, para que conste dos Anais da Casa.

Eis a nota, publicada no Jornal do Brasil:

"A Presidência da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, com a adesão dos Organismos do Povo de Deus, reunidos em Itaici, comunica:

O gesto de desrespeito aos sentimentos religiosos do povo católico, praticado contra a imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, veiculado em canal

de televisão, no último dia 12 de outubro, provocou forte consternação, exatamente quando mais de 100 milhões de católicos, no Brasil inteiro, louvavam a Mãe de Jesus.

Desde o início do cristianismo, nós, católicos, adoramos somente a Deus e ao único Salvador, Jesus Cristo.

Guardamos as imagens nas igrejas como representações de pessoas queridas, os nossos santos, testemunhos de vida e modelos de fé. São eles presença que nos interpela a sonharmos e a nos comprometermos com o mundo que esperamos.

Lamentamos profundamente o fato ocorrido e outras atitudes que se colocam como obstáculo à convivência respeitosa entre os povos e à vivência ecumênica entre os cristãos, dificultando a concretização do desejo de Jesus "que haja um só rebanho, um só Pastor". (Jo 10,16)

A todos os irmãos na mesma fé em Jesus Cristo e às pessoas de boa vontade, saudamos com as palavras de São Paulo: .

"Procurem a perfeição e animem-se. Tenham os mesmos sentimentos, vivam em paz. E o Deus do amor e da paz estará com vocês." (2-Cor 13,11)"

"A nota é assinada por Dom Raymundo Damasceno Assis, secretário-geral, e Dom Jayme Chemello, presidente em exercício da CNBB."

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ao ler esta nota, e ao levar o meu apoio à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, desejo também chamar a atenção de V. Ex^{as}s para a atitude conciliatória que assumiu, no caso, a nossa Igreja Católica, temendo criar uma questão religiosa de maiores proporções.

Por notícias ontem divulgadas pela imprensa, já se sabe que um ilustre Magistrado entrou na Justiça com uma queixa-crime para processar o referido Bispo da Igreja Universal, Sérgio von Helder.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPILY - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa consulta o Plenário e propõe a prorrogação da Hora do Expediente por 10 minutos, para atender a duas inscrições, do Senador Eduardo Suplicy, pela Liderança do PT, e do Senador Esperidião Amin, pela Liderança do PPR.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a prorrogação queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, por 5 minutos.

O SR. EDUARDO SUPILY (PT-SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, gostaria de registrar a importância da visita ao nosso País do Presidente da Palestina, Yasser Arafat, que hoje esteve no Senado Federal, e em Brasília manteve contato com inúmeras lideranças. No livro do Senado Federal, registrou a amizade entre o povo palestino e o povo brasileiro. Sua Excelência sentiu a maneira pela qual o povo brasileiro tanto apoiou a causa da Palestina.

É muito importante fazer este registro porque o Presidente Yasser Arafat representa um exemplo de determinação, uma vontade de realização, de afirmação dos direitos de seu povo. Neste último ano e meio, sobretudo, conseguiu realizar aquilo que parecia impossível por algumas décadas, qual seja, a realização de termos de paz com o Governo de Israel.

Durante o café da manhã de hoje, Sua Excelência esteve com diversos parlamentares e, ao longo do dia, transmitiu uma informação relevante para o Brasil, qual seja, a de que o Senhores Yitzhak Rabin e Shimon Peres informaram que a Sra. Lamia Maaruf Hassan será libertada, como compromisso do governo de Israel e como parte dos acordos de paz entre Israel e a Palestina. Há alguns anos que Lamia Maaruf Hassan se encontra detida em prisão de Israel e, há muito, forças as mais diversas, os mais diversos Partidos e o próprio Governo brasileiro, seja durante o tempo do Presidente Itamar Franco, seja agora, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, vinham realizando esforços para que houvesse a libertação da Sra. Lamia Maaruf Hassan.

O Sr. Presidente Yasser Arafat impressionou a todos que tiveram contato pessoal com Sua Excelência. Trata-se de uma das personalidades políticas, de um dos estadistas mais importantes deste século e é importante o Brasil poder recebê-lo e mostrar esses laços de amizade, sobretudo mostrar, por seu exemplo, que é possível o entendimento entre povos que, particularmente, no Brasil, se dão bem, pois é fato que judeus e árabes, seja em São Paulo, na minha cidade, seja em todos os lugares do Brasil, mostram que é possível se desenvolver laços de amizade e de paz.

Sr. Presidente, quero também registrar a importância da decisão tomada ontem pelos Chefes de Estado reunidos em Bariloche, no sentido de solicitar que termine o quanto antes o bloqueio econômico contra Cuba. Não há mais nenhum sentido na

permanência desse bloqueio. O comércio de empresas dos Estados Unidos para com Cuba faz-se necessário mais e mais. Os países da América Latina acabaram reatando relações culturais, diplomáticas e comerciais com Cuba. Certamente, esse esforço está contribuindo para a própria abertura econômica e política de Cuba, para o melhor entendimento das próprias aspirações do povo cubano. O diálogo dos Chefes de Estado, inclusive, do Presidente Fidel Castro com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e demais Chefes de Estado da América Latina constitui um passo importante para que logo se encerre esse bloqueio.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPR-SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo o microfone na condição de Presidente do Partido Progressista Brasileiro, que é o resultado da fusão do Partido Progressista Reformador e do Partido Progressista, para fazer um registro nesta Casa, com profunda consternação, do falecimento do nosso companheiro Deputado Federal Amaral Netto, conforme comunicação que recebi neste instante da Liderança do Partido na Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que todos os companheiros e companheiras, independente da filiação partidária, estarão também participando da consternação que a perda da vida desse homem público marcado pela combatividade, marcado por traços muito singulares e característicos na vida brasileira, desperta em todos nós.

Era para fazer esse registro, Sr. Presidente, que solicitei essa oportunidade. Agradeço a atenção de todos ao registro que acabo de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa se associa, Senador Esperidião Amin, ao sentimento pelo passamento do ilustre Deputado Amaral Netto, combativo, lutador e grande jornalista também.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Os Srs. Senadores Esperidião Amin, Lúcio Alcântara, Odacir Soares e Mauro Miranda enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex's serão atendidos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPR-SC.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, é simplesmente incrível o descaso do Governo Federal para com a BR-116, único canal de ligação do Sul com o resto do País e com a capital de maior consumo: São Paulo. Pude constatar pessoalmente a situação precária, há poucos dias, durante uma viagem de automóvel de Joaçaba a São Paulo. Aliás, uma aventura perigosa. A BR-116, no trecho Curitiba-São Paulo é

caso de calamidade pública, para não dizer de polícia. Completamente sem sinalização, cheia de buracos, com desvios precários e mal sinalizadas, pontes sem proteção e acostamento. Enfim tudo o que uma rodovia não deveria ter. (...) Fica difícil explicar que a produção dos três Estados do Sul é escoada por meio deste "lixo de rodovia". Fica mais constrangedor ainda explicar para o empresário italiano que me acompanhava (à procura de negócios no Brasil para exportar para Itália) que "aqui" era uma das principais rodovias do País.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores.

Estou falando de um oportuno e objetivo Artigo de autoria de Afonso Dresch, Prefeito de Joaçaba, publicado no jornal **Diário Catarinense**, do último dia vinte e cinco de agosto, tratando de um dos mais graves problemas brasileiros da atualidade: A Calamidade das Estradas Brasileiras, verdadeiro escândalo nacional, um problema de Segurança Nacional.

A economia brasileira está sendo altamente prejudicada, a produção se perde nas estradas, negócios deixam de ser realizados em decorrência da precariedade de nossas estradas.

Mas o pior e maior de todos os escândalos é a perda de vidas humanas que não deveriam morrer tão precocemente e são tragadas pela irresponsabilidade governamental na construção, na conservação, na sinalização e na vigilância das nossas estradas.

São incomensuráveis os prejuízos sociais e econômicos decorrentes da situação caótica de nossas estradas.

Um País que pretende ingressar no Primeiro Mundo, que já se posiciona entre as dez maiores economias do planeta, não pode continuar a manter a política suicida que adotou no setor rodoviário, que é responsável por sessenta por cento das mercadorias e noventa e cinco por cento dos passageiros transportados no território nacional.

O número de pessoas mortas em nossas estradas lembra uma situação de guerra: seis mil mortos apenas em 1994; quarenta mil pessoas feridas ou mutiladas.

Se o Brasil adotasse uma política séria, responsável e consequente na área de transporte rodoviário, evidentemente, milhares de vidas humanas seriam poupadadas, milhares de pessoas não estariam mutiladas ou quase destruídas para o resto de suas vidas, sem condições de trabalhar e gerar renda e onerando ainda mais nosso falido sistema de Saúde.

São alguns bilhões de dólares os prejuízos decorrentes de mercadorias perdidas, estragadas, roubadas, de veículos danificados, além dos elevados custos de manutenção decorrentes das más condições das estradas.

O Brasil não mais pode esperar, o Brasil não mais pode assistir impássivel a ocorrência dessa

verdadeira hecatombe, o Brasil já está cansado de ver jovens, famílias inteiras e cidadãos no auge da atividade produtiva serem destruídos pelo descaso do setor público com as nossas estradas.

O Brasil não mais suporta a ditadura das autoridades orçamentárias, que, sistematicamente, se negam a alocar verbas para construção e recuperação de nossas estradas.

Os tecnocratas frios e insensíveis, que fazem suas viagens utilizando meios de transporte mais modernos que os rodoviários, não podem compreender a situação de calamidade pública por que passa o povo brasileiro que, ao entrar numa estrada, não sabe se chega nem se volta: muitos encontram o túmulo nas próprias estradas brasileiras.

A deterioração da malha rodoviária brasileira é um crime que se pratica contra o Brasil, contra nossa economia, contra as gerações futuras, que perdem vidas e oportunidades de trabalho.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

O Artigo do Prefeito Afonso Dresch, de Joaçaba, é um sinal de alerta para as autoridades federais, mostrando os prejuízos sociais e econômicos para o Brasil, motivo pelo qual estou juntando cópia artigo para transcrição nos Anais do Senado Federal.

No dia catorze de dezembro de 1994, o então Senador Fernando Henrique Cardoso se despediu desta Casa prometendo melhores dias para o Brasil.

O povo de Santa Catarina, o povo do Rio Grande do Sul e o povo do Paraná reivindicam a conservação e a duplicação das rodovias federais que cortam a Região Sul, para que possamos aumentar a integração nacional e trabalhar com todos os brasileiros para engrandecimento de nossa Pátria.

É o meu pensamento.

Muito obrigado.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. ESPERIDIÃO AMIM EM SEU DIS-
CURSO:*

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Joaçaba (SC), 28 de agosto de 1995

Ofício nº 1.838

Excelentíssimo Senhor
Senador Esperidião Amin Helou Filho
Senado Federal
Brasília - DF

Senhor Senador,

Com meus afetuosos cumprimentos, tenho a honra de encaminhar, em anexo, cópia xerográfica do artigo de minha autoria, publicado no Jornal *Diário Catarinense* (Florianópolis), de 25 do corrente, com referência às condições precárias das rodovias

federais, e do descaso do Governo Federal e Ministério dos Transportes para as mesmas, e principalmente com as rodovias BR 101 e BR 116, para seu conhecimento.

Espero, como as demais autoridades e populações, contar com todo o apoio e empenho de Vossa Excelência, para que consigamos, dentro do mais breve possível, não só a conservação, mas melhorias e duplicação das rodovias federais que cortam o nosso Estado.

Certo de merecer a melhor acolhida, reitero meus protestos da mais alta consideração e apreço.

Respeitosamente. - **Afonso Dresch**, Prefeito Municipal.

DESCASO COM O SUL

Afonso Dresch
Prefeito de Joaçaba

É simplesmente incrível o descaso do Governo Federal para com a BR-116, único canal de ligação do Sul com o resto do País e com a capital de maior consumo: São Paulo. Pude constatar pessoalmente a situação precária, há poucos dias, durante uma viagem de automóvel de Joaçaba a São Paulo. Aliás, uma aventura perigosa. A BR-116, no trecho Curitiba/São Paulo é caso de calamidade pública, para não dizer de polícia. Completely sem sinalização, cheia de buracos, com desvios precários e mal sinalizados, pontes sem proteção e acostamento. Enfim tudo o que uma rodovia não deveria ter.

Nas proximidades da divisa dos Estados do Paraná e São Paulo (a chamada antiga Bica da Onça) existe um desvio feito provisoriamente em 1994 para resolver uma situação para com a inteligência do cidadão comum: uma pista com seis metros de largura curvada com um desnível de 50 centímetros para o acostamento. Seria cômico se não fosse trágico, já que é um atentado à segurança dos motoristas.

Fica difícil explicar que a produção dos três Estados do Sul é escoada por meio deste "lixo de rodovia". Fica mais constrangedor ainda explicar para o empresário italiano que me acompanhava (à procura de negócios no Brasil para exportar para Itália) que "aqui" era uma das principais rodovias do País. Uma rodovia em que as pessoas dirigem sempre na defensiva, onde se misturam diariamente, numa disputa de espaço e sobrevivência 15 mil caminhões e ônibus e dois mil automóveis. Estes últimos trafegam pressionados na mesma velocidade dos veículos pesados e, nas poucas oportunidades que têm de ultrapassagem, são abordados pela Polícia Rodoviária.

Está na hora dos políticos do Sul acordarem para esta realidade e precariedade da BR-116. Está na hora de defenderem com unhas e dentes a nossa

produção. Chega de "projetos 2000", chega de ouvir projetos dos "toninhos do Nordeste". É preciso impor-se com a altivez galgada no trabalho que caracteriza o povo do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, a fim de que o Sul produtivo possa ser integrado efetivamente no Brasil.

A nossa população produtiva merece uma ação urgente neste sentido. Se for preciso, que se privatize a rodovia. É preferível pagar com dinheiro do que com a vida. Empresários, motoristas e produtores não suportam mais este descaso. Nossos representantes políticos devem exigir agora essa prioridade antes que a sociedade sulista, como última alternativa, demarque suas fronteiras. E como já disse por aí: "Juscelino fez a rodovia. Todos os outros presidentes juntos não conseguiram concluir o acostamento".

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) –
Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

Recentemente completou-se um ano de funcionamento da Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa – a FUNCAP. Foi em agosto de 1994 que, na presença do então Governador Ciro Gomes e do então Ministro da Ciência e da Tecnologia Israel Vargas, foram assinados os primeiros convênios relativos a pesquisa científica e tecnológicas financiadas pela Fundação.

A Funcap tem por objetivo estimular o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Ceará, por meio do incentivo e do fomento à pesquisa, à formação e à capacitação de recursos humanos, bem como à difusão de conhecimentos nessa área. A Fundação foi criada por lei estadual no final de 1990, no primeiro Governo Tasso Jereissati, em atendimento a dispositivo legal da Constituição do Estado.

Concebida nos moldes de outras agências públicas de financiamento à pesquisa – como, por exemplo, o CNPq, a Finep, a Capes e a Fapesp –, o surgimento da Funcap demonstra cabalmente a preocupação dos últimos governos cearenses com o futuro da economia do Estado do Ceará.

Ora, todos sabemos que, a cada dia, torna-se mais difícil uma região prosperar, quando não é capaz de desenvolver e de absorver novas tecnologias. As inovações científicas e tecnológicas não esperam, para se difundir em grande velocidade, pelos Estados pouco preparados para incorporá-las. Elas se disseminam muito rapidamente e condenam à obsolescência processos produtivos que, até ainda ontem, eram considerados avançados.

Além disso, o novo padrão tecnológico impõe a melhoria da qualidade dos produtos e seu barateamento. Nesse contexto, não resta à economia atrasada outra alternativa a não ser sucumbir sob o peso da maior competitividade de seus concorrentes.

A globalização da economia brasileira, resultado inevitável dos desdobramentos da estrutura hodierna de produção, só vem acirrar esse processo.

Não é necessário dizer que a incorporação de novas tecnologias somente é possível quando se pode contar com cientistas e intelectuais competentes e bem preparados que sejam capazes de entender, de aplicar e de desenvolver novos padrões científicos e tecnológicos. A pesquisa científica e a tecnológica, por sua vez, custam caro e demandam fontes permanentes de financiamento. Daí a importância de poder-se recorrer a uma agência de financiamento à pesquisa bem montada e com recursos disponíveis.

A maioria dos Estados brasileiros ainda não acordou para a premência desse problema. Salvo honrosas exceções, quando têm noção do lugar que a ciência e a tecnologia devem ocupar no conjunto das políticas públicas, os Estados acham que essa função cabe ao Governo Federal e lavam as mãos. No máximo, pressionam a União para que mais verbas sejam destinadas à universidade federal localizada em seu Estado, para que as agências federais de financiamento prestem mais atenção ao corpo de cientistas e de pesquisadores do Estado, para que tal ou qual escola técnica seja instalada no Estado, e assim por diante.

Certamente todas essas demandas são justas e devem continuar a serem solicitadas, mas isso não basta. Cumpre que os Estados, incluindo os mais pobres, tragam para si parte da responsabilidade com o financiamento da pesquisa científica. Por menor que possa ser tal esforço, em razão de minguidos recursos disponíveis, ainda assim será um começo da implantação de uma nova política de desenvolvimento, acompanhando o surgimento de uma nova mentalidade.

Sr. Presidente:

Nesse sentido, mais uma vez, entre os Estados brasileiros mais pobres, o Ceará sai na frente e dá o exemplo.

Vejamos, com brevidade, como a Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa estruturou seus programas, em seu primeiro ano de funcionamento.

Os programas que foram ou que vêm sendo desenvolvidos pela FUNCAP dividem-se em dois grupos: os emergenciais e os permanentes. Os emergenciais, como o próprio nome já diz, são programas que visam, de forma imediata, sanar situações urgentes de necessidade de recursos em setores-chaves da estrutura científica e tecnológica do Estado. Já os permanentes são aqueles que integram, de forma duradoura e continuada, os objetivos de financiamento da Fundação.

São três os programas emergenciais da Funcap: o SOS Laboratórios, o Metamorfose, e o Quem é Quem na Ciência e Tecnologia no Ceará.

O Programa SOS Laboratórios foi inteiramente executado em seis meses. Despendeu, no ano passado, 360 mil reais para a continuidade do funcionamento e para a reativação de laboratórios em dificuldades, por conta da diminuição do repasse de verbas federais nos anos de 92, 93 e 94. O programa impediu que pesquisas fossem interrompidas e que equipamentos no valor de milhares de dólares ficassem ociosos e danificados.

Também para o financiamento de laboratórios existe o programa Metamorfose. Tal fonte de recursos, que começa somente agora a ser mais largamente utilizada, tem por objetivo atualizar tecnologicamente os laboratórios cearenses. Nesse sentido, prevê transferência de know-how e renovação de equipamentos sucateados.

O Quem é Quem em Ciência e Tecnologia no Ceará é um programa de criação de banco de dados que fornece informações detalhadas e atualizadas sobre as pesquisas e os pesquisadores do Estado. Esse projeto ataca uma das premissas fundamentais para que uma região avance em termos científicos e tecnológicos: a existência de dados ordenados e informatizados sobre pesquisas em andamento, monografias, trabalhos e teses dos pesquisadores, podendo ser acessado por todos, de forma democrática. Revela ainda a preocupação com a difusão do conhecimento e com a informação adequada para a formulação de políticas públicas. Até o momento foram gastos 80 mil reais, tendo sido concluído já 70% do levantamento a que o programa se propôs.

Além desses três programas emergenciais, a Funcap prevê para breve a implementação de dois outros: o Solução Tecnológica e o SOS Bibliotecas.

Quanto aos programas permanentes, que pretendem cumprir os objetivos duradouros da Fundação, são eles três: o Pesquisas e Desenvolvimento; o Eventos Científicos; e o Capacitação de Recursos Humanos – Programa de Bolsas.

O programa Pesquisas e Desenvolvimento dá seus primeiros passos. Representa a meta fundamental que a Funcap quer alcançar, ou seja, o financiamento de pesquisas em ciência e tecnologia e o desenvolvimento de produtos e de processos que acabem por beneficiar o Estado do Ceará. Os pesquisadores das universidades e dos institutos tecnológicos do Estado serão os principais clientes do programa.

Promover a interação dos cientistas e dos pesquisadores cearenses com membros da comunidade

científica de outros Estados e de outros países é o escopo do programa Eventos Científicos. Isso tem sido conseguido por duas vias: o financiamento parcial para a realização de eventos científicos ou tecnológicos no Estado do Ceará, bem como para a participação dos pesquisadores cearenses em eventos nacionais ou internacionais, com o intuito de que possam apresentar resultados de pesquisas por eles elaboradas. A cada uma dessas duas subdivisões do programa correspondem dois subprogramas: o Promoção de Eventos e o Participação em Eventos.

Não menos importante, o programa Capacitação de Recursos Humanos – Programa de Bolsas cumpre uma finalidade tradicional das agências de fomento à pesquisa: a concessão de bolsas a estudantes e a pesquisadores que participam de programas de graduação, de mestrado e de doutorado em instituições acadêmicas. Ademais, existem bolsas de estudos para programas especiais de aperfeiçoamento que visem a transferência de tecnologia. Não resta dúvida de que não pode haver desenvolvimento científico caso não se invista no ser humano portador e difusor desse conhecimento.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores:

Espero ter contribuído, com este discurso, para demonstrar o que os Estados brasileiros – mesmo os mais pobres e mais desprovidos de recursos – podem fazer no sentido de ajudar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Um pouco de boa vontade e de organização basta para iniciar um processo que há de gerar um círculo virtuoso na relação dos cientistas e dos pesquisadores do Estado com projetos de desenvolvimento econômico e social que beneficiem suas respectivas regiões.

A Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa despendeu, de julho de 1994 – data em que começou suas atividades – até junho deste ano, a soma total de um milhão e quinhentos e quarenta e três mil reais. Esse montante de recursos inclui não só o dinheiro gasto no financiamento de programas, mas também o custo de implantação da Fundação. Não creio que seja uma importância que não esteja ao alcance dos Estados mais pobres, dentro do horizonte de um ano.

Reitero, portanto, meus parabéns à Funcap em razão de seu primeiro aniversário. O progresso científico e tecnológico certamente constitui a chave para o resgate dos Estados brasileiros da dura realidade do subdesenvolvimento econômico e social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ODARCIR SOARES (PFL – RO.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

É com enorme satisfação que, da Tribuna do Senado Federal, venho fazer uma manifestação de apoio aos esforços, de há muito, desenvolvidos pela Emprêsa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, em favor do desenvolvimento da agropecuária, do sistema produtivo e da economia brasileira, com conquistas que, dia a dia, ano a ano, estão a merecer a atenção e o interesse de todas as camadas da sociedade brasileira, e de povos de outros continentes.

Entretanto, quero salientar que, antes de encaminhar qualquer análise sobre os achados da EMBRAPA, devo, em primeiro lugar, destacar a preocupação de sua direção, em democratizar a informação sobre a empresa.

Nos últimos seis meses, recebí sucessivamente os seguintes documentos:

.. "Contribuição da EMBRAPA Para o Desenvolvimento Agropecuário e Florestal da Amazônia", que foi oferecido aos parlamentares participantes do I Encontro da Bancada Parlamentar da Amazônia, em dezembro de 1994.

.. PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Agropecuária, 1995", produzido pela EMBRAPA.

.. EMBRAPA/CPAF - RONDÔNIA, Relatório de Atividades 1º Semestre 1995.

No primeiro documento, a EMBRAPA, informa sobre a estrutura de pesquisa que mantêm na Amazônia, os Centros de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental -

CPATU/Pará, da Amazônia Ocidental - CPAA/Amazonas, do Acre- CPAF/AC do Amapá - CPAF/AP, de Rondônia - CPAF/RO e de Roraima - CPAF/RR, destinados, segundo descrito no documento, "... a possibilitar o desenvolvimento rural sustentável da região, com o uso racional e a conservação de seus recursos naturais, através da geração, adaptação e difusão de conhecimentos técnico-científicos e sócio-econômicos".

Esse documento, Senhor Presidente, reúne, de forma clara e suscinta, dados informativos referentes à missão, às diretrizes e objetivos e a algumas das principais tecnologias geradas pelos seis Centros de Pesquisa da EMBRAPA na região, constituindo valiosa fonte de informação acerca do que a Empresa vem executando em prol do desenvolvimento agropecuário e florestal da Amazônia.

As informações preparadas para o I Encontro da Bancada Parlamentar da Amazônia, foram de grande utilidade, não apenas para que cada parlamentar da Amazônia, tivesse a informação precisa sobre a ação da EMBRAPA no seu Estado mas, também, para que cada um de nós pudesse ter a visão de conjunto da pesquisa agropecuária e florestal da Amazônia. Por entender relevante e para exemplificar, transcrevo, como parte integrante de meu discurso, esta passagem referente ao Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia, CPAF-RO:

"MISSÃO

Gerar, adaptar e difundir conhecimento e/ou tecnologias em sistemas agroflorestais e silvopastoris que

permitam o desenvolvimento sustentado dos setores agropecuário e florestal, em benefício da sociedade.

Compete ao CPAF-Rondônia:

- a) - Desenvolver sistemas agroflorestais e silvopastoris, visando à sustentabilidade sócio-econômica e ambiental para os setores agropecuário e florestal;**
- b) - Gerar, adaptar e difundir conhecimentos e/ou tecnologias apropriadas à região, através de processos integrados de transferência de informações aos parceiros, clientes e usuários;**
- c) - Integrar com instituições e organizações, objetivando o intercâmbio e/ou a venda de conhecimentos, tecnologias, produtos e serviços;**
- d) - Propiciar que a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentado atenda às necessidades atuais e futuras da sociedade, melhorando a qualidade de vida na região;**
- e) - Alcançar e manter um nível de pesquisa onde as exigências do método científico sejam plenamente atendidas, a criatividade exercitada e a eficácia dos resultados comprovados; e**
- f) - Atender as demandas dos usuários através da capacitação de agentes multiplicadores, treinados em interação com as fases de pesquisa e transferência de tecnologia, sustentadas por um sistema de informações técnicas.**

OBJETIVOS E DIRETRIZES

Técnico-programáticos e de Avanços do Conhecimento

- a) Incrementar a produtividade e viabilizar o desenvolvimento sustentado do setor agropecuário e florestal, com ênfase em sistemas agroflorestais, agropastoris e silvopastoris;
- b) Racionalizar o uso dos recursos naturais e sócio-econômicos regionais, bem como contribuir para a identificação de áreas de preservação;
- c) Promover o manejo e/ou reutilização econômica de capoeiras e pastagens degradadas;
- d) Incrementar a produção florestal com espécies nativas e/ou exóticas, conservação genética e o desenvolvimento de sistemas agroflorestais;
- e) Elevar a produtividade dos rebanhos por meio de pesquisas em manejo, sanidade, melhoramento animal;
- f) Desenvolver agroecossistemas para o cerrado;
- g) Organizar a execução do programa de pesquisa em equipes multidisciplinares distribuídas matricialmente por projetos de pesquisa; e
- h) Desenvolver "Marketing" para os conhecimentos, tecnologias, produtos e serviços gerados pelo Centro.

Organizacionais e Institucionais:

- a) Intermediar a geração e transferência de tecnologia junto aos Centros especializados visando à agroindustrialização de produtos de expressão econômica regional;**
- b) Fortalecer o conteúdo técnico-científico dos processos e resultados da pesquisa, através da intensificação das relações com instituições de pesquisas, universidades e outras organizações;**
- c) Incrementar os processos de difusão e transferência de conhecimentos, tecnologias, prestação e/ou venda de serviços e produtos;**
- d) Implantar sistemas de gerenciamento adequados à consecução da missão do Centro;**
- e) Participar da formulação e apoio de políticas agrícolas de desenvolvimento ambiental e de ciência e tecnologia;**
- f) Intensificar a articulação entre os órgãos de fomento, assistência técnica e extensão rural e florestal;**
- g) Implementar a informatização do planejamento, execução e acompanhamento das ações de pesquisa e transferência de tecnologia, dentro de uma política de informação integrada ao sistema cooperativo de pesquisa agropecuária e ao SIBRATER; e**
- h) Desenvolver ações visando à aplicação de técnicas de organização e métodos nos setores técnico-científicos, de informação e documentação, "Marketing" e transferência de tecnologia.**

Apoio Técnico e Administrativo

- a) Captação sistemática dos recursos humanos com ênfase na reciclagem do pessoal de apoio técnico-administrativo;**
- b) Aperfeiçoamento permanente do sistema de avaliação, visando à implantação de métodos de acompanhamento de desempenho, por objetivo;**
- c) Capacitação de recursos públicos e/ou privados, de origem nacional e internacional;**
- d) Geração de recursos através da prestação de serviços e comercialização de tecnologias e produtos;**
- e) Implantar mecanismos de planejamento, administração e acompanhamento às atividades do Centro, programas especiais, convênios e contratos de cooperação;**
- f) Capacitação e envolvimento do pessoal de apoio técnico nas atividades de difusão e transferência de tecnologia; e**
- g) Informatização das atividades do Centro em todos os níveis.**

TECNOLOGIAS, PRODUTOS E CONHECIMENTOS GERADOS PELO CPAF - RONDÔNIA.

Recomendações de cultivares

- Arroz - Guaporé, Xingú, Acre fino e IAC-47 (Mata), Araguaia, Rio Parnaíba (cerrados);**

- **Mandioca - Pirarucu, Amarelona, Goela de Jacó e Pão do Acre;**
- **Café - Catuaí, Icatu, Robusta 640;**
- **Pimenta-do-reino - Guajarina e Bragantina;**
- **Olerícolas - Alface, Batata, Cebola, Repolho, Tomate, Melão, Cenoura etc.;**
- **Frutíferas - Banana, Citrus, Manga e Abacate;**
- **Milho - BR 106, BR 5109, BR 5110, BR 201 etc.;**

Lançamento de Cultivares

- **Arroz - Guaporé;**
- **Milho - BR 51150, BR 5103.**

Levantamento, identificação e controle de pragas

- **Pragas associadas às culturas da mandioca, mogno, arroz, milho, feijão, soja, etc.**

Recomendações Técnicas

- **Consorciação seringueira x café e seringueira x cacau;**
- **Alternativas para recuperação e aproveitamento de áreas desmatadas;**
- **Leguminosas para adubação verde, controle de invasoras e retenção de umidade de solo para o cerrado;**

- Espécies florestais nativas (guapuruvu, parapará e morototó) para reposição de áreas desmatadas;
- Sistema de produção para cupuaçu;
- Sistema de produção para algodão;
- Sistema de produção de soja para o cerrado;
- Sistema de produção de ovinos deslanados, caprinos e bubalinos de dupla aptidão (carne e leite);
- Recomendação para formação e manutenção de pastagens, capineiras, leguminosas e banco de proteína, manejo do rebanho, incluindo mineralização e sanidade animal;
- Utilização de gramíneas e leguminosas na recuperação de pastagens."

Senhor Presidente e Senhores Senadores!

O Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Agropecuária - PRONAPA conforme se lê em sua Apresentação, tem, como principal objetivo, "compatibilizar e consolidar a programação anual executada diretamente pela EMBRAPA ou em cooperação com instituições do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA."

A volumosa publicação, contém 246 páginas, e desdobra-se em três capítulos. No primeiro, é descrita a programação e são delineadas as ações dentro de cada programa e dos projetos que o compõem. É importante

adiantar que a EMBRAPA tem sua programação delineada dentro dos princípios do Sistema EMBRAPA de Planejamento - SEP, que contempla dezenas de programas:

Programa 01 - Recursos Naturais: avaliação, manejo e recuperação;

Programa 02 - Conservação e uso de recursos genéticos;

Programa 03 - Desenvolvimento de pesquisas básicas em biotecnologia;

Programa 04 - Sistema de produção de grãos;

Programa 05 - Sistemas de produção de frutas e hortaliças;

Programa 06 - Sistemas de produção animal;

Programa 07 - Sistemas de produção de matérias-primas;

Programa 08 - Sistemas de produção florestal e agroflorestal;

Programa 09 - Sistemas de produção de agricultura familiar;

Programa 10 - Colheita/Extração, pós-colheita, transformação e preservação de produtos agrícolas;

Programa 11 - Proteção e avaliação da qualidade ambiental;

Programa 12 - Automação agropecuária;

Programa 13 - Suporte a programas de desenvolvimento rural e regional;

Programa 14 - Intercâmbio e produção de informação em apoio as ações de pesquisa e desenvolvimento;

Programa 15 - Aperfeiçoamento e modernização institucional dos sistemas estaduais de pesquisa agropecuária;

Programa 16 - Administração e desenvolvimento institucional.

Para cada um desses Programas, Senhor Presidente, são relacionados, nominalmente, o Presidente, o Secretário Executivo e os Membros de cada Comissão Técnica de Pesquisa. Cada Programa apresenta um resumo, no qual são descritos sua natureza, seus objetivos geral e específicos, suas metas e os projetos que o compõem. O ANEXO N° 01 "Total de Projetos por Unidade da Federação e Região." dá-nos conta de um total de 468 projetos de pesquisa, assim distribuídos por Região:

	Nº Projetos	%
Região Norte	38	8,11
Região Nordeste	96	20,48
Região Sudeste	109	23,29
Região Sul	87	18,58
Região Centro-Oeste	138	29,48
TOTAL	486	100,00

Os títulos e códigos de projetos para o Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia:

07.0.94.010 - Avaliação de Sistemas Sustentáveis para Produção de Café no Trópico Úmido.

08.0.94.003 - Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais para a Amazônia Ocidental.

13.0.94.501 - Difusão e Transferência de Tecnologias para Sistemas Agroflorestais e Agropecuários em Rondônia.

No Segundo Capítulo, são especificados os recursos financeiros globais, com a lista dos agentes financiadores, tabelas e gráficos de recursos de custeio por programa e recursos de custeio por unidade/instituição líder de projeto e região geográfica por país.

Por fim, o Terceiro Capítulo reúne anexos com tabelas e gráficos de recursos humanos da EMBRAPA por Unidade e Grupos Ocupacionais. O Pesquisador I, equivale ao profissional com BS, o Pesquisador II, corresponde ao MS., e o Pesquisador III, é do nível de PhD; como suporte à pesquisa figuram todas as demais categorias.

Senhor Presidente, os resultados alcançados pela EMBRAPA em meu Estado, Rondônia, serão objeto de discussão mais adiante, quando for apresentado o documento intitulado "Embrapa/Rondônia, Relatório de Atividades 1º Semestre 1995". Para conhecê-los e avaliá-los em sua amplitude, dediquei especial atenção aos recursos globais, recursos humanos e recursos de custeio, com os quais operei a EMBRAPA, na Amazônia e em Rondônia.

Foram elaborados os ANEXOS Nº 02 "Recursos Humanos da EMBRAPA: Brasil, Região Norte e Estados, Novembro 1994" e Nº 03 "Recursos de Custeio por Unidade-Líder de Projeto e Região."

Senhor Presidente e Senhores Senadores, acredito ser oportuno e relevante fazer um breve retrospecto sobre a pesquisa agropecuária na Região Amazônica. Ela iniciou-se com a criação do Instituto Agronômico do Norte - IAN, em 1939, sediado em Belém. Este Instituto atuou praticamente de forma isolada até o início dos anos 60, quando uma grande reforma administrativa do Ministério da Agricultura transformou-o em Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Norte - IPEAN, com atribuições mais amplas. Graças a essa reforma, foi criado em 1968, com sede em Manaus, o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária da Amazônia Ocidental -IPEAAOc, tendo atribuições semelhantes ao do IPEAN, passando a dividir as responsabilidades de pesquisa agropecuárias relativas a região.

O grande avanço da estruturação da pesquisa agropecuária na região só ocorreu a partir de meados da década de 70 com a criação da EMBRAPA e de suas unidades descentralizadas. Assim, nos anos de 1975/76, o IPEAN foi transformado em Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido - CPATU, com a responsabilidade de desempenhar papel como centro de recursos com abrangência regional, e o IPEAAOc em Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual - UEPAE de Manaus, com jurisdição sobre o Estado do Amazonas.

Foram criados, também, o Centro Nacional de Pesquisa de Seringueira e Dendê - CNPSD, responsável pela execução de pesquisas desses produtos em âmbito nacional; a UEPAE de Porto Velho, a UEPAE de Rio Branco, e a UEPAE de Altamira, esta última posteriormente, em 1984, transformada em UEPAE de Belém; e as Unidades de

Execução de Pesquisa de Âmbito Territorial - UEPATs de Boa Vista e Macapá, no ano de 1982.

À partir de 1991, novas modificações estruturais foram efetivadas pela EMBRAPA, na Região Amazônica, com a transformação do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido - CPATU, de Belém, e das UEPAEs de Proto Velho (Rondônia), Rio Branco (Acre), UEPATs de Boa Vista (Roraima) e Macapá (Amapá) em Centros de Pesquisa Agroflorestal.

Tomara não seja uma mudança de rumo da EMBRAPA, imposta de fora para dentro, às suas Unidade da Amazônia, no sentido de se incorporarem à "corrente verde", ecológica, que na visão de muitos preferia ver a Amazônia , e Rondônia no particular, intocável, preservada, e a Floresta Amazônica "deixada como está".

Senhor Presidente e Senhores Senadores!

A EMBRAPA em novembro de 1994, contava com um total de 9.527 empregados, tendo um grupo ocupacional de 7.451 catalogados como suporte à pesquisa (operacional, laboratoristas, técnicos em agropecuária e administrativos) que atingia os 78,2% do quadro total. Os pesquisadores totalizavam 2.076 divididos conforme o Anexo nº 02:

Nível I (BS)	248
Nível II (MSc)	1.112
Nível III (PhD)	716

O quadro de pessoal da Região Norte, formada pelos Estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, contava com 1.362 empregados, o que expressava

um percentual de 14,25 em relação ao total. Os funcionários de apoio à pesquisa na Amazônia perfaziam 1.089, ou seja, 80,0%, uma relação muito próxima da relação nacional da empresa.

Quando, porém, se passa a analisar o quadro de recursos humanos da EMBRAPA dentro da Região Amazônica, começa-se detectar, visível concentração de recursos humanos, nas Unidades do Pará - CPATU, e do Amazonas - CPAA. Os dois centros de pesquisa, CPATU e CPAA, somavam 942 empregados, 69,1%, do total vinculado ao quadro de pessoal da EMBRAPA na Amazônia. Quando se analisa a situação da distribuição dos pesquisadores, a situação é idêntica, as duas Unidades concentram 71,0% do total de pesquisadores.

A distribuição que mais sacrifica o critério da equidade na distribuição e no provimento dos recursos humanos da EMBRAPA torna-se patente quando se enfoca a "qualidade", a maior capacitação. Dos 42 pesquisadores Nível III (PhD) lotados na Amazônia, o CPATU contava com 29 profissionais, ou seja, 69,0% e o CPAA do Amazonas com outros sete pesquisadores Nível III (PhD) 16,7%. Isso deixa claro que os dois mais antigos centros de pesquisa, concentram 85,7% da qualificação científica de maior nível, enquanto que o CPAF-Acre e CPAF-Rondônia, contavam cada um com três pesquisadores a Nível III (PhD) e os CPAF - Amapá e CPAF - Roraima, não possuam Nível III (PhD).;

Quando se analisa o pesquisador Nível II (MSc), a situação de concentração de recursos é da mesma forma penalizadora: dentre os 158 pesquisadores treinados a nível de MSc, 86 pesquisadores tinham localização no CPATU, de

Belém, configurando 54,4%, e no CPAA, de Manaus, estavam vinculados 33 pesquisadores Nível II (MsC), 21,0%, do que resulta um total de 75,3% dos pesquisadores com qualificação no nível de Mestrado.

Senhor Presidente e Senhores Senadores!

Tenho a convicção de que a distribuição dos recursos humanos, notadamente dos pesquisadores com mais alto nível de treinamento, nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, não condizem com a natureza dos problemas do setor agropecuário desses Estados. É preciso que a direção da EMBRAPA, a nível nacional, se detenha a examinar essa situação, sob pena de que a agricultura da Região continue ser agricultura migratória, agricultura da pobreza, e, também, agricultura da rápida destruição dos recursos florestais da Amazônia.

Estudar, elaborar e executar projetos de pesquisa que tragam soluções para o setor agropecuário dentro do escopo do desenvolvimento não poderá ser, por certo, uma tarefa a ser satisfatoriamente alcançada, com um quadro numéricamente inexpressivo e qualitativamente desprovido de maior experiência e competência. Considerando-se o isolamento em que essas nucleações de pesquisadores se encontram mergulhadas, é ainda mais importante que o agrupamento adquira uma massa crítica de conhecimento, capaz de razoavelmente encaminhar propostas adequadas e proveitosas para a sociedade local.

Analizando o ANEXO N° 03 - "Recursos de Custeio por Unidade - Líder de Projeto e Região" - preparado à partir do PRONAPA 1995, infere-se que a EMBRAPA teve

aprovados recursos de custeio da ordem de R\$ 31.569.000 (trinta e um milhões, quinhentos e sessenta e nove mil reais) para todo o País.

A Região Norte (Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima) obteve um montante de R\$ 2.977.000,00 (dois milhões, novecentos e setenta e sete mil reais), o que expressava pouco menos de 10% do orçamento total da EMBRAPA (precisamente 9,43%).

Considerando que a Região Amazônica, com sua vastidão territorial, suas dificuldades de mobilização e seus problemas de abertura de uma nova fronteira, que tem a responsabilidade de dar subsídios técnico-científicos, para a exploração racional, impõe reconhecer que é muito pouco contar com recursos humanos de 14,25% e com recursos de custeio que não atingem os 10%.

Senhor Presidente e Senhores Senadores!

O mesmo viés, o mesmo desequilíbrio na distribuição dos recursos de custeio é identificado. O CPATU, do Pará, estava aquinhoados com 59,4% do total destinado para a Região Norte; o CPAA, do Amazonas, contava com recursos que atingiam outros 26,6%. Assim, os dois centros de pesquisa do Pará e do Amazonas, CPATU e CPAA, respectivamente somavam 86% dos recursos destinados para toda a Região Norte. Quando se lembra que dos recursos humanos, sobretudo de pesquisadores mais qualificados, treinados a nível de MsC e PhD, eram insuficientes, e se identifica que os Centros de Pesquisa Agroflorestal - CPAFs, do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, contam com escassos recursos de custeio, pode-se concluir que os problemas do conhecimento técnico-científico para a exploração do

potencial produtivo da Amazônia, ainda ficarão, por muitos anos, ou inexplorados, ou explorados com desacertos.

Senhor Presidente e Senhores Senadores!

O terceiro documento recebido em meu gabinete, foi "EMBRAPA/CPAF-Rondônia, Relatório de Atividades 1º Semestre 1995". Trata-se de um documento detalhado, bem elaborado e rico sobre as atividades de difusão e comunicação do órgão. Ele aborda os seguintes itens:

- I - Difusão**
- II - Publicações**
- III - Projeto Produção**
- IV - Comercialização**
- V - Comunicação Social**
- VI - Treinamento**

I - DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS

a) - Visitas: realizadas 275 visitas de produtores, técnicos e estudantes, aos campos experimentais de Porto Velho e interior: Machadinho, Pimenta Bueno, Ouro Preto D'Oeste e Vilhena.

b) - Dias de Campo: promovidos cinco dias de campo com um total de 997 participantes, deste 816 produtores. Os temas abordados foram: sistemas agroflorestais, cultura do arroz e do milho, bovino de leite e pastagens.

c) - Consultas Técnicas: consiste no registro dos atendimentos à produtor e técnico, na sede e campos experimentais do interior. Foram anotadas 92 consultas técnicas, e os assuntos

de maior interesse: olerícolas, controle biológico de moscas-chifres, cultura da banana e do café.

d) - Reuniões Técnicas: promoção de reuniões e, ou participação nestas, onde foram discutidos itens de grande importância, como: parcerias técnicas, elaboração de projetos, agroindustrialização, levantamento de safras. Destaca-se a reunião com a Diretoria do ICRAF, do Quênia, para a avaliação do Projeto ASB - Alternatives to Slash and Burn (Alternativas para as Derrubadas e Queimadas).

e) - Unidades de Observação, em manutenção, 35 unidades, temas abordados: algodão, pimenta x leguminosas, café x leguminosas, cultivos alimentares e pequenos animais.

- Unidades de Demonstração: instaladas duas unidades, voltadas para banana e pupunha x café.

f) - Palestras: 18 palestras proferidas , em eventos externos e internos dirigidos a produtores e técnicos. Total do público beneficiado, 450. Assuntos objetivados: inseminação artificial, controle biológico, tração animal, recuperação de pastagens, produção de mudas e sistemas agroflorestais.

g) - Treinamento Público: oferecidos três cursos, voltados para os temas de tração animal e do melhoramento vegetal. O público beneficiário constitui-se de 29 Produtores, 07 Técnicos e 36 Estudantes.

II - PUBLICAÇÕES

a) - Publicação de Material Técnico, 8.

1 Documento, "Sistemas Agroflorestais como Alternativa Auto-sustentável para o Estado de Rondônia", em co-edição com o PNUD/ PLANAFLORO, (no prelo).

2 Reedição de publicações:
CT 18 - Tração animal na Fazenda
DOC - Agropecuária em Rondônia, um
diagnóstico.

5 Publicações aprovadas pelo Comitê (no prelo)

b) - Publicação de artigos em Anais do Congresso

Data: Abril

Assunto: Ocorrência de Gafanhotos
Rhammatocerus schistorcecooides na Chapada dos Parecis.

Autor: Teixeira, C.A. e Alves, P.M.P.

Evento: XV Congresso Brasileiro de Entomologia,
Caxambu - MG.

Data: Maio.

Assunto: Agricultura de Derruba e Queima na
Amazônia.

Autor: Oliveira, S.J.M de, e outros.

Evento: I Congresso Brasileiro de Administração
Rural, Lavras, MG.

c) - Artigos em Periódicos Nacionais

Data - Assunto - Autor - Veículo

08/3 - Búfalos R.G.A. Pereira e outros Revista A
Lavoura

03/3 - Ovinos J.A. Magalhães e outros Revista
Lavoura Arrozeira

III - Projeto Produção

a) - Produção/Venda de Mudas

Mudas Produzidas:

Banana, 360; café, 840; pupunha, 5.100

b) - Produção de Sementes:

Café, 200 quilos; milho, 128 toneladas

c) - Produção de Besouros "Onthophagus gazella"
Besouros distribuidos: 6.818 casais, para 60 produtores

IV - COMERCIALIZAÇÃO

a) - Comercialização de Serviços:
Análises Laboratoriais, 312

b) - Venda de Produtos Vegetais:

PRODUTO	MEDIDA	QUANTIDADE
. Cupuaçu	Kg/polpa	202
. Guaraná	Kg/semente	55
. Banana	Kg/cacho	420
. Laranja	Kg	180
. Mandioca	Kg	200
. Milho	Sc 60 Kg	2.148
. Borracha prensada	Kg	270
. Pupunha	Unid./Semente	7.616

c) - Venda de Produtos Animais

PRODUTO	MEDIDA	QUANTIDADE
. Bovinos	Cabeça	12
. Bubalinos	Cabeça	01
. Caprinos	Cabeça	09

d) - Venda de Publicações

-
- **Publicação CPAF - RO Quantidade: 18 R\$ 45,00**
 - **Publicação SPI Quantidade: 164 R\$ 1.103,00**
-

V - COMUNICAÇÃO SOCIAL**Produção de Instrumentos de Divulgação**

- a) - Press-release, Total no Semestre: 10**
- b) - Materiais Especiais, total no semestre: 01**
- c) - Informativo Interno, Nº 31 a Nº 35**
ITINERANTE Nº 09, março/abril 95
- d) - Entrevistas Rádio, Televisão, Jornal**

Data	Veículo	Entrevistado	Assunto
Maio	TV Rural	Francelino Goulart	Bovino de Leite

VI - TREINAMENTO DE PESSOAL NO PAÍS/EXTERIOR**a) - Curso de Curta Duração:**

Empregados Treinados no País: 13

Empregados Treinados no Exterior: 01

Principais Treinamentos: Formação de Líderes de Projeto, Gerência de Processo-Qualidade Total, Espectofotômetro de Absorção Atômica.

b) - Participação em Eventos Técnicos

Eventos no País: 09

Eventos no Exterior: 01

VII - OUTRAS ATIVIDADES

. Participação no Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do Plano de Manejo de Unidades Especiais visando à Motomecanização Agrícola.

. Diagnóstico rápido sobre a olericultura no Estado de Rondônia.

. Participação no diagnóstico rápido sobre cultivo de feijão em Rondônia.

. Manutenção do Convênio de Profissionalização e Amparo ao Menor Carente, com a contratação, através do Centro do Menor, de 12 adolescentes, que recebem além de 1/2 salário, dois litros de leite diariamente.

Senhor Presidente e Senhores Senadores!

Ao discorrer sobre o documento "EMBRAPA/CPAF - Rondônia, Relatório de Atividades do 1º Semestre 1995", até de certa forma cansativa, pretendí fazer uma homenagem aos empregados da EMBRAPA, em Rondônia, na pessoa do encarregado da Chefia Geral, Dr. Paulo Manoel Pinto Alves, Chefe Adjunto Técnico, Dr. Victor Ferreira de Souza, e Chefe Adjunto de Apoio, Dr. Nilton M.Costa, que se preocupam em fazer uma circunstanciada exposição útil, pela natureza das informações, mas que também tem o caráter de uma verdadeira prestação de contas à sociedade de Rondônia, e em particular, aos produtores rurais.

Por estar comprometido com a verdade, devo complementar as informações passadas, dizendo:

a) - O quadro de Recursos Humanos do CPAF-Rondônia, melhorou em relação ao informado pelo PRONAPA - 1995,

que é de novembro de 1994, quando indicava a existência de 23 pesquisadores. Ao final do ano de 1994, foram contratados nove pesquisadores nas áreas de manejo florestal, manejo de solos, melhoramento vegetal, fitopatologia, socioeconomia, estatística, olericultura e culturas anuais, além de quatro técnicos especializados para a área de difusão de tecnologia, e mais onze operários rurais e um mestre rural.

b) - No tocante a recursos de custeio e de capital, o CPAF - Rondônia recebeu recursos repassados pelo PLANAFLORO, no exercício de 1994, no montante de R\$ 310.562,30 (trezentos e dez mil, quinhentos e sessenta e dois reais e trinta centavos) destinados à instalação/execução de experimentos; instalação/condução de unidades de observação; manutenção de campos experimentais; capacitação de técnicos da extensão rural; e aquisição de veículos (quatro) e um trator.

Em 1995, considerado o 1º semestre, foram repassados pelo PLANAFLORO, R\$ 508.302,81 (quinhentos e oito mil, trezentos e dois reais e oitenta e um centavos) recebidos no final de julho de 1995.

c) - Através do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira firmado com o ICRAF/do Quênia (Centro Internacional para Pesquisa em Agrofloresta) estão sendo conduzidos subprojetos de Sistemas Agroflorestais para solos de baixa fertilidade, alternativas de capoeiras melhoradas em solos ácidos, visando à produção de grãos, em áreas de pequenos produtores: recuperação de pastagens degradadas com essências florestais. Por meio desse Convênio com o ICRAF foram adquiridos diversos equipamentos laboratoriais, essenciais para a execução das análises do material de pesquisa. Infelizmente, o Convênio ICRAF/EMBRAPA, que dá suporte ao projeto ASB - (Alternative to Slash and Burn)

recebeu um corte de 40% no orçamento para a fase II, tendo em vista que três dos principais doadores não repassaram recursos financeiros para este ano, até o momento.

Senhor Presidente e Senhores Senadores!

Ao concluir, não poderia deixar de me referir à dificuldade que até hoje não foi resolvida, ou até mesmo atenuada pela Direção da EMBRAPA. No documento de 1989, intitulado "Avaliação Regional dos Impactos Sociais e Econômicos da Pesquisa da EMBRAPA na Região Amazônica", a equipe responsável escreveu:

"... É importante destacar que esses números não refletem os problemas regionais nesse campo: a alta rotatividade e a fuga de recursos humanos de maior experiência para o setor privado e para outras regiões. No segmento técnico-científico, a situação é mais séria; a alta rotatividade pela perda de pesquisadores tem causado sérias limitações à formação de massa crítica nas unidades da região".

Exemplificando, Senhor Presidente e Senhores Senadores, o documento analisava a situação da antiga UEPAT de Macapá, hoje CPAF-Amapá, "...que para contar com seis pesquisadores em 1986, admitiu, no período de 1982/86, um total de quatorze pesquisadores, o que significa uma renovação total do quadro, em menos de quatro anos."

Por outro lado, dizia, ainda, o documento de 1989, "...apesar do agressivo programa de treinamento em pós-graduação da Empresa, grande parte do quadro técnico-científico da região ainda permanece sem o curso de

doutoramento (PhD), em função da seletividade no processo e da evasão de pesquisadores".

Senhor Presidente e Senhores Senadores!

Decorridos alguns anos, a situação continua a mesma de 1989, no que diz respeito à alta rotatividade. Em dezembro de 1993, o então Chefe Adjunto Técnico do CPAF-Rondônia, Dr. Alberto William Viana de Castro, produziu o documento "Como promover a Fixação de Pesquisadores da EMBRAPA nos Centros de Pesquisa da Amazônia Ocidental". Deste, transcrevo alguns trechos que reputo irretocáveis:

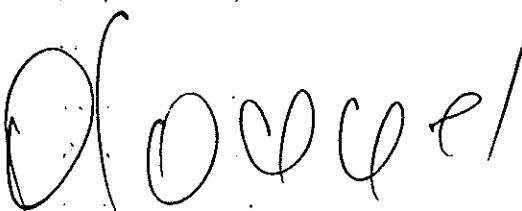
"As Unidades da Amazônia Ocidental sempre terão problemas para a formação de quadros técnicos de nível, caso não seja encontrada uma solução adequada aos interesses da EMBRAPA na região. Essa solução deve levar em consideração a importância cada vez mais crescente, das atividades de pesquisa agrícola e florestal na região Amazônica".

Mais adiante o documento gerado pelo ex-Chefe Adjunto Técnico do CPAF - Rondônia dizia enfáticamente:

"A disparidade existente com relação ao nível de qualificação observada nas Unidades da Região Norte e das localizadas nas Regiões Centro Oeste, Sul e Sudeste, precisam ser compensadas, principalmente no momento em que a Amazônia está centrada no foco das atenções em nível mundial com relação à preocupação com o desenvolvimento sustentável da região. O interesse dos organismos internacionais de desenvolverem trabalhos conjuntos com a EMBRAPA em Unidades como os CPAFs Acre e Rondônia

estão fadados ao fracasso, com péssimas repercussões para a EMBRAPA, caso não seja pensada a solução adequada para esse problema".

Fazendo uma correção na colocação final do pesquisador da EMBRAPA, permitir-me-ia lembrar que o prejuízo maior é o comprometimento dos recursos naturais da região, se a EMBRAPA continuar a não poder oferecer de forma continuada e em permanente evolução, resultados de pesquisa e experimentação, que possam proporcionar não sómente o tão falado "desenvolvimento sustentável", mas uma agricultura mais tecnificada, com maior segurança e maiores ganhos para o produtor rural de Rondônia e da Amazônia.



ANEXOS

Anexo nº 01
Total de Projetos Por Unidade da Federação e Região/(% Total)

UF	Nº de Projetos	Região
RS	51	10,89
SC	13	2,77
PR	23	4,91
Subtotal		87 (18,58)

UF	Nº de Projetos	Região
SP	40	Sudeste
MG	30	
ES	3	
RJ	36	
Subtotal	109	(23,29)
GO	18	Centro-Oeste
DF	92	
MT	1	
MS	27	
Subtotal	138	(29,48)
BA	16	Nordeste
PE	24	
SE	10	
AL	0	
RN	1	
CE	21	
PI	10	
MA	0	
PB	14	Norte
Subtotal	96	(20,48)
AM	9	
PA	22	
RR	2	
AC	1	
AP	1	
RO	3	
Subtotal	38	(8,11)
Total	433	(100,00)

Fonte: EMBRAPA/PRONAPA, 1995.

Anexo nº 02
Recursos Humanos da EMBRAPA: Brasil, Região Norte: Estados, Novembro, 1994.

Unidades	Grupo Ocupacional						%
	B6	Pesquisador	MSc	PhD	Supórtia à Pesquisa	Total	
BRASIL*	248	1.112		716	7.451	9.527	100,00
Região Norte	73	158		42	1.089	1.382	14,26
CPATU-Pará	21	28,77 ^{**}	88	54,43 ^{**}	29	69,05 ^{**}	6,39
CPAA-Amazonas	18	24,66 ^{**}	33	20,69 ^{**}	7	16,67 ^{**}	3,49
CPAF-Acre	7		10		3	98	1,23
CPAF-Amapá	12		5			58	0,76
CPAF-Rondônia	10		10		3	126	1,56
CPAF-Roraima	6		14			81	0,83

Fonte: EMBRAPA/PRONAPA, 1995.

* Inclui Pessoal da Sede (569) e Parceria (375).

** Percentuais calculados em relação à Região Norte

Anexo nº 03

Recursos de Custeio por Unidade Líder de Projeto e Região.

Unidade*	Recursos Aprovados Em R\$ 1.000,00	Total %
BRASIL	31.564	100,00
Região Norte	2.977	9,43
CPATU-Pará	1.769	5,60
CPAA-Amazonas	793	2,51
CPAF-Acre	16	0,05
CPAF-Amapá	64	0,20
CPAF-Rondônia	148	0,47
CPAF-Roraima	187	0,59

Fonte: EMBRAPA/PRONAPA, 1995.

* Unidade/Instituição Líder de Projetos Aprovados pelas CTPs.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, nunca fui nem quero ser profeta do caos, mas tenho feito seguidas advertências deste Plenário sobre a crise que avança rapidamente por toda a extensão do Estado de Goiás, atingindo grandes e pequenos municípios, comprometendo empresas de todos os níveis, empobrecendo a classe média e assustando todos os cidadãos, infelizmente, forjou-se neste País a falsa convicção de que o político exagera a dimensão dos problemas para ser simpático às suas bases. Agora, o que era apenas advertência é uma dura e cruel realidade a ser enfrentada com todos os custos provocados pela indiferença.

Na edição do último domingo, o jornal **O Popular**, matutino de maior circulação em meu Estado, estampa em manchete de primeira página e em editorial a gravidade da crise que atinge 90 por cento dos municípios goianos. E informa que amanhã, quarta-feira, todas as prefeituras goianas vão fechar suas portas em ato de protesto contra a insensibilidade para as suas atuais dificuldades financeiras. O drama das prefeituras não decorre de uma única causa, mas a queda da arrecadação agrícola é a grande matriz que está na origem de tudo, pois somos um Estado em que a produção primária tem o peso expressivo de 70 por cento na formação de suas riquezas.

É importante atentar para os argumentos do Presidente da Associação Goiana dos Municípios, Carlos Fernando de Oliveira, para justificar o protesto. A queda da arrecadação mensal está próxima dos 25 por cento. A crise paralisa obras, atrasa pagamentos do funcionalismo e dos fornecedores, e a maioria dos prefeitos limita-se a administrar as folhas de salários, mostrando que a situação se agravará ainda mais em novembro, com o pagamento obrigatório do décimo-terceiro. Os prefeitos estão sendo orientados a evitar novos endividamentos, enxugar a máquina e cortar despesas, mantendo ativos apenas os serviços básicos de saúde e de limpeza pública. Com esse regime de austeridade recessiva, os danos sociais são enormes, cai o emprego e as famílias sofrem. Acabam cedendo ao apelo da migração, que vai agravar ainda mais a promiscuidade social no entorno das grandes cidades.

Também vítima da irregularidade nos repasses federais e na queda de receitas próprias numa economia em crise, o Governo do Estado está de pés e mãos atados para praticar uma política de emergência. Hoje, a emergência número um do Governador é ter dinheiro no final do mês para garantir o paga-

mento do funcionalismo, como se fosse simples gerente de recursos humanos. Com o caixa no vermelho, não há milagres possíveis. Graças ao programa de Solidariedade Humana que instituiu no Estado, o Governador Maguito Vilela tem avançado passos importantes no combate às carências sociais, mas o efeito acumulado das crises aumenta o fosso entre o ideal e o possível. Isso mostra que as dificuldades envolvem a administração estadual e os municípios, exigindo posturas mais sensíveis do governo federal e deste Congresso, na discussão da Reforma Administrativa e da Reforma Tributária.

Renovo meu apelo recente no sentido de um Banco do Brasil mais ágil no seu relacionamento com os agricultores. Falta dinheiro para tudo na agricultura, e as decisões são demasiadamente lentas. Isso sem falar das medidas de caráter estrutural para fortalecer o setor agrícola, consistentemente reclamadas pelas entidades do setor e pela Frente Parlamentar da Agricultura, mas ainda sem solução. Reativar a agricultura é aumentar a produção, reativar o interior, aumentar a arrecadação estadual, criar empregos e restabelecer o otimismo. Apelo também no sentido de o governo abrir a discussão sobre as quotas e os repasses do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, para torná-los mais transparentes e permitir planejamentos locais mais próximos da realidade. Oitenta e cinco por cento dos 322 municípios goianos não têm receita e dependem dramaticamente desse fundo. Está certa a Associação Goiana dos Municípios quando reclama decisões no caminho desse objetivo, incluindo a reformulação dos números do último censo demográfico, onde possíveis erros cometidos comprometem a fixação dos valores dos repasses.

O setor de construção civil, grande absorvedor de empregos, está parado, e a timidez das raras medidas anunciamas não tem levado a qualquer resultado. Ou não passam de promessas, ou não chegam ao interior. A economia informal, que tem grande poder de sustentação econômica das pequenas comunidades, está desaparecendo porque produtores e consumidores estão mais pobres, quebrando-se o elo de interdependência. Por outro lado, faltam políticas e faltam estímulos para a implantação de micro e pequenas empresas, uma área em que o Banco do Brasil poderia atuar com influência decisiva. Enfim, são problemas e problemas que se somam, dificultando a vida dos prefeitos e multiplicando os problemas dos cidadãos.

Ao analisar a penúria em que se encontram as nossas cidades, o jornal **O Popular** afirma que a cri-

se chega a um perfil de gravidade que não encontra situação semelhante na História do Estado, e alerta para os efeitos desse abalo nos alicerces do federalismo, localizados nos municípios. De minha parte, acrescento que o Senado tem um papel institucional específico no zelo pelo equilíbrio da Federação. Não sei se o fenômeno ocorre com a mesma intensidade em outros Estados, mas acredito ser indelegável a nossa responsabilidade no sentido de corrigir as distorções que levam a esses fatos. Aprovar a reforma administrativa encaminhada pelo governo, sem distorcê-la no seu conteúdo básico, parece-me uma opção de bom-senso. E alterar a reforma tributária, procurando adequá-la aos interesses dos estados e municípios, é também uma exigência de que não nos devemos afastar. O Brasil não é um território imaginário, de contornos indefinidos. É um País grande e um grande País, com seu povo, seus estados, seus municípios e seus sentimentos. E tudo isso é parte do universo federativo, com suas identidades no geral e suas diferenças no particular. Manter o equilíbrio desse universo é nossa responsabilidade, e foi para isso que recebemos um mandato popular.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 1995, de iniciativa do Presidente da República, que altera o § 1º do artigo 177 da Constituição Federal, tendo

Pareceres, sob nºs 507 e 626, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento: favorável com correções formais, em obediência à técnica legislativa; 2º pronunciamento: pela rejeição das emendas de Plenário.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária de 19 de setembro último.

Passa-se à votação da matéria. Antes, porém, a Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra a V. Exª, Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acabamos de ouvir a comunicação do nobre Senador Esperidião Amin, Presidente do PPB, sobre o falecimento que acaba de ocorrer no Rio de Janeiro, do Deputado Amaral Netto, que se encontrava em pleno exercício do seu mandato. Gostaria de levantar perante V. Exª a seguinte dúvida: de acordo com o Regimento, não seria o caso de se levantar a presente sessão em homenagem ao ilustre desaparecido e nós a transformarmos inclusivamente em uma primeira homenagem póstuma à sua memória?

Trata-se de um dos homens públicos de maior presença na vida política nacional ao longo de anos e anos, Sr. Presidente. E mesmo que assim não fosse, tenho para mim que o desaparecimento de qualquer Senador ou Deputado em pleno exercício do mandato leva imediatamente ao levantamento da sessão.

Era a questão que gostaria de levantar perante V. Exª lamentando que estejamos às vésperas de iniciarmos a votação de uma proposta de emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa esclarece ao Senador Humberto Lucena que não existe, sobre a Mesa, nenhum requerimento nesse sentido. A Mesa não pode tomar essa decisão de ofício.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa está aguardando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de saber se é regimental suspender ou se precisa haver requerimento para suspender a sessão. São duas coisas diferentes. Porque se é obrigado a suspender; deve-se suspender. Agora, se é apenas através de requerimento, acho que temos que votar a emenda constitucional. Tinha a maior amizade pelo Deputado

Amaral Netto, devo até falar sobre sua vida; agora, entendo que não podemos protelar diariamente depois de uma semana, praticamente, de férias do Congresso Nacional mais uma sessão. Se é de acordo com o Regimento suspender a sessão, não se discute, mas votar-se o requerimento é diferente, é uma opção do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa, respondendo à questão levantada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, lerá o art. 220 do Regimento Interno:

Art. 220."O requerimento de levantamento da sessão, por motivo de pesar, só é permitido em caso de falecimento do Presidente da República, do Vice-Presidente da República ou de membro do Congresso Nacional."

Feito o requerimento, será submetido ao Plenário, votado o requerimento, se aprovado, a sessão será suspensa.

O Sr. Humberto Lucena - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Tem a palavra V. Ex^a

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pela Ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, por se tratar de um assunto da mais alta importância, tendo em vista a interferência do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, gostaria de dizer a V. Ex^a que o meu requerimento está assinado, mas seria interessante que V. Ex^a consultasse as Lideranças. Não quero sozinho assumir essa responsabilidade. Desejo dizer que, ao longo de 40 anos de vida parlamentar, em nenhum momento estive presente a uma sessão em que falecesse um Senador ou Deputado em exercício, sem que ela fosse levantada.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa informa ao Senador Humberto Lucena que as Lideranças ouviram o seu apelo, e percebemos que já estão se entendendo sobre o assunto.

O Sr. Bello Parga - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, tratando-se assunto de grande relevância para o Congresso, para a Nação, a votação dessa emenda constitucional, não vejo como quebra do Regimento a votação do item único da pauta. Em seguida, será submetido à votação esse requerimento de levantamento da sessão.

Submeto essa sugestão à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa concede a palavra ao Senador Josaphat Marinho, para encaminhar a votação sobre a matéria enquanto há a decisão das Lideranças sobre várias sugestões, dentre elas a do Senador Bello Parga.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, atente V. Ex^a na dificuldade em que fico: ocupar a tribuna com um requerimento para suspender a sessão em homenagem a um Parlamentar morto.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Sarney

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - A Mesa aguarda uma decisão das lideranças. (Pausa)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Eduardo Dutra.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N^o 1.338, DE 1995

Senhor Presidente,

Pelo falecimento do Deputado Amaral Neto requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado;
- c) levantamento da sessão; e
- d) Representação nos funerais.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 1995. - **Humberto Lucena** - **Jáder Barbalho** - **Eduardo Suplicy** - **Júnia Marise** - **Valmir Campelo** - **Élcio Álvares** - **Sérgio Machado** - **Francelino Pereira**.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - O requerimento lido depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votarei favoravelmente ao requerimento, já que está assinado por todos os Líderes. Vê-se, assim, que se presta uma grande homenagem a um parlamentar atuante como foi o Sr. Deputado Amaral Netto. Assim, S. Ex^a consegue

uma unanimidade nesta Casa do Congresso, coisa que jamais vivo conseguiu. O PT se une ao PFL, ao PMDB, numa homenagem póstuma a um grande lutador de quem muito se divergia, mas que nele se reconhecia as qualidades de inteligência, de grande lutador, de um Deputado extremamente atuante.

Aqui se unem os que gostariam de esperar a chegada do Presidente Sarney para a votação da emenda e os que gostariam de adiá-la, porque não desejam votá-la. Portanto, mais uma vez, o Deputado Amaral Netto vem prestar um serviço ao Congresso Nacional, fazendo com que se unisse esta Casa pela unanimidade dos seus líderes e dos seus representantes nesta homenagem póstuma a quem, certamente, teve defeitos, mas teve grandes virtudes e que hoje nesta sessão com esta homenagem nós estamos exaltando.

O SR. JÚLIO CAMPOS - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JÚLIO CAMPOS - (PFL-MT) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, perde o Brasil, no dia de hoje, um dos seus grandes homens públicos, perde a imprensa brasileira um dos seus grandes repórteres.

Homem destemido e homem de luta. Conheci Amaral Netto ainda quando jovem, batalhando na Imprensa Nacional, posteriormente como Deputado pelo Estado do Rio de Janeiro. Nascido nas entranhas da antiga UDN brasileira, da antiga UDN carioca, líder incontestado, ao lado do saudoso Carlos Lacerda, homem combativo. Conheci-o pessoalmente aqui no Congresso Nacional, lá na outra Casa, na Câmara dos Deputados, e tive a honra de ser seu colega por doze mandatos, quando fui Deputado Federal. Tive a honra de ser seu correligionário, também, por duas vezes, na antiga ARENA e no antigo PDS. E hoje, ao recebermos a infesta notícias do seu falecimento, quero, nesta oportunidade, prestar a minha homenagem póstuma à figura desse grande brasileiro, homem de luta, destemido e que conseguia fazer amigos e inimigos, mas que tinha posição definida, que sabia encarar os problemas da diversidade, que sabia lutar pelos interesses do seu Estado, por seus ideais políticos da sua frente ideológica. Sei perfeitamente que o Rio de Janeiro hoje está mais pobre.

Nesta oportunidade em que o Senado Federal presta esta homenagem à figura inesquecível do grande brasileiro Amaral Netto, também quero, em

meu nome pessoal e do povo mato-grossense, do qual tenho a honra de ser representante nesta Casa, dizer que S. Ex^a sempre tratou com carinho os interesses do nosso Estado. Toda vez que surgia algum problema de interesse regional a ser votado naquela Casa do Congresso Nacional, S. Ex^a sempre ajudava a viabilizar os nossos projetos; sempre batalhando com a sua garra. Tive o prazer de conhecer seus familiares. Nesse instante de grande perda, quero, não só dar os meus sinceros votos de pêsames a sua família, a sua digníssima esposa e aos seus filhos, mas também ao nosso PPR, agora o novo PPB, pela perda desse grande Parlamentar e grande brasileiro que foi Amaral Netto, não só o Deputado, mas Amaral Netto o Repórter.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao nobre Senador Epitacio Cafeteira.

O SR. EPITACIO CAFETEIRA (PPR-MA) Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a infesta notícias que recebemos hoje, do falecimento do nobre Deputado Amaral Netto, dá-nos o ensejo de fazer alguma reflexão sobre a vida pública. Amaral Netto era um homem polêmico; polêmico, mas corajoso. Em duas oportunidades, tive condições de ver a sua coragem: uma, no plenário da Câmara, em 1964; à época da Revolução, quando todos choravam as cassações, Amaral foi à tribuna defendê-las. S. Ex^a contra-argumentava dizendo que, se ganhássemos eles, estaríamos mortos, porque, se ganhássemos, não poderíamos cassar-lhes o mandato. Aquilo foi uma loucura. Vaias, aplausos, mas S. Ex^a teve a coragem de fazer isso.

Em outra oportunidade, Amaral Netto foi fazer um comício da UDN contra o então PTB, Partido de João Goulart, na porta da Central do Brasil, e foi apedrejado, saindo ferido, mas de cabeça erguida; tinha coragem de dizer o que pensava.

Não estou aqui discutindo se o que pensava era o correto ou o errado; menciono a personalidade que hoje aproveita o momento para cultuar. Como seria interessante se os políticos dissessem o que pensam, sem guardar conveniência, para que o povo, olhando o político, notasse que o mesmo é transparente, tem posição, podendo, portanto, votar em pessoas com posições assumidas.

É com muita honra, Sr. Presidente, que o PTB, Partido de Amaral Netto, votará a favor desse requerimento, e, com muita honra, lamenta também a perda de um de seus melhores quadros. Enviamos, nesta oportunidade, à família enlutada de Amaral

Netto, o nosso apoio, o nosso apreço e o nosso grande abraço.

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) - Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Líder de minha Bancada, Eduardo Suplicy, deu-me a oportunidade de, neste momento também, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, prestar à família enlutada de Amaral Netto o nosso voto de pesar; que neste momento difícil tenha a certeza de que Amaral Netto, como grande líder também de sua família, possa ter proporcionado, com muita clareza a essa família, nos momentos difíceis, a alegria. E na hora da alegria, evidentemente, compartilhou-a com sua família.

Fui Deputada com Amaral Netto e não concordei com suas posições em nenhuma das vezes. As propostas por ele apresentadas, como representante do interesse do povo do Estado do Rio de Janeiro, eram realmente antagônicas ao que eu representava para esse mesmo povo. Tive com ele vários confrontos, mas com muito respeito. Comentávamos pelos corredores exatamente a questão da relação pessoal, que era 100% maravilhosa; já a relação política era nula. É bom lembrar alguém que engrandece o debate político como foi Amaral Netto. Ideologicamente, ele perseguia uma idéia totalmente contrária à maioria do Plenário, à maioria do Congresso Nacional sobre a questão da pena de morte; era incansável. O debate era elevado; S. Exª tinha argumentações, que, apesar de contrárias à minha posição, eram de quem defendia ideologicamente, como direito, o fato de executar um ser humano. E tínhamos que buscar, na técnica, na consciência, no sentimento, argumentos para contrapô-lo. Por ser um adversário dessa natureza, podemos dizer que ele marcou a sua presença no Congresso Nacional brasileiro. Marcou-a quando, por várias vezes, disputou, no Estado do Rio de Janeiro, a sua cadeira de Deputado; marcou-a, quando travava conosco, a Oposição, um debate acirrado em relação a outras matérias; e, nós, mulheres, travamos com S. Exª, muitas vezes, matérias contraditórias em que S. Exª se colocava inteiramente a favor e, em outro momento, estávamos contra.

É importante que eu possa prestar essa homenagem, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelos embates que tivemos. É certo que a

sua passagem retira do debate político nacional um grande representante. Nesta minha manifestação, quero consolidar um processo fundamental que é a democracia, porque foi exatamente o processo democrático que permitiu todos os contraditórios, todas as discussões feitas com Amaral Netto. Ressalto, ainda, que, tínhamos espaço, para, como seres humanos, tratar das nossas divergências.

À família enlutada, o nosso abraço carinhoso da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. VALMIR CAMPELO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao ilustre Líder do PTB, Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, SRA.s. e Srs. Senadores, o PTB também se associa, neste momento de dor, de pesar pelo passamento do nosso colega Amaral Netto.

Convivi com S. Exª, na Câmara dos Deputados, e sei o que representa Amaral Netto para o nosso País, o trabalho, Amaral Netto político, Amaral Netto repórter, Amaral Netto jornalista, e todos sabemos da sua disposição, da sua coragem, do seu arrojo com as coisas que sempre defendia.

Não podemos, em hipótese alguma, deixar de participar, em nome do meu Partido, o PTB, desta homenagem que hoje o Senado Federal está prestando a S. Exª, através do requerimento encabeçado pelo Presidente do PPB, Senador Esperidião Amin.

Recordo-me de como Amaral Netto fazia do Congresso Nacional a sua casa. Portanto, a melhor maneira que temos de homenageá-lo é exatamente com o nosso silêncio, suspendendo a sessão.

É o nosso encaminhamento.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - V. Exª tem a palavra, para encaminhar a votação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA) - Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós nos lembramos muito de Amaral Netto como Deputado Federal. Mas não devemos esquecê-lo como jornalista que foi, brilhante jornalista, combativo. Foi da fase áurea da *Tribuna da Imprensa* e depois, na sua luta pelo que considerava os melhores interesses nacionais, fundou a revista *Maquis*, que chegou a se transformar numa grande publicação brasileira. A revista *Maquis* circulava no Brasil todo com 200 mil exemplares àquela época. E era uma revista de combate permanente

ao poder.

Depois, Amaral Netto foi para a Assembléia Legislativa como Deputado Constituinte da Guanabara, sendo o Líder do Governo a quem foi incumbida a tarefa de liderar o processo da elaboração da nova Constituição do Estado da Guanabara. Ali se houve com extrema competência, com dedicação. Era Governador o Senhor Carlos Lacerda.

Depois Amaral Netto elegeu-se Deputado Federal e reelegeu-se inúmeras vezes. Como Líder na Câmara dos Deputados, foi o Deputado combativo que todos conhecemos e do qual todos nos lembramos, correto, decente, sempre presente nas melhores causas nacionais. Devemos, portanto, a S. Ex^a, neste momento, render a nossa homenagem. À família de Amaral Netto, portanto, o nosso abraço e o desejo que Deus o acolha a seu lado.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, peça a palavra para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (PDT-AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, não convivi pessoalmente com o Deputado Amaral Netto, mas muito de S. Ex^a ouvi falar e li a respeito da sua vida pública e jornalística.

Independente de posições políticas que sempre colocaram as Lideranças do PDT em oposição às idéias de Amaral Netto, há de se reconhecer que S. Ex^a contribuiu, e muito, para os debates tanto no Congresso Nacional como na imprensa. Portanto, nós, do PDT, nos associamos a essa homenagem de pesar e por isso encaminhamos o requerimento favorável ao levantamento da sessão.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) - Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, gostaria também, em nome do Partido Socialista Brasileiro, de registrar o nosso sentimento pelo falecimento do Deputado Amaral Netto.

Tive a satisfação de conviver com S. Ex^a durante dois mandatos na Câmara dos Deputados e confesso que, por muitas vezes, senti muita raiva do próprio Deputado Amaral Netto, das suas posições,

que, em quase sua totalidade, eram contrárias às que defendíamos.

Mas devo ressaltar que o Deputado Amaral Netto tinha uma qualidade extremamente valiosa: a sinceridade na defesa intransigente do seu próprio ponto de vista. Nunca foi um homem submisso, nem mesmo a Governos. Infelizmente, muitos Parlamentares costumam receber ordens e tarefas, e o Deputado Amaral Netto, embora governista durante todo o tempo, sempre foi um homem autêntico, um homem que defendeu intransigentemente as suas idéias.

Essa sua sinceridade, essa autenticidade com que agiu em toda a sua vida em que pese a defesa do seu ponto de vista, é uma qualidade que deveria ser a de todos os políticos. Cada um deveria defender as suas próprias idéias e aquilo que, por si mesmo, acha que é melhor para a sociedade como um todo.

Portanto, faço esse registro em nome do Partido Socialista Brasileiro, enaltecendo a qualidade moral e a dedicação que sempre teve na vida política o Deputado e jornalista Amaral Netto.

Essa é a manifestação que faço em nome do meu Partido. Registro os nossos sentimentos à sua família pelo seu falecimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o encaminhamento do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPILY - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILY (PT-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome do Partido Trabalhadores, gostaria também de fazer o meu registro. A Senadora Benedita da Silva já o fez como Senadora da sua terra, o Estado do Rio de Janeiro, mas eu, que convivi com Amaral Netto quando fui Deputado Federal, quero manifestar também meu respeito à sua combatividade.

Fomos adversários. S. Ex^a foi um grande batalhador por aquilo em que acreditava, e em muitos pontos nós divergimos. Podemos aqui salientar, por exemplo, uma das suas grandes batalhas, da qual discordo, para que se instituísse no Brasil a pena de morte. Avalio que muito melhor do que a pena de

morte, para resolver problemas como o de violência e de roubos na sociedade, como recomendou em 1516 Thomas Morus, seria assegurar a sobrevivência das pessoas.

Mas é preciso ressaltar a combatividade que caracterizou a vida do jornalista e Deputado Amaral Netto. E apresentamos também o nosso respeito e as nossas condolências à sua família e aos seus amigos.

O SR. ARTHUR DA TÁVOLA - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Tem a palavra o Senador Artur da Távola:

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ) - Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, não apenas em meu nome pessoal mas, também, delegado pelo Líder do PSDB, trago a palavra do nosso Partido pelo passamento de Amaral Netto.

As palavras aqui ditas pelos demais Senadores traçaram com muita acuidade o perfil aguerrido, lutador e bravo de Amaral Netto.

Gostaria de aduzir algumas considerações de quem teve oportunidade de conviver com ele, de ser seu amigo de certa forma e, ao mesmo tempo, de ter estado em lado absolutamente oposto ao longo da vida.

Amaral, a partir de um certo momento na sua evolução pessoal, sabia perfeitamente distinguir a luta política da luta pessoal. E essa foi uma das características que o fizeram um parlamentar extremamente estimado por seus pares e respeitado por todos, pela sua coerência e pela sua indormida atividade na defesa das próprias idéias.

A política precisa sempre de figuras da temperatura de Amaral Netto. São figuras voltadas à pujança do debate. A política possui um lado de paixão dentro do qual muitas das suas grandes linhas são tecidas. A política carece de pessoas que estejam dispostas a entregar o seu melhor na plenitude de suas opiniões. Amaral pertencia a essa geração, a dos destemidos, a dos que se colocam corpo e alma na defesa das próprias idéias, daqueles que não interpõem entre as próprias idéias e o próprio temperamento uma instância - talvez de prudência, talvez de cuidado -; essa característica do destemor, essa característica do destemor brotado da sinceridade com a qual via o mundo e se comportava e se inseria no mundo foram e são características que vão marcar a sua personalidade. Não é por outra razão que nesta Casa, hoje, antigos adversários e antigos partidários se unem no respeito. A morte tem esse condão de

explicar rapidamente uma vida. Talvez seja para nós, mortais, uma das lições que a morte traz: em segundos, uma vida se torna clara, uma vida se torna explicável, compreendida nas suas linhas generosas e não nos seus episódios menores, comuns a qualquer ser humano.

No instante da morte de Amaral Netto ficou, de imediato, clara para todos os Srs. Senadores, para a classe política em geral, a limpeza da sua trajetória, a verdade da sua luta, a boa vontade do seu serviço.

Cabe ainda uma palavra ao jornalista, com o qual eu muito pouco concordei a vida inteira, principalmente nos primeiros tempos da Revista Maquis. Concordei com ele posteriormente como repórter de televisão, quando ele inaugura, de certa forma, um modo de fazer televisão até então inédito: o da transmissão externa no local dos acontecimentos, numa saga bastante respeitável de mostrar o Brasil aos brasileiros, numa época em que coincide o começo da transmissão por satélite com transmissões nacionais, que, por sua vez, criando um mercado nacional telespectador, tinha esse mercado a oportunidade de encontrar programas sobre o Brasil.

Não concordava, muitas vezes, àquele tempo e até hoje, com o enfoque dado por Amaral Netto a uma identificação entre a boa qualidade de sua reportagem e o sistema político que defendia. Contudo, não posso deixar de reconhecer a qualidade técnica desse trabalho, indômita e brava, a mostrar o Brasil aos brasileiros, a ajudar a integração deste País. É uma vida que se realizou.

Acompanhei, já numa fase mais madura de ambos, muito próximos nesses meses de sofrimento de Amaral Netto, o cuidado de sua esposa com que não fôssemos vê-lo, tendo em vista o sofrimento que isso lhe causava e a dificuldade em que estava do ponto de vista físico e psicológico.

Foram momentos muito sofridos a partir desse acidente que o infelicitou, se não me engano, ao fim do ano passado ou começo deste, em uma viagem pelo Estado do Rio.

Tudo isso dá para configurar a certeza de que Amaral Netto tem uma vida realizada; e as vidas que se realizam merecem o nosso respeito e acatamento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG) - Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Amaral Netto foi, em toda a sua vida, uma figura polêmica.

Vivemos, durante muitos anos, em posições opostas, ou não, e sempre teve para conosco - para comigo, particularmente - um tratamento doce, amigo, conciliador, sempre demonstrando afeto para com os seus amigos e sem confundir as suas posições políticas ou o seu pensamento ideológico com as amizades e os relacionamentos que teve em toda a sua vida.

Toda esta Casa sabe que Amaral Netto não gostava do meio-termo. O meio-termo é, como diz Milton Campos, a pior posição para o homem público porque leva à indefinição. Nada mais é desconfortador para o homem público e político do que a indefinição. Por isso mesmo, além de repórter e jornalista, tornou-se um homem público, exatamente para não ser um mero informador de fatos, acontecimentos e de situações econômicas, sociais ou políticas desta Nação para se transformar em um protagonista da história. Sem dúvida nenhuma, foi um protagonista da história. Não merecia sofrer tanto porque viveu plenamente a sua vida sempre bravo, destemido e corajoso, revelando um grande amor a esta Nação diante do pensamento que tinha em relação aos problemas nacionais.

Nesta hora, portanto, cabe-nos transmitir ao amigo uma palavra de conforto, através de sua família, e assinalar que o Congresso Nacional, no momento exato em que se preparava para tomar uma posição histórica em relação ao futuro da Nação, suspende os seus trabalhos para reverenciar a memória, a figura e o espírito de Amaral Netto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Para encaminhar.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, principal subscritor deste requerimento, não poderia deixar de dizer algumas palavras sobre o ilustre desaparecido.

O Deputado Amaral Netto, durante anos, conviveu comigo na Câmara dos Deputados como adversário, e sempre respeitei sua inteligência, seu talento e sua combatividade. Tornou-se parlamentar, mas, antes, no seu perfil, como muitos aqui acentuaram, destacava-se a sua vocação para o jornalismo.

Não apenas atuou na revista *Maquis*, que deixou a sua marca na mídia brasileira, mas, sobretudo, naqueles programas jornalísticos de televisão a que se referiram alguns oradores neste plenário - Amaral Netto, o Repórter - através dos quais conseguiu desbravar aspectos importantíssimos da rea-

lidade nacional, principalmente no que tange à distante Amazônia, as suas florestas e seus rios. S. Ex^a palmilhou todo o território nacional, procurando mostrar o que muita gente não conhecia, mas que começou a admirar a partir do advento da televisão no Brasil, em 1950, fruto do gênio criador de Assis Chateaubriand e, mais ainda, da capacidade intelectual de comunicador de Amaral Netto.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, como homem público, creio, embora o tenha conhecido, inicialmente, à distância, que S. Ex^a foi um exemplar discípulo do então Deputado e, depois, Governador Carlos Lacerda. O mesmo estilo de atuar na Câmara dos Deputados, o discurso denúncia, a preocupação com a investigação parlamentar, caracterizava o Amaral Netto deputado, que sempre teve uma posição de destaque na vida política nacional pela sua maneira de ser, pelas iniciativas que tomava no campo das atividades políticas.

O Deputado Amaral Netto projetou-se na Câmara dos Deputados como um combatente de primeira linha. Fiel ao seu partido, posteriormente, depois do movimento militar de 64, coerente com suas idéias, filiou-se à ARENA; foi nosso opositor, do MDB - partido que fundamos para combater o regime militar. Ao contrário, S. Ex^a entendia que era necessário o apoio ao regime militar. E, como tal, teve uma boa convivência com aqueles que atuavam na cúpula militar do País, de 1964 até a reunião no Colégio Eleitoral, em 1985.

Neste instante, se pudesse destacar o principal aspecto da personalidade de Amaral Netto, diria que era a autenticidade. Ninguém lhe tirará jamais essa virtude; S. Ex^a dizia o que pensava, agia sempre de modo inopinado, mas com a coragem que comandava seus atos.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, no momento, portanto, em que tomo conhecimento do falecimento do Deputado Amaral Netto, que se encontrava hospitalizado há algum tempo, vítima de um acidente automobilístico, o Senado não poderia deixar de lhe prestar esta homenagem a que têm direito todos os Senadores e Deputados que morrem no exercício do seu mandato.

Assim à memória do jornalista e ao Deputado Amaral Netto a minha reverência e, evidentemente, a de todos aqueles que fazem o PMDB, levando à sua família e ao Estado do Rio de Janeiro o nosso demorado abraço de pesar pelo seu prematuro desaparecimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Não havendo mais oradores, antes de submeter a votos o requerimento pela suspensão da sessão, a Mesa da Casa deseja associar-se às manifestações de pesar aqui proferidas pelo falecimento do Deputado Amaral Netto.

Sem dúvida alguma, perde a política brasileira uma das referências mais nítidas dessas últimas décadas. Deve-se distinguir no Deputado Amaral Netto as três faces da sua personalidade: a do político, caracterizada pela coragem, pela audácia e, muitas vezes, até mesmo pelo homem temerário, que sempre defendeu suas causas com as forças de todas as suas paixões.

Devemos olhar no Deputado Amaral Netto o jornalista, o jornalista político, o jornalista panfletário, aquele também que usa o jornal e o artigo como instrumento para defender as suas causas.

Devo acrescentar um dado pessoal. Conheci Amaral Netto ao tempo do **Maquis**. Fui até colaborador do seu jornal. Depois, com Odylo Costa Filho, secretário da **Tribuna da Imprensa**, e junto com Carlos Lacerda, reencontramo-nos também em torno de algumas causas que eram defendidas pelo nosso partido.

O Jornalista Amaral Netto tinha uma característica única, que era a sua coragem cívica e pessoal na defesa das causas que enfrentou àquela época. Foi também jornalista de televisão, abandonando as causas políticas para dedicar-se às belezas do Brasil, mostrando ao povo brasileiro, através de reportagens que ficam indeléveis na memória de todos nós, muitos aspectos da vida e dos Estados brasileiros.

Não podemos deixar de ressaltar uma outra face, que podia ser contraditória, mas que nelé se integrava com uma naturalidade incompreensível, trata-se da figura do homem combativo, da figura humana que tinha o gosto da convivência, de tal modo que, apesar de tantas divergências, tantos atritos, tantas posições até radicais, S. Exa, no Congresso Nacional, tinha uma convivência com todos os seus companheiros, distinguindo perfeitamente aquilo que era causa política do que era o gosto pela vida parlamentar. Vida parlamentar que, como todos sabemos, vive de um instante, vive de um lampejo, vive de uma parte, vive de um projeto, vive de uma causa momentânea que depois desaparece no silêncio dos Anais, que o tempo apenas faz com que seja mais profundo.

Portanto, é o companheiro de tantas e tantas lutas, de tantos e tantos anos que nós todos hoje re-

verenciamos. Morto, livre, portanto, de todas as divergências que muitas vezes todos nós tivemos com S. Exa, da separação de muitas das suas causas e por que não dizer, alguns de nós, na mocidade, com a concordância, com a sua audácia, com a sua coragem e com a sua temeridade.

Com essas palavras, portanto, encerro, em nome da Casa, o sentimento de todos nós, ficando, na nossa lembrança e nos Anais do Congresso Nacional, a figura do Parlamentar combativo e do companheiro que tinha o gosto da convivência parlamentar.

Designo os Senadores Edison Lobão e a Senadora Benedita da Silva para representar o Senado Federal nos funerais do Deputado Amaral Netto.

Nos termos do art. 218 do Regimento Interno, submeto à Casa o requerimento subscrito por inúmeros Senadores para que seja suspensa a sessão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - A Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 39, DE 1995

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à substituição nº 39, de 1995 (nº 6/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que altera o § 1º do artigo 177 da Constituição Federal, tendo

Pareceres, sob nºs 507 e 626, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento (sobre a Proposta de Emenda à Constituição): favorável com correções formais, em obediência à técnica legislativa; 2º pronunciamento: pela rejeição das emendas de Plenário.

- 2 -

REQUERIMENTO Nº 1.118, DE 1995

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.118, de 1995, do Senador Renan Calheiros, solicitando, nos termos regimentais, a criação de uma Comissão Temporária, composta de nove Senadores titulares e nove suplentes para estudar a reforma tributária durante um período de sessenta dias.

(Em virtude de adiamento)

- 3 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 40, DE 1995**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares e outros Senadores, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações e serviços de saúde, tendo

Parecer, sob nº 531, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável à Proposta, nos termos de Substitutivo que oferece, e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995, que tramita em conjunto.

- 4 -

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 1995**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1995, de autoria do Senador Vilson Kleinübing e outros Senadores, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, facultando à União instituir imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, de vigência temporária, tendo

Parecer, sob nº 531, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, pela rejeição da Proposta, e favorável a Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1995, na forma do Substitutivo que oferece, que tramita em conjunto.

- 5 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1995 (nº 10/95, na Casa de origem), que institui o ano de 1995 como o Ano Zumbi dos Palmares, em homenagem ao tricentenário de sua morte, tendo

Parecer favorável, sob nº 628, de 1995, da Comissão

- de Educação.

- 6 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 91, § 4º, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 1995, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que extingue disposições legais que asseguram a prisão especial, tendo

Parecer contrário, sob nº 559, de 1995, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) - Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h08min.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. JOEL DE HOLLANDA, NA SESSÃO DE
16/10/95 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO
DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTE-
RIORMENTE.**

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ontem, dia dedicado ao professor, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou proposta de emenda constitucional da maior importância e oportunidade. Isto porque vem fazer frente a um dos problemas mais graves do País e que é uma verdadeira vergonha nacional: os baixos salários dos professores.

Existem hoje, em nosso País, lamentavelmente milhares de professores, espalhados pelos Estados e Municípios, que recebem salário indigno e até aviltante. Salário que não representa sequer um mínimo suficiente para a própria sobrevivência. Denúncias têm sido feitas de Municípios que pagam R\$30, R\$20 e até R\$10 a uma professora primária que leciona durante 20 horas semanais.

Esses salários, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, são um acinte à dignidade da pessoa humana e uma afronta a uma nobre profissão que cuida das futuras gerações e daqueles que são o maior patrimônio de uma nação: seus filhos.

A emenda constitucional assinada pelo Presidente da República procura enfrentar justamente esse gravíssimo problema, estabelecendo que 15% da receita tributária dos Estados e Municípios deverão ser destinadas ao ensino do 1º Grau, de forma a fazer com que esse nível de ensino possa ter melhores condições de proporcionar educação de qualidade a um número maior de brasileiros.

Não é demais recordar que hoje, por conta de dispositivo constitucional, já está previsto que 25% da arrecadação tributária do País devem ser aplicados em educação. Mas essa é uma destinação genérica, não estabelece os critérios para aplicação dos recursos resultantes desse percentual. Com a

emenda constitucional proposta, 15% da arrecadação tributária deverão ser aplicadas obrigatoriamente no ensino de 1º Grau, ou seja, na base do processo de educação do nosso País. E não poderia ser diferente, porque não se constrói um edifício pelo telhado, pela cumeeira. Constrói-se um edifício pela base. E a base da educação é o ensino de 1ª a 8ª série. É lá que a criança começa a sua alfabetização e o seu desenvolvimento integral.

Por isso, Sr. Presidente, não poderia ser mais importante a homenagem que o Presidente Fernando Henrique Cardoso prestou ontem aos professores, assinando essa proposta de emenda constitucional. Mas a emenda vai um pouco mais além, ela estabelece que dessa parcela de 15% da arrecadação tributária dos Estados e Municípios, 60% deverão ser aplicados no pagamento dos professores. Vale dizer que 9% da arrecadação tributária dos Estados e Municípios deverão ser destinados ao pagamento de salário dos professores.

Sr. Presidente, essa providência representa uma grande conquista, porque há uma tendência lamentavelmente incrustada em muitos Estados e Municípios de valorizar apenas as obras físicas, tais como estradas, pontes, viadutos e a construção de grandes prédios, de novas escolas e equipamentos esportivos. Há uma tendência de comprar até equipamentos sofisticados para as escolas e de esquecer os recursos humanos, o professor, o especialista em educação. Tanto é assim que existe esse quadro negro na educação nacional: professores que recebem R\$30 de salário e, muitas vezes, com dois ou três meses de atraso.

Na proposta de emenda constitucional assinada ontem, o Presidente da República estabelece que 9% da receita tributária deverão ser aplicados exclusivamente no pagamento dos salários dos professores. Agora existirá uma receita vinculada ao pagamento dos professores, o que vai fazer com que possamos aumentar a média dos seus salários nos Estados e Municípios. O Ministério da Educação e Cultura calcula que, hoje, essa média está em torno de R\$120 por 20 horas/aula. Com essa vinculação de receita, poderemos passar esse valor médio de R\$120 para R\$300, o que ainda não é grande coisa, mas será o primeiro piso salarial com que começaremos a remunerar condignamente essa abnegada classe de profissionais que é constituída pelos professores do nosso País.

E esse piso inicial de R\$300 não é algo inatingível; é algo que pode ser alcançado pelas Prefeituras - algumas até já pagam um pouco mais do que

isso -, mas sobretudo pelos Estados de menor desenvolvimento, que, a partir de agora, terão que cumprir esse dispositivo constitucional.

O Sr. Roberto Requião - V. Exª me permite um aparte, Senador Joel de Hollanda?

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Ouço com satisfação o nobre Senador Roberto Requião.

O Sr. Roberto Requião - Senador Joel de Hollanda, sem sombra de dúvida, o anúncio das medidas do Governo Federal para a educação é interessante, principalmente no que se refere à criação do Fundo Compensado Nacionalmente; e vem na forma de emenda constitucional. No entanto, a nossa Constituição, se não me engano no art. 55 das Disposições Transitórias, estabelece uma quantia de 50% dos recursos destinados pela União à educação para o ensino básico do 1º e 2º graus. Não se trata de uma emenda constitucional, mas de uma disposição transitória vigente. E para que eu acredite nas intenções do Governo com essa proposta de emenda, para acreditar que não é mais um lançamento para não ser concretizado, seria importante que o Governo consolidasse na sua proposta de Orçamento os 50% para o ensino básico. E isso, infelizmente, não ocorre. O Governo se propõe a policiar os Estados e os Municípios do Brasil através do gerenciamento do fundo engenhosamente articulado e engendrado, e que tem a minha simpatia, mas não cumpre a sua parte. Desde 1988 as leis orçamentárias e os Planos Plurianuais são rigorosamente inconstitucionais porque não cumprem a disposição de alocar recursos de 50% para o ensino básico. Por diversas vezes, essa inconstitucionalidade foi argüida, inclusive com pareceres veementes do Procurador-Geral de Justiça da República, mas o julgamento não ocorreu até hoje sempre por decurso de prazo, porque a justiça, na sua lentidão, acaba por julgar quando a ação já perdeu o objeto pelo encerramento do período em que deveria viger a Lei Orçamentária. Fica aqui, pois, o meu apoio ao seu pronunciamento, às medidas do Governo, mas o meu ceticismo: se o Governo não cumpre o que está estabelecido na Constituição hoje, por que quer uma reforma para simular um cumprimento?

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Acolho com muita satisfação o aparte do nobre Senador Roberto Requião, que, além da larga experiência política como ex-Governador, hoje preside com muita competência, com muita seriedade a nossa Comissão de Educação no Senado. S. Exª alertou para algo extremamente importante, que já está no texto da Constituição, no Capítulo das Disposições Transitórias: a

fixação do percentual de 50% para aplicação no ensino básico. A informação que tenho, nobre Senador Roberto Requião, é que esse percentual não pode ser aplicado até agosto devido à limitação de recursos financeiros. Não seria possível, sobretudo de uma só vez, destinar 50% dos recursos da educação para o ensino básico, uma vez que eles iriam fazer falta aos demais níveis de ensino do País, inclusive o ensino superior.

O Sr. Roberto Requião - O mesmo poder-se-á dizer, Senador Joel de Hollanda, da Reforma Constitucional proposta pelo Governo agora.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Só com uma diferença, nobre Senador Roberto Requião: ela começa com um percentual de 15%. Parece-me que o Governo adotou uma posição gradativa, começando com 15% e depois amplia esse percentual, na medida em que se revê a questão do ensino universitário. Este País é um dos poucos onde o ensino é inteiramente gratuito nas universidades federais.

Essa questão do ensino universitário tem que ser revista para, quem sabe, fazer com que aqueles alunos pertencentes à classe que pode pagar a universidade passem a fazê-lo. E aqueles que não tiverem condições de pagar o curso universitário serem atendidos pelo Governo por meio de bolsas de estudantes ou outras formas alternativas, como o próprio crédito educativo. O que não se pode é deixar milhares de crianças neste País sem escola. Deixar essa vergonha nacional que é um professor receber R\$30 por mês com 2 ou 3 meses de atraso e encontrar universitários com automóveis de último modelo, estudando gratuitamente nas nossas universidades.

O Sr. Roberto Requião - Quinze, de dezoito por cento, obrigação constitucional dos Estados e Municípios, é quase 90% dos recursos alocados atualmente. Sessenta por cento de quinze, o que vem a ser mais ou menos 9% do Orçamento global. Na verdade, a proposta do Ministro da Educação avança de uma forma dura, meritória e necessária na destinação dos recursos dos Estados e dos Municípios. Mas, insisto, muito mais amenizadamente existe a Emenda Constitucional das Disposições Transitórias nº 55 que destinam apenas 50, e não 90% dos recursos da União para a educação básica e não foi cumprida, não foi tentada, não faz parte dos Planos Plurianuais, nem das leis orçamentárias.

O SR. JOEL DE HOLLANDA - Concordo com V. Ex^a. Essa é uma questão que devemos debater com profundidade. Mas foi um pernambucano, o Deputado Osvaldo Coelho, quem apresentou essa emenda que contou com o apoio do ex-Senador

João Calmon, grande baluarte da Educação nesta Casa.

O importante é que, agora, pela primeira vez, estamos tendo recursos direcionados para a questão do professor. Esta é uma chaga nacional; uma questão extremamente grave que está na base do problema educacional. Não se melhora a educação deste País apenas construindo e equipando escolas. Só iremos ter uma educação de qualidade quando tivermos uma remuneração digna para os professores. É esse o objetivo dessa emenda constitucional.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, faço referência também ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor, que será objeto de lei e que está previsto no projeto de emenda constitucional. Esse Fundo tem um grande objetivo, que é o de procurar distribuir melhor os recursos destinados ao ensino fundamental entre os Municípios de um mesmo Estado. Cada Estado tem as suas peculiaridades e as suas condições econômico-financeiras. E existem graves distorções.

Esse Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor irá procurar justamente um equilíbrio na distribuição de recursos pelas diferentes Unidades da Federação e terá como componentes básicos os 15% da receita tributária dos Estados e dos Municípios e a participação do Governo Federal.

Através desse Fundo, o Governo Federal poderá suplementar aqueles Estados onde não haja um desempenho adequado em termos de financiamento da Educação. Através desse Fundo, o Governo Federal fará uma suplementação e estabelecerá um nível apropriado de dispêndio por aluno. Tudo isso com o objetivo de eliminar as distorções que hoje existem na educação brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, quero neste momento aplaudir a iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza pela homenagem que prestaram aos professores. Uma homenagem efetiva, concreta, que vai trazer dias melhores a essa abnegada classe de mestres, desses homens e mulheres que se dedicam à formação dos nossos jovens.

Gostaria também de dizer que espero que esta Casa examine com rapidez essa proposta de emenda constitucional. Que as várias comissões técnicas se manifestem para que possamos, o mais breve possível, tornar realidade esse apoio que agora vai ser dado à educação fundamental e, sobretudo, aos professores. Não podemos fazer com que essa emenda constitucional se prolongue em análises de-

moradas nas várias comissões e retarde a chegada dos benefícios para os professores.

Para tanto, apelo ao Senador Roberto Requião, Presidente da Comissão de Educação do Senado, e a todos os demais integrantes da demais comissões para que acelerem seus trabalhos a fim de que possamos, o mais breve possível, ajudar os professores e a educação do nosso País.

Encerrando, Sr. Presidente, quero dizer que essa é a notícia feliz para os professores do nosso País.

Ontem eles foram homenageados, receberam manifestação de respeito, de carinho por parte de alunos e pais. No meu Estado, o Centro de Professores de Pernambuco realizou uma grande festa para os professores. Mais de 600 professores lá estiveram participando das homenagens do Dia do Professor.

Entretanto, não bastam aplausos, palavras de conforto, de admiração, de estímulo e de incentivo: a melhor forma de ajudar o professor é dando condições para que eles tenham um salário digno, condizente com a nobre função que desempenham.

Por isso, fiz questão de ressaltar, nesta tarde, a importância dessa emenda constitucional e da homenagem que através dela o Governo Fernando Henrique prestou aos professores do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA

Criada Através do Requerimento nº 518, De 1995-SF, Destinada a "estudar a Reforma Político-partidária".

2ª Reunião realizada em 9 de agosto de 1995.

As dezessete horas e quarenta e cinco minutos dos nove dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Humberto Lucena (Presidente), Francelino Pereira, Freitas Neto, Sérgio Machado (Relator), José Roberto Arruda (Vice-Presidente), Mauro Miranda, Hugo Napoleão e a Senhora Senadora Marluce Pinto, reúne-se a Comissão Temporária Interna destinada a "**Estudar a reforma político-partidária**". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Humberto Lucena, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Sérgio Machado, que apresenta ao plenário roteiro constituído por temas que serão discutidos pela Comissão no decor-

rer dos trabalhos e uma lista de autoridades a serem convidadas posteriormente. Logo após, a Mesa sugere que as próximas reuniões sejam realizadas nas terças-feiras, às 18:00 horas, sugestão esta aprovada pela Comissão, e informa que serão encaminhados aos membros documentos elaborados pelo Tribunal Superior Eleitoral e pela Comissão Especial da Reforma Política e Eleitoral Partidária da Câmara dos Deputados. A seguir, a Mesa propõe que seja convidado o Senhor Deputado João Almeida, para realizar uma exposição na terça-feira próxima, e os Presidentes dos Partidos Políticos, em data a ser posteriormente definida. Usam da palavra os Senhores Senadores José Roberto Arruda, Francelino Pereira e Freitas Neto. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N° 518, DE 1995-SF, DESTINADA A "ESTUDAR A REFORMA POLÍTICO-PARTIDÁRIA", REALIZADA EM 09/08/95, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Humberto Lucena

Vice-presidente: Senador José Roberto Arruda

Relator: Senador Sérgio Machado

Integra de Acompanhamento Taquigráfico

Reunião de Trabalho 9-8-95

Presidente: Senador Humberto Lucena

Vice-Presidente: Senador José Roberto Arruda

Relator: Senador Sérgio Machado

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Temporária Interna Criada Para Estudar a Reforma Político/Partidária.

Concedo a palavra ao Sr. Relator, Senador Sérgio Machado, que vai apresentar uma proposta de roteiro dos nossos trabalhos, para que nós possamos agilizar as atividades desta Comissão o mais rápido possível, uma vez que a Câmara dos Deputados está, através de sua comissão, idêntica a esta, com as suas atividades, praticamente, muito avançadas em relação ao assunto.

O SR. ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, desculpe-me, mas não tenho muita experiência parlamentar.

Gostaria de saber o seguinte: a Câmara dos Deputados está com o projeto quase pronto, nós iremos fazer outro?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Veja bem, esta Comissão visa examinar em profundidade o tema da Reforma Político/Partidária.

A Câmara, também, teve a sua comissão.

O nosso trabalho aqui não vai se ater apenas a uma proposição, vai se ater a um tema abrangente.

Pediria ao nobre Senador que ouvisse a palavra do Relator, para podermos nos situar melhor na matéria.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o objetivo maior dessa Comissão não é só fazer uma lei eleitoral. Acredito que temos de ir além disso, enveredando pela questão da Reforma Político/Partidária.

Nós preparamos aqui, distribuí aos Srs. Senadores, uma lista de temas que acho que deva ser o roteiro em cima do qual devemos concentrar as nossas discussões e procurar as respostas para cada um deles. Seriam: coincidência de posse de cargos executivos, que está dividido em dois campos, matérias constitucionais e as infra-constitucionais.

As matérias constitucionais seria a coincidência da posse de cargos executivos; coincidência ou não de eleições federais, estaduais e municipais; duração do mandato do Presidente da República; duração do mandato dos Senadores; fidelidade partidária; imunidade parlamentar; número mínimo e máximo de vereadores; reeleição do Presidente, dos Governadores e dos Prefeitos; representação por Estado na Câmara dos Deputados; segundo turno para a eleição dos Poderes Executivo; vices, votação secreta no parlamento, voto facultativo ou obrigatório, voto proporcional ou proporcional misto ou distrital.

Das matérias infra-constitucionais nós teríamos a cláusula de barreira; código eleitoral; normas de processo eleitoral; coligações eleitorais para eleições proporcionais; convenções partidárias; data limite para a sua realização; financiamento de campanha; horário eleitoral gratuito; pesquisa e sua divulgação; prazo de domicílio e filiação partidária; propaganda e silêncio; representação por Estado na Câmara Federal e candidato nato.

Então, essas seriam as questões em cima das quais deveríamos concentrar o nosso esforço, o nosso trabalho.

Para isso, deveríamos discutir uma data de reunião para que ficasse já nas nossas agendas e começássemos a preparar uma relação de convida-

dos, para que possamos, com eles, discutir esses assuntos.

Então, Sr. Presidente, elaborei uma lista de pessoas que poderiam ser convidadas, que gostaria de submeter à apreciação da Comissão. Pensei em chamar o vice-Presidente Marco Maciel, o Ministro Nelson Jobim, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, os presidentes dos principais partidos, o relator, na Câmara dos Deputados, João Almeida, o Dr. Saulo Ramos, Ives Gandra, o ex-Deputado Egídio, o Sr. Miguel Reali, que foram as pessoas que participaram da discussão desse trabalho do TSE. Mais um governador e um representante de cada partido.

Então, pensamos no Governador Brito; a Governadora Roseane Sarney; o Governador Mário Covas ou Tasso Jereissati; o Governador Cristovam Buarque; o Prefeito Paulo Maluf; o Governador Jaime Lerner e o Governador Miguel Arraes.

Com isso nós teríamos um quadro para que pudéssemos estimular essa discussão. Em cada discussão poderíamos nos concentrar num ou dois temas, de forma que o conferencista pudesse explorá-lo bem e com isso possamos ter as respostas para o nosso problema e, quanto antes, avançar, pois acho que não podemos nos limitar. Antes de iniciar a reunião, nós estávamos conversando, a respeito do prazo de 3 de outubro. O prazo de 3 de outubro é para a Lei Eleitoral.

Na realidade, nós estamos precisando aprofundar uma Reforma Político/Partidária que deve ser muito mais profunda. E se nós não fizermos no início da legislatura, adiante não faremos, porque os candidatos já estarão lançados, as situações serão muito mais difíceis de serem modificadas e os interesses muito mais profundos.

Então, acho essa é uma oportunidade única de podermos dar essa contribuição, pois estamos fazendo as reformas econômicas, faremos as reformas financeiras e falta apenas a outra perna, que é a reforma política e administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Antes de conceder a palavra para a discussão da proposta do Relator, gostaria de sugerir, como S. Ex^a bem lembrou, que fixássemos uma data previamente para as nossas reuniões. Lembrei-me, por exemplo, das terças-feiras, às 18h, porque é um dia em que começa a haver um maior afluxo de senadores a Brasília e, ao mesmo tempo, é um dia em que, de um modo geral, as outras comissões não se reúnem.

Peço a V. Ex^{as} que se manifestem a esse respeito: se terça-feira, às 18h, em princípio, seria o dia

das nossas reuniões. Depois da discussão da proposta do Relator, então, concluiríamos, já assentando para a próxima semana o convite a algumas personalidades para virem à comissão.

O SR. ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, objetivamente, estou satisfeito com as colocações do Relator, estou de acordo com os nomes propostos e com a metodologia. Sugiro que, para reflexão, talvez alguns desses temas devessem ser tratados antes do dia 3 de outubro.

A comissão não tem obrigação de apresentar um relatório; ela pode fazê-lo sobre um determinado tema, que irá ao Plenário.

Estou plenamente de acordo que as reuniões se façam às terça-feira, às 18h, também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Alguém mais quer se manifestar sobre a proposta?

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Este é um assunto que dever-se-ia ter constituído na primeira reforma do Congresso. Infelizmente não o foi, porque é uma matéria sobre a qual os senadores e deputados têm um amplo conhecimento, uma ampla vivência, e que, na hora de decidir, votam de acordo com as suas convicções, com os seus interesses, com as suas regiões, com os seus Estados, até com os seus municípios, e até com os seus destinos políticos.

O que temos no momento? No momento, temos um projeto de lei que foi votado na Câmara; de lá, veio para o Senado; do Senado voltou para a Câmara, aguardando, na gaveta do Presidente da Câmara, para ser votado a qualquer momento, embora esse momento se constitua numa miragem muito distante.

Neste projeto, que trata de fidelidade e de outros aspectos, já há dispositivos que estão ultrapassados, como, por exemplo, filiação por um ano, que não é possível, cláusula de barreira e uma série de coisas. O certo é que esse projeto existe. É preciso que o Relator o examine e, na próxima reunião, faça para nós uma exposição sobre o que há em torno dele, além de conversar com os presidentes de partidos, porque eles estão conversando, com o Relator da matéria e com o Presidente Luís Eduardo Magalhães, na Câmara dos Deputados.

Ao mesmo tempo, será realizado no País inteiro congressos de prefeitos. Em Caxambú, na próxima semana, haverá um congresso com a participação de 200 prefeitos, para discutir exatamente essas cláusulas de mandato-tampão, de prorrogação de

míndato e de reeleição, ao qual não vamos comparecer, porque são todas matérias factuais, de implicações políticas e que não podemos assumir no momento.

Entendo que essa comissão tem uma importância muito forte e que deve desenvolver os seus trabalhos. Esta reunião de toda terça-feira deve realizar-se, mas sempre convocando os membros para trazer cada um para a comissão, e o Relator e o Presidente da comissão sempre nos informando sobre os entendimentos, as conversas que estão existindo a respeito de reforma política e de reforma partidária.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Todos estão de acordo, então, que seja a reunião, em princípio, terça-feira, às 18h.

Agora, os temas já foram aqui colocados pelo Relator, Senador Sérgio Machado, e há também um quadro comparativo, que S. Exª distribuiu, das soluções dadas pela Câmara e pelo Tribunal Superior Eleitoral para tópicos da reforma partidária, não sei se todos o tem o trabalho do TSE.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Eu vou pedir para distribuir, também, uma comparação da lei do Senado, da lei da Câmara e de todos os tópicos; e mais: a comparação do projeto atual da Câmara com o projeto apresentado pelo TSE.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Porque esses projetos aprovados e que estão na Câmara abrangem aspectos isolados do programa político-partidário, ao passo que o nosso trabalho é mais abrangente, mais amplo. Queremos justamente colocar o Congresso à frente do debate e da iniciativa da reforma política, para que ela não venha do Executivo, para que nasça do próprio Congresso, como aliás quer o próprio Presidente da República. Sua Excelência tem dito que a reforma política, ao seu ver, tem que nascer do Congresso.

O TSE fez um trabalho importante, enviou uns volumes para o Congresso e para o Executivo, e entendo que esse trabalho do TSE serve como subsídio valiosíssimo para os trabalhos não só da comissão da Câmara como da comissão do Senado.

Inclusive, a minha impressão é de que, vindo aqui o Relator da Câmara, poderemos então fazer um entrosamento do trabalho das duas Casas, para que se possa agilizar as nossas atividades.

Gostaria de propor, já que estão aprovadas as sugestões do Relator, primeiro, que a Secretaria fizesse chegar também aos membros da comissão, além desses subsídios trazidos pelo Relator, esse trabalho do Tribunal Superior Eleitoral, esses qua-

dros comparativos.

Vamos então ver o convite para a próxima semana, como sugeri aqui. Entendo que o convite inicial, até por uma questão de hierarquia, deveria ser ao Vice-Presidente da República, Senador Marco Maciel, que é inclusive um estudioso da matéria político-partidária, com uma larga experiência no assunto e que poderia abrir os debates da comissão em torno do assunto.

O SR. FREITAS NETO - Sr. Presidente, não seria interessante, como observou o Senador Francelino, trazer o pensamento da Casa. Por já estar adiantado, por já ter vindo o processo aqui, por já ter sido aprovado pelo Senado e voltado para lá, quem sabe possamos nos inteirar melhor para, depois, irmos a um debate com o Vice-Presidente; porque, nessa questão, o mais importante pode chegar primeiro, mas também pode ser no final.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, não estou de acordo, e não há nenhuma restrição. V. Ex^a sabe das minhas relações com o Vice-Presidente da República, porque somos como irmãos, mas não é hora de convidá-lo. Primeiro, porque S. Ex^a tem limitações decorrentes do cargo, e aqui há um debate aberto, ilimitado, de aplauso, de crítica e de tudo.

A comissão precisa inteirar-se primeiro do que ocorre. Nós não podemos transformar essa comissão numa academia. Temos em vista uma reforma partidária e eleitoral da mais absoluta importância, nas quais os partidos políticos e a sociedade têm interesse total.

Uma observação: vamos realizar as eleições municipais do próximo ano. É claro que não vamos ter mandato-tampão e nem prorrogação de mandato. Essa história de reeleição é para - vamos falar português bem claro - , se Fernando Henrique Cardoso estiver muito bem na época das eleições, evitar um competidor.

Então, reeleição é um negócio complicado. Agora mesmo o Ministro Sérgio Motta declarou uma coisa que em grande parte é verdade: uma eleição para Governo, no Brasil, é uma eleição em nível de quadrilha, de crime organizado. E é mesmo. Corrupção é a coisa mais certa que S. Ex^a já falou foi isso.

(Conversas fora do microfone)

Li sobre isso em manchetes de jornais. Então vamos realizar as eleições municipais. É claro que vamos terminar modificando aquela lei anterior ou fazendo uma outra lei para as eleições municipais do próximo ano. E o que é pior é estaremos, possivelmente, partindo para uma coisa mais ampla, mais

histórica e mais exponencial, votar uma lei modificando lei anterior, ou fazer uma lei nova e, mais uma vez, vão fazer uma eleição municipal com 18, 17, 19 ou 20 partidos políticos apresentando chapas completas de vereadores à Câmara Municipal. Então, a cédula para o Legislativo, no próximo ano, só para vereador, vai ser maior do que o catálogo telefônico de uma cidade como temos aqui. Como grande já foi a cédula da eleição passada. Eu, pelo menos, pela pesquisa do Ibope, obtive um milhão de votos brancos. Entre a pesquisa e a votação, dá um milhão ou menos, porque o eleitor não soube votar naquela cédula, com mais de vinte nomes. Só para senador havia 12 nomes, eu era o oitavo, e não havia nem como localizar. Então, só votou quem sabia ler ou quem foi bem orientado.

Então, todos são problemas práticos, objetivos, que requerem exame, mas isso importa em reforma partidária. E o melhor instrumento que existe para realizar a reforma partidária é votar este projeto, que está na Câmara. Mas essa reforma partidária vai produzir efeito com o resultado das eleições próximas, se um partido atinge ou não 5% em tantos Estados. De maneira que é um assunto complexo. Temos que estudar isso, porque é uma calamidade, o que está acontecendo, no Brasil, em matéria de legislação eleitoral e partidária. Os partidos pequenos não querem a reforma. Nós não podemos, também, atropelar, porque isso pode perturbar a própria base parlamentar e política do Presidente da República, ou seja, a governabilidade do País. De modo que isso tem que ser transformado em fórum de debate, em coisa objetiva, e não acadêmica. Precisamos ouvir pessoas que, efetivamente, não tenham limitações funcionais de cargos.

Então, vamos, primeiramente, fazer um curso, entre nós. Precisamos nos inteirar de tudo. E aqui é mais fácil, porque aqui é menor.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Eu ouvi as ponderações do Senador Francisco Ribeiro. Gostaria apenas de chamar a atenção para um ponto. Eu já fixei, do ponto de vista pessoal, acredito ser da Comissão, de um modo geral, que esta Comissão tem um objetivo mais amplo. Não podemos aqui, nos ater a aspectos assim mais restritos. Por exemplo, a lei eleitoral para o ano que vem. A lei eleitoral que vai reger a eleição de 1996 terá que ser feita por uma questão até de tempo, até porque estamos limitados por um dispositivo constitucional que até o dia 3 de outubro tem que ser votada. Então, a informação que temos é que a Câmara já está com esse projeto de lei praticamente pronto. Vai vo-

tar e virá para o Senado. Então, este projeto de lei é uma matéria a mais, que dirá respeito às Comissões Permanentes do Senado, do Plenário etc, até porque não vai haver maior tempo, embora esta Comissão possa se pronunciar sobre isso. Acho que esta Comissão tem um objetivo mais amplo e mais profundo, que é o de uma reforma política estrutural, do ponto de vista político-partidário. Por isso que o Relator fez esse elenco de temas sobre as matérias que os nossos convidados irão debater para que o Relator, ouvidos os expositores e os debates que se travarem aqui, pelos membros das Comissões, apresentar seu projeto. Porque é o Relator quem vai apresentar as proposições, na base do que for aqui exposto e discutido.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Senador Humberto Lucena, eu comprehendo isso. Quem pôde fazer esse trabalho já o fez, que foi o Tribunal Superior Eleitoral. O trabalho está comigo e eu não tive tempo de ler, ainda, mas deve ser uma contribuição efetivamente importante. Mas ela é acadêmica, em grande parte ela é desligada da coisa. Se nós não transformarmos esta discussão em uma coisa factual, aquilo que é objetivo e concreto, ninguém virá aqui; nem a Comissão. Nós estamos questionando todos os problemas, e quando os problemas são dinâmicos, ativos, dentro da transformação do fato econômico e político, tem ouvintes e participantes. Não tendo, virou academia, não vem ninguém.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Com licença, Senador Francelino, o trabalho do TSE não aborda diversos desses temas, ele fugiu, quer dizer, ele não abordou. Coincidência de posse, não falou; coincidência de eleições federais, não falou; duração do mandato do Presidente da República, não falou; ...

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Estão mais políticos do que nós.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - ... fidelidade partidária, falou; imunidade parlamentar, não comentou; número mínimo e máximo de vereadores, não falou; reeleição do Presidente da República, governadores e prefeitos, não falou; representação de Estados na Câmara dos Deputados, não falou; ...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Na parte constitucional; ele não aborda a parte constitucional, é só matéria infra-constitucional.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - ... segundo turno para a eleição dos poderes, falou; vice, não falou; votação secreta do Parlamento, não falou; voto facultativo, falou; voto proporcional, falou; cláusula de barreira, falou; código eleitoral, falou; condições eleitorais para as eleições proporcionais, falou;

convenções partidárias, falou; financiamento de campanha, falou; horário eleitoral gratuito, falou; pesquisa eleitoral, falou; propaganda, falou; prazo de domicílio, falou; representação por Estado da Câmara Federal, não falou.

Então, ele abordou uma parte.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Deu uma boa contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Senador, temos duas proposições básicas para iniciar os nossos trabalhos como subsídio: é o trabalho do TSE e o trabalho da Câmara.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - São duas proposições básicas.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - E os projetos que estão tramitando. Aqui no Senado, o Senador Eduardo Suplicy apresentou um projeto, em que o candidato a suplente tem que ser escolhido também em convenção e o voto é em separado. Então, há que se reunir esses projetos também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Muito bem. Agora, isso daí é tarefa do Relator. É preciso que sobre essa matéria haja um debate da Comissão e, também, com a presença de convidados que dominem a matéria.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Sr. Presidente, como Relator, não quero fazer o meu relatório, quero fazer um relatório que exprima a vontade da Comissão. O caminho para chegarmos a esse consenso é pegar esses temas, discuti-los, vermos a que consenso podemos chegar sobre eles, ouvindo pessoas que possam dar contribuição e, a partir daí, começar a elaborar o relatório.

Devemos discutir isso para que cheguemos a um consenso geral, para que possamos avançar nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Então, por exemplo, se o Senador Francelino acha cedo trazer o Vice-Presidente da República, eu posso até concordar, deixá-lo mais para o fim. Quem sabe, poderíamos trazer logo os presidentes dos partidos, começar com os presidentes dos partidos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - A primeira providência é termos uma documentação em mãos, uma parte já está aqui.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Essa está na mão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Mas vai ser distribuído por todos os membros.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Inclusive o projeto da Câmara, que já estamos de posse pron-

to para ser distribuído.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Acho isso interessante, mas não sei se está certo, se seria constitucional.

Ao invés de trazermos o presidente do partido aqui, a Comissão poderia ir à presidência do partido e ouvi-la.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Ir aonde?

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Ir ao presidente do partido e ouvi-lo, porque convidarmos um presidente de partido para vir aqui, correríamos o risco de não termos público para ouvi-lo.

Talvez fosse interessante que a própria Comissão fosse ao Presidente de cada partido e tivesse um encontro.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - A idéia seria convidar...

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Um grupo de três.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Mas, daí, vamos convidar os conflitos. Quando há os conflitos, esses não ficam explicitados.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Não se rião os conflitos, mas sim as coincidências. Faríamos grupos de partidos que têm um pensamento mais ou menos coincidente sobre o problema. Chamaríamos, por exemplo, PMDB, PFL e PSDB de uma vez; e aí estaríamos ouvindo os pensamentos de cada um dos grupos. Isso era uma coisa que havíamos conversado.

O SR. FREITAS NETO - Penso que deveríamos ouvir um de cada vez. Agora, com o compromisso de termos o mínimo de presença.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Claro! Teremos presença. Faremos um trabalho nesse sentido. Está decidido que será toda terça-feira, às 18:00h.

Então, primeiro, a documentação será enviada a todos os membros da Comissão.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - O Relator vai providenciar, junto à Secretaria da Comissão, o Projeto do TSE, o Projeto da Câmara, ...

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - O Projeto do TSE, o Projeto da Câmara e aqueles quadros comparativos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Na primeira exposição não seria interessante que o Presidente do TSE, que se encontra na Câmara, (fora do microfone)....

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Com o Presidente do TSE pode ser também.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Já poderíamos convidar, então, o João Almeida.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Exatamente, poderíamos fazer a primeira reunião com o Deputado João Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - S. Ex^a é o Relator da Comissão da Câmara, viria aqui para nos transmitir o trabalho realizado lá e debater conosco.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Nós estamos no pontapé inicial.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Nós somos um Congresso de duas Casas.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - O Senado tem que renascer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - É para isso que estamos aqui.

Penso que, com relação a essa questão de se chamar ou não o Deputado, não devemos ter preconceitos.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Até porque vamos ter que aprovar em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Então, Temos duas alternativas: ou chamaríamos, em primeiro lugar, o Presidente do TSE, que fez esse trabalho, ou chamaríamos o Relator da Câmara.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, o Presidente do TSE se encontra operado em Belo Horizonte. Creio que S. Ex^a não poderá comparecer na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Então podemos convidar o Deputado João Almeida para iniciar o entrosamento entre o Senado e Câmara, para que S. Ex^a exponha o que foi feito na Câmara e, em seguida, com a documentação em mãos, marcaremos outros debates, contanto que tenhamos material para que o Relator possa trabalhar. Essa é uma matéria muito complexa.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Na Câmara já vão começar a votar.

(Fora do microfone)

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - É o problema da duração de mandato de prefeito, porque o item 2 diz o seguinte: "coincidência das eleições federais, estaduais...". Se é para esta eleição ainda, isso tem menos de sessenta dias para ser decidido.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Nós

já havíamos colocado esse problema, Senador, e dissemos que, do nosso ponto de vista, esta Comissão tem que se ater a uma reforma mais de caráter estrutural, porque essa é outra questão.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Esta Comissão não vai preocupar-se então com eleição.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Não é que vai deixar de se preocupar. Nós queremos ir além.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, vamos resolver esse problema. Vamos marcar a reunião de terça-feira para que o Relator nos informe, rigorosamente, factualmente, o que está acontecendo no front político, no que tange à reforma partidária e eleitoral. Se S. Ex^a tiver condições - e vai ter - de conversar e nos trazer uma informação sobre o que estão pensando o Presidente da República e o Presidente do Senado, quais são os contatos que o Presidente Jorge Bornhausen está fazendo. Precisamos de uma fonte de informações.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Sejamos pragmáticos. Até terça-feira é impossível, porque só há a quinta-feira para poder fazer todos esses contatos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Veja que isso é importante.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - É fundamental, e esse é o nosso objetivo. Estamos dando início aos nossos trabalhos. Precisamos fazer isso para termos o sentimento geral. Mas discordaria um pouco de V. Ex^a, ou seja, creio que seja válido sabermos o que a Câmara já fez.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Mas a grande contribuição que se pode dar para o Senado é buscar as informações no Senado, na Câmara e no Governo, para saber o que há, o que se está pensando a respeito de reforma, o que está na cabeça das pessoas, o que está nas diligências dos contatos. Creio que deveríamos conversar com o Presidente Jorge Bornhausen, que é um homem que atua quase que diariamente, para que nos traga uma vasta informação e, a partir daí, começarmos a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Creio que vamos perder tempo.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Acredito que vamos ganhar tempo assim. Ganhar tempo para trazer informações. Quem é que tem informações aqui? É um tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Senador, já temos as informações. Há uns quinze dias, estive com o Presidente da República que me disse,

quando lhe comuniquei que tinha sido escolhido para Presidente desta Comissão, que esperaria pelo Congresso, pois é quem vai fazer a reforma política.

A Câmara fez a sua Comissão e já avançou. Nossa interesse em trazer aqui o Relator da Câmara é para que informe oficialmente a nós os debates que aconteceram lá, o avanço que a Câmara fez, para que nós possamos ter uma idéia. É uma informação importantíssima, porque é a informação oficial do que se está passando por lá.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Senador Humberto Lucena, por favor, a sua experiência parlamentar vai a mil em relação a minha. Inclusive eu passei dez anos sem vida parlamentar, embora continuasse um militante político 24h por dia.

Agora, sobre a conversa que V. Ex^a teve com o Presidente, eu espero uma decisão do Congresso. É claro que - permita-me a intimidade, porque somos amigos de muitos anos e eu tenho uma grande admiração por V. Ex^a - essa não é a conversa. Eu quero saber o seguinte: o que ele conversou com fulano de tal? o que ele efetivamente está pensando? qual é o pensamento dele? Essa é uma resposta política.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Mas quem pode trazer o pensamento do governo aqui é o Ministro da Justiça, que está elencado para vir aqui, também.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - V. Ex^a vai poder falar é pelo encontro com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Senador, não há divergência entre nós, a questão é só de colocação. Eu penso que cada uma dessas pessoas têm que falar em voz alta aqui na Comissão, e não particularmente com cada um de nós.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Eu quero que o Relator se informe. O Senado está isolado em matéria de ação e informação no tocante à reforma partidária e eleitoral, que é o assunto palpitante do momento com as eleições à vista.

Nós precisamos que o Deputado Sérgio Machado - que é um rapaz inteligente, competente, e que não tem preguiça, porque trabalha dia e noite - seja essa fonte de informação, a começar pela Comissão. Em todo lugar que chego, eu dou entrevista a respeito disso. Mas por quê? Porque eu ligo para um, ligo para outro, ligo para outro, e vou costurando a informação factual. Mas eu quero a conversa verdadeira. O que o Jorge Bornhausen conversou com os presidentes dos quatro partidos políticos? Ele vai falar com você.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - É por isso que nós devemos trazer o Jorge Bornhau-

sen aqui para ele poder nos informar em voz alta.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Exato. Então vamos trazer os presidentes de partidos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Mas V. Ex^a acha, então, que não deveria ser primeiro o João Almeida?

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Eu não gosto de fazer restrições a ninguém. Não tenho nenhuma restrição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Vamos conversar com o Deputado João Almeida, e, em seguida, com os presidentes de partidos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Então, terça-feira, às 18h, vamos fazer um esforço para que todos os membros estejam presentes.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Vamos fazer um esforço de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Então seria o Deputado João Almeida que viria aqui, e os presidentes de partidos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sérgio, não dá. Não me obrigue a não vir aqui.

Eu sou um homem ligado 24h por dia. A minha vida política é o meu projeto de vida e sacrifica tudo. Então, eu sou muito ágil.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Se não fosse, não estaria aqui.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Vamos chamar o Deputado João Almeida para almoçar conosco?

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Vamos fazer uma reflexão objetiva. O que está acontecendo? Com o Presidente Fernando Henrique Cardoso eu já conversei diversas vezes, particularmente, sobre esse assunto.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Você tem informação.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - E também com os presidentes de partidos. Com o Jorge não, mas eu conversei com outros. Então, essa não é uma tarefa só do Relator, é de cada um de nós. O presidente Humberto Lucena traz, você traz, ele traz, e nós vamos juntando informações para podemos construir esse consenso do que pensa a sociedade, do que pensa A, do que pensa B, para que possamos construir um projeto realmente abrangente e - como disse o Presidente Humberto - estrutural.

Não adiante ficarmos pedindo reforma a cada eleição: muda vírgula, coloca mais 5min, tira mais 5min, o prazo de filiação é de seis meses, é de um

ano, etc. Isso aqui nós estamos cansados de saber que não vai resolver, e essas questões que nós vamos ter que ferir são mais complexas.

Eu penso, inclusive - vou tirar o microfone para podermos conversar mais informalmente -, que nós vamos ter que aprofundar, porque são questões muito delicadas e que dizem respeito a interesses vitais e estratégicos de uma série de partidos, de uma série de pessoas. Vamos ter que construir esse caminho. Neste momento, é preciso pegarmos um quadro claro e definitivo.

Na sexta-feira, fui convidado para ir à reunião dos prefeitos. Existe um movimento profundo, entusiástico dos prefeitos para a reeleição.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Muito bem. A informação está valendo.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Os Prefeitos de Capitais, sobretudo, estão lutando pela reeleição.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Mais do que isso. Há quem diga - autores - que essa história de não haver reeleição é do passado. Não minha opinião, não é do passado. Reeleição aumenta o "gangsterismo".

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Nas cidades pequenas, é um desastre.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Nas cidades pequenas não, nos Estados grandes.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Imaginem um Presidente da República concorrendo à reeleição. Ele vai ter muito mais liberdade.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Não. Penso que a reeleição é um objetivo, e vamos chegar lá um dia. Gosto de discutir esse assunto, por ser factual. Apaixonô-me por isso. Mas só vai acontecer se as coisas indicarem que esse é o caminho para...

(inaudível)

É preciso saber bem que, na reeleição de prefeito e Governador, há a utilização da máquina. Quando não há utilização da máquina, o Governo perde. Quando se utiliza a máquina, o Governo elege.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Se isso fosse verdade, o Governo não perdia eleição. Se formos analisar o resultado dessa eleição de Governadores, houve mais renovação do que reeleição. Penso que, até dentro do contexto geral do Brasil, a exceção foi de quem conseguiu dar continuidade ao processo.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sérgio, pense na sua missão.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Não es-

tou aqui com missão. Não estamos discutindo um relatório.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Coloca a sua missão histórica de construir um painel da reforma política e eleitoral do País, como fez o TSE, como fazemos todos nós. Faço parte da comissão do PFL também, para fazer um projeto perene para o Brasil inteiro. Na hora de examinarmos o factual, ou seja, a prorrogação de mandato, o mandato tampão, a reeleição, temos que discutir com objetividade, verificando, inclusive, que as realidades são diversas. Fui Governador e perdi a eleição. Mas não utilizei a máquina, porque nunca furtéi. Minas só me fez um mal: não me ensinou a roubar nem a furtar. Mas ensinou outros a furtarem.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Várias pessoas já utilizaram a máquina e perderam a eleição.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Não há duvidas.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Com relação a município pequeno, faz uma diferença brutal.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - E temos 4.000 municípios pequenos. Só Minas Gerais tem 600 municípios pequenos.

O SR. RELATOR (Sérgio Machado) - Nesse caso, faz realmente diferença.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Há que se considerar esse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - A próxima reunião será terça-feira, às 18 horas. Vamos convidar os presidentes dos partidos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h29min.)

COMISSÃO PROJETO ZUMBI
Reunião 20-9-95 – 18h26min

Presidente: Senadora *Benedita da Silva*

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Declaro aberta a reunião.

Srs. Senadores, senhoras e senhores, quero agradecer, neste momento, a oportunidade de poder presidir uma Comissão tão relevante. Neste momento em que se comemora 300 anos do aniversário da morte do grande líder Zumbi dos Palmares, esta Casa tem a iniciativa de instalar uma Comissão Especial para traçar não apenas de eventos, mas para poder registrar o máximo da história e contribuir diretamente para que este nome não seja um nome apenas inscrito no coração dos democratas, no coração do povo negro brasileiro, mas que ele seja introduzido no livro dos heróis da Pátria. Por esta

Casa passarão projetos que darão relevância e transparência a este significativo líder que é Zumbi dos Palmares.

Não poderíamos também deixar de prestar esta homenagem ao Estado de Alagoas, ressaltando a importância de estar na vice-Presidência o Senador Teotonio Vilela Filho.

Queremos, juntamente com os demais pares, fazer valer esta vontade de registrar o máximo da nossa história. A Comissão também conta com a vontade política do Presidente José Sarney, que já tem, historicamente, um compromisso com a comunidade negra. S. Ex^a, quando Presidente da República, criou a Fundação Cultural Palmares, que vem desenvolvendo dentro da instância do Governo Federal uma política voltada para a comunidade negra.

Quero registrar a importância de termos a participação de representações da Fundação na instalação desta Comissão, bem como a contribuição, altamente significativa, voluntária, natural, a nosso pedido, do Dr. Carlos Moura, a quem solicitamos que se integre à Assessoria desta Comissão. O Dr. Carlos Moura é um homem de grande conhecimento da causa negra brasileira e tem prestado grande contribuição a ela.

Sinto-me inteiramente gratificada com a presença dos nobres Senadores, dos representantes da Fundação Palmares e demais autoridades que vieram para esta instalação.

Quero estender os meus sinceros agradecimentos, mais uma vez, a todo o Plenário da Casa, que votou para que esta Comissão se instalasse, particularmente ao Presidente José Sarney, por sua vontade política.

Esperamos que esta Comissão tenha grande êxito; e terá, sem dúvida. Mas ela terá que contar com a Assessoria da Casa.

Portanto, queremos, de antemão, dizer que a próxima reunião está marcada para terça-feira, às 17 horas, quando teremos uma reunião já com a Assessoria, para verificar as condições, para que seja, de imediato, implementada essa nossa política dos 300 anos do aniversário da morte de Zumbi dos Palmares.

Agradeço também ao nosso Presidente, que aqui esteve antes da instalação desta Comissão.

A palavra está franqueada.

O SR. NEY SUASSUNA - Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA - Srª Presidente, Srs. Senadores, autoridades presentes, a minha colocação será rápida.

A minha colocação é apenas para dizer da alegria de estar aqui participando da comemoração dos 300 anos de um ídolo de uma raça, de um herói de uma raça, que, na realidade, pela miscigenação que o Brasil tem, é um herói de todos nós brasileiros. É um exemplo da perseverança, um exemplo da altivez. Faremos tudo o que depender de nós para que esta comemoração dos 300 anos do aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e do seu reconhecimento como herói nacional aconteça com o maior sucesso.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - A palavra continua franqueada.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO - Peço a palavra, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Concedo a palavra ao nobre Senador Teotonio Vilela Filho.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO - Como Senador da República e como alagoano, Senadora Benedita da Silva, Presidente da Comissão, sinto-me muito orgulhoso. Como V. Exª bem disse, Alagoas foi o cenário onde, durante aproximadamente 100 anos, a raça negra demonstrou, através da liderança de Zumbi, que este País para o qual eles vieram, inicialmente contra sua vontade, poderia ser, e seria um Brasil que pertenceria a todos os brasileiros.

O Zumbi, como bem disse a Senadora Benedita da Silva, é um herói nacional, um exemplo de luta, de pertinácia e, sobretudo, da altivez e da noção simbólica e emblemática de que o povo brasileiro pode ser o artífice de sua própria libertação.

Sinto-me muito honrado e agradeço aos Senadores a minha indicação e eleição como vice-Presidente da Comissão que tratará das relações do Congresso Nacional com o evento dos 300 anos de Zumbi.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - A palavra continua franqueada.

O SR. WALDECK ORNELAS - Srª Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS - Desejo, minha cara Presidente, demais Senadores, Srs. participantes desta reunião, manifestar a minha grande satisfação de, como Senador pela Bahia, poder participar

desta Comissão. A Bahia foi o Estado que, no Brasil, mais absorveu lições que a raça negra e a comunidade negra puderam nos transmitir, estando fortemente presentes na nossa cultura, na nossa culinária, na nossa vida cotidiana, em todas nossas esquinas e, particularmente, no Pelourinho, no nosso recanto histórico, no nosso centro histórico. Tive a oportunidade, como Secretário de Planejamento do Estado, de coordenar a recuperação daquela área, que é hoje um cenário muito importante e inteiramente revitalizado, onde reina o Olodum e tantas outras manifestações, como o Ilêaê, o Muzenza e tantos outros grupos que, atuando no nosso Estado, representam, sobretudo, esses valores que vamos homenagear neste ano, através do Zumbi dos Palmares.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Quero fazer um registro muito especial. Eu já havia dito que temos aqui a presença dos representantes da Fundação Palmares, mas eu gostaria de falar, com muito orgulho, que foi o único que tivemos até então, e guardamos não apenas como uma recordação, mas como símbolo daquilo que deveria ser, que deveria acontecer, naturalmente, no Brasil.

Quero fazer uma saudação muito especial ao nosso eterno Embaixador Souza Dantas, que é Conselheiro da Fundação Palmares e também ao nosso maestro João Paulo, que conosco soma nessa trajetória.

Diante disso, mais uma vez, quero agradecer à presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h34min.)

**"COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA,
CRIADA ATRAVÉS DO DOCUMENTO
DIVERSOS Nº 1 00, DE 1995-SF**

"Que solicita apoio do Congresso Nacional para implementar atividades relativas ao tricentenário de Zumbi".

Ata da 2ª reunião, realizada em 26 de setembro de 1995.

Às onze horas do dia vinte e seis de setembro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala número quatro, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores BENEDITA DA SILVA, Presidente, WALDECK ORNELAS, BELO PARÁ e TEOTÔNIO VILELA, reúne-se a Comissão.. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos, esclarecendo que a mesma destina-se a apresentação e

debate do Projeto "ZUMBI-300 ANOS DE IMORTALIDADE" aos Senhores Senadores e Diretores desta Casa. Em seguida, é feita a apresentação dos Diretores, Sr. Claudionor Moura Nunes, Diretor-Executivo do CEGRAF; Sra. Glória de Almeida, Diretora da Subsecretaria de Relações Públicas; Sra. Sônia de Andrade Peixoto, Diretora da Subsecretaria de Comissões; Sr. Helival Reis, Diretor da Subsecretaria de Divulgação; Sr. Narciso Mori Júnior, Diretor da Subsecretaria Técnica e Eletrônica e o Sr. Gilberto Campos, Jornalista. Prosseguindo, passa-se à leitura do Projeto "ZUMBI-300 ANOS DE IMORTALIDADE" e à discussão, quando usam da palavra os Senhores Senadores Teotônio Vilela e Waldeck Ornelas e os Senhores Diretores Narciso Júnior, Glória de Almeida, Helival Reis e Claudionor Nunes. Após a discussão é aprovada proposta no sentido de se reformular o projeto com as modificações sugeridas. Antes de encerrar os trabalhos, a Presidência convoca os presentes para a próxima reunião da Comissão, a realizar-se no dia 28, quinta-feira, às 11:00 horas, na sala nº 04, da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Carlos Guilherme Fosneca, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será publicada com as notas taquigráficas.

Presidente: Senadora Benedita Da Silva –
Vice-presidente: Senador Teotonio Vilela

**COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA,
CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO
Nº 518, DE 1995-SF, DESTINADA A
ESTUDAR A REFORMA POLÍTICO-PARTIDÁRIA**

3ª Reunião realizada em 01 de setembro de 1995.

As nove horas e vinte minutos do primeiro dia do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa e cinco, na sala número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Humberto Lucena (Presidente), Sérgio Machado (Relator), José Roberto Arruda (Vice-Presidente), Hugo Napoleão, Jader Barbalho, Eduardo Suplicy, Waldeck Ornelas, Edison Lobão, Geraldo Melo e ainda, os Senhores Senadores Élcio Álvares, Roberto Requião, Carlo Patrocínio, José Agripino e Vilson Kleinubing, reúne-se a Comissão Temporária Interna destinada a "Estudar a reforma político-partidária". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Humberto Lucena, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência convida o Ex-

celentíssimo Senhor Marco Maciel, Vice-Presidente da República, para sentar-se à mesa e iniciar sua exposição. Usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy; Jader Barbalho; Waldeck Ornelas; Hugo Napoleão; Roberto Requião; Carlos Patrocínio; Edison Lobão e Geraldo Melo. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Relator, Senador Sérgio Machado, para fazer sua indagação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

**ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA
COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA,
CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO
Nº 518, DE 1995-SF, DESTINADA A "ES-
TUDAR A REFORMA POLÍTICO-PARTI-
DÁRIA", COM O OBJETIVO DE OUVIR O
EXMO. MARCO MACIEL, VICE-PRESI-
DENTE DA REPÚBLICA, REALIZADA EM
01/09/95, QUE SE PUBLICA COM A DEVI-
DA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESI-
DENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Humberto Lucena
Vice-presidente: Senador José Roberto Arruda
Relator: Senador Sérgio Machado
Integra de acompanhamento taquigráfico

Reunião 1-9-95 – 9h20min

Presidente: Senador Humberto Lucena

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Havia número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Temporária Interna criada para estudar a Reforma Político-Partidária. De acordo com a deliberação desta Comissão, vamos iniciar hoje uma série de audiências públicas para ouvir personalidades exponenciais da vida pública brasileira. E posteriormente também acolheremos depoimentos importantes dos chamados formadores de opinião pública no que tange à questão político-partidária.

Para iniciar esta série de exposições, temos a honra de ter ao nosso lado, atendendo a nosso convite, o Exmº Senhor Vice-Presidente da República, Marco Maciel, a quem concedo a palavra para fazer sua exposição inicial.

O SR. MARCO MACIEL - Exmº Sr. Senador Humberto Lucena, ex-Presidente desta Casa e Presidente desta Comissão, Exmº Sr. Senador Sérgio Machado, Relator da Comissão Especial, Sr. Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB, Sr. Senador Geraldo Melo, Sr. Senador Roberto Requião, Sr. Se-

nador Elcio Alvares, Líder do Governo, Sr. Senador Hugo Napoleão, Líder do meu Partido, o PFL, Sr. Senador Edison Lobão, vice-Líder do PFL, Sr. Senador Eduardo Suplicy, Líder do PT, Sr. Senador Waldeck Ornelas, também do PFL, quero aproveitar para saudar o Senador Carlos Patrocínio, também do Partido a que tenho a honra de pertencer, senhoras e senhores, desejo agradecer inicialmente a lembrança do convite para este debate, assinalando, desde logo, o quanto é grato para mim o encontro deste convívio que me permite reviver o prazer de tantas e tão sólidas amizades, alicerçadas em 12 anos de inesquecível e fraterna convivência.

Em segundo lugar, desejo congratular-me com o Senado pela iniciativa desta Comissão, que, espero, seja o fórum apropriado para uma profunda e acurada reflexão sobre o sistema político brasileiro e a necessidade de sua adaptação ao processo de modernização institucional por que passa o País, com a decisiva e indispensável participação do Congresso Nacional.

Devo aproveitar a ocasião para salientar quanto considero importante este encontro. Sempre entendi, e isso data da década de 70, que a crise brasileira é, em sua raiz, uma crise política. E vou pretender explicar por quê. Sempre defendi, friso, a tese de que os grandes desafios brasileiros e as sucessivas crises por que passamos ao longo de mais da metade deste século, sejam as de cunho econômico sejam as de natureza social, tinham raias políticas.

Tenho sustentado que a estabilidade política, a governabilidade e a eficácia institucional são requisitos de qualquer processo bem-sucedido de desenvolvimento. Mais do que isso, refletem o êxito de qualquer projeto político nacional que, a meu ver, é algo transcendente para um país que adquiriu a importância política, a expressão econômica e a complexidade demográfica do Brasil. Se quisermos até ter uma correta política de desenvolvimento, isso passa necessariamente por termos um correto modelo político institucional. Enfim, tão importante é para o País um modelo institucional correto quanto o é naturalmente que esse modelo esteja respaldado em instituições políticas que tenham a desejada eficácia e guardam a correta consistência interna.

Minhas conclusões não se baseiam apenas numa visão retrospectiva - que é sempre necessária, quando analisamos nossa evolução política e nossas históricas deficiências sob o ponto de vista institucional; elas se fundam também no exame comparado do desempenho político brasileiro, quando cojejado com a sucessão de crises que parece sacudir

o mundo contemporâneo, sobretudo a partir do fim da Guerra Fria e do virtual desaparecimento do chamado socialismo real.

As deficiências dos sistemas políticos ocidentais tornaram-se ainda mais evidentes a partir do momento em que, superadas as graves tensões internacionais que polarizaram ideologicamente o mundo pós-Guerra, tanto as grandes potências quanto as pequenas nações tiveram que se voltar para os próprios desafios internos. A meu juízo, essa é uma consequência inevitável tanto da globalização quanto das exigências econômicas de integração regional que a globalização necessariamente produz.

Chamo a atenção para o fato de que os sistemas políticos, em todo o mundo, estão sendo questionados. Mais do que os sistemas políticos, o próprio instituto da representação está sendo duramente questionado. Não é por acaso que se vê, nos chamados países de Primeiro Mundo, essa questão posta como um tema agudo, que tem provocado um grande debate. Em alguns países, como a Espanha e a Itália, há instituições não-governamentais, como é o caso de uma instituição de defesa do consumidor, na Espanha, que tem número de filiados maior do que os partidos políticos todos juntos.

Eu poderia dizer até que não são só propriamente os sistemas, mas também a sua eficiência, isto é, a sua capacidade de oferecer respostas às demandas e desafios internos, que crescem à medida que aumentam a eficiência econômica e a competitividade dos sistemas produtivos cada vez mais integrados. Em nosso caso, a intensidade da crise é reconhecida em razão dos consequentes desdobramentos que todos conhecem - talvez até com mais acuidade do que eu, na medida em que são atores renomados, influentes figuras no nosso processo político.

Gostaria de enfatizar dois aspectos: o primeiro é um fato conhecido de todo o País e reflete-se eventualmente em todas as pesquisas feitas ao longo dos últimos anos: o nível de credibilidade da impropriamente chamada "classe política" e das instituições políticas em geral do ponto de vista da opinião pública brasileira; o segundo é o que se reflete nas estatísticas eleitorais: o número de votos em branco, variáveis segundo os cargos em disputa, que guarda estreita relação com a variação da credibilidade das instituições políticas.

Se somarmos essas duas variáveis, estaremos chegando à conclusão de que também não são imunes a essas insatisfações universais que afetam

todo o sistema político. Daí a importância, o significado e à urgência de operarmos as mudanças que vão, em última análise, condicionar continuidade à eficácia e à consolidação das transformações econômicas e sociais propostas pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Congresso Nacional.

Srs. Senadores, as reformas políticas, convém assinalar, não se conflitam com as econômicas, na medida que têm meridianos diferentes. Na realidade, complementam-se, e, como espero demonstrar, sem elas, o País corre o risco de viver em função de dois eixos desequilibrados e até, por que não dizer, antagônicos: uma economia moderna e competitiva e um sistema político antiquado e incapaz de responder às demandas sociais por eficiência e racionalidade.

Essas reformas são, como já assinalei, o pressuposto para que mudanças econômicas e transformações sociais tenham consequência e exeqüibilidade, isto é, o êxito do projeto de desenvolvimento passa naturalmente pelo êxito de um bom projeto político. Não são, portanto, reformas aleatórias e - friso mais uma vez - concentram-se em três questões vitais de caráter institucional: o sistema de governo, o sistema eleitoral e o sistema partidário.

Eu gostaria de aproveitar a ocasião, já que aqui é um foro de debates, para dizer que a grande questão colocada sempre é como compatibilizar o sistema político, ou, se quiserem de forma mais específica, o sistema de governo, com os subsistemas que o compõem: o subsistema eleitoral e o subsistema partidário. Isso é uma questão básica, porque toda a racionalidade do sistema vai repousar nessa compatibilização.

Enfim, os sistemas políticos, em tese, quer sob o ponto de vista doutrinário, ou se quiserem até sob o ponto de vista ideológico, não são bons nem maus. Embora eu seja presidencialista convicto - tive inclusive a honra e a oportunidade de coordenar, como sabem tantos companheiros aqui, o Movimento Republicano Presidencialista -, não posso deixar de reconhecer que o sistema parlamentarista pode ser um sistema bom e funcionar muito bem, como prova a nossa realidade histórica e a experiência em alguns países.

Não podemos ter ilusões de que sistemas diferentes podem funcionar bem em diferentes países, mas o que é fundamental para o êxito de qualquer sistema é que ele guarde a desejada compatibilidade, ou seja, o seu funcionamento, a sua eficácia dependem basicamente de que haja uma compatibilidade entre o sistema político e os seus dois subsis-

temas - o subsistema eleitoral e o subsistema partidário.

Analisando agora rapidamente o sistema de governo, é bom lembrar que essa expressão "sistema de governo" se consolidou a partir da Carta de 88; quando estudamos Direito Constitucional, como os senhores sabem melhor do que eu, geralmente isso se chamava "forma de governo"; é a expressão consagrada no constitucionalismo, não no constitucionalismo brasileiro, mas até diria no constitucionalismo internacional; e a Carta de 88 passou a denominá-lo de sistema de governo. Ao abordar o que se convencionou chamar de "sistema de governo", não estou me referindo nem à opção entre república e monarquia, nem à forma de Estado com opção entre Estado unitário e o Estado federal, decisões que a tradição republicana incluiu como cláusula pétreas em todas as nossas Constituições democráticas. É lógico que alguém poderá dizer que a Carta de 88 não considerou a República cláusula pétreas.

Tanto isso é verdade que admitiu um plebiscito, durante o qual se discutiu mais uma vez uma questão que eu julgava sepultada: a análise da manutenção da república *vis-à-vis* da reintrodução da monarquia. De modo geral, é do constitucionalismo brasileiro, e sobretudo o constitucionalismo republicano, que essas instituições praticamente se constituem cláusulas pétreas, portanto, imodificáveis.

Não se trata também de escolher entre alternativas parlamentaristas e presidencialistas, na medida em que esse é um debate superado por duas manifestações plebiscitárias. Tivemos, como os senhores sabem, um referendo no início da década de 60, em que foi larga a manifestação em favor do presidencialismo, e, posteriormente, por uma imposição da Carta de 88, realizamos um plebiscito em 1993, que também redundou com uma ampla vitória do sistema presidencialista.

Temos que discutir é a compatibilidade entre a estrutura formal do ponto de vista jurídico, manifestado no modelo definido pela nova Constituição, e a estrutura funcional definida pela prática política do País. Essa é uma realidade que alguns já definiram de forma simplificada pela oposição entre o sistema parlamentarista de governo, que emergiu da Constituição de 1988, e a prática presidencialista que dela também emanou quando se decidiu pelo presidencialismo.

Como tenho frisado, essa é, na realidade, uma falsa oposição. Não acredito que em política, como disse ainda há pouco, haja bons ou maus regimes, nem que uns sejam doutrinária e até ideologicamen-

te melhores do que outros. Há, sim, sistemas consistentes entre si e, por isso, eficazes, e sistemas insuficientes e, por isso, ineficazes.

Quando me refiro à necessidade de harmonizarmos estrutura formal com estrutura funcional, estou aludindo, portanto, à compatibilização entre os modelos teóricos, quer sob o ponto de vista político, quer sob o ponto de vista jurídico, definido pela Constituição, e os modelos práticos de atuação da vida político-institucional que conformam nossa realidade política, econômica e social.

Estou fazendo uma referência, por exemplo, à circunstância de que o modelo teórico, definido na Carta de 1988, está muito longe de se conformar com a prática da nossa realidade, na medida, inclusive, em que a maioria das inovações transcritas no Texto de 1988 ainda carecem de significado prático ou seja de eficácia plena, sobretudo pela falta de regulamentação.

Esse ajustamento é um processo longo e, em certa medida, cansativo - reconheço -, que precisa ter continuidade, em face do nosso notório imobilismo e da clássica resistência à inovação que têm caracterizado a vida brasileira, e não se esgota, evidentemente, nesses aspectos, que, a meu ver, não são menos vitais.

É incontestável que o Congresso Nacional, por seu engajamento cada vez mais acentuado no processo político, está formando o que os especialistas chamam de uma nova imagem social da instituição, que se nota não apenas pela produtividade legislativa - se assim posso dizer -, mas, sobretudo, pela prática parlamentar que tornou superada a idéia da existência de um conflito entre Poderes. Devo dizer que sou insuspeito para fazer a observação acerca de que o Congresso voltou, nesta 50ª Legislatura - à qual não tenho a honra de pertencer e que tem apenas sete meses de funcionamento -, a ser o grande fórum para os debates dos grandes problemas nacionais. Lembro-me de uma frase de Raymond Aron, referindo-se ao Parlamento francês. Ele disse: "O parlamento é a palavra da nação". Realmente, o Congresso brasileiro voltou a ser a palavra da Nação.

Sou insuspeito hoje, por não pertencer a esta Legislatura, a 50ª, para fazer esse reconhecimento. Tenho-o feito em todas as reuniões das quais tenho participado e nas muitas diferentes manifestações públicas. Mais do que isso: o outro fato que considero muito importante, até talvez como decorrência das eleições terem ocorrido no mesmo período, é que está havendo, com relação àquelas grandes

questões nacionais, entre Executivo e Legislativo, uma atitude não confrontativa, mas cooperativa, o que está permitindo fazer com que o País, num curto espaço de tempo, tenha visto ocorrer mudanças de grande significação e de grande importância. A meu ver, tudo isso contribui para não somente credenciar mais uma vez a instituição parlamentar, mas como também para confirmar o axioma constitucional, que diz que os Poderes são independentes, mas devem ser harmônicos.

Creio mesmo que Senado e Câmara desfrutam de um grau de credibilidade popular poucas vezes atingido nos últimos anos de nossa história política. Exatamente por isso, acredito que seja chegada a hora de aprimorarmos o processo político, superando etapas dilatórias, que em nada prejudicam o diálogo político, por serem da natureza da própria dialética parlamentar.

A outra vertente que, a meu ver, deve ser objeto de profunda reflexão é a questão eleitoral. Já perdemos dezenas de oportunidades para modernizarmos o sistema eleitoral em vigor, e temo que estejamos em vias de desperdiçarmos mais uma chance. Por isso, saúdo, com iniciativa extremamente oportuna, a constituição desta Comissão no Senado Federal, à semelhança do que, inclusive, já ocorreu com a comissão constituída com o mesmo objetivo na Câmara dos Deputados.

Começo chamando a atenção para a circunstância de que o modelo brasileiro, o modelo eleitoral brasileiro, adotado pelo Código de 1932, há mais de 60 anos, é um modelo cuja configuração só existe no Brasil e na Finlândia e não é recomendado, até por essa singularidade, como a melhor das soluções, testado que foi, por anos a fio, em dezenas de democracias representativas em todo o mundo. Trata-se de um modelo que provou não sua inviabilidade, é claro, mas sua inconveniência, ao longo de mais de 60 anos de vigência.

Gostaria de frisar algo óbvio, mas que penso ser fundamental para a correta discussão do tema. Os sistemas eleitorais são os que viabilizam os sistemas representativos em todo o mundo. Vou mais além: são os sistemas eleitorais que, por sua vez, viabilizam - na minha opinião - e dão consistência ao sistema partidário. Em outras palavras, o sistema partidário é uma variável dependente do sistema eleitoral, vale dizer, do sistema representativo. Com isso quero chamar a atenção para a importância que tem, a meu juízo, um bom sistema eleitoral para uma boa representação e para o funcionamento adequado de um bom sistema partidário; e, portanto,

para a desejada governabilidade.

Se quisermos definir de outra forma, podemos afirmar que o sistema eleitoral condiciona, caracteriza, delimita e conforma o sistema partidário. Logo, o que temos de examinar não é simplesmente o modelo eleitoral majoritário ou o método profissional. Não é essa a questão, na minha opinião. O que temos de discutir é: que sistema partidário queremos para que possamos definir a variável dependente que o condiciona. Daí porque não se pode dissociar a discussão do sistema eleitoral do debate sobre o sistema partidário. Mais do que isso, temos que discutir que papel queremos atribuir aos Partidos na luta política do País. Essa é a questão central na discussão contemporânea sobre sistemas representativos. E af residem os focos da crise dos sistemas representativos.

A propósito, gostaria de lembrar um depoimento de um grande "politicólogo" ou "partidólogo" francês que tem livros célebres nesse terreno da vida partidária. Eu me refiro ao Professor Maurice Duverger, da Universidade de Paris, publicista, editorialista e político, assim posso dizer. Visitando o Brasil em 1983, aqui esteve inclusive para fazer uma palestra na Universidade de Brasília, onde fez questão de afirmar: "O Brasil só será uma grande potência no dia em que for uma grande democracia. E só será uma democracia no dia em que tivermos partidos e sistema partidário forte e estruturado".

Isso recoloca o sistema partidário como variável dependente do sistema representativo e, por consequência, do sistema eleitoral. Como assinalam os especialistas no assunto, o problema da representação é um problema de duas faces que condicionam o modelo partidário. Uma relação entre os eleitores e seu partido e uma relação entre os partidos e seus representantes.

Como disse, essas duas faces condicionam o sistema partidário. A relação ou se dá entre os eleitores e os eleitos ou se dá entre os eleitores e o partido. Para usar a expressão de Norberto Bobbio*, que talvez seja um dos melhores formuladores políticos do mundo - eu citei ainda há pouco Duverger, mas não podemos esquecer Bobbio, que, além de um grande teórico, é hoje senador vitalício no Parlamento italiano -, mas tem dito que esse é o como da representação.

A primeira hipótese, isto é, a relação entre eleitor e eleito, produz sistemas partidários débeis e tem efeito multiplicador sobre o aspecto partidário. A segunda alternativa, isto é, a relação eleitor-partido, produz um sistema partidário forte e tem efeito redu-

tor sobre o aspecto partidário.

Aliás, gostaria de observar, antecipando um raciocínio que desenvolverei logo adiante, que é bom lembrar que o sistema brasileiro, por ser um sistema proporcional de lista aberta, produz, como consequência, que a relação seja eleitor-eleito e não uma relação eleitor-partido, o que, a meu ver, não é um modelo adequado por motivos que posteriormente pretendo analisar.

Posso concluir daí, de forma coerente com a premissa que coloquei, que não importa se o sistema eleitoral é majoritário ou proporcional. Aliás, em minha tese, também com relação a sistemas eleitorais, não há sistema distrital. Há o sistema majoritário e há o sistema proporcional. A distritalidade diz respeito ao território em que se opera determinada eleição. É um problema circunscricional, portanto.

O que se deve discutir é se queremos um sistema partidário forte, estruturado, permanente que viabilize a governabilidade, ou se, pelo contrário, optamos por um sistema partidário fragilizado, desestruturado, instável e ocasional que inviabilize a governabilidade. No primeiro caso, temos que optar pela vertente eleitor-partido. E, no segundo, pela vertente eleitor-eleito, que é o que temos no Brasil.

Neste ponto, posso voltar à questão crucial. Ao contrário do que se afirma, na minha opinião, no sistema proporcional existem inúmeros partidos e funcionam razoavelmente bem, como na Espanha, Suécia, Holanda, Áustria e poderíamos citar muitos países importantes em que o sistema proporcional funciona adequadamente.

O que não existe - volto mais uma vez à questão -, salvo no Brasil e na Finlândia, é o sistema proporcional na modalidade brasileira, isto é, na versão eleitor eleito, ao contrário dos países em que se pratica a versão generalizada do voto proporcional, ou seja, a modalidade eleitor/partido. A primeira corresponde ao sistema proporcional de listas abertas - volto mais uma vez a dizer que é o caso do Brasil e da Finlândia; a segunda, ao sistema proporcional de listas fechadas, existente em todos os demais países que consagram essa modalidade.

Essa é a razão por que me parece ser irrelevante discutirmos se os sistemas eleitorais devem ser majoritários, proporcionalis ou mistos, como é o caso da Alemanha, por exemplo. O que temos que decidir é se adotamos a representação eleitor eleito, que, a meu juízo, é a única alternativa que deve ser descartada, ou se aceitamos o padrão eleitor/partido. Isso nos coloca diante da última questão da reforma política a que me referi.

Agora, passaremos a ver a consequência disso sobre o território partidário. A necessidade de definirmos o sistema partidário, para que possamos construir o sistema eleitoral com ele compatível, decorre, como já assinalei, das circunstâncias de que o último é uma variável decorrente do primeiro. Nada tem a ver com o número de partidos e, à medida que adotarmos esse falso enfoque, que é um falso dilema - é bom lembrar -, vamos encontrar resistências superáveis que até agora impedem a remoção das causas e mantêm necessariamente os efeitos.

A divisão ou classificação dos sistemas partidários pelo número de partidos, usualmente separados em sistemas bi ou pluripartidários, é matéria rigorosamente superada, na medida em que, à exceção dos Estados Unidos e da República de Malta, duas peculiaridades extremamente excepcionais, e da África do Sul durante apenas o **apartheid**, nenhum país conta apenas com dois partidos. Com frequência, fala-se muito no sistema bipartidário inglês, que não existe. A própria Inglaterra, apresentada como padrão desse modelo, sempre contou com mais de dois partidos no mercado político. Em 1979, como sabemos, as legendas em disputa chegaram a 10 - depois podemos até analisar essa questão nos debates.

O que caracteriza, a meu ver, os sistemas partidários é o papel que os partidos desempenham na opção eleitoral dos eleitores e, por consequência, na formação do Governo. Esse papel varia segundo o eleitor escolha a legenda ou o candidato em que deve votar; em outras palavras, se a representação se materializa através dos partidos ou dos candidatos.

No primeiro caso, quando o eleitor escolhe a legenda, diz-se que o partido cumpre uma função de canalização do sistema partidário, enquanto que, no segundo, em que a opção se faz entre os candidatos, o partido cumpre uma função de manipulação do sistema.

Os sistemas partidários do primeiro tipo, em que os partidos são relevantes, são chamados de estruturados; e os do segundo tipo, de não estruturados.

O grau de estruturação ou desestruturação dos sistemas partidários, portanto, é avaliado em função de duas condicionantes: a primeira, como assinalei, refere-se ao papel que os partidos desempenham na disputa eleitoral; a segunda decorre da modalidade dessa disputa, ou seja, do sistema eleitoral adotado. Esta última variável explica por que a evolução do sistema se deu na direção do voto majoritário, voto proporcional, e não ao contrário.

Os sistemas majoritários do tipo distrital, de que a Inglaterra é o primeiro e mais clássico exemplo, servindo até de padrão para os demais países, distorce gravemente a representatividade. Vou dar apenas um exemplo: nas eleições inglesas de 1983, a Aliança, que era a coligação do Partido Social-Democrático com o Partido Liberal - aliás, como se sabe, o Partido Social-Democrático surgiu de uma cisão, foi liderado por (?), como se recordam -, conseguiu 25,4% dos votos, que se traduziram em 3,5% das cadeiras obtidas na Câmara dos Deputados, ou na Câmara dos Comuns. Enquanto uma cadeira para o Partido Trabalhista custou 40 mil votos, em média, cada lugar na Câmara custou para a Aliança dez vezes mais, isto é, 400 mil votos.

Como essas distorções afetam dramaticamente o sistema representativo, ameaçando inviabilizá-lo, após sobretudo a universalização do voto, criou-se a representação proporcional em suas inúmeras variantes. Esse processo decorreu, portanto, virtualmente depois da Primeira Grande Guerra Mundial. Essa nova modalidade, em todos os países em que foi experimentada, seguia a única opção até então existente, isto é, o voto no candidato e não no partido, como é típico e preponderante no sistema majoritário.

Os efeitos imediatos observados empiricamente caminharam na direção oposta, perturbando igualmente o sistema partidário por suas graves distorções.

As sociedades de massa, com partidos de massa consequentemente, geraram, como era natural, inusitada proliferação partidária, que afetou gravemente a governabilidade, na medida em que se intensificou dramaticamente a oferta eleitoral. O melhor e mais eloquente exemplo é o da Alemanha de Weimar, depois da Primeira Grande Guerra Mundial. Data daí a carta de 1919, como os senhores sabem, a classificação dos sistemas eleitorais em fortes e fracos ou débeis e a conclusão inevitável de que sistemas eleitorais considerados fortes provocam sistemas partidários estruturados, em que os partidos cumprem a função penalizadora e os sistemas eleitorais considerados débeis ou fracos levam a sistemas partidários não estruturados, em que os partidos cumprem apenas papel manipulador.

Foi esse quadro de efeitos radicais e opostos que criou diferentes modalidades amenizadoras que procuraram atenuar os efeitos nocivos, tanto no sistema majoritário quanto no sistema proporcional, não só para evitar distorções na representatividade, mas sobretudo para prevenir a governabilidade.

Quais são essas modalidades? Embora se ad-

mita variantes, elas são fundamentalmente duas. No caso das eleições majoritárias, adotou-se a opção de dois turnos, segundo o modelo francês de *ballottage*^{*}. No caso dos sistemas proporcionais, todos os países, com as exceções citadas do Brasil e da Finlândia, migraram para as listas abertas originais, voto no candidato, e para as listas fechadas de hoje, voto na legenda.

No caso da Alemanha, que criou, a partir da Lei Fundamental de Bonn, o sistema misto, foi uma tentativa inédita de combinar sistemas como forma atenuadora de distorções e inédita de combinar sistemas. Mas pode se dizer que essa é exceção à regra geral dos sistemas.

Outra correção de distorção tão importante quanto dois turnos e das listas fechadas foi a chamada cláusula de barreira ou, por alguns também chamada, cláusula de exclusão.

Pode-se até mesmo afirmar que este começo é mais importante, na medida que foi perfilhado por países que adotam o sistema majoritário, o sistema proporcional e o sistema misto, de que é exemplo a Alemanha. Esse fator corretivo tem a vantagem de poder variar segundo as circunstâncias históricas e as peculiaridades regionais de cada país. É, portanto, um modelo flexível, como pode ser ilustrado nos dois casos.

Tomando-se as variáveis regionais, os exemplos vão desde os 3% da Espanha - agora falo especificamente de alguns países que adotam as chamadas cláusulas de desempenho -, voto proporcional; aos 4% da Suécia, também voto proporcional; aos 5% da Alemanha, sistema misto; aos 12,5% da França, sistema majoritário em dois turnos.

Tomando-se as variáveis históricas, pode-se invocar o sistema francês, que passou de 5% em 1958, para 10% em 1967, e chegou aos 12,5% atuais, índice adotado na reforma feita em 1976.

O que se pode concluir desse conjunto de mudanças históricas e de variáveis locais é que não existem sistemas perfeitos e que suas diferentes alternativas não são por si mesmas boas ou más. Como todo sistema, apresenta defeitos e imperfeições e é, portanto, imperioso corrigi-los com iniciativas que atenuem as distorções.

O importante - insisto - não é adotar este ou aquele sistema eleitoral e este ou aquele sistema partidário; o indispensável - repito mais uma vez - é compatibilizar o sistema, diminuindo o grau de entropia dos sistemas políticos e criando condições para a governabilidade, que é uma questão aguda no mundo todo, não só no Brasil, e um tema recorrente

na história brasileira, se pegarmos o Brasil da Revolução de 30 aos nossos dias. Isso, aliás, foi muito bem estudado por cientistas sociais e por pensadores e intelectuais, como Gilberto Amado, etc.

Em nosso caso, o que preocupa é que sempre estamos entre as exceções. Somos uma exceção com relação ao modelo constitucional inflexível, quando se trata de partidos, ao lado da Alemanha e da França, ambos justificados por peculiaridades muito locais: o da Alemanha porque se referia a um sistema inédito, estabelecido numa lei fundamental de um país dividido, que já previa a reunificação; o da França porque o Texto Constitucional de 58 previa exatamente a transição do sistema proporcional para um sistema majoritário atenuado em dois turnos.

Somos também uma exceção, ao lado da Finlândia, quando se trata de modelo proporcional de listas abertas. Esse é um modelo que importamos da Itália, que nem o adota mais.

A partir do Texto Constitucional de 1988, tiramos, a meu ver, duas outras camisas de força que teremos de reconsiderar. Em primeiro lugar, a do art. 45, quando prescreve que a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional em cada Estado, territórios - que, aliás, não existem mais - e no Distrito Federal. Não me parece indispensável e necessário que a Constituição prescreva o sistema, mas apenas defina a regra. A definição do sistema a adotar pode, com mais propriedade, ser objeto de lei complementar, mais objetivamente do Código Eleitoral. Em segundo lugar, o inciso I, do art. 17, ao estabelecer os preceitos que os partidos devem seguir prescreve que devem ter caráter nacional, o que, no meu entendimento, também dificulta a cláusula de desempenho, que é vital para atenuar os efeitos debilitadores do sistema proporcional e os efeitos concentradores do sistema majoritário.

Parece-me, também, uma inconsistência preconizarmos que a lei deva resolver a questão da fidelidade ou infidelidade partidária. Quando falamos em fidelidade ou infidelidade no sistema político, estamos nos referindo, obviamente, à fidelidade ou infidelidade na relação partido/representante.

É, portanto, uma questão política, friso bem, do âmbito partidário e não do âmbito legal. Não podemos criar uma exceção a mais, pois nenhum país do mundo resolveu este problema pela via legal. É a própria mecânica dos sistemas partidários que a resolve na forma mais conveniente para cada um.

Tivemos esse preceito, o da fidelidade partidá-

ria, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 11/78 que incluiu no seu art. 152 do texto então vigente este princípio, através do seu § 5º. Esse dispositivo da fidelidade partidária vigorou por dez anos, entre 1978 e 1988, e nem por isso houve um só caso de perda de mandato por infidelidade. É, portanto, uma cláusula testada que se revelou ineficaz.

Por todas essas razões, penso que seria conveniente admitir que, enquanto estabelecermos como objetivo das reformas políticas o fim falso e inconsistente de diminuirmos a proliferação partidária ou de atenuarmos a pulverização do quadro partidário, não chegaremos a lugar nenhum; pelo contrário, só criaremos existência legítima a toda e qualquer mudança como acaba de ocorrer na recente aprovação do Projeto de Lei Orgânica dos Partidos relativamente à cláusula de exclusão e à proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais.

Pode-se até argumentar que o caráter nacional dos partidos, exigido pela Constituição, visa prevenir o regionalismo, o particularismo e os personalismos da vida brasileira. Particularmente, não entendo assim, a lei há de prever a enorme diversidade brasileira e a incontestável assimetria federativa do Brasil.

E, nesse campo da federação, é bom lembrar que o Brasil é um País que pratica a federação há, relativamente, pouco tempo. Éramos um Estado unitário, passamos a ser um Estado composto a partir da proclamação da República e, de modo especial, da primeira Constituição Republicana de 1891, que institucionalizou o modelo republicano federativo. E, portanto, ainda não temos, no Brasil, uma verdadeira federação. Temos uma federação legal, é certo, V. Ex's sabem muito bem disso, mas como ainda é muito desigual o espaço social brasileiro no seu território, não temos, no Brasil, uma verdadeira federação. Aliás, muitos especialistas, como Fedrós, Charles Rousseau mais recentemente, dizem que o verdadeiro estado federal é aquele que brota de um estado confederativo. Aliás, foi isso que Charles Rousseau denominou "evolução sociológica do estado federal". Diz que os verdadeiros estados compostos por coordenação, como são as federações, confederações, são estados que têm uma mecânica própria, ou seja, as verdadeiras federações são as que surgem em estados que foram antes confederativos. Ele exemplifica o modelo americano, que foi antes confederação; o modelo suíço, que ainda ostenta no frontispício da sua constituição o nome de confederação; o modelo alemão, que foi confederação de 1815 até certamente 1870, depois foi num federalismo cada vez mais acentuado.

Então, não temos, friso mais uma vez, uma verdadeira Federação, mesmo porque não saímos de um Estado confederal, pelo contrário, saímos de um Estado unitário.

Nessas condições, a adoção da cláusula desempenho, qualquer que seja ela, não deve impedir a representatividade ou a representação municipal ou estadual, quando os quocientes estabelecidos forem atingidos num ou outro âmbito. Isso tornará claro que uma eventual reforma nesse sentido não extinguirá as legendas onde elas não atingirem o quociente eleitoral. Não excluirá o direito à representação local ou regional. Por consequência, não restringe a liberdade de organização partidária. Apenas a condiciona ao nível do desempenho obtido.

Faço questão de frisar que não foram os partidos de âmbito regional, no regime da Constituição de 1946 - como eram, por exemplo, o partido republicano e o partido de representação popular - que inviabilizaram o modelo partidário daquela época.

A proliferação e pulverização partidárias do Brasil têm sido resultado da forma mais fácil, mais exequível de se criar novas legendas, a cissiparidade. Isso sim é que prejudica não a estabilidade do quadro partidário, mas o essencial da função de canalização dos partidos, transformando em simples função de multipolarização dos sistemas partidários.

Aliás, é preciso ser feita uma exegese, uma interpretação melhor daquilo que a Constituição chama caráter nacional dos partidos. É algo que deve ser discutido quando se examina a questão de cláusula de barreira.

Gostaria de encerrar atendo-me à questão que considero essencial da reforma política, que há mais de mil séculos vem sendo discutida e adiada, qual seja, a da compatibilização, da harmonização e consistência interna entre sistema eleitoral e partidário, variáveis, relevantes e condicionantes do sistema político de larga repercussão na estabilidade política, na governabilidade do País e, portanto, no próprio sistema de Governo, que queremos ver todos aprimorado.

Não tenho preferências, nem creio que seja relevante a simples opção entre sistema eleitoral majoritário, proporcional ou misto.

Adviro, porém, que o sistema majoritário, na modalidade distrital, oferece algumas dificuldades em face do disposto no art. 27 da Constituição, que estabelece que o número de Deputados Estaduais será o triplo da representação Federal da Câmara. Esta opção nos obrigaría a adotar solução de outros países quanto à divisão circuncisional em que o

Distrito seria único, hipótese em que o eleitor votaria para um Deputado Federal e três Estaduais, em princípio.

A alternativa, se fosse o caso, seria estabelecer duas divisões circunscripcionais, o que materialmente ainda é mais difícil. Temo, portanto, que o período de transição em muitas regiões do País, até que o eleitor possa compreender essa mecânica diferenciada em que a escolha para a esfera Federal pode corresponder a três ou, em alguns casos, a duas para a esfera estadual, seja muito complexa.

Por isso mesmo, penso que, em face da restrição do art. 45 da Constituição, talvez pudéssemos adotar o sistema proporcional de listas fechadas, segundo a experiência universal, desde que amenizando pela cláusula desempenho, que, no entanto, não deveria estabelecer exigências a nível nacional. Aí volto a pedir que examinem melhor o disposto na Constituição, quando fala que os Partidos devem ter caráter nacional.

Penso mesmo que a hipótese viável, para usarmos a experiência francesa, no que diz respeito à evolução histórica do seu sistema seria adotar como cláusula de barreira coeficientes de níveis variados como, por exemplo, condicionarmos o direito à representação parlamentar: limite de 10% para a representação municipal; 6% para o nível estadual; e 3% para o nível nacional - estou apenas exemplificando.

O que não se recomenda é a contemplação de dois extremos: sistema majoritário puro, na modalidade distrital, segundo modelo inglês, que gera distorções, a meu ver, insuperáveis; ou proporcional, de listas abertas, como no modelo brasileiro, que gera inconvenientes óbvios.

Considerando-se o grau de eficiência dos sistemas eleitorais com relação à estruturação dos sistemas partidários - e ressalto, mais uma vez, que considero importante a compatibilização do sistema eleitoral com o sistema partidário - teríamos, portanto, três grupos assim classificados: sistemas de baixa eficácia; sistema majoritário - um só turno -, sem cláusula de desempenho; proporcional de listas abertas sem cláusula de desempenho, que é o caso brasileiro; sistemas de eficácia relativa; majoritário, em dois turnos, sem cláusula de desempenho; proporcional de listas abertas com cláusula de desempenho; sistema misto com cláusula de desempenho. E, finalmente, sistemas de auto-eficácia, que são: sistema majoritário, de um só turno, com cláusula de desempenho; sistema majoritário, de dois turnos, com cláusula de desempenho; sistema proporcional

de listas fechadas, sem cláusula de desempenho; sistema proporcional de listas fechadas com cláusula de desempenho; e, finalmente, sistema misto com cláusula de desempenho.

Nosso verdadeiro dilema, portanto, consiste em sairmos do grupo excepcional que nos encontramos grupo 1, grupo de baixa eficácia, na minha opinião, e tentarmos passar para o terceiro grupo. Se possível, na impossibilidade deste salto, arriscarmos uma evolução progressiva, isto é, adotarmos uma alternativa de segundo grupo com a perspectiva de, futuramente, evoluirmos para uma das opções do terceiro grupo.

Eu me permitiria ir mais além para dizer que a única alternativa com a qual não podemos nos conformar é com a do imobilismo, ou seja, permanecermos com o sistema eleitoral que desestrutura o sistema partidário, perturba o sistema de governo, contribui para a instabilidade e afeta, portanto e consequentemente, a governabilidade.

Dado esse passo inicial, acredito que estaremos abrindo as portas para as reformas políticas, que são um passo essencial para a modernização institucional do País e que a sociedade reclama; a opinião pública aspira e a consciência nacional exige.

São essas as considerações que gostaria de aqui produzir e dizer, mais uma vez, que agora me disponho para, se for o caso, debatermos a questão.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, antes de encerrar minhas observações, que trago aqui apenas algumas observações que são produtos de análises que tenho procurado fazer sobre o sistema político brasileiro e, de modo especial, do sistema de governo e sobre os sistemas eleitorais e partidários; e também que considero muito importante para o País e suas instituições que o Senado esteja, neste momento, instalando esta Comissão.

Considero que, hoje, é fundamental não só para a governabilidade mas também, e sobre tudo, para uma correta e justa política de desenvolvimento que tenhamos um sistema político sólido, estável, capaz de assegurar, consequentemente, a boa observância da regra do jogo, e capaz, portanto, de assegurar a adoção de corretas políticas que venham promover um desenvolvimento que, desejamos, seja justo e homogêneo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Congratulo-me com a brilhante exposição do Sr. Vice-Presidente da República, Marco Maciel.

Passamos agora à fase dos debates.

Há vários Senadores inscritos e, se não houver

objeção do Plenário, a Presidência sugere que cada um dos interpellantes tenha um tempo de cinco minutos.

Concedo a palavra, inicialmente, ao primeiro orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente, Senador Humberto Lucena, o Vice-Presidente Marco Maciel e demais integrantes da Comissão.

Considero muito importantes as reflexões trazidas pelo vice-Presidente Marco Maciel. Mas sobre um dos aspectos que V. Ex^a mencionou, o da lista fechada de Partidos, pessoalmente, tenho algumas dúvidas. A meu ver, o sistema de eleição direta daqueles que, dentro de cada Partido, merecem ser levados ao Parlamento constitui uma forma mais democrática. Mas registro que há pessoas, por exemplo, dentro do Partido dos Trabalhadores que seriam favoráveis a tal proposição.

Isso me preocupa, porque poderíamos, em certas circunstâncias, ter uma preponderância na lista de certos segmentos que, em algum momento, podem ter, dentro do Partido, uma certa ascendência, para formular uma lista que nem sempre seria coincidente com a ordem de seqüência que os eleitores propriamente viriam a escolher. Esse é um problema que merece a reflexão e o aperfeiçoamento não apenas dentro do PT mas dentro de todos os Partidos.

Agora, um dos principais problemas que continuam a preocupar os brasileiros, com respeito aos temas político-partidários, está no abuso do poder econômico, que caracteriza a forma de financiamento das campanhas eleitorais.

Pergunto ao vice-Presidente Marco Maciel que proposições tem no sentido de tornar mais transparente a forma de financiamento dos candidatos e Partidos nas campanhas eleitorais, e também para democratizar, aperfeiçoar este processo eleitoral?

Parece-me que a transparência das contribuições ao longo das campanhas políticas é algo que poderia estar na direção deste aperfeiçoamento - e não simplesmente se divulgar posteriormente.

Existe mais uma última questão que eu gostaria de formular a V. Ex^a. Esta Comissão foi instada a dar parecer sobre o projeto de lei que institui eleições diretas para suplentes de candidatos ao Senado Federal, proposta que já recebeu parecer favorável, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Senador Jefferson Péres. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pediu que esta Comissão dê um parecer a respeito. Acredita V. Ex^a que esta

seria uma forma de aprimorar a representatividade dos Senadores?

Aproveito a oportunidade para encaminhar a V. Ex^a cópia do projeto e do parecer do Senador Jefferson Péres que, inclusive, propôs que o número de suplentes inscritos junto a cada titular seja, no máximo, de quatro. Ou seja, a eleição seria do titular, mas na hora de se escolher o titular o eleitor também assinalaria, de uma lista máxima de quatro, qual o primeiro suplente e qual o segundo. Assim, todos teriam consciência de qual o suplente que, eventualmente, substituiria o titular na sua ausência, por qualquer motivo previsto na Constituição.

Encaminho a V. Ex^a e peço desculpas, porque tenho que pegar o avião; então, vou ouvir as respostas e sair correndo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao nobre vice-Presidente Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL - Sr. Senador Eduardo Suplicy, inicialmente, quero agradecer as palavras de V. Ex^a e dizer que considero, como assim V. Ex^a, também se expressou, muito importante que esse debate seja feito, agora, aqui no Senado. São matérias que dizem respeito ao nosso modelo político e, portanto, que interessam à toda sociedade. E há até consolidação de um processo democrático correto, que desejamos estabilizar em nosso País.

Com relação aos três temas que V. Ex^a abordou, eu gostaria de começar pelo primeiro, que diz respeito às chamadas eleições de listas fechadas. O que procurei mostrar, em minha exposição, é que, salvo o Brasil, apenas a Finlândia adota o sistema proporcional de listas abertas. A meu ver, o sistema proporcional de listas abertas faz com que a relação do eleitor não seja com o partido, com o conjunto doutrinário, nem digo o conjunto ideológico.

De Gasparis disse, no pós-guerra, que, numa sociedade democrática, os partidos têm idéias, não ideologias. Concordo com isso. Ninguém vai cobrar de um partido uma componente ideológica, sobretudo agora, nesse momento em que se vive um grande recesso ideológico, principalmente a partir da queda do chamado socialismo real. Aliás, há um trabalho exemplar sobre isso, que é de Ralf Dahrendorf, *Reflexões sobre a Revolução na Europa*.

Então, considero que não devemos cobrar dos partidos uma componente ideológica, mas devemos pelo menos cobrar dos partidos uma componente doutrinária ou uma componente programática. Então, se queremos que os partidos tenham uma componente programática e sejam, portanto, instituições

representativas capazes, por consequência de assegurar a governabilidade, é fundamental que o eleitor, ao fazer sua escolha, não a faça em torno do eleito, do candidato, mas sim em torno de um partido; vale dizer, em torno de um programa ou em torno de uma doutrina.

Com o sistema proporcional de listas abertas, a adesão se faz à pessoa, ao candidato, e não ao partido. Isso faz com que, uma vez passadas as eleições, a questão da governabilidade brote, de forma intensa, nas Casas Legislativas, porque os eleitos não têm um compromisso para o programático ou um compromisso doutrinário, não têm, portanto, um compromisso partidário; eles têm um compromisso com o seu eleitor.

Todo país que tem modelos partidários estruturados e, portanto, que desfruta de boa governabilidade, o sistema a que se recorre, quando se adota um, é sempre o de lista fechada, porque permite fazer com que a relação seja eleitor/partido, e não eleitor/candidato. É lógico que, depois de escolher o partido, eu obviamente faço a escolha também pelo meu candidato. Mas, em primeiro lugar, tenho que fazer a escolha por um partido, para que, a partir daí, haja um mínimo de solidariedade doutrinária, programática, ou até, se quiserem, ideológica.

Então, essa é a questão pela qual eu me inclino por um sistema. A manter-se o sistema proporcional, temos exemplos de vários países do mundo - não quero fazer nenhuma condenação a esse modelo - adotando a forma de listas fechadas. Isso, de alguma forma, premia a vida partidária, faz com que se dê consistência programática aos partidos e, consequentemente, governabilidade.

Perdoem-me por fazer esta observação: no Brasil, não se trabalha num sistema, não há maioria ou minorias estáveis. No Brasil, trabalha-se na base da ocasionalidade. Cada votação é um processo de mobilização. Isso por que? Por que a relação é eleitor/candidato, e não eleitor/partido. O certo é que, concluído o processo eleitoral, se tenha a nitidez do quadro político que aí se formou, daí que hoje Sartori e outros tantos chamam de governabilidade.

Em segundo lugar, com relação ao financiamento das eleições. V. Ex^a fere uma questão que é muito importante, não apenas no Brasil, mas no mundo todo. Devo dizer que o Brasil já deu alguns passos nessa direção, sobretudo, a partir de 93, 94. Não posso deixar de reconhecer isso. Já há mais transparência e, consequentemente, fizemos avanços significativos. Não podemos deixar de reconhe-

cer. Devo também dizer que essa é uma questão que preocupa não apenas o Brasil, mas o mundo todo, porque diferentes sistemas têm sido tentados e nem todos eles têm demonstrado a saúde, a higiene que deles esperamos.

Agora, com relação a esse assunto, vou dar minha opinião, embora, talvez, não tenhamos condição de implantá-la no Brasil agora. Pelas carências econômicas e sobretudo sociais em que vive o país. O caminha correto, talvez, fosse adotarmos os financiamentos públicos. Porque aí a transparência seria total, absoluta. Não se admitindo, consequentemente, nenhum outro tipo de financiamento. Esse que é o caminho correto. Mas não sei se, numa sociedade como a brasileira, com enormes carências no campo social, no campo da saúde, da educação, da previdência, da habitação popular, do transporte de massas, etc, há condições políticas para se implantar um sistema de financiamento público. Não sei qual seria a reação da sociedade.

Recentemente, fazendo uma pesquisa sobre esta questão, verifiquei até com satisfação que há um ilustre representante, o Presidente de seu partido, autor de um projeto nesta direção, o Deputado José Dirceu. S. Ex^a apresentou, e eu descobri, fazendo uma pesquisa, somente há três ou quatro meses, um projeto, em tramitação na Câmara, que estabelece o sistema de financiamento público. Eu até fiz questão de dizer isso numa conversa que tive no Tribunal Superior Eleitoral, com o Ministro Carlos Mário Velloso; disse-lhe até para fazer uma observação com relação a esse assunto. E até mandei-lhe um texto que redigi, na ocasião, sobre o tema, já que eles estavam, também, com uma comissão, estudando a matéria eleitoral e partidária. Considero que essa seria uma forma interessante, mas não sei se, politicamente, há no Brasil, condições, pelas carências que nós temos, financeiras, de estabelecermos financiamento público. Este seria o sistema mais imune a qualquer tipo de distorção.

O SR. EDUARDO SUPILY (PT-SP) - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL - Pois não, nobre Senador.

O SR. EDUARDO SUPILY - Não posso ser deselegante com V. Ex^a, mas se eu ficar só mais um segundo aqui, eu vou encontrar fechada a porta do avião.

O SR. MARCO MACIEL - Eu concluo, dizendo o seguinte: quanto a esta proposta em relação à eleição de suplentes, eu, dela, não tinha conhecimento. Sinceramente. Mas vou levá-la, examiná-la

e, posteriormente, voltamos a conversar.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho. Antes de V. Ex^a usar da palavra, eu gostaria de fazer um registro da presença aqui, na Mesa, do nobre Senador José Roberto Arruda, que é vice-Presidente desta Comissão, e que não pôde chegar em horário previsto porque estava em audiência com o Sr. Ministro da Fazenda, a respeito do endividamento dos Estados.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente Humberto Lucena, eu desejo, antes de mais nada, cumprimentar a Comissão pelo privilégio que estamos tendo de ouvir o vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel, e cumprimentá-lo pelas observações lúcidas a respeito do quadro partidário e eleitoral no Brasil.

Sr. Vice-Presidente, V. Ex^a teve a oportunidade de deixar bem claro que não existe democracia se não existir um sistema partidário sólido. Lamentavelmente, no Brasil, não temos assistido a isso. E V. Ex^a, com muita propriedade diz que há, também, falta de vivência democrática. Tivemos, na verdade, pequenos espaços de vivência democrática neste país.

Na resposta que V. Ex^a deu ao Senador Suplicy, V. Ex^a abordou dois temas nos quais eu gostaria de insistir. O tema relativo à fidelidade partidária, que V. Ex^a considera inadequado o tratamento, no texto constitucional, salvo engano de minha parte, que V. Ex^a remete aos partidos políticos, isto é, a legislação interna, os estatutos dos partidos políticos, as regras que os próprios partidos possam oferecer, que V. Ex^a afirma que, durante o período da vigência da Lei de Fidelidade Partidária, desconhece o fato de que algum parlamentar possa ter sido punido com a perda de mandato, em razão de infidelidade partidária. Eu considero este tema como relevante, e gostaria, portanto, de explorar o conhecimento de V. Ex^a, as observações que V. Ex^a possa fazer, considerando que é profundamente difícil para as direções dos Partidos. Aqui mesmo, nesta Legislatura, tivemos a oportunidade de assistir mudança de partido no dia da posse, o que, na verdade, para o eleitor do partido, para a opinião pública, para a sociedade, é um atestado de fragilidade da instituição partidária. E gostaria de explorar no sentido de que V. Ex^a pudesse fazer observações como os partidos políticos, com exceção de regras rígidas que pudessem, efetivamente,

estabelecer a perda de mandato e pudessem evitar. Temos verificado, inclusive, que esta mudança depende do resultado da eleição do Executivo.

No País, temos assistido a Presidentes da República que chegam à Presidência sem que o seu partido possa ter a chance de fazer a maioria que seria interessante para dar uniformidade e sustentação parlamentar ao Governo; e isto quase que obriga o Executivo a buscar, inevitavelmente, sensibilizar integrantes de outros partidos, de certa forma, tornando vulnerável o sistema partidário e repassando essa fragilidade para a opinião pública. O eleitor acaba de votar num Senador ou num Deputado de um determinado partido que vai para o palanque, defende as idéias e o programa do seu partido e poucos meses depois, em consequência da eleição para o Executivo, o eleitor, enfim, a sociedade assiste a mutação partidária.

Eu gostaria de explorar o debate a respeito de como seria possível enfrentar essas questões que, na verdade, fragilizam. E V. Ex^a insistiu na inconveniência do eleitor eleito - isto fragiliza. E V. Ex^a colocou como conveniente o eleitor-partido, e isto, então, tem correlação com outro tema que é a questão das listas fechadas que, também, na prática e em razão da nossa própria cultura, vejo com grande dificuldade - pelo menos de aplicação, a curto prazo. Estou tentando, permita-me V. Ex^a, buscar para o lado prático como seria possível, face à nossa realidade sócio-cultural, implantar um sistema desta natureza. E quando V. Ex^a fala em eleitor-partido, V. Ex^a, no sistema proporcional, remete à lista fechada. Na lista fechada, teríamos sistemas de estrutura democrática de tal ordem nos partidos, que essas listas pudessem, na verdade, refletir a democracia interna dos partidos, sob pena de termos quem controlasse um partido, um Estado, uma determinada unidade da Federação, inevitavelmente, controlando o partido - se não há uma estrutura efetivamente democrática - teríamos, na verdade, a ditadura das cúpulas partidárias e voltaríamos à república velha no Brasil, onde se elegia pelo pico de pena, onde os donos de Partido eram, na verdade, quem elegiam.

Tudo isto, meu caro Vice-Presidente, é que me preocupa na prática. Entendo quando V. Ex^a defende, no sistema proporcional, as listas fechadas, mas me custa compreender, no nosso estágio sócio-cultural, na nossa pouca vivência democrática - democracia é exercício - como, na prática, poderíamos chegar a isto. É uma provocação para o desdobramento. O tema é interessante. As colocações de V.

Ex^a levam a suscitar a paixão pela discussão. Como, na prática, nós conseguíamos isto? Partidos que efetivamente tivessem uma estrutura, onde seus filiados pudessem ter a chance de opinar nessas listas, e que essas listas não fossem uma decisão de cúpula. Depois como, na prática, os partidos conseguiram viabilizar a fidelidade partidária.

E um outro aspecto, Sr. Vice-Presidente, em relação ao voto distrital. Tenho constatado - e posso dar apenas o exemplo do meu Estado - que o eleitor, para o Parlamento, na verdade, já está, na prática, estabelecendo o voto distrital, à exceção da capital e dos maiores centros, mas é difícil. No meu Estado, o eleitor quer votar no candidato da microrregião. Ele imagina que o candidato que vem da capital, ou candidatos das outras regiões, não o representará ou o esquecerá depois da eleição. Ele, então, prefere votar no candidato da microrregião, pois ele acredita que esse candidato não vai esquecer dos pleitos localizados que são fundamentais para ele, eleitor. Então, eu indago a V. Ex^a se a opinião pública - eu, pelo menos, posso dar o testemunho do meu Estado - ou se a sociedade ou se o eleitor já vem, na prática, dizer que quer o voto distrital. Isto porque ele não acredita mais no voto proporcional até porque há determinados candidatos - e, aí, se me permitem, não quero, absolutamente, num debate tão elevado, numa palestra tão lúcida como a que nos brinda V. Ex^a, há, inclusive, uma frase popular - pelo menos no meu Estado - os candidatos copa do mundo, aqueles que aparecem de quatro em quatro anos, aqueles que mudam de colégio eleitoral, no voto proporcional, de quatro em quatro anos. Não voltam mais porque não fizeram nada ou porque os eleitores não os sentem vinculados e eles mudam, pulam de colégio eleitoral. Eu indago a V. Ex^a se V. Ex^a não sente que o povo brasileiro, nesse momento, deseja o voto distrital, face a essa realidade prática do eleitor desejar que o candidato esteja vinculado à sua região, enfim, aos seus interesses diretos? São as provocações que faço a V. Ex^a, cumprimentando-o pela lúcida exposição com que nos brindou.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Com a palavra o Vice-Presidente.

O SR. MARCO MACIEL - Meu caro Senador Jader Barbalho, ilustre Líder do PMDB, desejo fazer duas observações preliminares sobre os temas que V. Ex^a aqui suscitou. A primeira preliminar que quero levantar, aqui, diz respeito ao tratamento constitucional que se deu à matéria da fidelidade partidária. Creio que a Constituição brasileira, sobretudo a de

1988, optou por ser um daqueles tipos que os constitucionalistas chamam de constituições analíticas, vale dizer, elevou à condição de matéria constitucional, temas que não deveriam, necessariamente, constar de uma constituição, ou seja, há na Constituição brasileira muitos temas que são formalmente constitucional mas não são materialmente constitucional, ou para usar uma expressão do mestre Affonso Arinos, não são organicamente constitucional. Affonso Arinos, na sua tese de livre docência, analisando essa questão de elaboração constitucional, de processo constitucional, diz que no núcleo de cada Constituição precisa haver aquilo que é organicamente constitucional e não aquilo que apenas é formalmente constitucional. Esse é um tema muito recorrente no Direito Público e eu sou daqueles que me filio à tese de que nós só devemos ter na Constituição aquilo que seja materialmente constitucional ou organicamente constitucional. Nisto, aliás, há uma boa definição dos chamados enciclopedistas franceses, há 200 anos, quando diziam que só é constitucional aquilo que diz respeito à organização do Estado, à tripartição dos Poderes, direitos e garantias individuais. Fora disto, algumas normas podem ser elevadas à condição de norma constitucional mas não o são material - ou para usar a expressão do nosso ex-colega Affonso Arinos: não são organicamente constitucional.

Com isso quero dizer o seguinte: a matéria de fidelidade partidária, assim como outras, não eram para estar na Constituição por não ter essa categoria. Isto não quer dizer, em absoluto, que eu não defenda - eu acho que se pode intuir isto da exposição que aqui fiz e do meu passado - regras muito claras com relação à fidelidade partidária e que não considere fundamental para a governabilidade, para a estabilidade do sistema político, que os Partidos tenham boa consistência interna, inclusive doutrinária ou programática, e que, portanto, sejam Partidos que pratiquem e que seus membros tenham exata noção dos seus deveres e direitos partidários. Não! Eu considero como tal. Eu, portanto, considero fundamental o instituto da fidelidade partidária. Considero, todavia, que esta não é matéria para ter sido elevada, escrita no texto da Constituição. E mais: acho que a verdadeira fidelidade é aquela que se extrai, que se observa não a partir de um mandamento constitucional, de um preceito constitucional, mas que surge antes, de uma adesão do eleitor ao partido. Daí porque acho que mais importante do que escrever no texto de uma Constituição a fidelidade partidária, é termos um sistema eleitoral e,

conseqüentemente, um sistema partidário que enseje essa fidelidade, essa adesão do eleitor a um Partido, e não a um candidato.

No sistema brasileiro - volto a frisar aquilo que tentei dizer na minha exposição e vou deixar, aqui, cópia com a Mesa, obviamente, e tenho até desdobramento disto e, simplesmente, não quis juntar para não ficar muito longa mas o que entendo é que a higidez de um bom sistema partidário passa antes por termos um bom sistema eleitoral e que no sistema eleitoral que nós praticamos, no sistema proporcional de listas abertas não há vinculação do eleitor com o Partido e, portanto, do representante eleito com o Partido. Essa é a questão e, por isso, insisto neste ponto.

Com isso, também não quero dizer que, ao defendermos a mudança do sistema eleitoral - o nosso modelo já não tem quase exemplo no mundo, só no caso da Finlândia - a única mudança, na minha opinião, deve ser feita no sentido de converter o sistema eleitoral proporcional ou um sistema de listas fechadas. Penso que poderíamos fazer um esforço e tentarmos aquilo que mencionei, aqui, **en passant**, sobre o modelo alemão; trata-se de um modelo que adota a combinação do sistema proporcional com o sistema majoritário, valendo dizer que os eleitos pelo sistema proporcional só são em listas fechadas. Tal modelo poderia ser adotado no nosso País, não vejo nenhum inconveniente. Até concordo com a opinião de V. Ex^a quando afirma que já houve, de certa forma, em grande parcela da composição da Câmara, sobretudo, uma certa distritalização dos seus representantes. Concordo com sua opinião e tenho observado isso; é um fenômeno que está ocorrendo naturalmente. Para que haja uma verdadeira fidelidade partidária, acredito ser fundamental - não é colocando isso como preceito constitucional que se tem mostrado ineficaz, não tem sido observado, e não tem sido sequer aplicado pelos partidos - termos que mexer e alterar o sistema eleitoral; ao alterarmos este sistema estaremos criando os pressupostos, as precondições e os pré-requisitos para que haja fidelidade partidária, porque vai decorrer de uma longa prática como V. Ex^a salientou.

E faço questão de dizer que a fidelidade tem muito a ver com o que se extrair a partir daí, com a estabilidade política, com a chamada governabilidade. Quando as bancadas brotam desse sistema eleitoral, por si só, elas são muito mais sólidas e muito mais fiéis a um programa partidário e, portanto, se trabalhará com maioriais estáveis e não com maioriais ocasionais, evitando-se assim que ocorra o que

V. Ex^a salientou, com oportunidade, que se eleja um Presidente em desintonia com a sua base parlamentar no Congresso, gerando os fenômenos de crise de governabilidade. Se formos olhar as crises políticas brasileiras, elas foram, em essência, crises de governabilidade: Getúlio, Jânio, Collor, etc, para citar as mais recentes, não vamos recuar muito no passado antes de 1930 sequer.

Mas, então, o que eu queria dizer a V. Ex^a que a minha leitura é esta, e considero a fidelidade algo importante, mas acredito que nós não vamos obter a fidelidade simplesmente por escrevê-la como um princípio programático no texto constitucional. É preciso que antes a fidelidade decorra de um sistema eleitoral e partidário que induza esta conduta por parte do filiado ao partido político.

V. Ex^a também chamou a atenção para um fato que considero importante que é a necessidade de consolidarmos no país verdadeiros partidos políticos. Realmente, aí volto, mais uma vez, à questão da governabilidade. Penso que a questão da governabilidade passa, obviamente, por isso aí, por termos um sistema partidário sólido, e isso também não decorre apenas de uma emanção legal, tem que ser resultado antes de uma prática consistente que o tempo há de consolidar, mas acho que é importante que nós possamos aproveitar o instante dessas reformas - e há clima para isso no País - no momento em que o Brasil vive um novo Renascimento, se é que posso usar essa expressão. Eu diria que o Renascimento é o movimento que queria restaurar a cultura passada, a greco-romana, mas um Renascimento voltado mais para o futuro.

Já que o Brasil vive esse momento de reforma de **aggiornamento**, acho que é hora de se pensar que esse **aggiornamento** se faça também no campo institucional, porque, embora a transição democrática esteja sendo longa, ainda não teve sua plena execução, ou seja, ainda não se esgotou a agenda institucional brasileira. Dentro desse quadro é fundamental o papel dos partidos políticos.

Por fim, quero afirmar acredito que esta comissão tem a grande virtude de estabelecer o debate e minha presença aqui tem esse objetivo, bem como o de encontrar melhores saídas para o País, porque considero também que o bom sistema é aquele que funciona adequadamente no país com suas peculiaridades, sua natureza. Enfim, porque os sistemas transplantados às vezes correm o risco da rejeição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) ·
Concedo a palavra ao Senador Waldeck Ornellas.

O SR. WALDECK ORNELAS - Sr. Vice-Presidente, Marco Maciel, V. Ex^a acaba de nos brindar com uma importante conferência em que se iniciou fazendo um relacionamento entre a reforma política e a crise brasileira, vale dizer, com a realidade econômica e social do País. Depois V. Ex^a aprofundou-se na questão da reforma política.

Gostaria de retomar esse relacionamento para colocar em relevo uma variável que freqüentemente é pouco considerada nesse debate, a questão dos desequilíbrios existentes no país, da forte heterogeneidade que marca a nossa realidade e que, se tradicional e habitualmente vem sendo considerada, na medida em que requer políticas econômicas e sociais diferenciadas, no meu modo de entender, o seu agravamento e o prolongamento no tempo leva também a que começa a se tornar difícil no país ter regras uniformes não apenas na área econômica e social mas também no campo político e institucional.

V. Ex^a, aliás, adiante, na sua conferência, chamou atenção para a tese, com a qual concordo, de que nenhum sistema é bom ou mau em si, mas tem que se adequar à realidade.

Entendo que essa realidade heterogênea do nosso País descarta a hipótese do voto majoritário e distorce o próprio voto proporcional, inclusive o sistema de lista fechada, a que V. Ex^a se refere.

A esse propósito, ponho em dúvida a versão muito corrente de que estaria havendo uma distritalização espontânea no país. Será que está havendo uma distritalização espontânea ou isso é reflexo do universo limitado de opção do eleitor, em virtude do nível de informação, de decisão, da vulnerabilidade ao candidato mais próximo?

Com efeito, vivemos num país em que não se conseguiu universalizar o ensino fundamental e, por isso, convive com elevada taxa de analfabetismo. Um país que não consegue oferecer oportunidades de emprego e renda a uma parcela extremamente significativa de sua população, por conseguinte, tem grande volume de habitantes que estão na categoria dos hoje chamados excluídos.

Esses fatores, no meu modo de ver, levam uma limitação ao próprio exercício da cidadania. Ora, essa questão do desequilíbrio tem também uma dimensão espacial porque concentra a pobreza predominantemente em determinadas áreas e nisso se sobressai o nosso Nordeste por conta do seu grande contingente populacional.

Minha ponderação seria no sentido de que corrigir os desequilíbrios é imperativo, precede, condiciona e limita o aperfeiçoamento institucional, ou

seja, desconfio que estamos condenados a conviver com o sistema político-partidário, qualquer que seja ele, que funcionará de forma imperfeita sempre quando não consigamos superar o problema dos graves desequilíbrios sociais e regionais.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Com a palavra o Vice-Presidente da República Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL - Sr. Senador Waldeck Ornelas, V. Ex^a traz aqui à colação, à discussão uma questão que de fato considero importante no País, que é uma questão também política - agudamente política -, é a questão de projeto de desenvolvimento brasileiro. E isso tem, na minha opinião, uma raiz muito acentuadamente política. E por isso eu lembrei aqui na minha exposição que, se formos ao âmago da questão brasileira vamos verificar que a crise brasileira é política. E se tivéssemos atentando a essa questão, há um pouco mais de tempo, certamente muitos desses problemas não teriam ocorrido ou outros não teriam sido agravados.

Não quero olhar muito para trás, mas podemos verificar isso se quisermos analisar num horizonte mais limitado de tempo. Se pegarmos da Revolução de 30 aos nossos dias, 65 anos, vamos verificar que os problemas brasileiros, todos eles, são recorrentes. E mais do que isso, alguns deles têm exibido taxas crescentes do seu agravamento, o que mostra uma incapacidade política de enfrentarmos e resolvê-los.

Allá, a propósito recordo-me agora de um discurso proferido aqui, na Câmara dos Deputados, há algumas décadas atrás, por um brilhante deputado federal e que também era uma excelente expressão cultural brasileira. Refiro-me a Gilberto Amado. Gilberto Amado num dos seus discursos chamou a atenção para aquilo que ele mesmo denominou de sintonia brasileira entre a realidade política e a realidade social brasileira. Que os temas que muitas vezes estavam no epicentro da questão política não tinham consistência com os graves problemas da realidade brasileira. E, por isso, que digo que a nossa crise termina sendo, em última análise, uma crise que tem essa raiz política.

V. Ex^a chama a atenção dizendo que são muito agudos os problemas brasileiros, com os quais nós nos defrontamos e, portanto, precisam de um tratamento político adequado.

E insisto que, para resolvemos essas questões, precisamos aprimorar o nosso sistema político, o nosso sistema representativo, o nosso sistema eleitoral e o nosso sistema partidário. E como conse-

quência, a partir daí, termos condições de ter aprimorado as próprias instituições brasileiras, quer dizer, a República, a Federação e o próprio sistema de governo e, de modo especial, o seu braço político.

Então, concordo integralmente com as observações que V. Ex^a faz, e penso que agora estamos no caminho certo, porque começamos a verificar que a saída para os nossos problemas está no tratamento adequado que dermos à solução da variável política.

Por isso que dou uma importância fundamental a essas iniciativas, como essa do Senado Federal agora em criar esta comissão. Eu diria até que as reformas econômicas, as reformas fiscais, que estamos realizando; as reformas administrativas, são importantíssimas; mas não são mais importantes do que essas reformas políticas. E penso até que, como elas transitam em meridianos diferentes, podemos, concomitantemente, tratar dessas reformas fiscais, patrimoniais e administrativas com as reformas políticas, tal a transcendência que dou a essa matéria.

Concordo integralmente com a observação de V. Ex^a. Quero dizer que com relação aos sistemas eleitorais - aí especificamente quando V. Ex^a citou no fim das suas observações, muito lúcidas, por sinal - creio que devemos pensar e pensar prioritariamente no seu aprimoramento, na questão da representação e do sistema eleitoral. Esse aprimoramento passa por encontrar a melhor saída, o melhor tratamento para o País.

Certamente, esse modelo que aí está, na minha opinião, não nos convém. Esse modelo de proporcional com lista aberta não concorre para aperfeiçoar representação e nem tão pouco contribui para que se forje no País verdadeiros partidos políticos.

Isso explica o fato de não termos ainda, portanto, verdadeiros partidos políticos e ainda carecermos daquilo que se chama de governabilidade e que se revela de forma mais intensa nos momentos eleitorais e nos instantes de constituição dos governos.

Eram essas as observações que queria fazer sobre as palavras de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, Srs. Vice-Presidente da República, Marco Maciel, Sr. Relator, gostaria de fazer uma indagação objetiva e fazendo uma reminiscência. Precisamente, no dia 6 de outubro de 1992, estava em minha residência e às 9 horas, pontualmente, recebi um telefone-

ma do ex-Deputado Ulysses Guimarães. Ocorre que, àquela época, ele era o Presidente e eu o Relator da Comissão que visava regulamentar a Resolução nº 55 que objetivava o estabelecimento das formas estáveis de Governo. A discussão a respeito do presidencialismo, do parlamentarismo da república e até da monarquia.

A Comissão foi criada, instalada e o telefonema do Deputado Ulysses Guimarães era exatamente para que combinássemos o roteiro dos trabalhos da Comissão. Talvez, serei inconfidente, mas digo até que, com muito orgulho, ele iniciou o telefonema dizendo: "como vai essa simpatia?" "Lhe querendo e admirando cada vez mais", respondeu-lhe. Ao que ele redarguiu: "Hugo, lembre-se sempre disso: a simpatia é sua griffe".

Ele foi extremamente generoso comigo e muito afetuoso. Combinamos, então, um encontro para às 16 horas. Faltou a esse encontro porque o então Vice-Presidente no exercício da Presidência da República, Itamar Franco, me chamava ao Palácio do Planalto, onde me convidou para ser Ministro de Estado das Comunicações.

Creio que a Comissão jamais se instalou porque fui para o Ministério e Ulysses Guimarães para a História. Tinha para discutir com ele, naquela tarde, propostas à Constituição, creio que a própria Constituinte, do então Senador Marco Maciel.

Nessas propostas, o Senador Marco Maciel imaginava um Estado onde não houvesse uma exclusiva hipertrofia do Executivo e onde o Legislativo tivesse uma certa prevalência combinada com o Executivo, a qual o Senador Marco Maciel convencionou chamar de equipotência de poderes.

Presumindo que, naturalmente, V. Ex^a continua defendendo aquela sua idéia extremamente original e esse conjunto, esse feixe de propostas, estabelecia um mecanismo extremamente viável, a meu ver, para evitar crises que não se superaram ainda no contexto institucional brasileiro, indagaria, então: em que medida a equipotência de poderes defendida pelo então Senador Marco Maciel, imaginada pelo Senador Marco Maciel teria influência na vida político-partidária, quais seriam eventualmente essas concepções? Porque acho que o Congresso poderia imaginar a retomada dessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao Vice-Presidente da República, Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL - Meu caro Líder, Senador Hugo Napoleão, quero iniciar a resposta à colocação que V. Ex^a fez, já que se reportou aos en-

contros de outubro de 92, a um fato que bem mostra a preocupação que V. Ex^a tem com a formação de partidos estáveis no País.

V. Ex^a, ao ser convidado para exercer uma função de Ministro de Estado no Governo do então Presidente Itamar Franco, fez questão de dizer a Sua Excelência, o então Presidente Itamar Franco, que a aceitação ao convite passava primeiro por uma consulta ao Partido. Isso fiz questão de mencionar a V. Ex^a na hora porque achava um fato extremamente positivo para a vida partidária, não apenas ao partido a que pertencemos, o PFL, mas para a consolidação dos partidos de um modo geral.

Além de ser um fato muito importante, é um fato raro. E que considerava que condutas como a que V. Ex^a adotou naquele instante, eram condutas que contribuíam, portanto, para termos um estado partidário sólido em nosso País e, consequentemente, termos instituições modernas e, sobretudo, corretas.

Com relação à questão que V. Ex^a suscitou, gostaria de lembrar aqui dois pontos: um diz respeito ao que tem a ver com a Constituição de 1988. Ao contrário do que a mim se diz, e pode ser que eu esteja equivocado nessa observação que vou fazer, mas a Carta de 88 não tem o viés parlamentarista, ainda que, na sua formatação inicial, até a Comissão de Sistematização, tenha sido muito aguda a influência de parlamentaristas e sobretudo no projeto que chegou até a Comissão de Sistematização.

Depois, como consequência dos debates e pela vitória no plenário, no primeiro turno, do movimento presidencialistas, e aqui há ilustres presidencialistas presentes, a partir do próprio Presidente desta Comissão, Senador Humberto Lucena, autor de emenda sobre o assunto. Então, eu diria que a Carta brasileira de 88 é presidencialista. Ela não é uma Carta porque, com freqüência, vejo dizer, inclusive em entrevistas em veículos de comunicação vejo várias pessoas dizerem que, no Brasil, temos um sistema presidencialista, mas uma Carta parlamentarista.

Não concordo com essa observação. Diria até que não conheço nenhum mecanismo parlamentarista, nenhum instituto parlamentarista na Carta de 88, salvo um, e essa exceção confirma a regra, que é o instituto da medida provisória. Ele foi retirado, naturalmente extraído da Carta Constitucional italiana que, aliás, é uma Carta onde se pratica o regime parlamentarista e o dispositivo foi tirado daquilo que na Itália se chama o decreto-lei.

Fez-se um transplante do modelo italiano para

o Brasil. Salvo esse dispositivo, na Carta Constitucional brasileira não há nada de parlamentarista, na minha opinião. É uma carta nitidamente presidencialista.

Agora, o que a Carta de 1988, todavia, consagra - e que acho positivo - é o moderno presidencialismo. O que quero dizer é que na Carta de 1988 buscou-se praticar no Brasil um sistema presidencialista moderno que é, como V. Ex^a fez questão de recordar, aquilo que denominei o sistema de equipotência de poderes - é lógico que o dicionário não consagra essa expressão. Se procurarmos no Aurélio ou no Caldas Aulete, vamos encontrar a expressão equipotência de poderes. Mas o que quero dizer com esse neologismo é que, no verdadeiro sistema presidencialista, os poderes são igualmente potentes. Não há poderes fracos nem poderes fortes. Os três Poderes são igualmente potentes e, consequentemente, há uma adequada distribuição de atribuições entre os diferentes poderes da República ou dos Estados.

Então, essa que é a raiz daquilo que chamaria equipotência de poderes, que a Carta de 1988, de alguma forma, consagrou, o que considero muito positivo. Ou seja, na tradição presidencialista brasileira, o que havia era uma certa hegemonia do Executivo. Não que o Executivo fosse forte, é que os outros poderes eram fracos: o Judiciário e o Legislativo.

E se olharmos um verdadeiro sistema presidencialista, vamos verificar que, no verdadeiro sistema presidencialista, há necessidade de um Legislativo forte e um Judiciário igualmente capaz de mediar os conflitos entre os poderes, que seja mais do que um órgão capaz de dirimir conflitos individuais.

Então, penso que a Carta de 1988 teve esse sentido extremamente positivo de nos brindar com um verdadeiro e moderno presidencialismo.

Ulysses Guimarães, já que V. Ex^a o citou, tinha sempre o hábito de dizer que sistema de governo era o coração da Constituição. De fato, se formos olhar o sentido de um pacto constitucional, vamos verificar que um dos objetivos de uma carta constitucional é estabelecer um sistema de governo, ou seja, formas de como a sociedade quer ser governada. E um bom sistema de governo ajuda, certamente, a que o país possa ter boas instituições e ter, portanto, corretas políticas, quer no plano da democracia, quer no plano mesmo do próprio desenvolvimento.

Agora, obviamente, para que cheguemos a essa adequada equipotência de poderes, temos que

fazer duas observações. Primeiro, mencionei aqui rapidamente, foi o fato de que muitos dos dispositivos previstos na Carta de 1988 ainda não foram regulamentados. São, portanto, disposições que ainda não têm eficácia plena. Eu não quis reportar-me a isso, mas há vários estudos sobre esse assunto, o quanto ainda falta ser feito nesse campo da regulamentação e quanto seria importante que pudéssemos dar à Carta de 1988 a sua eficácia plena.

Em segundo lugar, há outro dado que queria observar. E falo especificamente, por exemplo, do Senador Sérgio Machado, com quem debati muitas vezes defendendo o parlamentarismo, dos Senadores Roberto Requião, Jader Barbalho, Edison Lobão, José Agripino, já me reportei ao Senador Humberto Lucena e alguns presidencialistas aqui presentes. Nós, presidencialistas, aprovamos, assim como aconteceu com os parlamentaristas, um programa mínimo a ser cumprido. E, passado o plebiscito, esse programa ainda não foi implementado.

Para dizer que não implementamos nada desse programa, eu queria brandir, apontar uma exceção, que foi um dispositivo que com muita dificuldade conseguimos aprovar, infelizmente, na frustrada revisão, que foi o dispositivo que determina que as eleições presidenciais sejam feitas simultaneamente com as eleições para o Congresso Nacional. Isso era um dos objetivos do compromisso dos presidencialistas e tem muito a ver com a estabilidade. Ou seja, porque eu ainda há pouco lembra que a crise de governabilidade brasileira passa, muitas vezes, por uma total descoincidência entre a vontade do Congresso e, às vezes, os projetos do Executivo. Isso se exacerba quando as eleições são feitas em tempos diferentes e se resolve quando são feitas simultaneamente. Acho isso um avanço, e a prova do que afirmo foi o modelo do que ocorreu em 1994, com eleições simultâneas, o que permitiu fazer com que o Presidente eleito dispusesse de uma maioria no Congresso Nacional, e essa maioria se fizesse não por cooptação, não por ocasionalidade, mas decorrente de uma emanação popular, pelo sancionamento de um programa de Governo que os Partidos tinham defendido em praça pública. Fora isso, os demais preceitos da campanha republicana presidencialista ainda não foram devidamente exercitados.

Então, esta Comissão, a meu ver, abre espaço. Discuti isso com o Senador Sérgio Machado, quando me convidou para aqui comparecer dando sequência a um telefonema do Presidente Humberto Lucena, e eu fiz questão de dizer que esse era um tema importante, a instalação desta Comissão, e

até, não sei se poderia dizer aqui, não quero me imiscuir nos trâmites internos do Legislativo, eu, que fiquei aqui tanto tempo, mas acho que esta deveria deixar de ser uma comissão temporária para se converter numa comissão, num forum permanente, porque acho que essa questão institucional brasileira é uma questão que está aí a nos desafiar e talvez seja o problema com que se defronta o País. A meu ver, essa é uma questão estrutural. Temos muitos problemas no campo econômico, no campo social, mas são problemas conjunturais, essa é uma questão estrutural.

Acho que, na proporção em que esses sistemas pudessem ser objeto de uma reflexão permanente, estarem sendo freqüentemente avaliados, poderíamos encontrar saídas, portanto, para essas questões e, af sim, poderíamos ser um país que poderia exibir para o mundo um modelo de auto-eficácia.

Enfim, o que quero dizer com isso é que, embora a transição esteja sendo longa, embora tenha sido exitosa, não tenhamos tido retrocessos, ainda não esgotamos a agenda institucional. E sem esgotarmos a agenda institucional, não teremos uma democracia que seja aquela com a qual sonhamos e não vamos ter, em decorrência disso, políticas de desenvolvimento que sejam capazes de dar respostas àquilo que o Senador Waldeck Ornelas suscitou, respostas adequadas às demandas da sociedade. Eu podia dizer que, por exemplo, a questão da crise fiscal é mais ou menos uma questão que tem uma imbricação, um enlace muito próprio com essa questão institucional brasileira.

A propósito, até quero dizer que, recentemente, foi editado um livro do Giovani Sartori sobre essa questão - não me lembro o título do livro, não gravo com muita facilidade títulos de livros -, mas é um livro que ele fez recentemente, quase que como uma complementação do grande tratado que ele lançou sobre democracia. Como as elucidações que ele tinha feito nesse tratado foram feitas antes da queda do Muro de Berlim, ele achou conveniente fazer uma explicação através desse livro, onde ele analisa que essas questões são agudas e têm muito a ver com a própria posição, que a crise fiscal, por exemplo, é uma questão que tem muito a ver com a própria questão democrática, com a própria capacidade de dar respostas às demandas da sociedade.

Temos uma democracia - tive oportunidade de afirmar isso numa exposição que fiz há seis meses na Escola Superior de Guerra - temos uma democracia procedural, temos um processo democráti-

co no País, mas ainda não temos uma democracia decisional. Ou seja, nós não estamos habilitados ainda a dar respostas adequadas e tempestivas às demandas da sociedade.

Era isso que, em síntese, eu gostaria de dizer a respeito das colocações feitas pelo Senador Hugo Napoleão. E a solução deste problema, a meu ver, passa por enfrentar essa questão política. E por isso, essa questão político-institucional é uma questão macro do País. Por isso considero importante a existência de uma comissão como esta, sobretudo no Senado, que é, por excelência, uma Casa que, até pela própria natureza dos mandatos, pelo próprio papel que o Senado tem, uma Casa mais adequada a esse tipo de reflexão política.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Eu é que agradeço.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Mais uma vez temos alguns pontos de coincidência, eu e nosso Vice-Presidente Marco Maciel, fundamentalmente no que diz respeito ao voto distrital. Já temos no País uma organização distritalizada. O Estado é um distrito; o Município é outro, que elege diretamente o seu prefeito e os seus vereadores. E o grande distrito nacional elege, através do sistema presidencial, o Presidente da República. A distritalização da eleição despolitizaria, de forma absoluta: o processo eleitoral. Poderíamos ter, num determinado distrito, os quatro melhores quadros políticos do Estado, e estariamos eliminando três e substituindo por quadros de qualidade inferior, em função dessa limitação absurda.

No entanto, eu queria situar essa discussão num quadro que diz respeito à história do processo político da democracia e no quadro nacional. Iniciamos o processo democrático com a democracia direta, a democracia grega e a prática do ostracismo.

A sociedade se sofisticava, não se conseguia mais colocar numa praça o conjunto dos cidadãos. E os cidadãos gregos não eram todos os cidadãos, mas eram os que tinham o direito a voto e à cidadania. A estrutura se sofisticava e evoluímos para a democracia representativa. A democracia representativa elege representantes da população que vão decidir sobre as coisas da *polis*, da cidade - daí, inclusive, o termo "política", que é *polis* (cidade), ao qual se acrescenta o sufixo *íkos* (da cidade) que, por analogia, se transforma num termo que abrange os problemas do Estado e da Nação. Então, política

é o que diz respeito à administração da cidade, do Estado e da Nação. A democracia representativa entra em crise, e ela deriva para duas vertentes: o corporativismo, que tivemos o exemplo italiano, as teorias do rhinocerônico, que são de conhecimento mais recente e de prática mais concreta, e a estrutura mediada, não pelas corporações que representam interesses específicos de categorias, mas por representações político-partidárias que excedem o limite das corporações, porque, afinal de contas, a política não é a sobreposição das reivindicações corporativas - dos sapateiros, dos engenheiros, dos advogados, dos marceneiros - , mas é uma proposta para a sociedade inteira, que só pode ser mediada por um partido. Mas os partidos entram em crise. A democracia representativa entra em crise. Então, temos algumas alternativas. Uma delas, que V. Ex^a expôs com raro brilhantismo, é a do reforço da mediação partidária através da elaboração de listas eleitorais fechadas. A meu ver, e dentro do quadro da política nacional, a pior distribuição de renda do Brasil, a exclusão absoluta das massas do mercado de trabalho e do mercado de consumo, esse tipo de lista fechada levaria ao predomínio de grupos políticos, notadamente de grupos políticos com lastro econômico significativo.

No entanto, o caminho da modernização da democracia no mundo nos dirige a uma outra vertente, que é a do mandato imperativo. Listas abertas, sem que se sonegue ao povo o direito de eleger os seus representantes; representantes personalizados, sim; representantes que se façam valer pela sua história, pelo seu currículo e não apenas pelo lastro de uma estrutura partidária e programática que, na verdade, seria muito mais uma estrutura que responderia a interesses de grupo; mas o partido seria um instrumento de mediação do mandato imperativo.

O compromisso do candidato é o compromisso com o programa do seu partido. O povo vota no candidato, nas suas qualidades pessoais, na sua capacidade de expressão, na sua possibilidade de convencimento da população, mas o partido media a fidelidade do representante quanto ao programa com o qual se comprometeu.

A crise política, hoje, nossa, é muito mais uma crise de fidelidade programática, porque os Deputados se elegem por um partido e trocam de partidos quatro, cinco vezes durante o transcurso do seu mandato.

Então, acredito que o caminho seria o da valorização da estrutura partidária. Mas a valorização através da possibilidade da supressão do mandato

partidário e pela substituição de outro parlamentar colocado na mesma lista aberta, pela intervenção do partido. Seria o instituto da fidelidade partidária.

Acredito que a lista fechada nos conduz à absoluta cartorialização do processo político e à hegemonia total do poder econômico, principalmente num Estado como o brasileiro, que se apresenta como o de pior perfil de distribuição de renda do planeta hoje.

São essas as considerações que levo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Com a palavra o Vice-Presidente, Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL - Bom, meu caro Senador Roberto Requião, eu gostaria de dizer que temos conversado muito sobre essas questões políticas e, inclusive, tivemos a oportunidade, muitas vezes, de participar de episódios da campanha republicana presidencialista, da qual V. Ex^a foi uma das grandes expressões no País, tendo, inclusive, de forma muito clara, assumido a defesa não somente da forma republicana de organização do Estado, mas, de modo particular, do sistema presidencialista, enquanto melhor opção para o País.

Quero dizer, portanto, que folgo em ouvir as observações de V. Ex^a

Se bem percebi as colocações que V. Ex^a fez, três questões me pareceram aqui claramente postas e não menos importantes. A primeira diz respeito ao mandato imperativo. V. Ex^a defenderia a necessidade do mandato imperativo?

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Exatamente.

O SR. MARCO MACIEL - Conseqüentemente, com o *recall*, com a possibilidade de destituição...

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Pela mediação da estrutura partidária.

O SR. MARCO MACIEL - Certo. Que é a forma que alguns países do mundo adotam e é também uma forma de cobrar do eleito, do representante, a fidelidade partidária, ou seja, de fazer com que, sem necessidade de um preceito constitucional, se chegue a obter do candidato uma adesão a um programa que, de alguma forma, pressupõe a sua solidariedade com ele, no instante em que o candidato recebeu uma homologação partidária e, através desse partido, já que no Brasil não é possível candidatos avulsos, pode disputar as eleições.

Penso que essa é uma questão que tem que ser considerada, sobretudo quando V. Ex^a mitiga essa forma de imperatividade do mandato, por um sistema de *recall*, que seria feito pela estrutura partidária, como forma de mediação de estrutura partidária, o que faz com que V. Ex^a remeta a questão, a

meu ver adequadamente, para o fórum correto, que é o partido político.

Essa questão de fidelidade partidária, friso mais uma vez, não é uma questão constitucional; é uma questão que melhor tratada estaria, eu que defendo fidelidade partidária, tenho feito vida partidária por excelência, tenho consciência dos meus compromissos partidários, sempre que os tive.

Então, quero dizer que considero que é importante a fidelidade partidária. Entendo que esse instituto fica melhor situado quando o seu *locus* não é a Constituição e sim o próprio partido. Os partidos devem dispor, da melhor forma, definir e estabelecer o alcance desse instituto.

A segunda questão que V. Ex^a põe aqui para o debate - acho que essa questão vai ser polêmica - é o sistema de vídeo e listas fechadas. Quando eu falo sobre listas fechadas é que insisto mais uma vez na idéia de que não podemos continuar com uma relação eleitor-candidato, porque esta elimina qualquer referência a partido.

Estamos aqui num fórum de políticos, e políticos eminentes. Gostaria de chamar a atenção para algo que é muito elementar. Nas nossas conversas, três, quatro meses após a eleição, verificamos, quando nos dirigimos ao eleitor e perguntamos em quem ele votou, que ele diz, com muita facilidade, o nome da pessoa em quem votou, mas tem enorme dificuldade em situar o partido a que pertence o candidato em quem votou. Por que isso acontece? Porque não há associação do candidato com o partido. Não há a mínima vinculação do candidato com o partido, porque, no sistema eleitoral brasileiro, chama-se proporcional listas abertas a relação eleitor-candidato e não eleitor-partido.

O fato de querermos estabelecer, pela lista fechada, a relação eleitor-partido é porque isso fará o estabelecimento de um verdadeiro estado partidário e não descarta que, uma vez estabelecida a relação eleitor-partido, que o eleitor também, por intermédio do partido, se comunique com o candidato, com o eleito. Faço questão de mencionar isso como um fato extremamente decisivo para o aperfeiçoamento institucional brasileiro.

É lógico que podemos encontrar outros caminhos, estou defendendo apenas um, mas podemos encontrar outros e é fundamental que isso aconteça.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Mas, Sr. Presidente, isso não fecha completamente a possibilidade de participação democrática? Então, de repente, nós não precisaríamos dos candidatos nem com nome, mas com número. Eu acredito que a relação eleitor-

partido se estabelece com o mandato imperativo, que é mediado pelo partido, sem que se sacrifique o princípio básico da democracia que é o voto popular.

O SR. MARCO MACIEL - Agora, Senador Roberto Requião, quando menciono as listas fechadas, sabe-se que, no sistema brasileira, o partido, ao oferecer uma lista, não oferece a lista só correspondente ao número de vagas. Na legislação brasileira, atualmente, o partido oferece duas vezes o número de candidatos ao de vagas correspondentes. E já, no passado, tivemos, o que eu não achava ruim, um sistema em que era possível se estabelecer até três vezes o número de vagas a preencher; com isso o eleitor tem uma liberdade, dentro do partido, de fazer a sua opção.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Vai valer a ordem de inserção na lista.

O SR. MARCO MACIEL - Eu trouxe uns modelos do que chamo sistemas de alta eficácia e de média eficácia. Não trouxe apenas o modelo, eu elegi o de listas fechadas porque este é o que importava uma alteração menor na sistemática eleitoral brasileira. Penso ser muito difícil mexermos no sistema eleitoral brasileiro, e se nós quisermos ampliar este horizonte de reforma eleitoral, acredito que ainda se tornará mais difícil.

Eu trouxe, como sistemas de alta eficácia, quatro modelos. Primeiro, o sistema majoritário de um turno com cláusula de desempenho; o segundo modelo, o sistema majoritário de dois turnos com cláusula de desempenho; o terceiro, proporcional de listas fechadas sem cláusula desempenho; e o quarto, finalmente, que é o sistema proporcional de listas fechadas com cláusula de desempenho.

Agora, de toda maneira, uma coisa é certa: pode este caminho não ser o melhor, mas considero que nós não podemos, como disse aqui na palestra, prosseguir no sistema proporcional de listas abertas. Este sistema de listas abertas e sem uma lista fechada, sem cláusula de desempenho e sem estas regras básicas vai continuar a fazer com que o sistema partidário brasileiro não tenha nitidez e identidade. Trabalhamos na ocasionalidade e não no sistema de estabilidade, de maiorias aleatórias e não maiorias consistentes. Para mim isto é leitura que faço não como observação pessoal mas com a mera análise da História do Brasil. Se nós olharmos este sistema que adotamos em 32 até os nossos dias, vamos verificar que isto é uma questão recorrente no Sistema Eleitoral Brasileiro e que isso, a meu ver, tem que ser enfrentado, ainda que seja com fórmulas novas que nós sejamos capazes de criar, ou ain-

da, que venham a ser enfrentadas de forma gradativa, colocando a sua vigência para o percurso mais dilatado de tempo. Mas tenho a impressão de que nós não podemos continuar com esse sistema proporcional com listas abertas que, aliás, é um sistema que já foi repudiado no mundo todo, e para todo exemplo há sempre uma exceção, é evidente, como é o caso da Finlândia que, a meu ver, não tem revelado bons resultados e não é também um país que deva merecer assim, de pronto, ser tomado como modelo. Mas é um tema que está aberto à discussão e gostaria até, posteriormente, de mandar alguns subsídios sobre este tema.

V. Ex^a fere uma terceira questão que não suscitei na minha exposição, mas acredito que não seja algo que possa passar sem um olhar crítico desta Comissão, que diz respeito ao problema da democracia representativa vis-à-vis da democracia participativa, ou a que V. Ex^a citou da chamada democracia direta quando lembrou o exemplo grego. Aliás, na Grécia, a democracia não era tão direta assim, porque, como V. Ex^a observou, poucas pessoas exercitavam o que hoje nós podemos denominar cidadania; portanto, era um número muito limitado de pessoas que tinha o exercício do voto na Grécia.

Hoje, nós podemos dizer que houve, depois do modelo grego, a universalização muito maior do voto. Nós temos talvez a democracia, sob este aspecto quanto à participação, mais direta hoje do que tivemos no modelo grego; certamente, aí, eu não tenho muito dúvida. Com relação a essa questão, quero dizer a V. Ex^a que acho que, sem prejuízo do modelo representativo, poderíamos tentar exercitar formas - chamaria assim - de democracia participativa ou de democracia direta.

E quero até dizer que, sob alguns aspectos, o desenvolvimento científico-tecnológico - porque a grande marca desta virada de milênio é uma grande revolução científico-tecnológica - sobretudo graças ao desenvolvimento da microeletrônica, ao lado de outras tecnologias sensíveis, que não vou listar aqui agora por desnecessário, é possível se pensar em compatibilizar o exercício da democracia representativa com práticas da democracia participativa. E devo até dizer que a Constituição de 1988 abriu alguns caminhos, como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular, etc.

Tenho até um projeto sobre esse assunto - fiz uma tentativa nesse assunto quando aqui me encontrava. Quero dizer que é possível pensar também nessa questão. São institutos que não se excluem, antes se complementam. E eles, de alguma forma,

ajudariam a dar não somente maior credibilidade às instituições políticas brasileiras, mas também dariam maior capacidade de respostas a demandas da sociedade.

Falei, ainda há pouco, que precisamos sair da democracia procedural para a democracia decisinal. Por exemplo, essa referência que V. Ex^a fez à prática de democracia direta e democracia participativa nos faz lançar luzes sobre essa questão, que, a meu ver - não quero aqui me prolongar em considerações - é uma questão em relação à qual a Comissão podia também se manifestar.

Não sei se o Relator poderia levar isso a Plenário para ser discutido, porque é algo que se tornou exequível hoje graças a essa grande revolução científico-tecnológica, essa revolução, sobretudo na área das comunicações por mecanismos eletrônicos.

Quero também aproveitar a ocasião para dizer que, quando mencionei os presidencialistas, não tinha divulgado ali também o Senador Carlos Patrocínio, que foi um dos líderes do movimento desde o primeiro instante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

O SR. MARCO MACIEL - Perdoe-me, Sr. Presidente, mas quero agradecer ao Senador Requião as colocações que S. Ex^a fez.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, meu querido Vice-Presidente da República, Senador Marco Maciel, cabe, inicialmente, cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão pela felicidade do convite ao nosso Vice-Presidente da República para tratar de assunto que é sua especialidade: a reforma político-partidária. Ninguém mais no Brasil tem se manifestado tanto no sentido de que se procure aprimorar a instituição político-partidária.

Quero também cumprimentar o eminente Vice-Presidente Marco Maciel pela exuberância do seu pronunciamento, das suas explanações, pelo trabalho perfeito e profundo que S. Ex^a fez de política, um estudo político nacional, o que nos credencia a dizer que qualquer ação no sentido do aprimoramento político-partidário, profundo ou superficial, terá que necessariamente passar pela audiência do Senador Marco Maciel. Fico muito feliz com essa sexta-feira, que tivemos uma excepcional reunião desta Comissão.

Basicamente, minhas ponderações, minhas considerações seriam a respeito da fidelidade partidária. Quero dizer que foi um assunto já muito bem debatido aqui com o Senador Roberto Requião, com o Senador Jader Barbalho. Concordo perfeitamente

com V. Ex^a, com meu querido Vice-Presidente Marco Maciel que muito se fala no âmbito do Congresso Nacional sobre o instituto da fidelidade partidária. Acho que ainda estamos atrasados do ponto de vista político para se instituir o rigor da fidelidade partidária, mesmo porque, como já foi aqui sobejamente dito, hoje existe mais um vínculo entre o eleitor e o candidato. Então, eventual eleito que tivesse o seu mandato cassado, seria eleito por um outro Partido qualquer, mesmo porque não existe isso que o Senador Marco Maciel tanto preconiza, a instituição de novo modelo de listas fechadas. Não sei se seria, no momento, o ideal para nós. Tenho as minhas dúvidas como também o eminentíssimo Senador Roberto Requião.

Por fim, nobre Vice-Presidente, quero perguntar a V. Ex^a o que se conceitua como a simetria federativa do Brasil? Tem a ver com a questão política partidária ou seria mais aspectos sócio-econômicos ou de representação política no Congresso Nacional?

Parece que V. Ex^a não é um dos mais ardorosos defensores da coincidência de mandato - coincidência em todos os níveis. Eu gostaria que V. Ex^a me respondesse qual seria os óbices, as dificuldades para que pudéssemos instituir a coincidência de todos os mandatos, porque vemos muitas vantagens nisso. Gostaria também de saber quais seriam os impedimentos e as dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Com a palavra o nobre Vice-Presidente Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL - Nobre Senador Carlos Patrocínio, quero, antes de mais nada, dizer da minha satisfação de poder revê-lo e ouvi-lo, de modo especial, neste instante em que estamos buscando saídas para os nossos problemas político-institucionais. Apreciei muito ouvir as observações que V. Ex^a fez sobre o tema e, de modo especial, registrar a coincidência de opiniões que V. Ex^a e eu temos com relação à questão do instituto da fidelidade partidária. V. Ex^a trouxe, inclusive, considerações adicionais, que robustecem a minha convicção como de outros Senadores, com relação a esse tema. Registro, então, essa total similitude de pontos de vista que é extremamente positiva.

Em, segundo lugar, desejo fazer uma rápida análise de duas colocações feitas por V. Ex^a. Quantto ao que chamei de assimetria federativa. Com isso, eu quis dizer, obviamente, que no Brasil, não temos ainda, como todos nós sabemos, a verdadeira Federação. Se formos olhar a história da Federação

no Brasil, vamos verificar que o Brasil foi um Estado Federal que veio de um Estado unitário, sofre, portanto, a Federação brasileira o que poderíamos chamar de debilidade congênita. Foi uma Federação que já nasceu fraca, porque as verdadeiras Federações, insisto em frisar, são aquelas que nascem de um Estado confederal.

A Federação surgiu, no Brasil, por um impulso legal. É lógico que, se olharmos a história brasileira, que foi muito forte, em certo período da história, a demanda política por convertermos o Estado unitário do Império num Estado federativo. Por exemplo, um ilustre conterrâneo meu, de quem sou muito admirador, Joaquim Nabuco, que, embora monarquista, faço questão de lembrar esse fato tão consabido, era defensor do modelo federativo. Ele queria conservar a monarquia, mas entendia que o melhor modelo que o sistema monárquico mais bem se configuraria era o sistema federativo. Ele foi paradoxalmente para aquela época alguém que defendeu, portanto, não a República, mas a Federação.

A Federação no Brasil, como eu disse, surgiu por um impulso legal sobretudo após a República e, de um modo especial, com a Carta de 1891, a primeira Constituição republicana. A Federação no Brasil sofre, por isso mesmo, de uma debilidade congênita. Eu diria que temos, no Brasil, uma Federação que, sob o aspecto institucional, é um modelo consagrado; está prevista ou intuída a igualdade jurídica dos Estados na Carta; entretanto, há uma enorme disparidade social, uma enorme diversidade econômica e uma grande assimetria geográfica entre os Estados. Isso faz com que não tenhamos ainda, no Brasil, uma verdadeira federação. É óbvio que se fizemos a opção por ser um Estado federal - e penso que essa opção foi correta - e se considerarmos a Federação algo inamovível - todas as Constituições brasileiras, depois de 1891, sempre consagraram o modelo federativo; se, portanto, a federação é uma cláusula pétria em nossa Constituição, não temos por que não tentar aprimorá-la. Diria que é muito grande a diversidade federativa brasileira, algo que não tem comparação com outros países do mundo que são igualmente federais. Reporto-me a isso porque considero que essa é também uma questão política na sua raiz, ou seja, tem muito a ver com a federação e muito a ver, inclusive, com a própria composição desta Casa, que é a Casa dos Estados.

Pimenta Bueno, de certa feita, disse que o Senado, no Império, era a Casa à qual cabia conservar o princípio da nacionalidade. Com isso, Pimenta

Bueno estava querendo dizer que era a Casa da unidade nacional - isso no Império. Na República, certamente o papel que assinaria Pimenta Bueno era de ser a Casa da Federação, portanto, a Casa dos Estados.

A sorte da Federação, portanto, passa pelo Senado Federal. A sua consolidação, o seu desenvolvimento e o seu aprimoramento passam por esta Casa. Aqui, hoje, se quisermos atualizar a linguagem de Pimenta Bueno temos que chegar a defender esse princípio da federação. Foi por esse enfoque que, aqui, mencionei o princípio federativo, a assimetria federativa como algo fora de nossa tradição e de nossas práticas.

Por fim, V. Ex^a suscita a questão da coincidência dos mandatos. V. Ex^a, inclusive, situou bem minha opinião, mesmo porque temos conversado em oportunidades anteriores sobre esse assunto. O que acho fundamental não é a coincidência dos mandatos, mas que a cada nível de Poder o Executivo e o Legislativo sejam eleitos simultaneamente. Não consigo conceber eleição de presidente da República em período diferente da eleição do Congresso Nacional, de Governador em período distinto de Assembléia Legislativa, de Câmara Municipal separada de Prefeito. Os Legislativos e os Executivos que são Poderes políticos por excelência são Poderes que brotam, consequentemente, da emanação da vontade popular. Essa vontade, portanto, tem que ser extraída no mesmo instante, para que haja compatibilidade nos resultados da manifestação popular.

Disse aqui, em uma rápida observação que fiz anteriormente, que se formos olhar a crise do que se chama hoje de governabilidade do Brasil vamos verificar que ela tem sua origem basicamente na não-coincidência entre a eleição do Congresso e do Presidente da República. As grandes crises de governabilidade - usando uma expressão que está na moda - que assistimos no Brasil existiram porque não ocorreu essa coincidência. Dou como exemplo o caso de Getúlio, Jânio e, mais recentemente, o caso de Fernando Collor. Recuando no passado, poderia verificar outras crises que existiram, mas cito apenas essas três que, a meu ver, são mais agudas. No caso do Presidente Jânio Quadros, isso aconteceu de forma mais exacerbada, já que o conflito se deu logo no início do governo. Enfim, considero fundamental que haja essa coincidência e que os mandatos sejam compatibilizados.

Com relação à coincidência geral, não considero isso fundamental. Vou tentar responder mais especificamente a pergunta de V. Ex^a -, presumo que o

que V. Ex^a quer discutir é por que não defenderia a coincidência das eleições municipais com as eleições estaduais e as eleições federais. É que não considero fundamental. O que considero fundamental é que haja coincidência entre as eleições dos executivos com os legislativos. Mas não acho fundamental que tenhamos que ter as eleições todas no mesmo dia, e são vários os argumentos que dou nessa direção.

Primeiro, por uma questão de prática eleitoral. Acredito que ficaria muito complexo um processo eleitoral que tivesse que escolher do Presidente da República ao vereador. Vimos que nessas eleições de 1994 foi relativamente elevado o número de votos brancos e nulos. Uma das razões que freqüentemente tem sido apontada foi a dificuldade do eleitor corretamente operar a chapa. O eleitor teve dificuldade em manipular uma cédula tão grande. Avaliem se acrescentássemos a isso as eleições municipais, sobretudo se considerarmos que as eleições no Brasil são feitas em um dia só. Portanto, essa é a primeira razão.

Segunda razão, penso que uma sociedade democrática é uma sociedade que convive com eleições freqüentes, não diria anuais, mas pelo menos eleições freqüentes. Se fizermos eleições coincidentes, vamos ter eleições de quatro em quatro anos, e é sempre muito bom que haja eleições freqüentes, embora não necessariamente anuais.

A terceira razão é que a questão municipal pode ser tratada no seu fórum adequado, que é na célula respectiva, que é o município, onde a componente local é preponderante e tem que ser assim - atribuem a Shakespeare aquela frase "a vida é um assunto local". Se isso é verdade, se a vida é um assunto local, o eleitor que convive naquele espaço - o Senador Requião se referiu aqui a *polis*, digo na configuração da cidade, já que S. Ex^a mencionou a cultura helênica, temos que olhar duas variáveis que são importantes, a *polis* e a *civita*. Não é? A *polis* a cidade no seu dinamismo, inclusive econômico, etc.. A *civita* é a convivência. É o lado humano do relacionamento que se processa na cidade. Portanto, nesse caso, o caso de uma prática da *civita*, da convivência municipal, é que os problemas se esgotam ali na própria vida da cidade, onde está o horizonte das grandes questões que o indivíduo tem na sua existência, que é o ato de conviver.

Acredito que o tipo de apelo da eleição municipal é um tipo de apelo muito específico, muito local e, portanto, eu conservaria esse modelo. Agora, não considero essencial essa questão. Para mim, essencial é que nunca se possa pensar em eleição do Le-

gislativo separado do respectivo Executivo.

Para encerrar, eu queria fazer uma observação. Já que estamos falando aqui de modelo federativo, não sei se não seria o caso de se rediscutir o tratamento da questão municipal que foi dado na Constituição de 1988. Mas isso é uma questão que podemos analisar mais adiante.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a e o Senador Sérgio Machado pela felicidade do convite ao Vice-Presidente Marco Maciel, que, como bem acentuou nosso colega Carlos Patrocínio, é um dos políticos que mais entendem, no Brasil, dessa questão. O Dr. Marco Maciel estuda esses problemas desde os bancos escolares. Não podemos concluir nosso trabalho sem ouvirmos uma opinião de tamanha densidade, de alguém que estudou tão profundamente essas questões.

Quero perguntar, objetivamente, ao Vice-Presidente, o que S. Ex^a acha do princípio da maioria absoluta na eleição majoritária, considerando sobretudo o que ocorreu nas últimas eleições, em que tivemos candidatos a Governador que quase obtiveram os 50% no primeiro turno, distanciando-se muito do primeiro colocado, e no segundo turno ocorreu o inverso, o segundo colocado acabou ganhando as eleições. Isso ocorreu em muitos casos. Isto tem acontecido, também, nas eleições para prefeitos das capitais e já houve até algo parecido para Presidente da República.

Eu, então, gostaria de ouvir a opinião do Dr. Marco Maciel sobre esta questão e, também, sobre o número de partidos que S. Ex^a considera ideal para o bom funcionamento do nosso regime democrático. Eram essas as duas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao Vice-Presidente da República, Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL - Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de mais nada, quero agradecer ao nobre Senador Edison Lobão pelas referências a respeito das minhas colocações e dizer que não me considero um especialista nesta questão. Nisto, eu divirjo de S. Ex^a, não me considero um especialista nesta questão. Agora, eu concordo com S. Ex^a quando mencionou que há muito tempo eu me preocupo com esse tema. De fato, esta é uma questão que tem me preocupado porque, volto a dizer, a questão constitucional brasileira tem muito a ver com a raiz de muitos; a boa solução da questão constitucional brasileira vai permitir fazer com que

nós resolvamos não só os problemas políticos mas, também, os problemas sociais e econômicos da nossa Pátria. Nobre Senador Edison Lobão, V. Ex^a colocou concretamente - se assim entendi - a questão do sistema de dois turnos, que em Portugal se chama de duas voltas e que, de alguma forma, se constitui numa inovação no Direito Constitucional brasileiro. Este sempre foi um tema que preocupou políticos, especialistas, gerou crises, crises de governabilidade etc. E também teve um tratamento, podemos dizer, precário, preliminarmente, mas que nunca chegou a ser exercitado na primeira Carta da República, em 1891. Aliás, eu digo que a Carta de 1891 foi uma boa Constituição. Era uma Constituição do tipo sintético, que é o tipo de modelo constitucional que eu acho mais correto e não aquele do tipo analítico ou expositivo, que foi o modelo que nós optamos na Carta de 1988. Há, inclusive, um estudioso dessa questão, McKinley, que disse: "Quanto mais longa a Constituição menor a sua duração." Eu acho que se aplica muito bem essa observação. A Carta de 1891 é concisa, teve apenas 91 dispositivos. Não era coincidência, mas era muito boa. E nessa Carta de 1891 deu-se o primeiro tratamento dessa questão mas nunca chegou a ser exercitado nos tempos de República Velha. Essa questão surgiu na Carta de 1988 e, ao meu ver, surgiu de maneira equivocada. Eu posso dizer isto, com muita tranquilidade, pelo menos na minha visão equivocada, e tanto foi equivocada que tentei fazer com que esse dispositivo não perpassasse para os Estados e Municípios. Sabe-se que nos Estados, sobretudo nos Estados compostos por subordinação, como é uma estrutura federativa que nós praticamos, nos Estados compostos por subordinação, a tendência é fazer com que os preceitos da Constituição Federal venham a reverberar nos Estados e Municípios. Há uma frase de Pontes de Miranda, que comentou muito bem a Constituição de 1946 - e é um bom comentário da Constituição, se bem que acho que em matéria de comentários à Constituição, nenhum se iguala ao comentário que fez João Barbalho Souto Cavalcante sobre a Constituição de 1891 -, mas Pontes de Miranda comentando a Constituição de 1946, ele, em certo momento, diz que a lei federal colore a lei estadual, querendo dizer que ela traz seus efeitos sobre os Estados e, agora, sobre os Municípios, já que a Constituição de 1988 considerou os Municípios, antes, federativos também, o que foi uma inovação da Constituição de 1988.

Pois bem. Eu acho que o sistema de dois turnos ou duas voltas - *ballotage*, como diz o francês -

se deve aplicar para as eleições presidenciais, para as eleições da União e não para Estados e Municípios. É a minha opinião. E vou tentar explicar porque. Qual é a lógica do sistema de dois turnos? É tentar fazer com que o eleito tenha a maioria absoluta para que ele seja, portanto, expressão do sentimento da Nação, do País. E tanto isto é verdade que até há bem pouco tempo nenhum outro país do mundo, a não ser o Brasil, adotava dois turnos, a não ser para as eleições presidenciais - dos que adotam dois turnos. E por que isto? É porque se tem em mira, no plano nacional, fazer com que o eleito seja, de fato, expressão do País, que o eleito, ao final, seja intérprete de uma vontade do País, que ele expresse o sentimento majoritário da Nação. É isso que explica a lógica do segundo turno. E por que se exige isso para o Chefe de Estado da Nação? É para evitar que se eleja alguém, numa atomização partidária muito grande, que não seja intérprete desse sentimento majoritário.

Vou tentar explicar. Para evitar que, eventualmente, num certo momento, por uma excessiva atomização partidária, chegue alguém que defende uma minoria étnica que seja expressão - e agora estamos na época dos integrismos - que seja alguém que represente apenas um segmento da sociedade, que seja alguém que represente apenas uma parte do País ou que seja alguém que esteja a serviço de um interesse de uma nação vizinha, ou de uma nação estrangeira, que pode, eventualmente, até não ser uma nação com que o País guarde vínculos históricos, então se expõe sempre uma cláusula de reserva, que é a de se exigir do eleito que ele não seja expressão de uma parcela do eleitorado, mas que ele seja, de fato, alguém que, pelo segundo turno, seja legitimado, seja ungido pela Nação. Essa é a lógica do sistema.

Essa lógica se aplica muito bem às eleições nacionais. Mas, a meu ver, ela é questionável nos planos estadual e municipal. Por quê? Porque que no plano estadual e municipal, ela produz algumas distorções. Em primeiro lugar, voltando à questão federativa, sempre se admite que numa federação a personalidade jurídica pertence à União. Numa confederação, não, os senhores sabem disso muito bem. Há modelos de confederações extremamente complicados. Mas até na chamada Confederação Americana, que vigeu durante pouco tempo, os diferentes Estados conservavam sua personalidade externa. Na Confederação Alemã, os Estados-membros chegaram a entrar em conflito entre si. Mas num Estado Federal, a regra é que a personalidade

jurídica pertence à União. Como consequência da personalidade jurídica internacional ou externa pertencer à União, só a União geralmente tem a capacidade de representação externa, vale dizer, política externa e, portanto, fazer a paz ou declarar a guerra. Somente a União tem capacidade para mexer com outra questão extremamente sensível que é a questão da moeda. E moeda tem muito a ver com soberania.

Vou fazer um parêntese aqui. Durante a malograda revisão, estive conversando aqui com colegas, defendi a tese que devíamos tentar fazer uma emenda - não fiz porque achava essa emenda heterodoxa para minha formulação e o meu pensamento - colocando como símbolo nacional, ao lado da Bandeira e do Hino, a moeda. Porque moeda é soberania.

Para surpresa minha, acaba de sair um trabalho do Embaixador Rubens Ricupero em que ele fala em "moeda e soberania". Ele diz assim: "Moeda e soberania estão tão ligados como côncavo e convexo, como alto e baixo" - e termina dizendo -, "como cara e coroa". Isso acontece na moeda. De fato, os países escandinavos falam **sovereign** (soberano). A moeda é o soberano. Porque a moeda é algo mais do que o valor de troca, a moeda passa a credibilidade de um país.

Então, no modelo federativo, só a União tem personalidade externa. Conseqüentemente, só a União faz política externa, guerra e paz. Só a União tem o controle sobre moeda e, em decorrência disso, política financeira, política cambial, política monetária, política fiscal, etc.

E finalmente só a União dispõe sobre Forças Armadas. Há um monopólio da União sobre as Forças Armadas. São três elementos básicos na fundamentação da caracterização de um Estado Federal, diferentemente do Estado Confederal. Mas os Estados Confederados estão desaparecendo de forma mais clara. É difícil distinguir Estados confederados hoje.

Num modelo estritamente federativo, só a União dispõe dessas três prerrogativas. Se tal acontece, realmente tem lógica o segundo turno para o plano federal. Porque um Presidente que não seja intérprete do sentimento do país pode submeter o país a uma aventura externa numa guerra, pode comprometer relações internacionais; ele pode, por uma política de moeda, até promover uma secessão no País; ou, pela utilização das Forças Armadas, pode promover a desintegração federativa, etc.

Tal não ocorre, porém, na minha fundamenta-

ção, no plano municipal ou, muito menos, no plano estadual, porque desses poderes os Estados não dispõem; os Estados não dispõem do poder de cunhar e emitir moedas; os Estados não dispõem do poder de formular a política externa, de relações com os países estrangeiros; os Estados não dispõem de Forças Armadas, a não ser de polícias militares para a manutenção da ordem e para resolver os problemas internos. E os municípios tampouco; nada sobre o controle de moeda, muito menos sobre política externa. Não eram nem considerados do Brasil, antes federativo, a não ser na Carta de 88. Os municípios não dispõem nem de polícia; no máximo, de uma guarda municipal para, às vezes, tomar conta de praças, cemitérios e lugares públicos.

Não há, portanto, nenhuma possibilidade de comprometimento da vontade nacional nas eleições estaduais e municipais. Então, não vejo por que complexizarmos o processo eleitoral, fazendo eleições em dois turnos nos Estados e municípios.

Faço questão de dizer que as opiniões são eminentemente de caráter pessoal. Elas não estão envolvendo a posição do Governo, muito menos a posição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa é uma opinião minha, obviamente.

Não vejo por que fazer eleições em dois turnos, ela complexiza muito o processo político e, de alguma forma, não encarece.

Agora, o pior dano para as eleições em dois turnos no plano municipal e no plano estadual não é esse. A meu ver, o principal dano não é porque encarece, porque complexiza, não é porque torna mais longo o processo eleitoral. E nós, no Brasil, já temos um processo eleitoral muito longo, questão sobre a qual esta comissão precisaria pensar.

Sobretudo hoje, com o desenvolvimento da eletrônica, de modo especial da microeletrônica, penso que é possível reduzir a duração da campanha. Isso já está acontecendo no mundo todo.

Além de serem longos, os dois turnos tornam ainda mais demorado o processo eleitoral. Mas o pior dano que causam na eleição, no plano estadual e sobretudo no plano municipal, é que não permite, a meu ver, a consolidação de um Estado partidário.

Nesse caso, respondo a última parte da sua pergunta, porque penso o seguinte: um Estado partidário forte pressupõe partidos fortes a partir da sua base, da sua primeira célula política, que é o município. Se se estabelecem as eleições a partir nos municípios, em dois turnos, começa a fragilizar o sistema partidário, porque a tendência é a de que as eleições sejam sempre resolvidas no sistema de coliga-

ções amplas, porque se perde a nitidez partidária, porque se perde, conseqüentemente a identidade programática. Pergunta-se: Isso não se poderia aplicar para as eleições para Presidente da República? Não, em absoluto! Porque o acordo que se faz entre partidos e candidatos na eleição do Presidente da República é em termos das grandes teses, em termos dos acordos entre os grandes partidos. São os grandes líderes partidários que vão "negociar" os acordos. As bases partidárias estão estruturados a partir da base municipal; prolongam-se para a estadual e chegam finalmente no plano nacional. A partir daí os partidos estão estruturados.

Então, é possível, como vemos freqüentemente, os partidos, embora com programas diferentes, se unirem no segundo turno; e no segundo turno votam não o voto positivo, mas o voto negativo; unem-se contra alguém. É possível que, no segundo turno, os partidos se unam para evitar uma proposta que não seja adequada.

Dessa forma, se generalizarmos o segundo turno no plano municipal, vamos generalizar o voto negativo, e não o voto construtivo, que é o voto partidário. Essa é a minha leitura.

Por isso que lutei muito para que não tivéssemos o segundo turno, sobretudo nas eleições municipais. Lutei para que não o tivéssemos no plano estadual, mas lutei para que não tivéssemos eleições municipais. Conseguimos uma meia vitória, quando se diz que fica limitado apenas a municípios com mais de (?????) eleitores. Mas o ideal é que não tivéssemos o segundo turno para as eleições estaduais e, sobretudo, para as eleições municipais. Continuo com essa idéia.

Dizem que, quando se escreveu os direitos do homem, esqueceu-se de colocar o direito de contradizer. É importante podermos contradizer, ter esse direito assegurado. Mas quero dizer que, com relação a isso, não vou me contradizer. Continuo achando que é fundamental que, nesse plano de aperfeiçoamento adicional, rediscutamos a questão do segundo turno no Brasil e, sobretudo, a questão do segundo turno nas eleições municipais. Se quisermos ter instituições partidárias fortes, não podermos conviver com o sistema - perdoem-me a expressão - "de geléia geral", que passou a ser e será cada vez mais o quadro das eleições municipais porque, na minha opinião - posso estar errado - a identidade partidária não conta.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) -

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, parece-me que o eminente Senador Edison Lobão abriu mão de uma resposta, mas eu gostaria de vê-la respondida.

O SR. EDISON LOBÃO - Trata-se do problema do número de partidos.

O SR. MARCO MACIEL - Perdoem-me. Eu me prolonguei e acabei esquecendo de responder a essa questão.

Em primeiro lugar, quero dizer que os sistemas são classificados, quanto ao número de Partidos, em bi ou pluripartidários. O sistema de partido único é o sistema da não-democracia, de regimes fechados. Havia partidos únicos nos países que se encontravam do lado da Cortina de Ferro; eram as monarquias, ou seja, sistemas de governo que se apoiavam em partidos únicos. Mas, nas sociedades abertas, nas sociedades democráticas, os sistemas partidários são bi ou pluripartidários, ou seja, compostos de dois ou mais partidos.

Sabemos que, por exemplo, o sistema inglês, que é a matriz de tudo, não é bipartidário. O sistema americano também não é bipartidário. Mas é mais interessante analisar o sistema americano, sob esse aspecto, do que o modelo inglês porque, no modelo inglês, há um número limitado de partidos e, no modelo americano, teoricamente, o número de partidos é bem maior.

Nesse ponto, gostaria de falar que não é que, na Inglaterra e nos Estados Unidos, pratique-se o bipartidarismo. Nesses países, existem partidos que se convertem em partidos dominantes; não usei a expressão "hegemônicos", mas sim uma expressão mais consagrada na doutrina política.

Na Inglaterra, há os partidos dominantes de forma mais nítida, como o Partido Liberal, que vem de um passado remoto, os tories e os whigs, os partidos conservadores e os partidos trabalhistas. Depois, esses partidos dominantes perderam um pouco a sua força, e, hoje, sabemos que, por cisparidade, há outros atores importantes no elenco político inglês.

No quadro partidário americano, ainda continuam praticamente dois partidos dominantes, o que não quer dizer que isso seja resultado de uma imposição legal. Esses sistemas bipartidários ficaram definidos dessa forma, não porque só existam dois partidos, mas porque há dois partidos, que, eventualmente, numa fase histórica que pode ser mais prolongada ou menos prolongada, revelam-se como partidos dominantes ou quase hegemônicos.

Como disse aqui na palestra - posso falar sobre isso mais adiante -, não considero fundamental a questão do número de partidos. Penso até que a prática democrática, a prática partidária e a prática eleitoral responderão a isso de forma mais clara. Porém, para mim, o fundamental é que busquemos sempre melhorar o instituto da representatividade.

Com isso, quero dizer que, embora possamos assegurar a liberdade de organização partidária e o seu funcionamento, devemos pensar em cláusulas de desempenho ou cláusulas de barreira para o funcionamento desses partidos no Congresso Nacional. Penso que esses partidos podem continuar existindo como instituições da sociedade civil, como o são. Apenas discutimos se aqueles partidos que não têm uma cláusula de desempenho ou um desempenho mínimo devem ter representação no Legislativo. Essa é a questão. Por isso, em muitos países do mundo, há as chamadas cláusulas de desempenho e cláusulas de barreira. A excessiva atomização partidária no Legislativo às vezes conduz a uma impossibilidade de deliberar, o que compromete a chamada governabilidade. Essa é a raiz da questão.

Por isso, eu até trouxe um proposta no sentido de admitirmos como cláusula de barreira cláusulas que funcionem a partir de uma realidade municipal, tendo em vista sermos um Estado federativo e sermos um País muito grande. O Papa João Paulo II, quando esteve aqui na segunda visita ao Brasil, disse, se não me engano numa homilia que fez no Mato Grosso, que o Brasil era um continente dentro de um continente. Somos praticamente isso.

Então, se somos um País muito grande, penso que deveríamos cogitar de cláusulas de barreira que começassem da variável municipal, da variável estadual, e chegar até a variável nacional; com isso, assegurariamo a existência de partidos de viés mais local, que tivessem expressão mais local, que pudessem ter sua presença nos respectivos Legislativos - Municipais ou Estaduais, mas que isso não se comunicasse ao Legislativo Nacional.

Assim, penso que deveríamos ter cláusulas de barreira - aliás, essas cláusulas de barreira já foram tentadas em várias vezes; foram letra morta em nossa Constituição, em sucessivas oportunidades; começou em 1978, se não me engano com a Emenda nº 8, e sua implantação foi sendo sucessivamente adiada até que foi expungido esse dispositivo com a Constituinte de 1988, sem que nenhuma vez as tivéssemos praticado. Se formos olhar os Anais do Congresso, verificaremos que isso foi uma questão recorrente, que marca sucessivas fases da nossa

história parlamentar. Sempre tentativas foram feitas, e nunca chegaram a se consolidar.

Acredito que a cláusula de barreira fará com que se assegure a governabilidade e, consequentemente, que só estejam presentes no Congresso partidos de grande representatividade, que sejam, de fato, representativos de largos segmentos da sociedade. Isso é que julgo ideal.

Senador Carlos Patrocínio, e também, por extensão, penitencio-me por não ter respondido à pergunta do Senador Edison Lobão, penso que não é pelo fato de a lei impedir que devemos limitar os partidos; creio que isso deve ser uma decisão da própria sociedade, que vai fazer opção em função de propostas que lhe vierem a ser apresentadas, de programas partidários que lhe vierem a ser oferecidos. Penso que esse é o caminho mais adequado.

Julgo, porém, com relação à presença nas Casas Legislativas para assegurar a governabilidade, que deveríamos ter cláusulas de barreira; e, veja-se bem, essas cláusulas de barreira não seriam uma coisa tipicamente brasileira; tempos atrás estive olhando e verifiquei, sem muita dificuldade, catorze países importantes do mundo que têm cláusulas de barreira; naturalmente, se fôssemos fazer pesquisa mais numerosa, não teríamos dificuldade nisso.

Enfim, no Brasil, ainda continuamos convivendo no Congresso com maioria, minoria e, perdoem-me a expressão, "unoria"; penso que isso é que deveríamos evitar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, Senador Humberto Lucena, eu queria cumprimentar V. Ex^a e a Comissão pela iniciativa de dizer ao nosso Presidente Marco Maciel que eu, pelo menos, estou profundamente agradecido pela oportunidade de ouvir a exposição. Por maior facilidade que tenha representado para S. Ex^a produzir as informações que nos deu, na realidade foi a preciosa transferência de um conhecimento acumulado ao longo da vida inteira; S. Ex^a entregou-nos nesta manhã partes importantes do que acumulou.

Penso que V. Ex^a estabeleceu um balizamento inicial para o nosso esforço, para que se ofereça ao País uma contribuição importante, que pode emergir do trabalho desta Comissão; e que muito se deverá, ao final, ao que ocorreu aqui nesta manhã.

Eu apenas gostaria de assinalar, rapidamente, duas coisas: uma é uma preocupação com relação ao voto distrital, por entender que se trata de uma das formas preconizadas por muitos para provimem-

to de mandatos federais, mandatos em que, tanto Senadores quanto Deputados Federais, embora embora a substância do mandato de um possa diferir da do mandato do outro, e muito embora um seja mais um representante, como V. Ex^a assinalou, do Estado -, na realidade, sem perderem de vista o compromisso com a origem, integram, conjuntamente, o corpo do Congresso Nacional do Brasil, e têm, como dever inicial, cuidar das grandes questões do País.

Eu tenho muito receio de que o voto distrital conduza a uma espécie de municipalização do mandato federal. É alguma coisa sobre a qual eu gostaria de ouvir o pensamento de V. Ex^a.

A outra pergunta tem relação com um assunto que já foi reiteradamente trazido à discussão, que é a fidelidade partidária. Antes de fazê-la, eu gostaria de dizer que, na minha visão, Presidente Marco Maciel, o Estado não tem aquela característica aristotélica de uma entidade que precede o cidadão. O Estado é fruto do contrato social, o Estado é uma criação dos indivíduos, é uma entidade, uma agência instituída pela sociedade para cuidar daquelas coisas que nenhum de nós, individualmente, vai cuidar. Ele existe para isso.

Eu tenho muito receio, no caso brasileiro, quando falamos da fidelidade partidária, que o desempenho dessa questão, até hoje, tenha muito mais a ver com as preocupações dos agentes políticos, dos que integram a comunidade política - para não falar em classe política aqui, que é uma expressão que tem, com muita razão, a sua restrição -, que tenha muito mais a ver com a preocupação da comunidade política do que propriamente com a da sociedade. Porque, vejam bem, nós estamos exigindo, na situação de hoje, fidelidade partidária, ou seja, fidelidade propriamente a quê?

O processo político, como fluiu, não permitiu que se estabelecessem diferenciações nítidas entre os partidos. A disposição das lideranças políticas entre as diversas legendas tem alguma coisa a ver, sim, com as grandes diretrizes doutrinárias que inspiram intelectualmente a formação de cada um, mas tem muito a ver também com a agregação das suas relações, dos seus interesses no plano local, onde a atuação política condiciona a posição de cada qual.

Então, para falar com muita franqueza, eu não vejo muito nítida a diferença que possa haver entre o PFL e o PPR. Eu não sei mesmo se alguém que saísse de um para o outro teria necessidade de recorrer àquele direito de contradizer-se a que V. Ex^a se referiu aí. Vem das quatro opções que V. Ex^a su-

geriu, de organização de mais alta eficiência, uma possibilidade de se instituir uma situação, um cenário, um ambiente político novo no País que enseje, afi sim, o surgimento de organizações partidárias que possam, em algum tempo do futuro, cobrar a fidelidade.

Vejam, o nosso companheiro Roberto Requião, um dos mais brilhantes membros do Senado, contesta, por exemplo, a hipótese da lista fechada, que poderia, em poucas palavras, representar a ditadura do comando partidário. Mas, ao mesmo tempo, ele admite um tipo de mandato que poderia ser eliminado, retirado do mandatário por intervenção do partido. Quando o partido fosse operar essa retirada do mandato, seria ditadura de quem? Das mesmas instituições, forças, organizações, das mesmas instâncias partidárias, que poderiam estar exercendo ditadura na elaboração de listas.

Então, na realidade, a questão é saber se queremos partidos fortes. Se queremos, é preciso dar a eles a chance de existirem dentro de um ambiente político. Espero que a sociedade comece a discutir para que um dia cheguemos a ter uma nova sociedade permeada de inovações que precisam levar em consideração o que está no mundo lá fora. V. Ex^a rapidamente se referiu a essas novas possibilidades que a microeletrônica e a informática trouxeram e que vão seguramente, num prazo muito curto, modificar a própria natureza, talvez a própria concepção do Estado, pela possibilidade ou pela impossibilidade de o Estado, com a sua forma atual, exercer os controles que podem desejar exercer sobre fenômenos, relações e fatos que hoje podem ser controlados e que talvez daqui a cinco anos não possam mais.

Era o meu comentário, com o meu agradecimento a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao Vice-Presidente da República, Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL - Começo por agradecer ao Senador Geraldo Melo as referências generosas que fez a respeito das opiniões que aqui expendi. Também começo por comentar suas colocações a partir das suas observações finais.

De fato, o Senador Geraldo Melo chamou a atenção para fenômenos muito importantes que acontecem no mundo em nossos dias. Eu diria que essa revolução científico-tecnológica está destinada a produzir mudanças no mundo e na sociedade muito maiores do que as produziu a revolução industrial. Ela é qualitativamente uma revolução muito mais im-

portante, muito mais profunda do que se pode imaginar. Por isso mesmo, temos que ter os olhos postos nessa questão.

Acho que suas colocações são importantes, e estamos vendo isso em vários campos. Fala-se naquilo que se tem chamado de "desaparecimento das fronteiras". Já se fala nisso com relação a problemas de capitais, à volatilidade de capitais, à velocidade com que eles se deslocam, não só comprometendo o País de economia débil, como é o caso de alguns países do chamado Terceiro Mundo, ou países em desenvolvimento, mas países pujantes do chamado Primeiro Mundo, dos chamados países mais afluentes.

Isso é um desafio, uma reflexão que todos temos que fazer a cada instante, e sobretudo nós, que estamos num País como o Brasil, que é um País emergente e que está destinado a ter um destino muito importante. Não podemos deixar de considerar essas questões sob pena de nos defasarmos nessas transformações que o mundo está conhecendo.

Essas transformações foram mencionadas, no campo da eletrônica e da microinformática. Quando isso extrapola para a engenharia genética, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão - vamos aí para produção de novos materiais, política espacial, a coisa ficou mais complexa ainda.

Acho que todos nós, brasileiros, em diferentes funções devemos meditar e refletir sobre esses temas, sobretudo porque serão temas agudos nessa virada de século, nessa virada de milênio.

Outra questão que V. Ex^a colocou foi o sistema de fidelidade, que é um sistema, a meu ver, que vai estar muito presente durante um largo período; devemos perseguir o melhor caminho. Naturalmente, isso passa por uma transformação cultural, como V. Ex^a situou. Quer dizer, isso não vai se resolver apenas por uma emanção legal.

Também não podemos ter o fetichismo com relação à lei, achar que a lei vai mudar as coisas. E muito menos o fetichismo com relação à regra condicional. Aliás, a esse respeito há um livro que acho muito bom, de Oliveira Viana, chamado **Idealismo na Constituição**. Ele faz reflexões muito lúcidas sobre a necessidade de não pensarmos que o fato de escrevermos um dispositivo na lei ou colocarmos algum preceito numa Constituição faça com que aquilo automaticamente se converta em realidade.

Entendo que a fidelidade há de brotar antes, por uma série de questões que devem ser resolvidas a partir do sistema eleitoral, o qual pode ser o gran-

de indutor, que se prolonga com a questão partidária, mas que só se completa com a consciência aguda da sociedade a respeito desses caminhos. Há alguns países em que já se conseguem praticar o sistema de fidelidade partidária de forma muito presente e por regras consuetudinárias, se assim posso dizer.

Outra questão que V. Ex^a citou, numa exposição que achei muito boa, diz respeito ao sistema eleitoral. Volto, mais uma vez, a um tema levantado pelo Senador Roberto Requião quando S. Ex^a situou a questão do distrito. O distrito é Brasil? Qual é a circunscrição? Não considero distrital o sistema eleitoral; há, nitidamente, três grandes sistemas eleitorais: o majoritário, o proporcional e o misto. Não há, a meu ver, o sistema distrital, porque o distrito varia muito do horizonte territorial em que a eleição ocorre, conforme salientado pelo Senador Roberto Requião. O município pode ser um distrito? Há mais de uma zona eleitoral nos municípios maiores? O que se entende por distrito? Como se conforma um distrito?

Quando De Gaulle fez a reforma eleitoral, se não me engano em 1958, essa questão ficou muito aguda, inclusive países de tradição democrática, como a França, como estava sendo feita a divisão territorial desses distritos, alguns sem continuidade geográfica porque envolvia áreas não continentais, territórios que a França possuía, e ainda possui, fora da Europa, a questão é supercomplexa. Então, não gosto da expressão "distrito" para se discutir sistemas eleitorais, porque senão nos leva a equívocos. Na hora em que temos uma dificuldade semântica e não conseguimos superá-la, não conseguimos também definir bem os conceitos. Daria que temos aí o sistema majoritário, o proporcional e o misto, que está sendo - a meu ver - , exercitado com êxito na Alemanha. O modelo alemão está sendo bom para a Alemanha, pode ser que não seja bom para o Brasil. Digo sempre que em um transplante sempre se corre o risco da rejeição. Mas o modelo de lá está sendo bom para eles; que é um sistema misto que se compatibiliza com o sistema majoritário e com o proporcional. Portanto, não sou a favor, e nisso penso que estamos tendo pontos de vista semelhantes. Concordo com a opinião de V. Ex^a, não sou favorável e nem nunca fui também de um sistema eleitoral só majoritário, sobretudo para composição das câmaras legislativas, ou seja, Câmara Municipal, Assembléia Legislativa e Câmara dos Deputados. O voto no Senado já é uma coisa diferente, porque, pela própria natureza, sempre foi definido como pro-

cesso de eleição majoritária e a representação é do Estado porque somos uma Federação. Daí por que não há mais Senado estadual como houve na República Velha, nem os Senados da Câmara, como tinha no período dos Governos Gerais, no Brasil, e no período que antecedeu o Império, chamado Senados da Câmara. Então, hoje não há mais isso porque somos um Estado Federal e o Senado é a Casa que sintetiza a Federação. Portanto, não sou favorável ao sistema eleitoral majoritário no Brasil para a escolha dos legislativos. Acho que poderíamos fazer o que a Alemanha fez, com êxito - não sei se daria totalmente certo no Brasil-, que é combinar os dois sistemas: tentar fazer uma eleição parte pelo sistema proporcional e parte pelo sistema majoritário. No sistema majoritário valorizáramos a intenção do eleitor, e no sistema proporcional valorizáramos mais a estrutura partidária, porque entrariam nas listas os "pró-homens" do partido, as figuras mais eminentes, aqueles que ajudariam, por sua vez, a viabilizar o modelo, a eleição majoritária de alguns dos líderes do partido. Essa é a minha opinião.

Agora, se existe um lugar em que há a maior concentração de PhD por metro quadrado nessa matéria, esse lugar é o Congresso Nacional. Acredito que aqui todos têm mestrado e doutorado nessa matéria e, consequentemente, condições de lecionar sobre o tema. Ao mesmo tempo em que constato isso, sem nenhum dificuldade, constato também que é muito difícil fazer mudanças nessa área, sobretudo quando se cogita de mudanças que venham a vigorar de uma legislatura para outra, porque já há interesses constituídos.

Vou dar um depoimento sobre um fato que aconteceu comigo. Estive presente no dia em que se instalou a 50ª Legislatura e participei da sessão de instalação. Na saída, encontrei um Parlamentar que me disse algo que considerei muito interessante e autêntico. Ele disse-me que havia ouvido minhas declarações sobre o aperfeiçoamento do sistema político, eleitoral e partidário. Disse-me que concordava com isso e até se angustiava com essa questão, porque, se vamos mudar, devemos fazer isso agora. Ele disse-me: "Agora, topo" - para usar a expressão dele - "discutir essa questão e até fazer qualquer tipo de mudança que seja mais conveniente ao País; mas mais adiante não, porque já tenho que olhar a minha questão política, aquilo que chamamos de sobrevivência política. Mais adiante, terei dificuldades, porque começam a cristalizar os meus interesses, no meu Estado".

Isso não acontece somente com ele, mas com

o partido dele, com seus correligionários, com sua base política, com os municípios que mais relevantemente ele tem a oportunidade de representar, pela sua vinculação local, etc. Considero essa opinião totalmente certa e disse isso a ele. Sendo essa discussão feita logo nos primeiros dias da legislatura, a pessoa pode pensar na eleição seguinte. Mas, se essas questões demoram, fica muito difícil aplicar-se para a legislatura imediata, sobretudo na Câmara; no Senado, não, pois os mandatos são de oito anos, e o problema é menos agudo.

Por isso, considero que, para que as mudanças sejam adequadas, há que se pensar num horizonte mais dilatado de tempo, para que elas não tenham de vigorar na legislatura subsequente a fim de que haja tempo suficiente para que elas sejam assimiladas pela sociedade porque a sociedade precisa também de assimilar essas mudanças e reagir. Isso é o que eu penso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Terminada a lista de Senadores inscritos, vou conceder a palavra ao Senador Sérgio Machado, Relator desta Comissão.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, penso que tivemos um início de trabalho excelente nesta Comissão.

O SR. MARCO MACIEL - Para mim, pelo menos, foi; gostei muito do que ouvi.

O SR. SÉRGIO MACHADO - O Sr. Vice-Presidente brindou-nos com um conhecimento que foi acumulado ao longo de muitos anos, de muito esforço e de muita experiência. Acreditamos que estamos vivendo um momento fundamental na vida nacional.

Falamos de reforma econômica, falamos de reforma financeira, falamos de reforma administrativa, mas a questão da reforma política está colocada num plano secundário. Se fizermos essas três reformas e não tivermos coragem de ousar na reforma política, mais uma vez vão ficar "capenga", mais uma vez não vamos aperfeiçoar nosso sistema, o que vai trazer como consequência todas as dificuldades que temos hoje. A dificuldade financeira, a dificuldade administrativa e a dificuldade econômica foram fruto de mau gerenciamento de mudanças de conjuntura, que passam pela maior legitimidade do processo.

Como bem foi levantado pelo Senador Geraldo Melo, nós temos um desafio maior: é que o mundo vive uma transformação. Hoje estão à disposição da sociedade mecanismos que não existiam antes, e o nosso modelo de representação, o nosso modelo

político é baseado numa sociedade que já morreu. Então, temos a oportunidade única de nos preparamos para esse grande salto.

E penso que V. Ex^a levantou um ponto fundamental: a questão do calendário. Ou fazemos essa discussão agora, até meados do próximo ano, ou mais uma vez vai ficar para outra legislatura, porque, passada a eleição municipal, entram os interesses da eleição de governador, da eleição de presidente e outros interesses, e a oportunidade é mais uma vez perdida. Precisamos ter uma vontade muito grande.

Vou acolher essa sugestão de criarmos uma comissão permanente, porque esse é um desafio fundamental que temos no Congresso, sobretudo no Senado.

Gostaria de fazer três perguntas: dentro da nossa preocupação com a governabilidade, continuação - que é algo fundamental - ,entramos em duas questões a respeito das quais gostaria de ouvir a opinião de V. Ex^a: primeiro, duração do mandato do Presidente da República; segundo, reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos; terceiro, com relação à questão da representação por Estado, na Câmara dos Deputados: o número que está aí é conveniente, deve ou não deve ser considerado; e, um quarto ponto, a questão das coligações para cargos proporcionais. Qual é a opinião de V. Ex^a sobre essas questões? Essas questões não foram colocadas nem debatidas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Tem a palavra o Vice-Presidente Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL - O Senador Sérgio Machado, ilustre Relator desta Comissão, fez algumas colocações muito tempestivas e oportunas sobre o quadro que vivemos e, de modo particular, situou o que considero importante: que esta Comissão tem um papel mais significativo a desempenhar do que podemos imaginar.

Estou rigorosamente de acordo que esta Comissão tem o papel de resolver a questão institucional brasileira, que é fundamental para o País, mas tão importante quanto muitas mudanças que podemos realizar.

Então, concordo integralmente com o que foi exposto e acredito que não podemos, por isso mesmo, deixar de fazer com que esta Comissão assuma esse caráter de fórum permanente - como aqui se falou -, para que possa estar produzindo, assim como refletindo criticamente sobre essas grandes questões do Brasil, para as quais a representação política terá de concorrer com soluções que se con-

vertam e se materializem em leis.

Em segundo lugar, S. Ex^a fez algumas ponderações sobre alguns temas que, para ele, são agudos. A primeira questão situada foi a da duração do mandato. Devo dizer que, coerente com o que tinha afirmado anteriormente, esse modelo adotado - e sou autor de uma das emendas sobre esse assunto - é o correto, ou seja, de se permitir mandatos de 4 anos, porque isso permite compatibilizar, ou melhor, fazer com que sejam feitas simultaneamente, concorrentemente, a eleição do Presidente com a eleição do Congresso. Acho isso muito bom e isso é fundamental para prevenir crises de governabilidade. Então, creio que foi um ganho importante termos implantado isso que espero venha a concorrer - tenho quase certeza - para a chamada governabilidade. São cláusulas que diretamente não têm a ver com a governabilidade, mas que indiretamente produzem resultados muito positivos. Acredito que foi bom que isso tivesse acontecido.

Sou, portanto, a favor de que esse dispositivo seja mantido, aplicando-se isso não somente às eleições federais, mas às eleições estaduais e municipais, por motivos que já tive ocasião de falar.

A segunda questão é relativa à representação. Diria que para discutir a questão da representação, seja necessário discutir dois assuntos vinculados ao assunto: um é a questão da própria natureza da representação tem que discutir dois assuntos que estão mais ou menos vinculados a isso: um é a questão da própria natureza da representação.

Está havendo um questionamento no mundo todo muito grande com relação ao instituto da representação. Na Alemanha, existem grupos que têm trabalhado nisso, produzindo textos, etc; na Itália; na Ásia, sobretudo no Japão. Nesses lugares tem-se um conhecimento mais adequado dessa questão: alcance, natureza e limite da representação.

No Brasil, temos associado a isso a questão de saber se foi sábio o critério adotado com relação à composição da Câmara dos Deputados. Adotou-se um teto de 70 parlamentares. Somente agora teve eficácia a pena, porque, antes da eleição de 1990, não se tinha votado ainda a lei. Esse teto é justamente a representação de São Paulo, que tem praticamente 1/4 do eleitorado brasileiro. A partir daí, determina-se a conformação dos demais Estados. Há um piso de representação mínima de 8 por Estado. Antigamente, havia os territórios - que não existem mais na nova Constituição -, em que se admitia, variadamente, um ou no máximo dois representantes. Esse instituto dos Territórios desapareceu da Carta

de 1988. Estabeleceu-se, então, um piso mínimo de 8 e um teto de 70.

Surge a questão dos números clausos, que interfere na própria composição total da Câmara. Obviamente, essa é uma questão que tem um viés regional muito forte e que provoca polêmicas acerimais.

Essa é uma questão que não se pode deixar de discutir, de um lado. Por outro lado, em todo Estado federal, há sempre uma ponderação, porque a variável demográfica não pode ser a única a determinar representação.

A meu ver, essa questão tem que ser discutida ou até rediscutida, mas não se pode ignorar essa questão da variável regional. Nos Estados Unidos, verificamos que há um tipo de ponderação. É lógico que lá se aplicam números clausos para composição do Congresso; naturalmente, a alteração pode ocorrer nos Estados em função dos deslocamentos migratórios internos, mas há uma ponderação. Inclusive, poucas pessoas observam que há uma ponderação com relação ao próprio Presidente da República. Formalmente falando, o Presidente da República é eleito por um colégio eleitoral. Nesse colégio eleitoral, um candidato pode ter a maioria dos delegados que não corresponda ao número de votos que o mais votado nas urnas tenha obtido. Já houve casos, no passado, em que essa questão aflorou de forma muito intensa. Há essa ponderação até para eleição de Presidente da República. Há um voto federativo - se me perdoem usar esta expressão. No nosso vizinho, a Argentina, há um tipo de ponderação na eleição do legislativo.

Com isso, quero ressaltar que, primeiro, essa questão tem que ser discutida ou até rediscutida, mas não pode ser rediscutida sem atentarmos para o fato de que vivemos numa federação assimétrica e numa federação que tem que ponderar, não apenas a questão demográfica, mas outras variáveis que estão envolvidas na questão da representação.

Não quero me prolongar nesse campo. Oportunamente, poderei até produzir outros raciocínios com relação a esse tema.

Por fim, foi suscitada aqui a questão de reeleição. Com relação à reeleição, quero dizer o seguinte: em primeiro lugar, não há no constitucionalismo brasileiro o instituto da reeleição; nunca houve. Quer dizer, houve tentativas, mas nunca chegou a ser consagrado nos textos das nossas Constituições. Quando falo em constitucionalismo brasileiro, refiro-me ao constitucionalismo republicano, porque não vou falar no período da monarquia. Porque aí, obvia-

mente, que o sistema não é só reeleição; é hereditário. Então, não se podia cogitar disso. Reeleição para Executivo, não. Para o Legislativo, sim. Sempre a gente sempre consagrou para o Legislativo, mas nunca consagrou para o Executivo. Coerente com essa idéia, votei aqui na Revisão dentro desse princípio: não consagrar o instituto da reeleição. Esse foi um debate que houve por ocasião da Revisão Constitucional.

Essa questão agora é suscitada por quê? Por duas razões. Não foi agora que começou a ser suscitada. Já é um tema do qual há algum tempo vem se falando, mas ficou mais forte a partir da Revisão porque houve várias emendas e, agora, normalmente aflora. As duas razões são: como o mandato ficou de apenas quatro anos, com freqüência se diz: "Bom, o mandato ficou extremamente reduzido para os titulares do Executivo". Vale considerar que no plano federal tivemos mandatos de tempos variados.

Se olharmos, se fizermos um estudo retrospectivo da questão, vamos verificar que isso variou. Em 1891, na República Velha até a Revolução de 30, eram quatro anos. Depois tivemos oscilações. Tivemos interrupções constitucionais agudas. Na República Velha, nunca houve o princípio da reeleição. Houve apenas um Presidente que normalmente se elegeu - era um bom Presidente - que foi Rodrigues Alves. Aliás, não tomou posse, faleceu antes. Veio aquele período em que justamente assumiu o seu Vice. No ano seguinte, com a morte dele, deu-se a eleição, em 1919, que foi a eleição de Epitácio Pessoa. Por isso mesmo, foi só um mandato de três anos.

Pois bem, mas voltando ao problema, na República Velha isso não se aplica. De 1930 para cá, houve algumas interrupções constitucionais. Como é que vou definir o mandato de Getúlio? Quer dizer, ele foi Presidente sob quatro formas diferentes. Ele foi, primeiro, como Chefe do Governo Provisório, em 30; depois ele foi Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral - eleito indiretamente. Depois, em 37, na chamada Polaca, ele se converte em ditador, exatamente. Na realidade, ele legislou sob o ponto de vista formal. Havia uma Constituição, que era, segundo dizem, muito boa, mas nunca foi aplicada. Isso foi até 1945. Há uma curiosidade com relação a ele. Ele foi depois Presidente eleito. Aliás, ele foi a única pessoa no Brasil que foi Presidente quatro vezes e quatro formas diferentes. Notável isso: como chefe de uma revolução, de um movimento provisório legitimado; depois, com a Constituinte de 34, ele saiu Presidente da República eleito indiretamente; de-

pois, ditador; depois finalmente, Presidente constitucionalmente, eleito.

Fala-se em Getúlio, fala-se em quinze anos, para falar sobre aquele primeiro bloco - se assim posso dizer para usar a linguagem televisiva. O primeiro bloco foi de 30 a 45.

Depois tivemos oscilações no mandato que foram de cinco anos. Aí havia uma coisa terrível. Eram vinte Unidades da Federação na época, apenas alguns Estados com mandatos de cinco anos e, outros, de quatro. Aí dava aquela dupla descoincidência do Legislativo com o Executivo.

Em 1970, quando começou o processo de distensão, inicialmente com o Presidente Geisel e, de modo especial, com o Ministro Golbery, houve aquela idéia, quer dizer, mandatos de Governador permanecem quatro, Presidente, cinco; Presidente, seis. Depois novamente Presidente, cinco anos. Aí foi uma decisão da Constituinte. Bom, e agora finalmente quatro anos. Então, não tem havido muita consistência com relação aos mandatos presidenciais.

Agora, fixou-se, a meu ver, um caminho correto de quatro, e se considerou reduzido em relação aos procedentes mais próximos, sobretudo após a Revolução de 30, que a duração é maior. Então, surgiu a questão da reeleição que é uma questão que se universalizou também fora do País.

Pessoalmente volto a dizer o seguinte: que esta é uma questão que não está recepcionada no direito eleitoral brasileiro, na Constituição brasileira - o instituto da reeleição para o Executivo. Seria uma inovação e, portanto, é uma coisa que tem que ser muito examinada.

Em segundo lugar, vem uma questão que se coloca: alguns alegam que se se fizer reeleição para o Executivo Federal, ter-se-á que se prolongar para os executivos estaduais e municipais. Aliás, as constituições brasileiras geralmente têm um dispositivo - nesta Constituição, se não me engano, não estou bem lembrado, é o art. 25º; na anterior, creio que era o art. 13º - que diz mais ou menos isto: os Estados deverão observar, dentre outras coisas, certos princípios. Quer dizer, os estados têm que cumprir aqueles princípios norteadores básicos do Estado Federal; o que significa dizer que há regras de legislação eleitoral, direitos eleitoral e legislação federal têm que se adaptar aos estados e municípios.

Então, a eleição de Presidente significaria passar também a admitir-se - se estou certo nisso - para governadores ou prefeitos. Aí é outra questão de ver níveis culturais desse processo, se isso seria uma

coisa positiva ou não. É um problema extremamente polêmico.

Apenas quero dizer duas coisas com relação a essa questão: em primeiro lugar, na revisão constitucional, votei contra; e, em segundo lugar, a exemplo de outras manifestações que fiz, são de caráter estritamente pessoal.

Por fim vem a questão final que é essa questão de coligação. Isso foi uma grande polêmica que surgiu na votação desta nova lei partidária.

Na realidade a existência de coligações por voto proporcional é um mecanismo conhecido do direito eleitoral, aqui e fora, aqui e alhures, mas é sempre um coisa muito controvertida. Se olharmos sob o aspecto de consolidação do estado partidário, que é uma preocupação que ficou muito clara aqui nas manifestações diferentes que ouvi do Senador Edison Lobão e do Senador Carlos Patrocínio e também do Senador Geraldo Melo, entre outros, do Líder Jader Barbalho, se olharmos no campo estritamente partidário, vamos verificar que as coligações perturbam um pouco o processo de consolidação dos partidos. E, portanto, isso provoca algumas reações.

Mas o direito eleitoral brasileiro tem considerado sempre os estudos das coligações e algumas são extremamente complexas, numerosas e até estranhas, contraditória. O ideal seria que não tivéssemos isso, que os partidos tivessem a sua representação a partir da raiz, a partir do voto. Não sei se politicamente é possível operar isso. E se constatou que não foi possível agora na Câmara, não foi possível no Senado, quer dizer, com uma dificuldade muito grande, mas não foi possível na Câmara.

Bom, não sei se respondi.

O SR. SÉRGIO MACHADO - Só mais uma pergunta que foi muito polêmica este ano, a questão da coincidência da posse, porque o Governo assumiu com um Congresso velho e, naqueles primeiros dias de governo, que são fundamentais, houve a falta de sintonia.

Como é que V. Exª vê esta questão?

O SR. MARCO MACIEL - Bom, de fato, entendendo qual foi a teleologia do legislador constituinte quando estabeleceu a posse no primeiro dia do ano, que era para fazer com que o antecessor ou predecessor não comprometesse o orçamento do que ia ser empossado, do eleito. Aí o legislador constituinte - se essa foi a lógica, a teleologia do sistema - disse: "se a posse é no dia 1º, ele não vai poder comprometer o orçamento do sucessor."

Mas entendo que fomos muito longe nisso, não precisaria ser o primeiro dia do ano. Inclusive ficou

uma coisa de baixa racionalidade é ainda por cima ensejou, como a posse do legislativo não ficou para o mesmo dia, uma "descoincidência". No começo houve essa assimetria entre o funcionamento do Congresso e o funcionamento do Governo. Até se discutiu isso muito na ocasião. Vivi isso do outro lado, no Executivo, principalmente em relação àquele grande questão que a imprensa suscitava: o Governo não consegue se relacionar com o Congresso. Mas, no fundo, o resultado era o seguinte: o Executivo tomou posse no dia 1º de janeiro e a nova legislatura só seria empossada no dia 15 de fevereiro. Na verdade, era empossada no dia 1º de fevereiro, mas há aquele recesso para constituir Mesas, Lideranças, e as atividades legislativas só começaram 45 dias depois.

Essa descontinuidade provocou uma minicrise de governabilidade, se assim posso dizer. Isso não é bom. O ideal - e concordo que se fizesse isso no marco dessas reformas constitucionais que estão sendo realizadas - seria colocar-se um dispositivo marcando nova data, que não seja dia 1º de janeiro - inclusive porque, no calendário religioso, é o Dia da Confraternização Universal; no calendário diplomático, é a data nacional do Haiti -, mas digo que acho que poderíamos pensar em outra data que não fosse essa, talvez até uma data que coincidisse com a posse do Congresso, ou que, talvez, a posse do Congresso fosse feita no dia anterior, para que o Congresso novo, que o Congresso com o qual o Presidente iria trabalhar fosse aquele mesmo que o investisse nas funções, algo por aí. Mas acho que é um campo muito grande para trabalhar nessa direção e parece que há emendas constitucionais nesse sentido.

Era isso que gostaria de dizer.

O SR. JADER BARBALHO - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO - Eu pediria a V. Exª que me relevasse, pois estamos reunidos há três horas e meia. Sr. Presidente, não quero ter um privilégio em relação aos colegas, mas não quero perder nada. Acho que este encontro foi magnífico, ficará nos Anais do Senado, para estudos e observações posteriores.

Lamento, primeiro, ter perdido a chance de ter indagado ao Vice-Presidente Marco Maciel, em momento oportuno, se não seria oportuno agora sua opinião a respeito de um projeto do então Senador

Fernando Henrique Cardoso, que trâmite, a respeito deste assunto e que, aliás, foi um dos motivos pelos quais constitui-se esta Comissão. O projeto foi retirado de pauta. Ele falava exatamente em lista aberta, lista fechada... Mas vou dispensar o Vice-Presidente Marco Maciel do encargo de fazer um comentário, apesar de o Presidente da República, de certa forma, já ter pedido que esquecessem o que escreveu antes.

Mas o tema está em pauta e nós vamos aproveitar todas as observações feitas por V. Exª a respeito dessa questão toda e verificar o que, sem a minha provocação, V. Exª, ao longo dessas três horas, teve oportunidade de observar. E quero dizer que, de certa forma, vão servir de roteiro para mim quando o projeto voltar à pauta.

Mas eu não queria perder esta oportunidade de indagar do Vice-Presidente Marco Maciel sua opinião a respeito da aplicação temporal das pesquisas eleitorais. As pesquisas eleitorais têm sido um instrumento muito polêmico em relação ao resultado das eleições. E eu gostaria de obter de V. Exª, dispensando-o da provocação anterior, sua opinião a respeito da aplicação das pesquisas eleitorais, com a relevância do Presidente Humberto Lucena, do nosso ilustre Relator Sérgio Machado e dos demais companheiros, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Com a palavra o Vice-Presidente Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL - Eu queria dizer ao nobre Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, que vou começar pela questão da pesquisa. Quero dizer que acho que essa é uma questão muito polêmica e que tem sido objeto até de demandas judiciais, sobretudo porque ela, às vezes, induz o eleitor, sobretudo o eleitor que não está culturalmente mais preparado, a definir em função de consistência programática ou doutrinária. Ele pode se deixar levar pelo impacto que as pesquisas apresentam e distorcer, consequentemente, a manifestação das urnas, que é a verdadeira pesquisa, é a verdadeira consulta, a consulta feita pela Justiça Eleitoral.

Agora, acho que não vamos ter como resolver essa questão, porque, como citou aqui o Senador Geraldo Melo, essas questões agora já saíram do controle, já são questões que ultrapassaram o horizonte de deliberação do poder político.

O progresso eletrônico tornou, a essa altura, impossível, difícil regular essa matéria.

Vejo que nos países que tentaram regular essa matéria, por exemplo, limitando-a, não tiveram êxito, porque as informações são passadas por códigos,

por satélites, a partir de outros países. Quer dizer, não há mais como o Estado pretender regular essa matéria, é uma questão que ficou praticamente decidida pela incapacidade total do Estado decidir. Ainda que se parta do pressuposto de que era uma limitação que deveria ser feita para se assegurar que o eleitor não fosse influenciado pela mídia, por outras coisas mais, aliás, quando se estabelece aquele limite de 48h entre a campanha e o voto, o que se diz? É o instante da reflexão, deixa-se o eleitor refletir sobre a campanha, sobre o que disseram os candidatos, que não deve ser molestado por apelos outros, para que possa com sua consciência e com testemunha dela tomar uma deliberação que achar mais correta.

Acontece que hoje, com a mídia eletrônica e a globalização das comunicações, alguns países da Europa que tentaram limitar ou estabelecer, deixando o eleitor preservado desses apelos da mídia, não conseguiram pelo progresso da ciência e tecnologia. Então, essa questão, a meu ver, já ficou ultrapassada, se não estou equivocado.

Com relação à provocação feita, no que diz respeito ao projeto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que elegantemente me dispensou de responder, porém vou responder porque senão a imprensa dirá que eu e o Presidente estamos divergindo. Antes que isso aconteça direi que estou de acordo com o projeto do Presidente.(Risos.)

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Então, o Presidente está em desacordo com toda a sua palestra feita até agora.(Risos.)

O SR. MARCO MACIEL - Queria também dizer que, ao encerrar, apreciei muito a oportunidade desse Encontro, sobretudo pelo que pude ouvir. O Presidente Tancredo Neves dizia sempre, citando um ditado que penso ser de origem árabe, que Deus quando nos fez deu a nós uma boca e dois ouvidos, porque queria que ouvissemos mais do que falássemos. Então, sobre este aspecto para mim foi muito bom, porque pude ouvir, exercitar, colhendo muitos subsídios úteis às minhas reflexões e úteis à minha ação política. Digo que apreciei voltar mais uma vez a esta Casa, que tive a honra de pertencer durante 12 anos e poder renovar, por esse caminho, o convívio e rever não somente ex-colegas, mas sobretudo poder me confraternizar com amigos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) - Srs. Senadores, ao encerrar os trabalhos desta Comissão no dia de hoje, desejo renovar nossas felicitações ao nosso Vice-Presidente Marco Maciel, pela sua

magnífica exposição, pelos temas aqui tratados, resultante de sua longa e competente experiência na vida pública, e constatar que a Comissão acertou em escolher um professor-doutor em matéria de político-partidária para trazer à inauguração dos debates sobre a questão da legislação político-partidária do País.

Como se viu, o nobre Vice-Presidente da República colocou três pontos fundamentais na sua exposição, como preocupações máximas: a questão do fortalecimento dos Partidos, que nos surpreende, pois vinda de um homem público de sua envergadura e compromisso.

Eu gostaria de também salientar que nesse particular dois aspectos devem ser relevantes: primeiro, o nosso esforço no sentido de encontrar meios e modos de estabelecer uma rigorosa fidelidade partidária no Brasil, para que evitemos que se continue esse triste espetáculo, que afi está, das pessoas que estão eleitas e, logo após a eleição, mudam de partido, como se costuma dizer, como quem muda de roupa. Isso, realmente, não pode mais continuar acontecendo no Brasil.

Por outro lado, no que tange aos partidos, seria importante, como fez anotar o nosso Relator Sérgio Machado, que pudéssemos chegar a uma estratificação, se não ideológica, pelo menos doutrinária dos partidos, para que tivéssemos partidos que representassem realmente programas. Por exemplo, um partido social democrático constituído realmente de sociais democratas, que estão espalhados por todos os partidos.

Por exemplo, não vejo muita diferença entre o PMDB e o PSDB. Penso que, no PMDB, temos 80% de sociais democratas, os 20% liberais passariam para um partido liberal. Então, teríamos um partido democrata cristão, um partido trabalhista e os partidos de esquerda. O PFL integraria o partido liberal com outros segmentos do pensamento liberal brasileiro.

E, no que tange à questão da governabilidade, que é outra preocupação do nobre Vice-Presidente da República, lembro que seria interessante, talvez, se estudar a possibilidade de uma vinculação de votos. Por exemplo, a eleição para Presidente da República com Deputado Federal, e de Governador com Deputado Estadual, que seria uma maneira, talvez, de se assegurar as maiorias nas Casas Legislativas e evitar que os Presidentes e Governadores eleitos sem maioria passassem a tentar formar uma maioria de última hora, para a base da cooptação, e sempre de cooptação fisiológica como costuma

acontecer.

E, por fim, quanto à última preocupação do Vice-Presidente ao sistema eleitoral, eu lembraria a possibilidade, quem sabe, de se manter o sistema proporcional, a meu ver, o mais democrático, inclusive para proteger as minorias, que desapareceriam com o sistema majoritário para Deputados, e fazer, então, uma transitoriedade: 50% das vagas seriam eleitos proporcional em listas fechadas e 50% em listas abertas.

Eram as observações que queria de fazer, apenas para homenagear o brilhante pronunciamento do nosso Vice-Presidente da República.

Muito obrigado a todos e, proximamente, estaremos aqui para receber outras personalidades como, por exemplo, o Presidente do TSE, o Vice-Presidente da República, alguns Governadores de Estados e pensadores políticos.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 13h13min.)

**COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA
CRIADA ATRAVÉS DO DOCUMENTO DIVERSOS
Nº100, DE 1995-SF**

"Que solicita apoio do Congresso Nacional para implementar atividades relativas ao Tricentenário de Zumbi".

1ª Reunião (Instalação) Destinada à Eleição do Presidente e Vice-presidente, realizada em 20 de setembro de 1995.

Às dezoito horas horas do dia vinte de setembro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala número quatro, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a presidência eventual no Senador Bello Parga e com a presença dos Senadores Benedita da Silva, Waldeck Ornelas, Ney Suassuna e Teotônio Vilela, reúne-se a Comissão.. Havia número regimental, o Presidente eventual, Senador Bello Parga declara abertos os trabalhos. Sua Excelência esclarece que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão , que são eleitos por aclamação.O resultado é o seguinte: para Presidente, a Senadora Benedita da Silva e para Vice-Presidente, o Senador Teotônio Vilela. Assumindo os trabalhos, a Senadora Benedita da Silva agradece a honra com que foi distinguida. Antes de franquear o uso da palavra, a Presidência enaltece à eleição do Senador Teotônio Vilela, para Vice-Presidente da Comissão, que trará valiosa contribuição aos trabalhos da Comissão. Fizeram uso da palavra os seguintes Senadores: Ney Suassuna, Waldeck Ornelas e Teotonio Vilela. Antes

de encerrar os trabalhos, a Presidência convoca os membros presentes para a próxima reunião da Comissão, a realizar-se no dia 26, terça-feira, às 11:00 horas, na sala nº 04, da Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será publicada com as notas taquigráficas.

Presidente: Senadora Benedita da Silva

Vice-presidente: Senador Teotonio Vilela

Reunião 26-9-95 – 11h30min

Presidente: Senadora Benedita da Silva

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - No nosso Regimento Interno, foi criada esta Comissão Especial Temporária, que hoje está na sua segunda reunião, a primeira foi a reunião de abertura.

Gostaria, primeiro, de convidar o Sr. Secretário para participar da mesa.

Pediria que cada membro das diretorias se apresentasse, pois não os conheço. Gostaria de colocar que ainda não conheço a Casa, estou num processo de reconhecimento de área.

A partir do momento em que foi aprovada esta Comissão, em que a Casa tem o sentimento de comemorar os trezentos anos de Zumbi dos Palmares, chegamos à conclusão de que isso seria inviável se não houvesse um envolvimento direto da administração como um todo.

Sabemos perfeitamente das dificuldades que cada uma das diretorias irá alegar nesse momento, porque as conhecemos, mas aqui existe a vontade política e o desejo de que haja, por parte do Congresso Nacional, uma manifestação com repercussão.

Isso vai ser muito interessante para a política nacional brasileira, não é apenas uma comemoração ou um símbolo, que é altamente significativo, mas é também para o Congresso, um Congresso que anda meio em baixa - somos vulneráveis e, a todo instante, estamos sujeitos a chacotas e coisas deploráveis -a oportunidade de mostrar sua atuação. Estamos acompanhando esse registro, que é importantíssimo, já que várias iniciativas, por parte do Poder Executivo serão tomadas, até mesmo no Poder Judiciário. Tive a oportunidade de participar de debates sobre essa questão, e por que não o Poder Legislativo?

Nesse sentido, estamos hoje aqui para que os senhores possam tomar conhecimento do projeto, debatê-lo e discutir sua viabilidade ou não.

Quero antes apresentar a todos os senhores e

senhoras a minha assessoria: minha Chefe de Gabinete, D^a Zuzu, que está ali atrás; a Cleonice que também trabalha comigo, é minha assessora política, estará acompanhando, juntamente com a assessoria da Comissão, o desdobramento dessa Comissão, porque conhece todo o projeto, uma experiência acumulada na área e poderá colaborar bastante.

O SR. SECRETÁRIO - Poderia pedir que os Diretores se apresentassem agora.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - É exatamente isso que acabei de pedir, ou seja, que cada um pudesse se apresentar, para que eu pudesse conhecê-los.

(Apresentam-se o Sr. Claudionor Moura Nunes, Diretor-Executivo do Centro Gráfico do Senado Federal; a Sra Glória de Almeida, Diretora da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal; o Sr. Edval Rios, Diretor da Subsecretaria de Divulgação; o Sr. Gilberto Campos, funcionário do Senado na qualidade de jornalista; o Sr. Narciso, Diretor da Subsecretaria Técnica de Manutenção Eletrônica, Telefonia e Áudio.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Temos aqui este Projeto Zumbi-300 anos. Desejo fazer uma leitura, mas espero que não seja cansativa. Não vou ler item por item, mas colocar o seguinte: sabemos da morte de Zumbi dos Palmares e a experiência do Quilombo dos Palmares. Essa foi uma experiência histórica, porque foi quando tivemos a oportunidade de realmente ter uma república democrática neste País onde o negro, o branco e o índio conviveram por quase 100 anos.

Uma sociedade que devia ser copiada, na medida em que se fazia justiça, do ponto de vista político e do ponto de vista também econômico e social. Esse Zumbi dos Palmares que hoje queremos homenagear é uma figura, sem dúvida nenhuma, digna de constar no livro dos heróis da Pátria.

Sabemos que a Pátria tem Tiradentes como uma referência maior, mas nós, não apenas como representantes da comunidade negra ou que estejamos a querer um registro do ponto de vista emocional, mas, sim, do ponto de vista do resgate histórico, da História do povo brasileiro. Essa história que ainda precisa ser contada com todos os seus erros e acertos, em que este registro é parte do momento do registro desta História.

Então, para que este registro possa ser o mais fiel, após 300 anos da imortalidade de Zumbi. Colocamos 300 anos como sendo da imortalidade de Zumbi porque entendemos que ele é o símbolo vivo até hoje entre nós, pensamos, primeiro, que o en-

contro parlamentar pela democracia racial seria importante porque marcaria o início dessas comemorações, a partir de um Poder que é o Poder Legislativo, que também tem o compromisso de divulgar a História.

Estamos, também, trabalhando a questão dos cem anos do Cinema. E o cinema brasileiro é um cinema ao qual os negros deram contribuições. Tenho um exemplo lá de casa, com mais ou menos 83 filmes em que Pitanga participou. É filme brasileiro. Então, o cinema brasileiro é um cinema muito rico, apesar de o cinema estar em baixa em nosso País.

Para mostrar a contribuição que os negros deram ao cinema brasileiro é muito importante para nós, não apenas como registro, mas porque estamos vendo o Governo Federal colocar que existe uma prioridade na área da cultura. Então queremos divulgar que a cultura brasileira, no que diz respeito a cinema, teve e tem, ainda, uma relevante contribuição do povo negro.

Então, teríamos aqui, também, o negro no cinema brasileiro. Seria uma amostra, ou seja, uma exposição da arte negra no Congresso Nacional. Temos visto que o Congresso se abre para várias exposições. Então, queremos apresentar uma exposição, isto é, resgatar essa memória nacional; contribuir para elevar o orgulho e a auto-estima da população negra; conscientizar o cidadão brasileiro da contribuição africana e fortalecer a luta contra a discriminação racial; produzir iniciativas econômicas, sociais e legislativas voltadas à promoção da cidadania da comunidade negra brasileira; e estreitar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais com a comunidade negra internacional. O objetivo desse evento atrair atenções e para isso teremos embaixadas colaborando conosco.

A esse encontro comparecerão diversos Parlamentares brasileiros e estrangeiros para debater sobre o tema "A democracia racial", que se constituirá na abertura social do evento ao qual estarão presentes as personalidades convidadas.

Fala-se da composição da mesa com o Presidente do Congresso Nacional e outras autoridades.

Não vale a pena falarmos, ponto por ponto, sobre os objetivos desse encontro, uma vez que os senhores terão a oportunidade de examiná-los.

Estimamos que nesse encontro teremos um público de aproximadamente quatrocentos Parlamentares brasileiros e, cem, estrangeiros. E para que esse evento tenha sucesso, haverá uma implicação enorme de recursos, não só para a elaboração dos convites, mas também para as despesas a

serem efetuadas.

O custo é altíssimo, mas pensamos buscar recursos para implementar esse evento. Provavelmente, a Casa não disporá de todos os recursos possíveis por isso teremos que criar parcerias para que possamos obter esses recursos, seja chamando empresários ou mantendo contato com as embaixadas.

Teremos que divulgar o evento porque, do contrário, não haverá a repercussão política nem o conhecimento pelo povo brasileiro dessa iniciativa do Poder Legislativo. Queremos muito divulgar esse evento porque ele servirá como um ponto de partida para o desdobramento de outras iniciativas que virão do Poder Executivo e do Poder Judiciário as quais envolverão o Congresso Nacional.

Teremos de garantir a questão da assessoria de imprensa com cobertura jornalística na mídia, não apenas para que fique em nível da imprensa interna mas também no exterior.

Para nós será importante termos, como um patrimônio, o registro desse evento. Teremos a filmagem de todos os debates e das demais atividades. Estamos solicitando a cobertura desse encontro com transmissão simultânea e sonorização. Já dispomos deste sistema no Senado Federal. Tenho participado de alguns seminários com este tipo de serviço e o custo não tem sido alto porque a Casa já possui infra-estrutura.

Planejamos a montagem de uma secretaria, no próprio local do evento, para atender às demandas pertinentes, objetivando administrar um projeto, além disso há aquelas pessoas que irão executá-lo. Não sei como é feita a tramitação na Casa, quando há um evento como esse. Não sei como a Casa faz a sua avaliação e quais são os critérios utilizados. Quero discutir com os senhores os critérios utilizados para que o evento possa acontecer.

Como o evento envolverá uma enorme mão-de-obra, provavelmente, vamos ter que colocar o projeto em licitação, para que alguma empresa o execute. Será extremamente necessário discutirmos isso. Inclusive, já providenciei um levantamento de custos; o projeto que tiver o menor custo será executado com competência.

Como não conheço o critério de participação das licitações, gostaria de poder conversar mais tarde a esse respeito, para poder ajudar nas indicações de quem vai realmente fazer isso. É preciso que alguém com conhecimento de causa faça isso; do contrário, não será dada a importância que queremos.

Há a parte de decoração, que é importantíssima;

ma; há a parte do vídeo e a parte de alimentação. Coloquei aqui as pessoas que atenderão às necessidades. Mas isso foi feito muito mais com a finalidade de que a matéria seja levada ao exame de uma empresa qualquer que queira estipular um valor para o evento do que com a finalidade de que a matéria seja submetida ao exame da Casa.

Sei que aqui poderemos fazê-lo com os recursos de que a própria Casa dispõe. Essa é uma visão geral; é como se não tivéssemos absolutamente nada, e uma empresa patrocinaria, de certa forma, esse evento. Por isso, o projeto está colocado dessa forma. Mas isso implica que vamos enxugar esse projeto, na medida em que Casa dispõe de infra-estrutura; de uma certa forma, poderemos cobrir por volta de 50% a 60% do projeto, com recursos próprios. Mas, evidentemente, quem discutirá a parte de finanças serão os senhores.

O nosso Vice-Presidente está chegando. Gostaria que fosse providenciado um projeto para o Senador, para que este acompanhe o assunto.

Senador, estamos numa reunião de trabalho com a Diretoria da Casa, para verificarmos se há a possibilidade de implementarmos o projeto com os recursos próprios da Casa. É isso que estamos discutindo agora. Estou apresentando o projeto para a Diretoria.

Como eu estava dizendo, vamos enxugar esse orçamento, na medida em que vamos usar toda a infra-estrutura disponível na Casa.

Quanto à questão do negro no cinema, poderíamos providenciar que, na estrutura da Casa, seja feito - isso fica por conta do Congresso, que, se quiser fazer uma parceria com a Assembléia Legislativa do Distrito Federal também se pode fazer uma parceria, e não só aqui, como também lá, teríamos essa mostra de cinema.

A exposição da arte, ocupando os corredores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como sempre, pode ser uma ação do Congresso Nacional.

A propaganda é a alma de tudo, mas o valor visual é muito importante nesse caso. Então, teria uma sugestão: no projeto original, isso aqui está colorido; poderíamos também, não necessariamente, incluir no custo do evento essas camisetas, esses buttons, bonés, porque penso que a Casa teria condições de produzir alguns desses itens, etiquetas. Não sei se teria. Mas se não tiver, poderíamos negociar, com a empresa que for realizar o evento, a doação disso. Penso que as senhoras e os senhores sabem melhor do que eu como fazer isso.

Em síntese, está aí o projeto.

Gostaria de passar a palavra aos Srs. Senadores, que, acredito, devam querer fazer uso da palavra; em seguida, os senhores poderão falar a respeito.

Sei que a leitura foi feita *en passant*, mas já dá mais ou menos para perceber o volume desse evento.

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente.

O SR. TEOTONIO VILELA - De minha parte, prefiro falar mais adiante.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Com a palavra o Sr. .

O SR. NARCISO - Gostaria de obter informações quanto à parte do som e telefonia, e quanto ao auditório escolhido, o do Hotel Nacional. Já foram ver a quantidade de lugares? Foi feito esse levantamento? Será que o Hotel Nacional tem auditório maior do que o Auditório Petrônio Portella?

Esse nosso auditório tem mais de 400 lugares e, se colocarmos lá em cima algumas cadeiras, caberá um número razoável de pessoas; e temos todo o suporte aqui dentro.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Sim.

O SR. NARCISO - Estou questionando isso porque, como já participamos de vários eventos como esse, tivemos que fazer levantamento dos auditórios, e acredito que o Hotel Nacional não tem um auditório do tamanho do nosso.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Exatamente. A nossa conversa é exatamente para ver se conseguimos enxugar os custos. Se pudermos fazer no Petrônio Portela sem nenhum gasto maior, será melhor.

O SR. NARCISO - Temos aqui as cabines de tradução simultânea, telefone, essa parte de fax, enfim, temos toda essa infra-estrutura aqui dentro. A parte de Taquigrafia também seria bem resolvida, porque temos todo o equipamento aqui em cima. Penso que seria uma boa solução, porque, estando aqui, não teríamos que transportar nada para fora.

O SR. WALDECK ORNELAS - Srª Presidente, penso que, do ponto de vista formal também, em se tratando de um encontro parlamentar, realizá-lo na sede do próprio Parlamento dá mais formalismo, mais dignidade.

O SR. NARCISO - É, dá mais importância.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Sem dúvida. Fica assim definido. Concordamos, porque o nosso objetivo é exatamente de enxugar os custos. A questão é de como fazer e a sua melhor maneira. Então, vamos aproveitar a infra-estrutura do nosso auditório.

O SR. NARCISO - Temos aqui todo o equipamento de cinema; só teríamos que saber a metragem do filme que será projetado, se é de 16, 70 ou 35 mm, para que possamos fazer uma revisão dos equipamentos que estariam aqui à disposição também. Era só saber quais os tipos de filmes que iam ser passados, para providenciarmos essa parte.

Estou apenas dando uma sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - A sugestão foi acatada. Somos dinâmicos, mas temos um prazo curíssimo...

O SR. WALDECK ORNELAS - Estamos com direito a voto, não é Senadora Benedita da Silva?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Sim, estão com direito a voto. Pronto. Apoiado. Muito bem.

O SR. NARCISO - É que trabalhamos em conjunto e quero saber se eles aceitam. Entendo que é uma boa idéia.

O SR. HELIVAL RIOS - O fato de ser no Auditório Petrônio Portella facilita também a cobertura jornalística, porque para se levar ao Hotel Nacional uma equipe de jornalismo, mesmo se avisando as editorias, são eventos em que elas têm pouco interesse. Essa é a realidade. Eles estão muito interessados nas palestras do Sr. Pedro Malan, no encontro do Banco Central; os jornais têm um interesse muito imediatista, do noticiário do dia-a-dia.

Quando se vem com qualquer matéria sobre herói nacional, uma questão que não é muito do dia-a-dia, é muito difícil se carregar o jornalista para o local. Sendo no Congresso Nacional ou no Senado, já existe a cobertura jornalística no Comitê de Imprensa. É mais fácil ir-se ao Comitê e conversar com os jornalistas e trazê-los para essa cobertura, depois de conversar com os editores deles, do que fazer fora daqui, pois aqui já existe o pool de jornalistas que cobre o Congresso Nacional.

O SR. NARCISO - Até na parte de vídeo, fica mais fácil fazermos a cobertura aqui dentro, pois podemos montar um esquema para ficar gravando o dia inteiro.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Esse encontro é um dia só, mas a programação é de uma semana. Na verdade, a abertura seria no dia 09. Vocês estão acompanhando, não é?

O SR. HELIVAL RIOS - O encontro parlamentar é de um dia somente aqui em Brasília.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - O encontro parlamentar é só de um dia.

O SR. TEOTONIO VILELA - Depois, então, há

a programação oficial, inclusive em Alagoas, a partir do dia 5, me parece...

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Estamos fazendo uma programação que dura a semana que antecede o dia 20 de novembro, até para que neste dia todos nós possamos estar livres.

O SR. NARCISO - Dia 09 o auditório estará liberado?

(fora do microfone)

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Seria durante todo o dia.

O SR. CLAUDIONOR - Senadora Benedita da Silva, Srs. Senadores Teotonio Vilela Filho e Waldeck Ornellas, sou Cludsonor da Gráfica da Senado.

Olhando o material concernente à gráfica do Senado, acredito que esteja fácil. Não existe nenhum problema, apenas faço duas recomendações: que já nos fossem apresentados os originais, pois é um trabalho artístico no que se refere aos cartazes, folderes, crachás e o material administrativo, para que pudéssemos iniciar o trabalho de preparação desses layouts; e o segundo fato é que observássemos as tiragens. A minha experiência mostra que, em eventos com essas conotações, sempre temos pequenos problemas nas quantidades. Faz-se a tiragem e chega-se à conclusão de que há necessidade de fazer, notadamente em cima do evento. Pediríamos apenas à Secretaria de Eventos que observasse o problema da quantidade para não acontecer transtornos de última hora.

Uma outra colocação que faríamos é que, na elaboração dos originais, as designações, os nomes, as composições estão sempre sujeitas a mudanças de última hora. E para que fechássemos essas solicitações junto à Gráfica do Senado com os nomes já previamente confirmados para não haver aquele problema de reimpressão de última hora.

O material que estão nos solicitando é um material de rotina. Acredito que falta mais algum material. Faltam a pasta, o crachá - que, acredito, vão ser colocados -, os cartazes e os folderes estão sendo solicitados e o material administrativo como papel offício, notas de rascunho, rascunho, um risca e rabisco. Normalmente as pessoas que vão participar de eventos precisam de uma contribuição, como a senhora indagou aqui, que é o uso de camiseta, botão e boné. Na gráfica do Senado, não temos essa estrutura de trabalho, porém o lay-out podemos fazer e já entregar finalizado. Quer dizer, faríamos uma contribuição de 30% no tocante à execução industrial.

O SR. NARCISO - O botton não?

O SR. CLAUDIONOR - Apenas fazemos a arte final, que é um processo de *silk screen*, que deverá ser colocado no boné, na pasta ou camiseta. Apenas tiraríamos a medida, faríamos um contato técnico para aqueles que iriam executar só a questão de arte finalização do processo.

O SR. NARCISO - Consultei a 1^a Secretaria. No dia 9 haverá um evento da Secretaria do Ministério da Cultura. Glória, você poderia ver o que se pode fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Queríamos era anteceder. Se bem que teremos de fazer uma convocação. Em um encontro internacional, vêm os parlamentares de outros países, e os nossos não estarão aqui... Já pensamos nessa dificuldade. O evento deve acontecer no momento em que os parlamentares estejam aqui. Acontece que temos outros eventos, temos a agenda comprometida com outros eventos. Não queremos atropelar os eventos do Poder Executivo; já tenho a agenda do Poder Executivo. Então, haverá uma marcha em Brasília, há uma inauguração, o Governo Federal tem um evento, Governo do Distrito Federal tem outro. Então, para o nosso não ficar esvaziado, buscamos essa data. Estamos agora pensando no auditório, que está ocupado até o dia 9.

A SRA. GLÓRIA - Quem sabe o evento da Secretaria de Cultura exatamente esteja integrado à mesma comemoração.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Bem, então você fica com essa responsabilidade de negociar para nós essa data.

A SRA. GLÓRIA - Tenho uma alternativa caso seja impossível negociar.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - É só um dia.

A SRA. GLÓRIA - Não, estou falando em alternativa de espaço e não alternativa de data.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Sim, alternativa de espaço. Se bem que eu particularmente já havia pensado nesse auditório. Mas como o projeto estava escrito, já tinha sido aprovado pelo menos para montar comissão, não se pode mais mexer no projeto, a não ser que a Comissão o faça. Mas não há um lugar melhor que o próprio auditório para esse evento.

Eu deveria ter trazido a agenda do Governo Federal e do Governo do Distrito Federal para poder compatibilizar. Pode ser que até tenhamos uma outra data que não conflite com algum evento do DF ou do Governo Federal. Mas, a princípio, vamos ten-

tar essa data.

A SRA. GLÓRIA - Posso fazer uma proposta?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Sim.

A SRA. GLÓRIA - Que abordemos os outros itens enquanto consultamos a 1^a Secretaria sobre a possibilidade de negociar a data. Anotei alguns pontos, como, por exemplo, o público estimado para o lançamento oficial, evento em questão para o dia 9. A abertura, então, seria no Auditório Petrônio Portella e não no Hotel Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Exato.

A SRA. GLÓRIA - O Senado faz uma estimativa de público para este evento de 400 participantes.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - São 400 parlamentares brasileiros e 100 estrangeiros.

A SRA. GLÓRIA - São 400 parlamentares brasileiros, 100 estrangeiros e 200 empresários.

Essa sua estimativa está sendo baseada em convite que a senhora vai expedir?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Sim, baseada em convite.

A SRA. GLÓRIA - Há uma proporção um pouco trágica para convite pedido e presença, Sr^a Senadora: cerca de 30%.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Mas é exatamente por pensar nisso que será aberto. Nós vamos ter os parlamentares mas, na verdade, há acomodações para muito mais número de pessoas porque vai haver divulgação em todas as Câmaras de Vereadores e Assembléias Legislativas. Isso acaba gerando um certo interesse. É importante que as Câmaras de Vereadores e as Assembléias Legislativas se comprometam a mandar representante para esse evento. Precisamos estimular isso. Então, os 30% ficam garantidos. Eu pensei nos 30%.

A SRA. GLÓRIA - Otimistamente falando, porque num evento normal a proporção é de 15 a 20%, mas eu imagino que, sendo um evento da maior importância, pode ser estimada em 30%.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Essas são iniciativas que, de uma certa forma, têm respaldo. Já estão acontecendo várias conferências municipais e estaduais com relação ao Zumbi. Esse convite, na verdade, vai alcançar uma decisão tomada, qual seja, a da participação no processo do debate com relação a essas questões.

A SRA. GLÓRIA - Perfeito. Eu havia anotado uma outra pergunta e gostaria que a senhora me

respondesse: os parlamentares brasileiros vão ser tanto em nível federal, quanto estadual e municipal?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Sim.

A SRA. GLÓRIA - A divulgação dos convites normalmente fica por conta das Relações Públicas. É muito importante para nós que tenhamos o retorno das confirmações. Normalmente, os convites para cerimônias do Senado saem das relações públicas. O texto, evidentemente, é submetido à apreciação da autoridade em questão, mas a confirmação é feita conosco por uma razão muito simples: nós é que fazemos o ceremonial da cerimônia. É bem redundante mas é assim mesmo. Nós é que montamos a cerimônia, arrumamos a mesa - estabelecemos quem vai sentar onde. Então, precisamos ter as confirmações. Não temos verbas para expedir os convites. Precisamos resolver essa questão com o seu gabinete, especialmente no que se refere aos convites para a área internacional.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - É exatamente por isso que nós estamos aqui: para sabermos dos recursos e quais os gastos. Essa iniciativa foi aprovada pela Mesa Diretora, não é o evento da Senadora Benedita da Silva.

O SR. TEOTONIO VILELA - Sr^a Senadora, eu gostaria de fazer uma observação que me parece pertinente: a minha presença nesta Comissão é, também, uma sugestão da Mesa Diretora. Indicou-se um Senador, membro da Mesa, para que ele pudesse acompanhar os trabalhos da Comissão e levar à Mesa questões que dizem respeito a uma decisão especial da Mesa. O interesse do Presidente José Sarney e de todos os membros da Mesa é total em relação ao sucesso das comemorações em homenagem ao Zumbi.

Sugiro que as questões que vão precisar de uma deliberação especial da Mesa sejam relacionadas. Eu, pessoalmente, as levarei na próxima reunião da Mesa Diretora e nós, então, vamos procurar um caminho, pois alguma coisa ou outra pode fugir da estrutura.

Peço permissão à Presidenta para me retirar, porque vou a uma sessão de fisioterapia e o Serviço Médico só está aberto até agora, meio-dia, o pessoal está lá só me esperando. Ficará um assessor meu aqui presente, acompanhando a reunião. Estaremos sempre em contato para levá-la adiante. A próxima reunião já está marcada?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Se os Parlamentares tivessem oportunidade de participar, nós estaríamos marcando uma para quinta-fei-

ra, mas não vejo necessidade. Penso que poderíamos deixar para mais adiante, porque já daremos início à reunião de trabalho, que vai se ater muito mais à parte burocrática, e nossas assessorias poderão levá-la adiante.

Não vejo razão para marcarmos uma outra reunião. Com a proposta pronta, marcaríamos na próxima semana.

O SR. TEOTONIO VILELA - De qualquer forma, se surgir qualquer novidade, conversaremos a respeito. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Resolvido em parte. Teremos alguém da Mesa Diretora na Vice-Presidência da Comissão e as coisas serão resolvidas.

A SRA. GLÓRIA - Senadora, anotei providências relacionadas a minha área. Na parte de custos, realmente, não sou a pessoa adequada para discutir. Só anotei pela minha experiência de trabalhar em eventos.

O Narciso, da STEL, falou que os debates são transmitidos com a tradução em três idiomas, o que implica tradução simultânea. O Senado não dispõe de tradutor simultâneo, só tem tradutor consecutivo. Então, nesse caso, teriam que ser contratados os tradutores simultâneos.

Quero lembrar que o Senado não dispõe, nos seus quadros, de tradutores simultâneos.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Em razão disso, essas necessidades terão que ser colocadas no papel, até para que possamos reformular o projeto. A partir do momento em que forem sendo introduzidos esses elementos no suporte do próprio Congresso, nós vamos modificando o projeto.

A SRA. GLÓRIA - Outra incumbência nossa seriam as bandeiras dos países. Assumimos a responsabilidade de conseguir emprestado do Itamarati ou nas próprias embaixadas as bandeiras dos países visitantes.

A alimentação é um item que me preocupa, não só pela comida e pelo custo, mas como e onde vai ser feita. Ao transferirmos esse evento para o Senado, resolvemos um problema, mas criamos outro.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Criamos outros.

A SRA. GLÓRIA - Exatamente. Não há acomodação na Casa para quinhentas pessoas almoçarem.

A minha sugestão é que se fizesse um contato com o restaurante da Câmara, porque se V. Ex^a for levar esse grupo e este for conduzido a um restauran-

te fora daqui, temos que providenciar o transporte.

O restaurante do Senado não comporta esse número, mas apenas cem pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - É um encontro de culturas que vai haver. Virão estrangeiros, Ministros. É peso pesado. Não temos condições.

O SR. NÃO IDENTIFICADO - (Fora do microfone)

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Mas isto já está fechado. Ele já tem retorno de datas e documentos.

Estou olhando aqui que, de repente, tem concerto de música. Quero aproveitar todos estes eventos para ver como podemos fazer.

A SRA. GLÓRIA - A senhora me permite uma observação?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Pois não.

A SRA. GLÓRIA - A senhora está chamando Parlamentares dos Estados e Municípios; talvez para S. Ex^{as} seja até mais fácil sendo na sexta-feira, para se ausentarem das suas Câmaras e Assembleias.

Outra sugestão que queria dar é que se chamassem a Segurança para participar destas reuniões.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Esta é a primeira reunião de trabalho. Na medida em que vão surgindo as necessidades... na próxima, por exemplo, poderemos fazer uma já na quinta-feira, onde chamaríamos a Segurança, o restaurante, porque o Senador disse que poderíamos apenas oferecer o almoço à delegação estrangeira, não é isso?

O SR. NARCISO - Isso dá para compatibilizar. O restaurante da Câmara tem comida.

A SRA. GLÓRIA - Tem, mas aquele privativo é pequeno. De qualquer forma, podemos pedir que eles isolem.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - E nós podemos escolher o cardápio?

A SRA. GLÓRIA - Com certeza. Senadora Benedita da Silva, neste tipo de evento normalmente se escolhe um cardápio devido à quantidade de pessoas, sempre com uma alternativa.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - De repente, podemos conseguir que uma dessas embaixadas ofereça o almoço, mas af demora porque sai todo mundo da discussão, vai para lá e demora. Aí tenho certeza que garantiríamos uma comida africana - que não é o caso. Mas tem que ser uma comida brasileira. Afinal de contas, Zumbi é brasileiro. A comida baiana não vai faltar, tenho certeza.

O SR. WALDECK ORNELAS - Eu estava querendo me ausentar por um instante, porque tenho uma outra reunião, mas queria ponderar a questão do cinema. Quer dizer, está previsto como local o Congresso Nacional, em sessões noturnas, às quartas-feiras. Não sei qual é a experiência que V. Ex^a tem de uma semana de cinema aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Imagine o que a imprensa iria dizer se fosse marcada uma sessão de cinema convidando-se todos os funcionários da Casa mais os Parlamentares para assistirem ao filme tal durante o dia. Temos esta dificuldade, não devido à imprensa, mas ...

O SR. WALDECK ORNELAS - Quanto a esse item, gostaria de fazer uma sugestão: ao invés de se fazer sessões noturnas às quartas-feiras, o que provocaria uma descontinuidade, faria uma semana de cinema. Dessa maneira, ficaria assegurada a freqüência.

A SRA. GLÓRIA - Temos um problema operacional grave: temos um projetor que precisa de uma revisão... Estou falando isso, porque tenho um projeto de instituir um cinema, não especificamente nessa área, mas não tem operador; o único operador se aposentou.

Há, entretanto, o espaço cultural da Câmara, que vem fazendo sessões de cinema todas as sextas-feiras. Eles têm um auditório para 108 lugares, têm projetor, têm tela, tem tudo. Há possibilidade de uma parceria Senado-Câmara nesse evento.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Só que o auditório é muito pequeno. Se vamos abrir ao público...

A SRA. GLÓRIA - Poderíamos fazer sessões...

O SR. NARCISO - Poderíamos requisitar o operador da Câmara...

O SR. HELIVAL RIOS - Acho que no caso de se decidir fazer sessões de cinema, seria melhor fazer algo em conjunto com outras entidades que estão envolvidas no evento. Sugeriria o Cine Brasília ou a Cultura Inglesa, que têm tradição de cinema de arte, de eventos desse tipo.

Se fizermos aqui, a presença será pequena. Já que é aberto à comunidade, se escolhermos o Cine Brasília, tenho certeza de que será muito bom, dependendo, é claro, da seleção dos filmes. - O Cine Brasília é do Governo, é do GDF.

A SRA. GLÓRIA - Só tem um detalhe: a agenda do Cine Brasília já deve estar cheia até o final do ano.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Eles têm uma programação, não é possível.

O SR. HELIVAL RIOS - Ou então a Cultura Inglesa.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Acato a sugestão dada pelo Senador. Acho importante termos uma semana dedicada às comemorações de Zumbi.

Poderíamos fazer um calendário para esta semana; poderia acontecer uma sessão na Câmara, uma sessão no Senado, uma sessão no Cine Brasília, outra na Cultura Inglesa.

O SR. HELIVAL RIOS - Já há uma proposta para os filmes que serão apresentados?

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Há uma proposta que poderíamos discutir, se for o caso.

O SR. HELIVAL RIOS - Aqui está falando às quartas-feiras... Quantos filmes seriam...

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Poderíamos, porque não queremos também tirar da Casa a oportunidade de ter essa mostra. Pelo menos um deveria ser exibido nesta Casa. Esse é o nosso objetivo também: envolver todo o pessoal da Casa. Dessa maneira, não haveria necessidade de deslocamento para um outro lugar.

O SR. HELIVAL RIOS - O auditório Nereu Ramos é muito bom.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - O auditório é bom; ele só é pequeno. Eles têm uma agenda.

A SRA. GLÓRIA - Mas a programação deles é para as sextas-feiras, Senadora, V. Ex^a está propondo quarta-feira.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Uma semana...

A SRA. GLÓRIA - V. Ex^a havia proposto quarta-feira...

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Não, seria uma semana; nesse caso seria uma semana.

O SR. NARCISO - Vou entrar em negociações com o Sr. Elcias, que é o diretor do espaço cultural da Câmara para ver a viabilidade de se realizar o evento naquele auditório. O espaço lá é ideal para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Eu estava pensando em repetirmos na quinta-feira essa reunião de trabalho, mas com teto, para não haver problemas. Creio que todos temos uma série de ocupações. Poderíamos marcar de 11h às 12h, ou das 12h às 13h.

Seria bom que a reunião não tivesse mais de uma hora de duração, para ver se, de hoje a quinta-

feira, conseguimos resolver tudo. Há algumas coisas que anotei, como por exemplo selecionar os filmes. Devemos perguntar se realmente são esses os filmes, porque estamos também, de uma certa forma, trabalhando em parceria com as entidades negras, que estão fazendo um trabalho em nível nacional. Teremos que discutir com elas quais os melhores filmes para serem projetados. Então, quanto essa questão de seleção dos filmes, poderíamos aproveitar sugestões que elas possam dar. Isso é extremamente importante.

COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA

Destinada a promover ampla discussão acerca de políticas, programas, estratégias e prioridades visando o desenvolvimento do Vale do São Francisco".

14ª Reunião, realizada em 3 de outubro de 1995.

Às dezessete horas e trinta minutos do dia treis de outubro de mil novecentos e noventa e cinco, na sala número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Beni Veras, com a presença dos Senadores Waldeck Ornelas e Joel de Holanda, reúne-se a Comissão. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Sua Excelência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Senhor Wilson Quintela, Presidente da agência de desenvolvimento Tietê-paraná. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão concede a palavra ao palestrante. Encerrada a exposição, faz uso da palavra o Senhor Carlos Roberto Silvestrin, Diretor Executivo da agência de desenvolvimento Tietê-paraná. Dando prosseguimento o Senhor Presidente da Comissão passa a palavra ao Senhor Relator, Senador Waldeck Ornelas, que faz diversas indagações ao Expositor. Fizeram uso da palavra, ainda, o Senhor Deputado José Carlos Aleluia e o Senhor José Teodomiro, Presidente da CEEIVASF. Presente ainda à Reunião o Senhor Deputado Manoel de Castro. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Marcos Santos Parente Filho, Secretário da Comissão, farei a presente ata que, lida e aprovada, será publicada com as notas taquigráficas.

Senador Beni Veras, Presidente Eventual
Reunião 3-10-95 – 17h41min

Presidente: Senador Beni Veras
Relator: Senador Waldeck Ornelas

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) -

(Não houve gravação do início da reunião.)

(Continua o Sr. Wilson Quintela.) automóveis, exportavam petróleo e que, realmente, não exportavam hidrovia, como também não exportavam rodovias bem traçadas. Exportavam automóveis, que congestionavam as rodovias mal traçadas, e os conjuntos ferroviários que também se embaraçavam em traçados mal aproveitados da ferrovia.

Mas, realmente, se isso foi verdade, foi uma história do passado. Nós, hoje, temos que procurar nos concentrarmos em que a hidrovia é a solução do desenvolvimento de um país continental como o Brasil.

Se nós imaginarmos que o Brasil importa, hoje, da Argentina, em torno de 4 milhões de toneladas de trigo, dos quais, se não 90, mas 100% produzidos em zona ribeirinha do rio Paraná ou do rio Paraguai, esse trigo desce e com algumas dificuldades chega no porto de Buenos Aires ou de Baía Branca, ou de Montevidéu, e sobe por navio a Santos, ao Rio de Janeiro, e vai ser descarregado por um porto cujo perfil é muito menos importador de grãos, mas que, às duras penas, descarrega essas 4 milhões de toneladas...

Depois, se não são 3, pelo menos são 2,5 milhões de toneladas que vão de caminhão para serem consumidas dentro do Brasil central, na zona ribeirinha, de novo, do Paraná, na zona ribeirinha do Tietê, na zona ribeirinha do Paraguai, e com um custo extraordinário de transporte.

Realmente, vir de barcaça dessas regiões onde ele é produzido até a região onde é consumido é uma conclusão primária que ele tem que ser mais barato, tem que ser mais oportuno e que o famoso custo-Brasil fica reduzido, realmente, a expressões insignificantes. Mas esse é o hábito.

O arroz produzido no Rio Grande do Sul faz um caminho semelhante: ele sai das zonas ribeirinhas, São Bógia, daquela região de produção, vem ao porto de Rio Grande, é carregado em navio, vem a Santos e vai ser consumido substancialmente em torno de 2 a 3 milhões de toneladas também no Brasil central, que apesar de produzir arroz, ainda precisa dessa complementação de importação.

Assim é, realmente, o rio São Francisco.

Nós temos que lembrar que o rio São Francisco, crescentemente, banha, realmente, regiões hoje favorecidas. Nós estamos sabendo que o rio São Francisco, além da hidroeletricidade, é, realmente, um rio que está proporcionando, através da irrigação, um benefício extraordinário nas suas regiões ribeirinhas. Mas é de pouco uso, nós precisamos,

também, transformá-lo em uma hidrovia e colocarmos, também, dentro de um conceito, que hidrovia não é um rio navegável.

Um rio navegável é um passo grande para se constituir uma hidrovia, mas uma hidrovia é quando, realmente, se consegue vencer todos os obstáculos que esse rio navegável proporciona, para que se navegue de uma forma comercial, industrial, doze meses por ano e trinta diárias por mês.

Não pode ser um rio que é navegável e que, durante o período de águas, permite a sua utilização e que no período de baixas não permite. É como se se construísse uma estrada São Paulo-Belo-Horizonte, ou Brasília-Belo Horizonte para ser usada apenas no período de seca. Ninguém imagina isso em termos rodoviários.

Então, nós precisamos, também, investir na hidrovia, investir para que se faça um calado definido, para que se tenha sinalização, para que se tenha, nas suas hidroelétricas as escusas - Sobradinho, por exemplo, tem uma escusa - e que tenha, realmente, uma condição operacional eficiente.

A hidrovia do Tietê-Paraná, voltando novamente a ela, realmente está sendo implantada há 40 anos e agora, depois do seu lançamento a público em 1991, ela vem sofrendo uma série de embargos, porque às vezes é um morrinho de pedra, às vezes é areia que andou de um lado para outro, de forma que o seu conhecimento ainda não está alcançando a condição de uma navegação franca, dia e noite, em qualquer dia do mês, porque as embarcações, hoje, no rio Tietê são providas de equipamentos eletrônicos que permitem a navegação em qualquer tempo e hora do dia. Mas, de qualquer forma, precisa haver esse investimento.

A mensagem que eu gostaria de deixar é de que é preciso haver empenho no sentido de criarmos a cultura hidroviária. Sempre se dizia que nós, brasileiros, com gerações nascidas no período inflacionário, nunca seríamos capazes de viver num regime sem inflação. Mas tudo isso virou balela porque hoje se vive muito bem.

Precisamos implantar a cultura hidroviária no Brasil e a cultura do aproveitamento múltiplo do nosso sistema hidrográfico. É um privilégio. Estamos sabendo que, em alguns lugares do mundo, o metro cúbico de água já vale mais que o metro cúbico do petróleo, e jogamos nossa água fora todos os dias sem que haja um mínimo de aproveitamento, observação e cuidado para a sua preservação, seja sob o aspecto dos despejos de esgoto, seja sob outro tipo de inutilização.

Essa realmente é uma grande mensagem que nós precisamos divulgar, usando os meios de divulgação e todos os nossos recursos no sentido da implantação da hidrovia.

O produto de Barreiras desce ou descia todo ele para Brasília em direção ao porto de Santos, no caso de embarque, ou ao porto do Rio de Janeiro, também no caso de embarque. Essa navegação até Petrolina para levar soja, quando ainda não se tinha possibilidade de aproveitá-la na própria cidade de Barreiras, era praticamente um ovo de Colombo. Não faltava nada para se executar, mas destruiu-se a estrada Brasília-Fortaleza, Brasília-Barreiras, com uso impossível de suporte tecnicamente projetado para uma estrada resistir ao trânsito que teve na exportação de milhares e milhares de toneladas. Realmente, custa de 10, 20, 30 dólares por tonelada, quando numa navegação hidroviária custa 10% a 15% disso, depois de sua prática colocada realmente numa rotina.

A soja ou o milho produzido no corn belt americano, a uma distância de 1.500km do porto de Orleans, custa para o produtor, entre transporte e despesas portuárias, em torno de 8% do custo FOB de exportação; no Brasil, custa 55% do seu custo FOB de exportação. Isso porque o transporte rodoviário absorve de 20% a 30% desse custo, os impostos, que agora estamos entrando na fase da eventualidade da sua liquidação, e o famoso custo portuário.

A riqueza que pode ser distribuída para o produtor de soja, que produz a 1.500km do porto, em Rondonópolis, nessa região do Brasil central, nós desperdiçamos, jogamos fora. Quase podemos garantir que US\$30 por tonelada de grãos produzidos neste País nós desperdiçamos, todo desperdício. Produzimos 74 milhões de toneladas neste ano. É só fazer a conta para verificar que desperdício absurdo. Ninguém pode ser tão rico que possa suportar tamanho desafogo com o dinheiro como este que se faz aqui.

Nós, da Agência do Desenvolvimento, colocamo-nos inteiramente à disposição dos senhores e da região do São Francisco, para realmente divulgar as oportunidades que o rio São Francisco está proporcionando ao País.

A Agência, de 1991 para cá, vem procurando divulgar essas oportunidades, preferencialmente na região do Tietê-Paraná, mas não nos limitamos a isso. Fomos a Nova Iorque, num desafio, durante aquele período crítico da política nacional, do impeachment do Presidente, e achávamos que ir aos Estados Unidos falar sobre o Brasil já era quase

uma ousadia. Em Nova Iorque, mostramos uma porção de fotografias e filmes da região - aliás, nem sei se tão bonitas como as do rio São Francisco, mas realmente bonitas - e os americanos fizeram um protesto solene, dizendo: "Vocês se afogam nas suas dificuldades e esquecem as oportunidades". Essa foi uma lição que a Agência aprendeu no início da sua vida. Vimos, então, procurando desempenhar o papel de divulgador das oportunidades que existem ao longo do rio Tietê e do rio Paraná.

Fizemos alguns seminários fora do Brasil, em New Orleans, além deste de Nova Iorque, em Londres, alguns em São Paulo, e agora estamos repetindo esse sistema de fazer muitos seminários, ao longo do próprio rio, nas regiões ribeirinhas, para que até aquele município ribeirinho conheça as oportunidades que o rio está lhe oferecendo há séculos e nunca soube disso.

Nesse trabalho que vamos deixar para os membros da Comissão Especial do Senado, nós divulgamos, num seminário com cerca de 600 pessoas, das quais 50% eram empresários estrangeiros, 200 bilhões de oportunidades de investimento em infra-estrutura no Brasil que estão aí à disposição. Tivemos a oportunidade de incluir nesse nosso documento a hidrovia do São Francisco, com as notícias que tínhamos sobre a região, quem eram os responsáveis, o valor total de investimento necessário, quem era o eventual financiador e informações básicas sobre o rio São Francisco.

Esta realmente é a primeira mensagem que eu gostaria de deixar bem clara aqui: estamos realmente com um trabalho muito importante, considerado até como o nosso principal, de divulgar aquilo que existe há muitos séculos e, recentemente, por mão de um governo que investiu - e muito - na infra-estrutura do País, as oportunidades que estamos deixando passar ao largo ou destruindo, por um melhor uso.

Lembro-me agora de um ilustre amigo que tenho sempre na memória, o ex-Governador, ex-Deputado e atualmente Senador João Agripino, que numa ocasião contratou uma empresa, a Camargo Correa, que, na época, tive a oportunidade de dirigir, para fazer uma obra de pavimentação no seu Estado da Paraíba. S. Exa, muito entusiasmado, bastante animado, dizia sempre que não via a hora que começasse a chegar os técnicos do sul, os técnicos em construção de rodovia e de pavimentação, a fim de pudessem realmente trazer, com o seu know-how, um ensinamento para a população local. De certa forma, depois, não com desaponto mas até com uma certa alegria, S. Exa percebeu que, dos 10

técnicos que levávamos do sul para o nordeste, 8 eram nordestinos e, às vezes, 2 paraibanos.

Esse é um resumo simples de uma história. No mundo global e no Brasil, com todos estes sistemas de divulgação de que dispomos, nós hoje não temos mais a verdade em nenhuma dessas regiões sem que todas as outras tenham oportunidade de ter.

Pelo meu gosto e até pelo meu costume, eu poderia ficar falando mais tempo, mas eu não perguntei antes qual o tempo que tinha. Termino, reiterando que estamos totalmente à disposição dos senhores para qualquer tipo de integração, de colaboração. Esse documento é realmente de primeira qualidade, foi feito em inglês, foi feito em português, de acordo com a técnica que o estrangeiro gosta de ver, gosta de ler. Não custou nenhum tostão aos cofres públicos. No próprio texto podemos ver que tivemos 12 patrocinadores: a Petrobrás, o BNDES, a Adersa, que é uma empresa de São Paulo. São realmente empresas já não consideradas tão estatais assim, foi a iniciativa privada que fez.

Acho que este é um ponto realmente importante: divulgar o que temos. Não devemos achar que é o Governo o responsável. O Governo é o normatizador, o Governo deve deixar de ser o investidor para que, com o seu peso, possa normatizar. Realmente cabe à iniciativa privada desenvolver as oportunidades que tanto a natureza quanto o Governo já proporcionou a todos nós brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Muito obrigado Dr. Wilson Quintela.

Concedo a palavra ao nobre Senador Waldeck Ornelas.

O SR. WALDECK ORNELAS - Sr. Presidente, Dr. Wilson Quintela, Presidente da Agência de Desenvolvimento do Paraná, quero registrar a presença dos Deputados Federais Manoel Castro e José Carlos Aleluia, Senador Joel de Hollanda, que também é membro da Comissão.

Na verdade, a agência do Tietê-Paraná constitui uma experiência única do País; é, sem dúvida alguma, a hidrovia que está, nesse sentido, hoje melhor organizada.

Trazer essa experiência à consideração da Comissão que estuda a Bacia do São Francisco pareceu-nos uma coisa importante, para que não temos que reinventar a roda, mas aproveitar as experiências existentes, desenvolver e avaliar as condições que temos.

Na verdade, há pontos de semelhança e de diferença bastante marcantes entre o Tietê-Paraná e o

São Francisco: ambas são bacias fechadas, já que hoje o Tietê-Paraná não se comunica em termos de navegação em função da Hidrelétrica de Itaipu. Diferenciam-se prontamente na medida em que uma está numa próspera área, no próprio *filet mignon* da economia nacional, enquanto a outra tem 58% do seu território, a bacia do São Francisco, na região semi-árida do País. Mas há também diferença fundamental: enquanto no Tietê-Paraná, estamos tendo mobilização do setor privado na liderança da implantação da hidrovia e na operacionalização da hidrovia, no caso do São Francisco temos tradição de uma agência pública, a começar pela comissão do Vale do São Francisco, há cinco décadas atrás. A sucessora é a Codevasf, empresa que está voltada mais propriamente para a irrigação, sem a preocupação da implantação da operação e da irrigação da hidrovia. Há, portanto, uma lacuna, mas há um modelo basicamente público.

Sem dúvida, o São Francisco apresenta uma característica muito específica, que é um elo de ligação entre o Nordeste e o Sudeste do País, mas se trata de uma região que tem ainda uma economia muito débil e que até há pouco tinha a utilização de suas cargas, no tempo em que operava a Franave, basicamente interligando os dois pontos extremos da hidrovia: Pirapora e Juazeiro. Agora, nessa fase mais recente, ao longo da década de 1980, começa a se desenvolver a produção na área da Bacia, sobretudo no cerrado, e a geração local de cargas que podem ser captadas pelo modo hidroviário e podem mobilizar a hidrovia.

De maneira que analisamos aqui e estamos muito preocupados com a questão da gestão da Bacia e da operação da hidrovia. E consideramos sucessivamente, nessas últimas reuniões, tanto a dimensão ambiental da Bacia, quanto o gerenciamento de seus recursos hídricos. E há uma preocupação muito forte sobre como levar a cabo o processo de desenvolvimento, como estimulá-lo, como fomentá-lo, como apoiá-lo, etc.

Eu gostaria de me aprofundar em dois aspectos. Primeiro, sobre as características técnicas da Hidrovia do Tietê, seja quanto ao calado, quanto ao volume de carga transportado, quanto ao equipamento utilizado na Bacia e qual o limite que essas eclusas existentes ao longo do Tietê fixam no volume de carga a ser transportado na Bacia, qual o condicionamento técnico que elas estabelecem. O investimento nas eclusas é um dado extraordinário, da ordem de 1,4 bilhão de dólares. Nós temos, no São Francisco, um investimento na eclusa de Sobra-

dinho da ordem de 200 milhões dólares.

Segundo, quanto à operacionalidade da agência. O Sr. Quintela enfatizou muito o papel promocional em torno de investimentos no País como um todo, na Bacia do São Francisco inclusive. Mas eu gostaria de conhecer um pouco melhor as funções desempenhadas pela agência, o papel da agência na hidrovia e o relacionamento com a Cesp, e a questão do transporte em particular. Se temos uma concessão para alguma companhia ou se há uma administração da hidrovia e a navegação é livre. Como se opera sob esse aspecto?

O SR. WILSON QUINTELA - Como estávamos falando, a hidrovia foi totalmente implantada pelo Governo do Estado de São Paulo, através da Cesp. Em 1991, ficou decidido que a Cesp não investiria nenhum centavo na hidrovia depois de todo aquele trabalho que já havia feito. E que deveria caber à iniciativa privada o seu aproveitamento e aquelas instalações fundamentais a esse aproveitamento. De forma que, no caso da Hidrovia Tietê-Paraná, a Cesp tem a concessão do aproveitamento do rio Tietê e também uma parte da concessão do rio Paraná, por se tratar de rio limítrofe, São Paulo-Mato Grosso-Goiás. A Cesp tem hoje uma administração superior sobre a Hidrovia Tietê-Paraná. Ela está operando as eclusas de uma forma ainda hidroelétrica. Crescentemente, ela está começando a se incluir também no papel importante da utilização das eclusas.

Acabei de receber, esta semana - a minha empresa opera a hidrovia - , um telegrama em que a Cesp dizia que nós devíamos nos preparar, porque em outubro de 1996 a Cesp vai parar por 15 dias o uso das eclusas, para fazer manutenção. No meu ímpeto, li outubro de 1995, porque estávamos acostumados com a Cesp ainda parando as eclusas, porque não precisava jogar água da usina de Barra Bonita em Bariri, que tinha bastante água, e ela estava usando em termos exclusivamente hidroviários. Mas à medida que se preparava um documento para responder à Cesp, que hoje o transporte que contratamos tem um ano de validade, nós queríamos contestar esse telegrama, dizendo que esse prazo era impossível: em outubro de 1995, pararmos por 15 ou 20 dias a hidrovia. Aí fomos ler novamente o telegrama e constatamos que ela dizia outubro de 1996. De forma que ela também está entrando na idéia de que as eclusas que ela opera precisam estar enquadradas num sistema de aproveitamento da hidrovia como hidrovia.

Hoje, a Cesp, em decorrência da concessão, do aproveitamento hidrelétrico no rio Paraná e no rio

Tietê, ao construir essas respectivas usinas, ela desapropriou uma área superior - como se faz, de modo geral, até no São Francisco, também - uma área superior à queda do nível médio das águas. Deixou uma certa folga para a eventualidade de alguma enchente e daí não provocar nenhum dano após a construção da usina. Não é uma faixa muito larga, mas é uma faixa, realmente, que seca, está lá, para uma eventual emergência. E nessa faixa é que estão sendo construídos terminais privados. Então, a Cesp autoriza e aprova o projeto da construção desses terminais. Esses terminais, realmente, além de aprovar, porque são praticamente em terreno dela, tem todas as condições de exigir determinadas bases, neste projeto. Então, hoje, estamos cada vez mais entendendo, que o transporte, não é o fator físico de pegar uma carga nessa posição aqui e levar a cem ou a mil quilômetros. O transporte, hoje, é um sistema integrado entre a sua carga e a sua descarga. De forma que esses terminais, segundo a exigência técnica da Cesp, têm que ter um sistema de carga e, consequentemente, de descarga mecânico, o mais adiantado possível, para o transporte hidroviário não sofrer nenhum efeito negativo.

A Cesp hoje, além de aprovar os projetos, está também selecionando, para que esses terminais não se construam como normalmente ocorre no Brasil. Uma pessoa monta um posto de gasolina na beira da estrada e, de repente, vê que tem mais quatro vizinhos montando seus próprios postos. A Cesp está controlando para evitar que se congestione terminais, em determinada região.

Bom, então, a Cesp identificou, no caso, também, o tipo, a barcaça-tipo, o transporte-tipo. O transporte-tipo, no rio Tietê e no rio Paraná é uma barcaça com 55 metros de comprimento, 11 metros de largura com calado de 2,5 metros. Pode chegar a 3 metros em determinadas fases do ano. E essa barcaça possibilita a carga de 1.500 toneladas, no caso de soja ou de milho. O comboio tipo são quatro barcaças dessas empurradas por um empurrador de 800 cavalos, dois motores de 400 cavalos, então já começamos a perceber a grande vantagem da hidrovia. O motor de dois Scania, em vez de empurrar, cada um 25 toneladas, está empurrando seis mil, na sua posição melhor.

Então, a Cesp tem a identificação da seleção dos terminais, ela identificou o tipo de barcaça, que, em linhas gerais é esse, que temos todo o material e podemos, oportunamente, mandar para cá, como também, apesar de ter construído uma eclusa em cada barragem, ainda estava naquela fase que,

como não havia transporte, para que eclusa; não há eclusa, não há transporte, não se quebrava o ovo para ver se teria ou não o omelete; se haveria ou não o transporte. Mas a eclusa da Cesp permite a passagem de uma barcaça de cada vez. A eclusa da Cesp tem cerca de doze metros e meio de largura, de forma que a barcaça de 11 metros fica com uma folga de meio metro, para cada lado. Então, esse comboio de quatro barcaças é desmontado na entrada da eclusa, duas barcaças ficam ancoradas e o empurrador passa com duas barcaças, retorna sozinho, recolhe as duas outras barcaças e atravessa com as duas outras barcaças e faz, de novo, o comboio além da eclusa. Essa eclusagem de uma barcaça típica, de um comboio típico, vamos dizer, duas barcaças de 55 metros por 11 de largura e um empurrador de 800 toneladas, é feita hoje entre 15 e 25 minutos. De forma que o número que a Cesp projeta como possível eclusar durante os dias do ano vai permitir um transporte de 20 milhões de toneladas. Hoje divulga-se um número que ainda não é muito rigoroso, em seu controle: 3 milhões a 3,5 milhões de toneladas praticamente no segundo ano de uso da hidrovia. Mas esse transporte é crescente, achamos que antes do fim do século estaremos já muito mais perto dos 20 milhões do que dos atuais milhões que transportamos hoje.

Aproveito para voltar um pouco à minha exposição e falar sobre a grande importância da concessão e da parceria do serviço público, fase essa em que o Brasil vem entrando. Quero dar o exemplo de que a Cesp hoje é uma parceira útil para quem queria aproveitar a hidrovia. Ela até, às vezes, colabora, como no caso da Comercial Quintela: a Cesp e a Fepasa, num investimento de 100 dólares, entraram, cada uma delas, com 5%, de forma que o total de 10% foi da Cesp e da Fepasa, no caso do transporte ferroviário - 90% foi do capital privado, através da concessão que se utilizou para a parceria que se está fazendo na hidrovia. Esse tipo de regra a Cesp ainda está empregando. Naturalmente seu caixa, nesses últimos meses, está um pouco baixo, ela não está muito animada a investir. Mas até meados do ano passado esse hábito existia.

E a Cesp está também colaborando e a agência, junto com a Cesp, vem colaborando também na regulamentação do uso da hidrovia para os fins de transporte de carta. Naturalmente, a Marinha tem uma participação grande: cabe a ela, até hoje, através da Diretoria de Rotas Marítimas, definir o que é o uso de uma hidrovia de transporte fluvial. No caso da hidrovia Tietê-Paraná, a Marinha está tomando

as medidas práticas: já criou uma capitania no interior de São Paulo, no Município de Barra Bonita, deslocando de Santos para lá. Vem colaborando realmente com a iniciativa privada e com a Cesp na fixação de um documento que ainda não está pronto - trabalha-se sem muita pressa, mas está-se trabalhando na regulamentação do uso do transporte hidroviário na hidrovia do Tietê-Paraná.

Não sei se respondi às perguntas, mas creio o fiz quanto a uma parte delas. Em relação aos detalhes, não tenho de memória, mas os tenho na sede em São Paulo, e vamos mandá-los para cá; são detalhes sobre tamanho das barcaças, utilização das eclusas, enfim, todos os dados técnicos exigidos pela Cesp para que os participantes da Comissão possam ter acesso e divulgá-los por todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Alguma pergunta?

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA - Conheço o trabalho que vem sendo desenvolvido pela agência, pelo Dr. Quintela, pelo Silvestrin, pelos abnegados responsáveis. Realmente a experiência - a própria exposição mostra - é uma experiência bem-sucedida, embora nós, do Nordeste, tenhamos que analisar isso com a visão de alguém que não disporá, pelo menos não há previsão de dispor, dos recursos que o Governo de São Paulo dispôs para implantar a infra-estrutura. Essa é uma diferença muito grande na medida em que foi um feliz acidente a instalação da eclusa de Sobradinho, no Nordeste, mas os investimentos públicos têm sido muito aquém das necessidades, na medida em que não há uma base de investimentos públicos, e, consequentemente, um mercado como o de São Paulo. Eu que sou um entusiasta, como o senhor e como todos aqui, em relação à concessão, sei das dificuldades da aplicação da lei de concessões no Norte e no Nordeste.

Aliás, é interessante notar que a lei de concessões deste ano está gerando, por todo o Sudeste e parte do Sul, uma série de novos investimentos, e, para minha tristeza, nenhuma concessão foi feita acima da linha de Minas Gerais, nem em eletricidade, nem em estradas, nem em ponte, nem em hidrovia, nem em terminal.

Pergunto, então, ao senhor - para concluir essa minha observação, que não é evidentemente uma mensagem de desânimo para nós, nordestinos, mas uma visão da realidade - como esse processo se manterá em São Paulo na medida em que a Cesp, que é uma empresa, diria, inviável, na medida em

que não consegue pagar as suas contas regulares de energia elétrica e, consequentemente, nesse ou em um futuro Governo, terá que ser pelo menos redesenhada? Parece-me inclusive que há propostas ainda muito vagas do Governo de São Paulo de privatizá-la. Que agente substituiria esse processo de gestão da hidrovia que, entendi, está na mão da Cesp e provavelmente ainda de alguns investimentos feitos por ela?

O senhor poderia me dar algumas informações de como irá sobreviver? A nossa questão no Nordeste é encontrar meios, sem o apoio dos Governos dos Estados, que são governos com menos possibilidade de endividamento do que o Governo de São Paulo, até porque a experiência de São Paulo deixará o Governo Federal um pouco mais com "o pé atrás". Sabemos que o orçamento federal é desprezível, se considerarmos a necessidade de investimento nesse tipo. Essa é uma colocação, e a minha pergunta é: como o senhor espera que isso seja operado no dia em que a Cesp deixar de ser a Cesp?

O SR. WILSON QUINTELA - Muito obrigado pelas referências iniciais sobre a agência. Também conhecemos muito o seu trabalho na área da concessão e da privatização, que apoiamos entusiasmamente.

Realmente, essa é uma pergunta que caberia a muitos dos trabalhos desenvolvidos pelo Estado de um modo geral, no comando dos investimentos e da infra-estrutura.

No caso da infra-estrutura executada pela iniciativa privada, temos que provocar neste País uma grande adaptação, porque realmente o investimento pela iniciativa privada na infra-estrutura passa a ter a mentalidade do retorno, da rentabilidade. Hoje encontramos, por exemplo, no BNDES, um total desconhecimento disso, e não há, de maneira alguma, o conhecimento e a prática do financiamento em infra-estrutura no sentido de que essa infra-estrutura sempre foi praticada a fundo perdido pelo Governo e, consequentemente, não se cogitava do retorno; nada disso era importante. De forma que no BNDES sentimos, em função dessa situação toda que o Brasil está atravessando, passos largos de adaptação para isso e para financiar a infra-estrutura. Naturalmente, se não houver retorno, não haverá, nem para o norte nem para o sul de Minas, empresário que tenha a audácia de investir em fundo perdido valores tão importantes como os valores de que precisamos para desenvolver a nossa infra-estrutura. No caso da hidrovia, houve alguns audaciosos que fizeram

investimentos, e o fizeram baseados na idéia de que há de chegar rapidamente o dia em que o Estado deixará a autoridade plena sobre esses investimentos, como é o caso da hidrovia, e a própria iniciativa privada se organizará e assumirá esse papel através de órgãos da iniciativa privada.

A Cesp tem hoje um caso típico de concessão. Repito que a Cesp tem uma concessão de uso de aproveitamento hidroviário dos rios afetos à Cesp. A Cesp construiu as eclusas por esse decreto, por essa lei paulista e foi o Tesouro do Estado que colocou recursos lá a fundo perdido, também no caso das eclusas e de outros aproveitamentos. A Cesp está, como muitas outras empresas estatais, sofrendo todas essas situações que conhecemos, e tem que ser sucedida por uma outra solução, por uma outra organização rentável que pelo menos tenha condições de sobreviver por suas próprias pernas.

Hoje, alguns empresários investiram na hidrovia e estão entendendo que é muito importante que se organizem, que se juntem, para que a regulamentação de sua administração, que sucederá a Cesp a prazo curto - pelo menos a um prazo que não será longo -, tenha todos os efeitos benéficos da administração de um bem que será colocado, para que a iniciativa privada possa investir e ter retorno.

No caso, a Cesp vem colaborando. Cito novamente um exemplo dado anteriormente. Até recentemente, a Cesp examinava a eclusagem sob o aspecto da necessidade de transferir nível de água da barragem de montante para a de jusante, mas hoje já está entendendo que não pode ser mais assim. Ela também tem uma obrigação legal, porque esse investimento feito pela Cesp lá não decorreu de uma posição espontânea, mas por força de uma lei estadual, que obrigava a Cesp fazer isso com recurso do Tesouro do Estado.

Atualmente, participam de forma ainda informal a Cesp, os empresários que investiram e que, realmente, têm condições e interesse de poder se identificar como tal, e a própria Marinha. A Marinha hoje está tomando uma posição de ser sucessora da Cesp na administração da hidrovia do Tietê-Paraná e na regulamentação da hidrovia. Essa não é bem uma idéia dos almirantes, mas sim dos sargentos e tenentes, que não querem perder realmente a sua hegemonia sobre a navegação, seja ela marítima, seja ela fluvial. De qualquer forma, víñhamos encontrando, por parte da Marinha, uma magnífica receptividade na aceitação da criação de um órgão misto, mas com autoridade e firme na decisão do uso da hidrovia.

Isso decorre do mercado, hoje em São Paulo crescentemente se entendendo. E o mercado está entendendo, não é mais o Governo que considera importante ou não fazer a hidrovia, mas é o mercado que está querendo usar a hidrovia. Ele tem suas regras e usará a hidrovia na medida em que ela lhe for útil. Esse mercado, então, através dessas empresas, está crescentemente tomando seu lugar.

Cabe aqui uma grande meditação para todos aqui presentes, para todos os brasileiros, com relação a essa pergunta: precisamos realmente nos preocupar sobre como o Estado será substituído na infra-estrutura. Estamos vendo hoje, no caso do Brasil, no caso de São Paulo que se está fazendo concessão de rodovia. Está havendo concessões de rodovias. Quando um empresário assume uma rodovia, não só a assume, como tem que limpar os seus buracos para efeito de segurança. Esse é um problema que está sendo levado à tona, hoje, e todos os concessionários vêm-se preocupando muito com isso. Um acidente em uma rodovia responsabilizamos, por exemplo, se foi provocado por um buraco ou por uma sinalização defeituosa. Quem vai substituir o Estado que hoje multa, que tem a sua polícia rodoviária - eficiente ou não - por um órgão que não será mais de polícia estadual, fardado?

Lembro-me que, no meu tempo - vou falar um pouco sobre construção de estradas -, para se poder fazer o comando de um desvio, era preciso fardar um funcionário nosso como um policial militar para que os caminhoneiros obedecessem ao mesmo, senão não obedeciam. Hoje nós vamos ter que ir transferindo essa autoridade para a iniciativa privada, seja do Governo, através da polícia, seja do próprio Exército. Acredito nas regras do mercado, porque o mesmo vai começar a discutir e vai, no bom sentido, impor as regras de uso dessas concessões. Mas ainda não tenho condições de dizer como vai ser esse órgão. Está-se pensando que será semelhante ao **Tennessee Valley Authority**, seja uma **authority** que tenha realmente a participação da iniciativa privada e um núcleo pequeno do Estado. Nós sabemos que o **TVA** foi criado para sanear o Rio Tennessee, mas acabou sendo, hoje, nos Estados Unidos, o maior gerador de energia, o maior gerador de bens em termos de agricultura e promoveu um benefício extraordinário ao longo do rio. Também garante a hidrovia e todos os benefícios que o rio pode provocar e evita malefícios, como enchentes. Conheço alguns estudos. Estamos inclusive divulgando um pouco esse tipo de idéia e colocando, como primeiro exemplo, a Itaipu Binacional, que já

devia ir-se transformando em uma **authority**, porque, quando foi criada, assim como outras empresas de energia hidrelétrica no Brasil, tinha o sentido de gerar energia e criar o desenvolvimento. Não se tratava só de gerar energia. Itaipu, por exemplo, criou uma energia extraordinária naquela região, toda ela consumida em São Paulo. Estamos vendo que o desenvolvimento do consumo regional, se não é zero, é pouco diferente disso, porque São Paulo hoje continua consumindo totalmente a energia que cabe ao Brasil; São Paulo, a grande São Paulo e Paraná. Os Estados que eram pobres por falta de energia continuam pobres por falta de energia.

Se se pudesse pegar, por exemplo - estou imaginando - 1% do faturamento de Itaipu e colocá-lo como núcleo de uma **authority**, famoso poder promover o desenvolvimento regional de uma forma racional, como se faz no mundo inteiro. Acredito, inclusive, que no São Francisco a idéia da colocação de uma **authority** talvez seja aplicável; não será mais uma administração direta, não será mais a autarquia, não será mais a sociedade mista. É uma **authority**, é um passo à frente na administração dos bens públicos.

V. Ex^a poderá ver que, no caso de Itaipu por exemplo, gastou-se US\$15 bilhões na sua construção e, naquela ocasião, foi aceitável pela sociedade que se barrasse o rio. Hoje não se navega na hidrovia Tietê-Paraná até o Prata porque Itaipu barrou o rio. Tenho certeza de que a sociedade, hoje, não aceitaria mais isso. A transposição de Itaipu, através de soluções que talvez nem possa mais ser a eclusa - porque a eclusa, na época da construção de Itaipu, ia custar de 6 a 8% do valor da obra, e hoje deve custar de 20 a 30% do valor da obra, para a remobilização e uma série de necessidades -, talvez seja um investimento que nunca chegue a hora de se dar prioridade. Mas temos que arrumar alternativas. Uma das alternativas em que se está pensando, por exemplo, é fazer-se um canal ligando o Rio Paraná ao Rio Paraguai, aproveitando a enchente de Itaipu - que já tem sessenta, setenta quilômetros de rio, afluente do Paraná, navegáveis, e não é uma hidrovia -, fazer-se um canal, passar uma parte de serra. Sabemos que na Europa a maior porcentagem de hidrovias é feita por canais artificiais. Nos Estados Unidos também o número de canais artificiais é muito grande. Como não temos cultura hidroviária, ninguém no Brasil imagina fazer um canal para ligar duas bacias ou um canal para uso múltiplo dessas águas, ou mesmo que seja para navegação, que é uma coisa importantíssima. Gasta-se seis, sete,

quinze, dezenas, doze bilhões de dólares em outras obras, quando se gastaria quinhentos milhões de dólares em canais. Mas ninguém ainda compreendeu a idéia de que se pode considerar prioritário um canal que, artificialmente construído, permitiria a interligação de bacias. Existe a famosa discussão da interligação do Tocantins com o São Francisco, que não progride por uma série de razões e também por falta de uma cultura que nos faça entender a importância da ligação dessas bacias.

Gostaria de dizer que hoje a Cesp já é reconhecidamente pobre e está dependendo de recursos federais, recursos do orçamento do Estado para a conclusão de algumas obras na própria hidrovia. Uma delas é a famosa Ferronorte, que também é uma iniciativa privada e que hoje depende de uma ponte, que é uma obra do Governo Federal ou do Governo Estadual, e que hoje está parada. A iniciativa privada está construindo uma ferrovia, esta sim, que vai ligar nada a absolutamente nada, se não se conseguir atravessar o rio. Estão dependendo de uma parcela de recursos federais.

A própria eclusa de Jupiá, cuja obra civil está pronta e a parte eletro-mecânica está paralisada por falta de recursos, talvez no valor de US\$ 15 a 20 milhões. Com ela, integrariam-se dois mil quilômetros de hidrovias, que é a hidrovia Tietê-Paraná no seu triângulo sul, chegando à Foz do Iguaçu.

Realmente penso que nós, brasileiros, hoje, estamos como o Governo e como o Estado, na mesma situação; uns porque foram ricos e não o são mais, e outros porque nunca foram ricos e continuam pobres. Mas, de um modo geral, todos são pobres. A sabedoria vai ser administrar essas diferenças. Temos que procurar soluções, através da iniciativa privada, para situações diferentes. Hoje, repito, o mercado, que é vivo na região do Tietê-Paraná, vai ter uma influência preponderante através de seus representantes, os empresários, nas definições das concessões e na regulamentação das concessões. Nos lugares ainda pobres, talvez o mercado não tenha essa participação. Acredito que caberá a todos nós, sociedade, fortalecer essas regiões. Tenho certeza de que se examinássemos o que se desperdiça no rio São Francisco hoje, através de outros sistemas de transportes, e quanto aos benefícios que ele proporciona à agricultura, ao seu povo, poderíamos construir muito mais do que se construiu lá e nas áreas de sua influência.

Acredito que, se deixarmos de pensar que cada Estado deve projetar, planejar, orçar, executar e, famosamente, por razões óbvias, desperdiçar,

realmente vamos andar aceleradamente para frente. Costumo dizer que a obra do Tietê-Paraná não é uma obra do Mercosul e muito menos de São Paulo; é uma obra do Brasil inteiro. Ela vai enriquecer o Brasil, vai enriquecer Mato Grosso, vai enriquecer Minas e tem que enriquecer o Brasil todo, seja por forma direta, seja, no mínimo, por um exemplo que temos que adaptar às regiões menos favorecidas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Alguma pergunta a mais?

O SR. JOSÉ TEODOMIRO - Com relação à pergunta do Senador Waldeck Ornelas, para que se desse uma idéia de como funciona esse pool de empresas, de 16 empresas, isso para a agência de desenvolvimento e operacionalidade e outras atividades, elas desenvolvem ao longo da hidrovia para que se caracterize como agência de desenvolvimento. Nós estamos bastante interessados em saber as modificações, se é que o palestrante tem hoje informação, acerca da TVA, que foi o modelo ideal trazido para o São Francisco do aproveitamento previsto na Constituição de 1946, de aplicar 1% da receita tributária da União e o modelo administrativo foi o da TVA, embora nesse período se instituiu uma entidade ligada diretamente na Presidência da República era um organismo público e fiquei ansioso para saber se a TVA mudou o seu sistema operacional e hoje trabalha com a iniciativa privada, se ela tem hoje o domínio das atividades no Tennessee, além da regularização fluvial, além da geração de energia é que outras atividades teríamos, por exemplo, na TVA, que pudéssemos pensar numa estrutura parecida para o São Francisco, no caso de uma agência de desenvolvimento para o São Francisco.

O SR. WILSON QUINTELA - Pois não. Eu vou responder uma parte pequena da sua pergunta e vou passar a palavra ao meu companheiro Engenheiro Silvestrin, que é diretor executivo da agência que vai dar uma resposta bem objetiva com referência ao TDA, mas volto um pouco para dizer que a agência é uma entidade da iniciativa privada que não tem fim lucrativos, no qual eu pessoalmente tenho interesse no uso da hidrovia, dedico do meu tempo pessoal, em torno de 30% na administração, na parte que me cabe como Presidente da agência, nas atividades da agência.

Digo 30%, porque pode ser 40%, pode até ser 100% durante algumas vezes, mas não tenho remuneração nenhuma na agência e a agência hoje tem cerca de 8 pessoas, ela é bem eletronicamente falandos aparelhada e que nós vínhamos procurando

realmente fazer o máximo dos esforços para que consiga os resultados. E como dizia agora há pouco, pessoalmente, na minha vida profissional, vivi trabalhar para o Governo na Administração Direta, vivi trabalhar para Autarquia, quando o DNER virou uma autarquia foi um sucesso; convivi com o trabalho nas empresas estatais também, que foi um sucesso durante um período e vivi pouco infelizmente, infelizmente vivi também o desmoronamento de todas elas.

E venho procurando realmente, a solução, já não podemos viver mais do Decreto-Lei nº 200, de 1966 ou 1967, se não me engano, temos que ter outras regulamentações mais modernas. E é authority nos parece realmente a solução ideal para suceder o Estado e uma parcela muito menor do que a anterior na administração desses bens que são do domínio público. E nós vínhamos procurando e estamos trazendo até, futuramente, a prazo curto, um especialista em authority dos Estados Unidos para nos prestar um serviço de assessoria para aprendermos mais também. Mas o Silvestrin já aprendeu bastante e vai dar algumas informações à Casa.

O SR. SILVESTRIN - Queria agradecer e dizer que estamos aprendendo alguma coisa. Queria só complementar uma parte operacional da ADTP. ADTP hoje é uma promotora de oportunidades de negócio. Ela não entra nos negócios, que são feitos por empresas. Então, para essa promoção ela tem um leque bastante amplo e varre todos os serviços de infra-estrutura, energia, transporte, telecomunicação, também, a área de saneamento, saneamento básico e saneamento ambiental, engenharia ambiental, e projetos que são fatores de mercado, projetos de serviços como turismo, agribusiness e outros. Por exemplo, acabamos de voltar de uma viagem, onde levamos um grupo de prefeitos, secretários do Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, BNDES, para ampliar conhecimento, nos processos que estão sendo feitos nos Estados Unidos para a concessão à iniciativa privada da coleta, tratamento de esgoto, da distribuição de água, ou seja, projetos de água. Fizemos um percurso. Levamos um grupo expressivo. As autoridades públicas que foram acompanhar essa viagem têm sob sua responsabilidade praticamente 60% da população brasileira que tem esses serviços e foi muito enriquecedor obter. Isso é um papel da agência, trabalhar meio no prospectivo, na área de energia fizemos ainda no ano passado uma incursão semelhante para conhecer um pouco da questão da produção independente de energia. E esse objetivo é trabalhar toda uma região e não apenas a questão do transporte.

Por exemplo, porque essa preocupação com o saneamento? Nós temos que nos preocupar agora porque 95% dos esgotos das cidades do Vale do Tietê-Paraná vão **in natura** para o Rio. Então isso vamos ter um problema sério para a frente. Então temos que trabalhar prospectivamente. E dentro dessa idéia de trabalhar prospectivamente, a agência também está buscando sua própria rota, qual será o próximo passo, nós estamos trabalhando como promotoras mas não devemos ficar eternamente como promotores. Estamos examinando com muito cuidado essa questão da **authority**. Examinamos a questão da **Tennessee Valley**, mas nos parece que hoje o melhor modelo da **authority** é **Port Authority New York/New Jersey**, que é uma entidade que foi fundada em 1927 por um contrato entre o Governo Nova York e o Governo de New Jersey, hoje ela opera os portos de Nova Iorque e New Jersey, opera todos os aeroportos de Nova Iorque, todas as pontes, aquele pedágio que se paga são para elas, ela tem produção de energia, ela opera toda a coleta e tratamento de lixo hospitalar, na região metropolitana de Nova Iorque, ela opera o World Trade Center, os dois, opera também ferrovias, e hoje ela tem inclusive uma **trading** pública que ela promove esse desenvolvimento de tecnologia. Ela está empregando hoje 427 mil pessoas de uma forma indireta, e pela legislação que eles tem da **authority** ela não pode fazer distribuição dos lucros. Então esses lucros, estão sendo aplicados em outros projetos, por exemplo, agora estão fazendo um aeroporto na China de 2 bilhões de dólares. Então, eles podem também dar essa impulsionão externa. É um modelo bastante complexo para a nossa cultura, mas nos parece bastante amplo e enriquecedor. Por quê? Porque a **Tennessee Valley**, quando foi criada pelo Roosevelt tinha 3 objetivos básicos: trabalhar o rio, trabalhar a terra e pôr as pessoas para trabalhar. Isso foram os 3 objetivos estabelecidos Roosevelt, somente estes, e a partir daí ela desenvolveu todo um processo que transformou aquela região pobre e insalubre numa região que hoje é próspera. A situação, a fotografia hoje do **Tennessee Valley**, ela é uma empresa que recebe uma ajuda do Governo norte-americano, da ordem de 100 milhões de dólares anuais e o restante de todo o orçamento dela é gerado na área energética. Ela tem hoje uma potência instalada de mais ou menos 26 mil megawatts, ela deve estar gerando de receita da exploração de energia, da venda, também tem alguma parte de distribuição, mas o grosso é a produção, da ordem de cinco a cinco e meio bilhões de dólares anuais, dessa or-

dem de cinco, não tenho certeza dos números. De cinco a cinco e meio bilhões de dólares de receita dessa exploração. Mas acho que o principal feito de ter essa figura da **authority** é a possibilidade que ela tinha de criar bônus, lançar bônus e arrecadar esses recursos, não via orçamentária pública, mas diretamente do mercado de capitais. De tal sorte que a **Tennessee Valley** hoje, ela é seguramente uma das empresas mais endividadas. Conta com 17 mil empregados e todo o processo de construção que ela tem inclusive das usinas nucleares que ela fez, ela fez com pessoal próprio, ela desenvolveu esse pessoal, chegou a ter 42 mil empregados, hoje tem 17 mil e hoje deve ter uma dívida de mais ou menos 25 bilhões de dólares, que começam a ser vencidos dentro de um ano e meio. O processo de administração dela é muito interessante: ela tem 3 diretores...

O SR. JOSÉ TEODOMIRO - Só um minutinho. Ela tem um fluxo de caixa que vai absorver?

O SR. SILVESTRIN - Sim, o fluxo de caixa absorve e ela tem toda a possibilidade de fazer rolagem desse bônus via mercado de capitais, quer dizer, ela não depende do orçamento federal para fazer essas rolagens, o que ela tem de amarração é que os três dirigentes dela são indicados pelo Presidente da República. E esses dirigentes são indicados alternativamente, ou seja, nunca o Presidente indica os três. Por exemplo, o Presidente agora indicou, substituiu uma pessoa; o próximo substitui outra. Há um sistema alternado. Ela desenvolveu todo um sistema na área de agricultura, na área de engenharia genética, tudo isso. Ela vende esse serviço, faz treinamento. E essa parte do recurso público que recebe é praticamente destinada a um trabalho da comunidade. Ela educa as pessoas, usa inclusive recursos modernos, como fibra ótica, promove a formação tanto básica como também a formação profissional na área de agricultura, na área de gerenciamento, de manejo, e também vende serviços a outros países. Mas eu diria que o modelo **Tennessee Valley Authority** hoje está um pouco deturpado - talvez não seja bem o termo - no caso da sua questão **utility**. Ela virou uma concessionária muito grande exatamente para fazer caixa. Agora, há um lado que ainda é preservado: o poder da desapropriação. Ela faz a desapropriação nos locais onde ela vai fazer a valorização. É aí que ela gera recursos lançando esses bônus. O modelo **Tennessee Valley Authority** para o caso do São Francisco parece-me que é mais imediato de ser pesquisado porque ele possibilitaria ampla gama de itens: negociação, irrigação, que será fundamental, e a questão de tratar a hidro-

via do São Francisco não apenas como meio de transporte, mas como fator de desenvolvimento.

Talvez seja difícil de executar o nosso modelo institucional, via pública ou via setor privado; então é preciso ter o modelo misto. Eu diria, em termos grosseiros, que a **authority** é uma concessão por atacado. Quer dizer, libera-se por uma determinada região todas as atividades inerentes ao processo de desenvolvimento.

O SR. JOSÉ TEODOMIRO - O senhor vem estudando essa adaptação como a legislação brasileira, que limites de alteração, de manobras permite para que se instalasse numa dessas bacias uma autoridade dessas?

O SR. SILVESTRIN - Aparentemente, o principal problema que temos é ter uma legislação que permita - assim como há o reconhecimento do produtor independente de energia - ter reconhecida a figura da **authority**. Por exemplo, conversando com o BNDES, ele perguntou: se for **authority**, vou poder financiar? Porque existe aquela figura, se é setor público, não financia; se é setor privado, financia. E a **authority**, estará numa posição intermediária? Então, acho que não chegamos ao final dessa análise institucional, mas nos parece que o reconhecimento, via Congresso, dessa figura da **authority** e alguma delimitação do seu raio de ação talvez seja o ponto de partida. Isso porque entra em todo esse processo, inclusive com toda a cultura que está sendo criada hoje da concessão, a **authority**. A **authority** vai rapidamente chegar a uma figura parecida com a **authority** americana ou a inglesa, que foi a primeira, em 1800, quando o Porto de Londres virou uma **authority**, pois vivemos um processo acelerado de participação privada, hoje. É o processo de privatização, é o processo de concessão das infra-estruturas existentes e é um processo de transformação de idéias em produtos para concessões inexistentes hoje em termos de infra-estrutura.

E como atrair o mercado de capitais para isso? Certamente não será via setor público e também não será totalmente via setor privado. Então há que se criar uma figura intermediária. Isso o próprio mercado vai colaborar para a ampliação desses conceitos.

O SR. WILSON QUINTELA - Podemos falar também, depois de quase um ano de desenvolvermos essas idéias, que identificamos esse consultor. Ele virá ao Brasil, no dia 16, para olhar o caso do Tietê-Paraná, mas acredito que podemos pensar em incluir também a experiência da hidrovia do São Francisco. Seria também dois tipos de autoridade - vamos dizer - que possam realmente exercer uma

função de desenvolvimento, em duas regiões diferentes, como foi citado, o que, acho, é também um desafio para todos nós. Tão logo esse especialista chegue, poderemos conversar com os senhores para articular um programa para que ele possa conhecer o São Francisco. Só peço para não levá-lo àquela região próspera de produção de uvas, senão sua cabeça irá fundir. Devemos mostrar tudo que possa haver de bom e de ruim ou de mais pobre, mais triste.

Creio que realmente será uma oportunidade. Na agência ainda não imaginamos que seja a **authority** a solução, mas também não achamos nada que possa ser melhor. De forma que vamos nos aprofundar na **authority** e vamos por à disposição do São Francisco também a presença dessa pessoa.

O SR. SILVESTRIN - Eu queria ressaltar o seguinte: por que essa questão numa figura, a **authority**, chega mais rápido do que estamos imaginando? Todos os Municípios que estão fazendo concessão para o tratamento de água e esgoto para o setor privado - e estão participando empresas em parcerias, empresas em **Joint ventures**, empresas internacionais, empresas brasileiras - estão enfrentando obstáculos muito difíceis de serem transpostos, como, por exemplo, a questão do Instituto Brasileiro de Seguros. Se a empresa vai fazer uma captação de recursos no exterior e internalizar isso daqui, existe o problema do monopólio do seguro do IRB, que não dá cobertura, estabelece um valor muito pequeno - US\$20 mil ou uma coisa assim. Esse é um grande obstáculo. O BNDES nos informou que foi criada uma comissão um pouco às pressas para tentar dar uma solução.

Criar-se a figura de uma **authority**, inclusive para esse serviço de saneamento básico, resolveria esse assunto, porque essa **authority** poderia ser garantidora, via um processo de bônus de lançamento, de atrair esses recursos que estão aplicados no mercado financeiro para esse processo de infra-estrutura.

Então, acho que a direção a seguir é essa, possivelmente com uma figura desenhada com as nossas questões institucionais adaptadas, mas certamente virá muito mais rápido do que estejamos imaginando.

O SR. JOSÉ TEODOMIRO - Essa questão vem aclarar um pouco a preocupação que temos, por exemplo, com as privatizações setoriais dentro da bacia, especificamente o problema CHESF, porque a criação de um organismo que se envolva também em áreas em que a geração de energia venha

a depender de sua operação a montante, isso nos tranquiliza com referência à possibilidade de uma estrutura diferente que venha privatizar o setor elétrico unicamente setorialmente, em função de que isso significaria privatizar 1/3 inferior da bacia, a partir de Sobradinho, com problemas complicados da operação de Sobradinho, de que depende muito a atividade econômica a jusante. Uma estrutura dessa forma poderá nos trazer tranquilidade, porque a hidrovia terá de ser, de certa forma, cuidada, e, assim, em correspondência, a cascata da geração de energia teria também de ser trabalhada de forma mais racional e não olhada somente sob o aspecto do lucro do capital privado.

Gostaríamos de dizer também que se o assessor da Tennessee Valley vier ao São Francisco, vai encontrar ainda um bolsão no São Francisco igual ao Tennessee no período da instalação da Tennessee Valley Authority, sem dúvida alguma.

De modo que nós não vamos levá-lo somente ao cartão postal de Petrolina e Juazeiro, mas também mostrar um pouco da Bacia que existe incrustada ainda dentro do São Francisco por um defeito de ocupação e por um defeito de desenvolvimento setorizado e pontual dentro da bacia.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Está encerrada a reunião.

Muito obrigado aos senhores pela presença.

(Levanta-se a reunião às 18h 54min.)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 745, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 021.462/95-0, resolve nomear LUIZ RENATO VIEIRA para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Lauro Campos.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 746. DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 21779/95.3, de interesse da Subsecretaria de Expediente, resolve designar o servidor RAIMUNDO FARIAS RIBEIRO, matrícula 2998, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 3 – Especialidade de Administração, para exercer a função de Chefe do Ser-

viço de Coordenação de Informática, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Expediente, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 747, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 21180/95.4, de interesse da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, resolve designar a servidora NEUZA DA SILVA ROSA, matrícula 3884, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a função de Chefe da Seção de Pesquisas e Informações, Símbolo FC-5, daquela Representação, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 748, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 21321/95.7, de interesse da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, resolve designar o servidor ROBERTO LAMEIRO DA COSTA, matrícula 1163, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 5 – Especialidade de Medicina, para exercer a função de Chefe da Seção de Fisioterapia, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, nos eventuais impedimentos e afastamento do titular.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 749, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 21320/95.0, de interesse da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, resolve designar a servidora ALCIONE VALADÃO DE PAULA, matrícula 4102, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Administração, Símbolo FC-7, daquela Subsecretaria, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

bo FC-5, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 750, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e autorizado pelo Presidente do Senado Federal, resolve designar o servidor PAULO RODRIGUES DE SOUZA, matrícula 1992, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Ata, Símbolo FC-3, da Subsecretaria de Ata, com efeitos financeiros a partir de 01 de setembro de 1995.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 751, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor ANTONIO ANDRE DE AZEVEDO SANTANA, matrícula 3812, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Planejamento e Controle, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 4 de outubro de 1995.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 752, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo 21181/95.0, de interesse da Representação do Senado Federal no Rio de Janeiro, resolve designar o servidor FÉLIX DOS SANTOS FILHO, matrícula 2394, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Artesanato, para exercer a função de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, Símbolo FC-7, daquela Representação, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. –

Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 753, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor AFONSO CELSO VIEIRA DE QUEIROZ, matrícula 3680, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe da Seção de Obras, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Engenharia, com efeitos financeiros a partir de 5 de outubro de 1995.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 754, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante do Processo nº 216616/95.7, de interesse da Subsecretaria de Expediente, resolve designar a servidora ELVENY VERA CRUZ LOBATO DE ARAÚJO, matrícula 1816, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a função de Chefe da Seção de Estatística. Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Expediente, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 755, DE 1995

O Diretor-geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve dispensar o servidor CLETO COUTINHO LIMA, matrícula 3623, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7. Especialidade de Transporte da Função Comissionada de Motorista. Símbolo FC-1, do Serviço de Transporte, com efeitos financeiros a partir de 28 de setembro de 1995.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 756, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, re-

solve designar o servidor CLETO COUTINHO LIMA, matrícula 3623, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 7. Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista. Símbolo FC-2, do Gabinete do Senador Lucídio Portella, com efeitos financeiros a partir de 28 de setembro de 1995. Senado Federal, 17 de outubro de 1995. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 757, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, resolve designar o servidor JOSÉ VILELA FILHO, matrícula 2925, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 3, Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete da Liderança do PSDB, com efeitos financeiros a partir de 28 de setembro de 1995.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 758, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 21600/95.3, de interesse da Subsecretaria Técnica Eletrônica, resolve:

Art. 1º É designada a servidora ÉLIDA DA COSTA SILVA, matrícula 5000, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Telefonia, para exercer a função de Chefe da Seção de Almoxarifado, Símbolo FC-5, do Serviço Técnico de Produção de Vídeo, nos eventuais impedimentos e afastamentos do titular.

Art. 2º Revoga-se a designação do servidor Alteredo Souza Santos, contida na Portaria do Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal nº

011, de 1995.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 759, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 21600/95.3, de interesse da Subsecretaria Técnica Eletrônica, resolve:

Art. 1º É designada a servidora CELICE LEITE MARTINEZ FERNANDES, matrícula 4986, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 6 – Especialidade de Telefonia, para exercer a função de Chefe da Seção de Administração do Serviço de Áudio, Símbolo FC-5, nos eventuais impedimentos e afastamento do titular.

Art. 2º Revoga-se a designação do servidor Adamastor Pinto Neto, contida na Portaria do Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal nº 011, de 1995.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 760, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista autorização do Presidente do Senado Federal, resolve designar o servidor do CEGRAF MARXUEL NÓBREGA DE ARAÚJO, matrícula 1079, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete da Liderança do PMDB, com efeitos financeiros a partir de 3 de outubro de 1995.

Senado Federal, 17 de outubro de 1995. – Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

<p>MESA</p> <p>Presidente José Samey – PMDB – AP</p> <p>1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p>2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT</p> <p>3º Secretário Odacir Soares – PFL – RO</p> <p>2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>3º Secretário Levy Dias – PPR – MS</p> <p>4º Secretário Emanoel Amorim – RO</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>Antônio Carlos Valadares – PP – SE José Eduardo Dutra – PT – SE Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR Ney Suassuna – PMDB – PB</p> <p>CORREGEDOR (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – SP</p> <p>CORREGEDORES SUBSTITUTOS (Eleitos em 16-3-95)</p> <p>1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holland – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p>	<p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvan Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p> <p>LIDERANÇA DO PPR</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p>	<p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>LIDERANÇA DO PP</p> <p>Líder Bernardo Cabral</p> <p>Vice-Líder João França</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder Eduardo Suplicy</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líderes Arlindo Porto</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p>
---	---	--

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Epitácio Cafeteira

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerrson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPR

1. Lucídio Portella

PTB

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Lauro Campos

PDT

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)
SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES
Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO Maldaner	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02

PPR

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56

PT

LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60

PP

JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12

PDT

JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
--------------	------------	-------------------	------------

OBS: *1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.

***2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95**

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
PEDRO SIMON	RS-3230/32
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
VAGO	
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
VAGO	
PPR	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27
PTE	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
PSB / PL / PPS	
VAGO	1-VAGO

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
FAX 311 3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

IRIS REZENDE	G0-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36

PPR

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
-----------------	------------	----------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
--------------------	------------	---------------------	------------

PP

BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
-----------------	------------	----------------------------	------------

PTB

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
--------------------------	------------	-----------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
---------------	------------	----------------	------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- EDUARDO SUPLICY *1	SP-3215/16
----------------	------------	-----------------------	------------

PL

ROMEU TUMA *2	SP-2061/67	1- VAGO	
---------------	------------	---------	--

PPS

ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
----------------	------------	---------	--

OBS: *1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612
 FAX: 311- 4315

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	

PFL

JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	

PSDB

ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	

PPR

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07

PT

MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67

PP

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82

PTB

EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
---------------	------------	-------------------	------------

OBS: *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - VAGA CEDIDA PELO PT

*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

*3 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121

FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JADER BARBALHO	PA-2441/42
PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ ALVES	SE-4055/56
EDISON LOBÃO	MA-2311/12
PSDB	
PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
PPR	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02
PP	
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60
PTB	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PDT	
PSB / PL / PPS	
vago	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS

SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO

TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
PFL	
FREITAS NETO	PI-2131/2137
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132
VAGO	
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387
VAGO	
PPR	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057
PP	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247
PTB	
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107
PL	
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052
PPS	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162

OBS: *1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP	
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PSB / PL / PPS	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
	1-ADEMIR ANDRADE
	PA-2101/07

OBS: *1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496/ 4777

SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3546

FAX 311.3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaça Casildo Maldaner	Pedro Simon Roberto Requião
	PFL
Vilson Kleintübing Romero Jucá	Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
	PPR
Esperidião Amin	
	PTB
Emilia Fernandes	

Osmar Dias	PP	
	PT	Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos
		DEPUTADOS
Titulares		
Suplentes		
Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPR	
Júlio Redecker		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi